

RODRIGO TURIN

**NARRAR O PASSADO, PROJETAR O FUTURO:
SÍLVIO ROMERO E A EXPERIÊNCIA HISTORIOGRÁFICA
OITOCENTISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.
Orientador: Prof. Dr. Temístocles Cezar

PORTO ALEGRE

2005

“Parce que l'histoire ne se fait qu'en racontant, une critique de l'histoire ne peut être exercé qu'en racontant comment l'histoire, en se narrant, se produit”.

Jean Pierre-Faye

“É preciso devolver ao passado a incerteza do futuro”.

Raymond Aron

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, a Temístocles Cezar, por ter orientado esta dissertação e por ter se mostrado, mais que um orientador, um grande amigo. Além de sua erudição e olhar perspicaz, que muito contribuíram para minha formação, o modo como sempre humanizou a produção acadêmica tornou-se, para mim, motivo de inspiração.

Meus sinceros agradecimentos aos professores Manoel Luís Salgado Guimarães, Márcia Ivana e Regina Weber, por terem, gentilmente, aceito o convite para participar de minha banca de mestrado; o que muito me honra. Ao professores José Augusto Avancini e Márcia Ivana pelas críticas e sugestões, quando de sua participação em minha qualificação.

Ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde desenvolvi esta dissertação, por ter encontrado ali todo o apoio nos trâmites acadêmicos necessários para a realização do trabalho. À Marília, sempre solícita e simpática.

À CAPES, pela concessão da bolsa que possibilitou a dedicação exclusiva na realização desta dissertação.

Aos professores dos seminários que tive a oportunidade de cursar, Regina Weber, Sílvia Petersen, Sandra Pesavento, Benito Schimidt, Helga Piccolo e Temístocles Cezar, por sempre se mostrarem dispostos para a discussão de nossas pesquisas e terem me proporcionado um amadurecimento intelectual. Aos professores César Guazzelli e Helen Osório, pelas conversas e pelo incentivo.

Todos os colegas que participam do GT de Teoria da História e Historiografia, particularmente Mara, Glória, Ana, pela seriedade, competência e companheirismo com que se portaram em nossas discussões, tornando a reflexão historiográfica um campo sempre repleto de possibilidades. À Taíse, cuja paixão pela pesquisa histórica é motivo de inspiração.

Um abraço à minha turma de mestrado, Marcelo (e Lu), Vanessa, Marina (e Cris), Rita, Márcia, Marcelinho e Max . As amizades com que me agraciaram permanecerão para além das salas de aula e das separações geográficas. Aos meus

companheiros de apartamento, particularmente Victor e Márcio, por terem tornado a adaptação a uma terra estrangeira mais fácil e divertida.

Devo fazer aqui uma menção especial aos professores Ana Maria de Oliveira Burmester e Carlos Alberto Medeiros Lima. Além de terem sido meus orientadores, na Universidade Federal do Paraná, iniciando-me nas aventuras da historiografia, tornaram-se também modelos de amizade e ética, em relação aos quais procuro sempre orientar minhas ações no mundo acadêmico e fora dele.

Agradeço, ainda, aos colegas do PET-História. Esse espaço de discussão e aprendizagem que complementou minha formação, habituando-me no trânsito entre textos e autores os mais diversos e que muito contribuíram na delimitação de meus interesses de pesquisa. Às grandes amizades que (por) ali se formaram, seja ao redor do PET ou da Revista Vernáculo. Lembro, com um inevitável sentimento de perda, daqueles churrascos e do futebol na “pracinha”. Helder, companheiro de graduação, de mestrado e de apartamento. Hilton, também colega de graduação e de apartamento, cujas discussões sobre Nina Rodrigues e Sílvio Romero muito me ajudaram. Alan, sábio mineiro e grande amigo. Victor, pelo idealismo e motivação. Um agradecimento especial ao Fernando, grande teórico - entre poucos -, à Lika e à pequena Valentina, pela generosidade e alegrias compartilhadas. Por fim, *but not least*, meu grande amigo Rafael Benthien, historiador exemplar e um companheiro sem igual, com quem sempre posso compartilhar das incertezas da vida, mas também de seus momentos de felicidade

A todos os amigos do Bacacheri, Dudu, Asdrubal, Batata, Jonathan, Gustavo e Kaco, pelas inúmeras lembranças e pela presença constante. Reconheci ali, pela primeira vez, o valor da amizade.

Ao meu pai, Wilson, à minha mãe, Nilce, e ao meu irmão, Rafael, por todo o apoio que sempre me deram, desde minha infância até a presente trajetória nesse obscuro mundo de livros, teses e prazos.

Dedico esta dissertação à Graciela, cujo amor e companheirismo têm tornado a vida mais doce e o futuro mais belo, pelas experiências vividas e sonhos compartilhados. *Liubliú!!*

Sumário

| | |
|--|------|
| Resumo | vii |
| Abstract | viii |
| Os desdobramentos de um nome | 1 |
| | |
| Capítulo 1 – A tradição historiográfica imperial: história, literatura, nação | 8 |
| 1.1 O horizonte nacional: história, memória e ação | 11 |
| 1.1.1 “O que é uma nação?” | 11 |
| 1.1.2 Nação e progresso: uma nova experiência do tempo | 17 |
| 1.1.3 A busca do outro como si mesmo | 21 |
| 1.2 Como não se deve escrever a história nacional: a escrita romântica | 25 |
| 1.2.1 Um lugar de produção | 29 |
| 1.2.2 Rastro, documento, arquivo | 32 |
| 1.2.3 A ordenação do tempo | 35 |
| 1.2.4 Uma sugestão estrangeira | 39 |
| 1.3 Por uma historiografia literária nacional | 47 |
| 1.3.1 O documento literário | 50 |
| 1.3.2 Uma outra sugestão estrangeira | 57 |
| 1.3.3 A ordenação do tempo em outra escala | 63 |
| | |
| Capítulo 2 – Uma nova proposta de escrita | 68 |
| 2.1 A nação e o historiador: o objeto e seu sujeito | 68 |
| 2.1.1 Uma escrita afetiva | 70 |
| 2.1.2 Uma nobre, útil e difícil empresa | 71 |
| 2.1.3 Um imperativo historiográfico: "satisfazer não menos ao coração do que à inteligência" | 78 |
| 2.2 Uma proposta de pedagogia nacional | 88 |
| 2.2.1 Fazer história, ter história | 91 |
| 2.2.2 A autonomia da escrita | 97 |
| 2.2.3 A perspicácia do método | 100 |
| 2.2.4 O historiador como publicista | 106 |
| 2.2.5 Um sentido para a ação | 109 |
| 2.2.6 O “estilo” de Sílvio Romero | 114 |
| | |
| Capítulo 3 – A diferenciação nacional: construção hierárquica na narrativa histórica de Sílvio Romero | 118 |
| 3.1 Uma lógica moderna: diferenciação e pertencimento | 118 |

| | | |
|-------|---|------------|
| 3.1.1 | Sincronia do anacrônico | 121 |
| 3.1.2 | Ambivalência da mimesis | 127 |
| 3.1.3 | Imitar, porém ser “homem de seu tempo” | 132 |
| 3.1.4 | O rastro popular e a ordenação do tempo | 135 |
| 3.1.5 | Etnografia, folclore, história: duas variações..... | 138 |
| 3.1.6 | .Entre a visão e o relato | 147 |
| 3.2 | Ordenação do tempo e hierarquia: o lugar e a função do mestiço na história nacional | 151 |
| 3.2.1 | Seleção e caracterização das partes | 155 |
| 3.2.2 | História mestiça | 162 |
| 3.2.3 | Pensamentos mestiços | 164 |
| 3.2.4 | Uma suposta individualidade plural: a inclusão da alteridade ... | 170 |
| | Narrar o passado, projetar o futuro | 177 |
| | Referências Bibliográficas | 182 |

Resumo

A dissertação versa sobre a escrita da história em Sílvia Romero, tendo por objetivo analisar sua inserção em uma experiência historiográfica oitocentista. Tentou-se reconstituir algumas bases epistemológicas e temáticas que configurariam um espaço de trabalho obrigatório, formado dentro de uma ordem imperial, com o qual Romero dialoga. A partir de uma seleção de seus textos, produzidos entre as décadas de 1870 e 1890, procurou-se perceber as linhas de continuidade e as rupturas por ele instauradas, tanto no nível da formalização da prática historiográfica e do perfil do historiador, como na elaboração de uma identidade narrativa para a nação. Remodelando alguns preceitos ritualísticos da escrita da história (a afetividade, a cientificidade e a utilidade) e conferindo um outro sentido à rede interpretativa herdada pela tradição imperial, Romero pôde formular uma releitura do passado nacional, concentrando nos conceitos de “povo” e “mestiço” uma nova carga semântica, em conformidade com as expectativas que visava efetivar.

Abstract

The objective of this work is to analyze how the national historian's authorial figure was established in the historiographical practice of the 19th century. Based on Foucault's considerations on coercion mechanisms in generating discourses, among which can be pointed out the restriction of the enunciating subjects in the writing ritualization, the purpose is to delimitate the characteristic gestures that legitimated and outlined the national historian's profile. Three basic characteristics that qualified the historiographical production are highlighted here: the patriotic sincerity, the scientificity and the pragmatic dimension of the product. These characteristics reveal the doubles in relation to which the historian's profile was outlined: the poet, the naturalist traveler and the publicist-strategist.

Os desdobramentos de um nome

Como falar de Sílvio Romero sem levar em consideração seus efeitos? As fortunas de um nome muitas vezes são quase impossíveis de mapear. Em alguns casos, elas mal se deixam perceber. Sua presença ofusca a visão, o óbvio torna-se obtuso. O nome, tornado então objeto de investimento, não se apresenta mais como um simples substantivo próprio: é elevado à dignidade de um patrimônio coletivo. A partir daí, seu caminho é incerto. Sob o domínio das paixões e dos interesses, compartimentalizado em guildas profissionais ou diluído nas práticas do cotidiano, ele empresta sua maleabilidade a uma incessante construção de sentido. Em meio a glorificações, disputas e mal-entendidos, o que sobra? Um nome, poderíamos dizer. Mas qual? O que há por detrás de todas essas linhas sobrepostas? Seria possível, ainda, perceber ali seus traços originais? Poderíamos, quem sabe, devolver ao nome sua primeira condição de substantivo próprio? No que me diz respeito, parece pouco provável. Para tanto, seria necessário acreditar na existência dessa condição primeira. Seria preciso crer que, para além do nome ou nele mesmo, permaneceria alguma substância imanente pela qual poderíamos referenciar nossa ilusão de reconhecimento: sim, é ele! Lá está ele em sua pureza original!

Portanto, como falar de Sílvio Romero sem levar em consideração seus efeitos? Dito de outro modo, como relê-lo? Em artigo recente, João Cezar de Castro Rocha colocou uma indagação similar:

Todos conhecemos seu estilo combativo, a vocação polêmica, as avaliações críticas surpreendentes e o cientificismo militante que determinou sua visão de mundo. Como reler Sílvio Romero, portanto, sem recordar a “crítica darwiniana”, ou seja, o critério definitivo para a escrita da história da literatura brasileira? Como relê-lo sem sorrir diante do imaginativo silogismo montado para provar que o estilo de Machado de Assis mimetizava sua tartamudez?¹

A resposta do crítico centrou-se na tentativa de perceber, mediante os equívocos de Romero, a perspicácia de seus juízos estéticos. Castro Rocha procurou

¹ ROCHA, João Cezar de Castro. “‘O ruídos das festas’ e a fecundidade dos erros: como e por que reler Sílvio Romero”, in: *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 145, abr-jun, 2001, p. 73.

restituir ao horizonte histórico do autor suas expectativas de futuro. Ele ressalta, assim, a singular situação do estudo romeriano sobre Machado de Assis, colocando-o como uma tentativa frustrada de “deslocar o cânone”. A contraposição realizada por Romero entre Tobias Barreto e o escritor fluminense teria como motivo principal o ataque às panelinhas literárias da cidade do Rio de Janeiro e a conseqüente defesa de um outro projeto estético para a nação. Contudo, malgrado esse objetivo inicial, Castro Rocha salienta que a apreciação realizada por Romero das características estilísticas de Machado de Assis acabariam por torná-lo seu “leitor contemporâneo mais agudo”. O crítico sergipano teria sido o único, em seu tempo, a perceber “as qualidades que hoje reconhecemos como machadianas”. Desse modo, por muitos considerado “um dos maiores tropeços da crítica literária de todos os tempos”, *Machado de Assis. Estudo comparativo de literatura brasileira* aparece agora sob outra perspectiva.

Acrescenta-se, então, às muitas faces de Romero, uma outra: leitor, às avessas, de Machado de Assis. O que me interesse destacar, porém, é o fato de que essa releitura proposta por Castro Rocha não é impulsionada *apesar* dos efeitos, mas a partir deles. Como lembra o crítico, todos conhecemos o estilo combativo de Sílvio Romero, sua vocação para a polêmica, seu cientificismo, suas contradições. É tendo em vista esses qualificativos produzidos por uma vasta fortuna crítica que outras perguntas podem ser formuladas. Como relê-lo sem reduzi-lo a nenhuma dessas faces? Como desdobrá-lo, resgatando outros níveis de experiência que não aqueles cristalizados em certas imagens? Isso não significa propor algum tipo de mosaico, ou coisa parecida. Todas essas partes não formariam um corpo único, ainda que desfigurado. Cada pergunta e cada encontro com o texto levam a diferentes caminhos, a diferentes confrontos. Como diria Michel de Certeau, fazer história é trabalhar a partir de um espaço textual “desdobrado” e sobre ele. Assim, sempre inserida em um movimento cujos efeitos não pode negar, a historiografia pode, a partir desse reconhecimento, consistir “dar a ler o texto”, “fazer ver sua inatural atualidade: suas respostas a questões que nós simplesmente não mais levantamos, não sabemos mais levantar ou simplesmente ‘esquecemos’”².

² HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999, p. 16. Sobre a idéia da produção historiográfica enquanto

Portanto, reler Sílvio Romero a partir de seus efeitos. Mas como mapeá-los? Para além de uma série de desdobramentos que, em princípio, fogem ao espaço discursivo acadêmico, como nomes de ruas, selos comemorativos e propagandas oficiais, é possível seguir o nome de Romero em dois tipos de produção bibliográfica. De um lado, na grande linhagem de obras interpretativas sobre a formação nacional; de outro, em textos críticos, que o tomam por objeto de pesquisa.

No primeiro caso, poderíamos citar como exemplo alguns “clássicos” do pensamento brasileiro, esses livros sobre os quais retornamos continuamente. Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Darcy Ribeiro, Antonio Candido, todos esses autores, de um modo ou de outro, têm em suas produções alguma marca da exegese romeriana. Aqui, os efeitos e os desdobramentos que os textos de Romero suscitam estão diretamente ligados à elaboração da identidade nacional. Manifesta-se na configuração de um campo de visão, delimitando objetos e relações que, em outros textos, serão de outra forma selecionados e combinados. Um trabalho constante de investimento, o qual, ao mesmo tempo em que alarga um campo de possibilidades, não deixa de vetar outros. Em suma, um movimento que *faz* a história.

Outro caminho através do qual podemos seguir o nome de Romero são os inúmeros livros e artigos que realizam um trabalho de leitura sobre os seus textos. Aqui, encontramos a construção e a consolidação daquelas qualidades e defeitos que se tornaram diretamente associadas ao seu nome. De Araripe Júnior a Roberto Ventura e João Cezar de Castro Rocha, uma série de desdobramentos foram sendo engendrados, algumas imagens cristalizadas e alguns quiproquós provocados. Como não reconhecer, naquilo que poderíamos chamar de “querela da imitação”, um desses efeitos que o encontro com o texto suscita? De um lado, aqueles para quem existiria um hiato entre a linguagem adotada por Romero e sua geração e a realidade nacional. Sob esta perspectiva, as idéias científicistas então importadas seriam “mais uma ilusão própria às nossas elites, leigas ou religiosas, afastadas dos problemas da terra e do homem brasileiro”³. Do pastiche romântico passaríamos ao pastiche naturalista. Contra essa abordagem de uma desvinculação do real, outras análises apontam para a apropriação social do aparato conceitual europeu. Haveria, portanto, a partir de uma

construção desdobrada, cf. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, pp. 99-106.

³ COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil. (O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956, p. 129.

demanda interna, um processo de seleção por parte dos intelectuais brasileiros na resolução de seus dilemas⁴. Até que ponto a imitação é um meio de se alienar ou uma maneira de formar a inteligibilidade social? Quando copiar deixa de ser servidão, para transformar-se em criação? Estas questões atravessam a prática intelectual brasileira. Certamente, elas não iniciam com Sílvio Romero, mas encontram nele uma de suas mais inquietantes formulações.

Além das querelas, permanecem algumas imagens. Sílvio Romero teria sua singularidade marcada por seu caráter contraditório, por sua efusão cientificista, por ter introduzido na crítica literária brasileira a “letra social”, por sua proposta nacionalista-autoritária ou, ainda, por sua veia polemista. Enfim, as possibilidades que o texto oferecem são muitas; e muitas são as leituras. O que eu pretendo com esta dissertação é, justamente, explorar um viés de sua obra pouco enfatizado pela crítica, ou apenas esquecido: o Sílvio Romero historiador.

Os usos do passado são vários, sabe-se. Nas sociedades modernas, o recurso às origens é uma prática comum. Essa determinada consciência histórica, visando sempre estabelecer uma continuidade essencial, cumpre o papel de fundar uma identidade ao sujeito. Como destacou Foucault, em sua *Arqueologia do Saber*:

É como se aí onde estivéramos habituados a procurar as origens, a percorrer de volta, indefinidamente, a linha dos antecedentes, a reconstruir tradições, a seguir curvas evolutivas, a projetar teleologias, e a recorrer continuamente às metáforas da vida, experimentássemos uma repugnância singular em pensar a diferença, em descrever os afastamentos e as dispersões, em desintegrar a forma tranquilizadora do idêntico⁵.

Disciplinas acadêmicas como a história, a crítica literária e a antropologia, procuraram absorver, nos últimos anos, esse tipo de consideração, incorporando como objeto de suas pesquisas os modos como as nações, os partidos e os grupos sociais legitimam suas ações mediante um apelo ao passado. Essa incorporação, no entanto, com raras exceções, não significou uma tomada de consciência e um aprofundamento no modo como elas próprias formaram sua identidade discursiva. Pouca coisa foi

⁴ ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985. SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993

⁵ FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 14.

produzida no que diz respeito a uma reflexão sobre a produção de uma memória disciplinar enquanto *reprodução* de um lugar de enunciação. Apresenta-se aí uma possível tarefa para historiografia: investigar como essas memórias vão sendo construídas e reconstruídas, quais os contornos que permanecem e quais são seletivamente esquecidos⁶.

Nesse processo de construção de uma memória disciplinar, a elaboração de cânones é um aspecto fundamental. Cada disciplina, mediante o estabelecimento de uma linha genealógica, elege seus “pais fundadores”. No caso da historiografia brasileira, é comum que esse papel seja ocupado por Varnhagen e Capistrano; na crítica literária, Sílvio Romero e José Veríssimo são os eleitos. Não me importa discutir aqui a pertinência dessas escolhas (que, em parte, me parecem válidas), mas sublinhar que essa seleção tem como consequência o apagamento de certas características peculiares a esses autores. A constituição retrospectiva de uma identidade discursiva implica, na maioria das vezes, a produção de um reconhecimento, onde identificamos nossa prática com a de nossos antecedentes. Vale perguntar, nesse sentido, até que ponto uma diferença não se esconde sob essa aparente identidade, e se a tematização dessa diferença não pode, ao final, se apresentar mais esclarecedora para a nossa presente formação disciplinar.

O objetivo desta dissertação é, enfim, analisar a inserção de Sílvio Romero em uma tradição historiográfica oitocentista. O que eu procuro é compreender como sua obra é construída em relação a essa tradição, em parte dando-lhe continuidade, em parte subvertendo-a. Dou prosseguimento, assim, às sugestões de alguns críticos que salientaram tal relação, por oposição a outros que não viam ali senão rupturas. Antonio Candido, por exemplo, em seu estudo sobre o método crítico de Sílvio Romero, publicado em 1945, apresentava os trabalhos de Romero e sua geração sob o signo de um corte em relação ao período imperial. Já no prefácio à segunda edição, publicada em 1961, o autor revia sua argumentação: “Estudos posteriores me fizeram ver, por exemplo, que Sílvio era mais ligado do que eu supunha à crítica brasileira anterior, e a sua obra, mais preparada [...] pela dos antecessores”⁷. Também Roberto Ventura mencionou essa continuidade, afirmando que o paradigma cientificista da

⁶ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “A Cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar”, in: PESAVENTO, Sandra Jatay. *História cultural. Experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, pp. 9-24.

⁷ CANDIDO, Antonio. p. 15.

geração de 1870 teve como “referência o debate romântico sobre os fundamentos da literatura e da cultura brasileira, em oposição ao passado colonial”⁸. Tal reconhecimento, no entanto, refere-se apenas à “crítica” e à “literatura” brasileira. Mantém-se separados os campos da crítica literária e da historiografia.

Ora, Sívio Romero é, de fato, um historiador *literário*, mas, por ser literário, não é menos *historiador*. Portanto, procuro privilegiar aqui os dois lados do binômio, resgatando sua inserção em um espaço cujas fronteiras entre as disciplinas, ainda que existentes, eram muito fluidas. É nesse sentido que me refiro a uma “experiência historiográfica oitocentista”, na qual as especializações escriturárias com o passado, por estarem ainda em formação, não limitavam os sujeitos enunciantes em seus empreendimentos intelectuais. A compartimentalização atual dos domínios de saber não deve servir como critério *a priori* para a delimitação de nossos objetos de pesquisa, ainda mais quando o que se pretende é fazer uma arqueologia dessas disciplinas.

No intuito de explorar as linhas de continuidade e as rupturas presentes na obra de Romero, optei por restringir o material analisado. Primeiro, privilegiei os trabalhos que se relacionavam mais diretamente com uma leitura do passado nacional, com especial interesse por sua *História da Literatura Brasileira* (1888). Segundo, preferi não incluir a produção posterior à década de 1890, detendo-me no período de transição do Império para a República. Acredito que essa limitação possa me auxiliar na realização do objetivo proposto, pois o diálogo com a historiografia imperial se faz aí mais presente, além de me permitir explorar a intensidade e a unidade das expectativas que o orientavam. É possível, acredito, afirmar uma certa coesão nos textos aí inseridos, devidamente marcada por estudos que vão desde *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna* (publicado em 1880, mas cujos textos foram escritos ainda na década de 1870), passando pela *Introdução à História da Literatura Brasileira* (1882) até a confecção final de sua *História* como uma obra síntese, na qual agregou todas as suas reflexões anteriores. Essa seleção de textos não exclui, a não ser pelo recorte temporal, as produções de autores como Capistrano de Abreu, Machado de Assis e José Veríssimo, interlocutores importantes de Sívio Romero.

Devo ressaltar, ainda, que não estou considerando Sívio Romero como “representante” de um período histórico. Como destacou Angela Alonso em sua tese,

⁸ VENTURA, Roberto. p. 13

ele estava longe de ser um elemento representativo da sociedade brasileira do final do século XIX⁹. De qualquer forma, assim como grande parte de sua geração, ele foi marcado por um processo de marginalização. Compartilhava algumas expectativas comuns. As idéias de república, abolição e democracia lhe são caras, configurando um horizonte possível mediante o qual organiza suas práticas, inclusive a historiadora. O que me interessa é perceber como Sílvio Romero, reformulando uma tradição historiográfica que vinha se consolidando desde a década de 1830, elabora uma identidade narrativa, pois historiográfica, para a nação. Como parte de uma geração marginalizada, ele re-atualiza certas bases epistemológicas e temáticas em uma reordenação valorativa do passado nacional. Contra uma ordem imperial, Sílvio Romero, ao mesmo tempo em que redimensiona a prática historiográfica, reivindicando uma maior autonomia ao historiador enquanto sujeito do conhecimento, visa também deslocar o campo de visão, reconfigurando uma outra imagem do passado (e do futuro) da nação. Nesse esforço, os conceitos de *povo* e *mestiço* exercem um papel fundamental, como ordenadores da intriga e como meios de propor uma nova organização do tecido social, envolto em uma suposta individualidade plural. Em outras palavras, o que pretendo destacar aqui é um processo de *reescrita da história*.

A dissertação é dividida em três grandes capítulos. No primeiro, tento reconstituir, em linhas gerais, alguns aspectos dessa tradição historiográfica imperial, tecendo, ainda, algumas considerações a respeito de uma consciência histórica moderna. No segundo, procuro delimitar alguns traços do perfil do historiador oitocentista, tal como constituído naquela tradição, e quais as continuidades e as rupturas em relação à inscrição de Sílvio Romero nos ritos da prática historiadora. Por fim, no terceiro capítulo, desenvolvo uma reflexão sobre o modo como Romero desenvolve sua operação historiográfica e como ele ordena sua narrativa, configurando um sentido histórico para nação que anseia efetivar. A *tradição*, a *prática* e a *poética*, são esses os caminhos pelos quais me esforço para desdobrar, mais uma vez, o nome de Sílvio Romero.

⁹ ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo:

Capítulo 1

A tradição historiográfica imperial: história, literatura, nação

A literatura rege-se pela lei do desenvolvimento à maneira das formações biológicas. Ainda como as criações biológicas, ela tem a sua luta pela existência, onde as idéias mais fracas são devoradas pelas mais fortes. As idéias têm todas um elemento hereditário e tradicional e um elemento novo de adaptação a novas necessidades e novos meios.

Sílvio Romero. *História da Literatura Brasileira*

Grande parte das interpretações acerca dos autores que constituem a “geração de 1870” preocupa-se em enfatizar o corte que a distinguiria do período anterior. Assim, as análises buscam, via de regra, resgatar as diferentes teorias científicas formuladas em solo europeu e o modo como foram utilizadas no espaço nacional. Evolucionismo, naturalismo, positivismo, transformismo são algumas das correntes teóricas que caracterizariam uma ruptura entre essa nova geração de bacharéis e a ilha de letrados que girava em torno do Imperador. Tais interpretações tomam como fundamento para esse diagnóstico as fórmulas pelas quais os próprios protagonistas expressavam suas experiências. Nesse sentido, a fórmula de Sílvio Romero que viria a se tornar uma espécie de rótulo a respeito do período é bem significativa: “um bando de idéias novas” teria esvoaçado sobre eles de todos os pontos do horizonte¹⁰.

Convém ressaltar, porém, que por detrás desse corte teórico (de fundo social) que teria inflamado a pena de toda uma geração de autores, espraiava-se também uma longa (e de certa forma pesada) tradição intelectual. Além da incorporação de esquemas explicativos, que visavam, de fato, instaurar uma novidade (e uma diferença) em relação ao que então se praticava, existia também um conjunto de referências, todo um trabalho acumulado de reflexão interna com o qual a nova geração via-se obrigada a dialogar. As próprias bases pelas quais seria possível pensar

Paz e Terra, 2002, p. 142.

¹⁰ A este exemplo, cf. MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Sílvio Romero. Dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000. Nesta obra a referida passagem de Sílvio Romero é citada na íntegra, pp. 36-37. Cf. também as análises anteriores que seguem esse viés

a nação como entidade histórica são, ao longo do século XIX, formuladas. Conceitos como “nação”, “história” e “literatura” assumem, no ainda pouco definível território nacional, suas feições modernas dentro do projeto intelectual promovido pela elite imperial. Assim, é no bojo de um esforço semi-secular que se configura uma certa rede semântica, a qual servirá como um espaço de trabalho obrigatório para a geração posterior.

Mais que uma herança conceitual, herdaram-se também determinados modos de operar. Esses indivíduos que tomavam a escrita, seja na forma de crítica literária ou historiográfica, como atuação social, inseriam-se em um espaço no qual já vigoravam alguns preceitos ritualísticos, por assim dizer, sem os quais a própria ação não seria reconhecida. Isto é, a tradição imperial acabou por configurar um contorno através do qual se poderia reconhecer a enunciação intelectual, particularmente a historiográfica. Algo homólogo, poder-se-ia dizer, ao perfil do narrador de ficção tal como analisado por Flora Süssekind¹¹. É tendo por princípio essa pré-configuração de atuação que Sílvia Romero orienta sua escrita, em parte dando-lhe continuidade, em parte subvertendo-a.

Seria prudente, assim, não procurar encontrar a “chave explicativa” para essa produção pós-1870 nem tão somente em uma vinculação teórica externa (a qual levaria a uma reflexão acerca do pensamento científico europeu em suas asserções lógicas, típico de uma história das idéias), nem tampouco a uma situação interna, social e política, em detrimento dos esquemas conceituais adotados. Nenhuma dessas duas abordagens esgota o que aqui denomino de experiência historiográfica.

Nesta perspectiva, creio ser proveitosa para a análise a retomada de certos autores e temas ligados a esse espaço de discussão prévio, do qual pensadores como Sílvia Romero, Araripe Júnior, José Veríssimo e Capistrano de Abreu, entre outros, distanciam-se, cada um a sua maneira, no mesmo movimento em que com ele dialogam. Como afirma Angela Alonso em sua recente tese, a produção intelectual do período pós-1870 foi construída a partir de duas balizas: a experiência nacional e o repertório europeu¹². Nos textos desses autores, há tanto uma preocupação em estabelecer uma discussão com a produção imperial, como a ânsia de *distinguir-se*

interpretativo: COSTA, João Cruz. Op. Cit. LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1969. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit.

¹¹ SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

dela utilizando as novas teorias européias. Na verdade, os dois movimentos não podem ser dissociados, fazendo parte de uma mesma experiência intelectual. Parece-me, no entanto, que a ênfase nesse repertório europeu, como desenvolvida por grande parte da crítica, acaba por enquadrar o fenômeno em questão dentro de uma perspectiva limitada, não contribuindo no esclarecimento das características próprias a essa experiência historiográfica oitocentista. No esforço de distanciar-se do simples jogo das “influências”, uma mudança de perspectiva talvez venha contribuir para a compreensão e o reconhecimento da importância de alguns aspectos dessa produção, que são, em outras abordagens, subordinados ou escamoteados. Procurarei, assim, dentro dos limites e das questões colocadas, recuperar certas continuidades para além de falas que não apresentam senão rupturas.

Na medida em que o interesse da presente dissertação centra-se na experiência historiográfica, buscarei resgatar essas linhas de continuidade e ruptura que se processam no âmbito estrito da *escrita da história*. Para tanto, acredito ainda ser interessante partir das palavras dos próprios protagonistas. Afinal, já que me voltarei para a tradição imperial tendo em vista seus efeitos na produção posterior, faz-se necessário vislumbrar como os autores desta produção entendiam aquela tradição. Ou seja, tentarei analisar como se deu o processo de *negociação* entre uma herança historiográfica imperial e sua utilização por parte de Sílvio Romero em sua tentativa de elaboração de uma proposta narrativa para a história da nação.

Sirvo-me aqui das considerações teóricas de Gérard Lenclud, as quais vem justamente tornar mais complexo o emprego da palavra *tradição*¹³. Para o autor, esta é, ou deveria ser, uma palavra-problema, distinguindo-se de uma palavra-instrumento que naturaliza seu objeto. O conceito de tradição, como aqui será empregado, não se refere nem a uma herança imposta aos seus herdeiros, nem a uma simples e livre invenção. A proclamação da tradição é necessária, mas não é suficiente. Em parte ela é uma opção, as pessoas escolhem suas filiações e referências de pertencimento; contudo, deve-se levar em consideração também a condição inalienável de “ser-afetado pelo passado”¹⁴. Uma tradição sempre é inventada ou recriada

¹² ALONSO, Angela. Op. Cit. p. 53.

¹³ LENCLUD, Gérard. “Qu’est-ce que la tradition?”, in: DETIENNE, Marcel (org). *Transcrire les mythologies*. Paris: Albin Michel, 1994, pp. 25-44.

¹⁴ Sobre esta noção, remeto a GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 273-556.

tradicionalmente, por assim dizer. A tradição é, em suma, uma resposta, encontrada no passado, a uma questão colocada no presente¹⁵.

1.1 - O horizonte nacional: história, memória e ação

"Viva pois a história, a volúvel
história que dá para tudo"

Machado de Assis. *Memórias
Póstumas de Brás Cubas*.

“O que é uma nação?” Esta é uma pergunta que serviu como motivo de trabalho para diferentes gerações de intelectuais desde fins do século XVIII e início do XIX. No entanto, a pergunta não é tão óbvia como hoje pode parecer. A sua formulação esteve relacionada a inúmeros fatores, todos eles intrincados e de difícil ordenação. O questionamento acerca do que constituía a nação pressupunha todo um conjunto de referências que marcaram profundamente os parâmetros de sociabilidade da sociedade ocidental moderna. Eu não tentarei aqui uma exposição contextual que explique o surgimento dessa simples indagação. Contudo, a fim de tornar mais claro os argumentos que compoem esta dissertação, analisarei brevemente alguns pontos que considero importantes para a compreensão do objeto estudado. Assim, as considerações que se seguem não têm a pretensão de propor uma leitura definitiva de um processo de tão difícil mapeamento. Intenciono apenas apontar para certos traços que constituem um espaço de trabalho possível, em relação ao qual as obras de Sílvio Romero e demais autores são partes constituintes e ativas.

1.1.1 “O que é uma nação?”

Em uma conferência realizada na Sorbonne, em 11 de Março de 1882, intitulada "*Qu'est-ce qu'une nation?*" - e que viria a ganhar uma circulação imediata tanto em países europeus como americanos, Ernest Renan problematiza uma questão "clara na aparência, mas que se presta aos mais graves mal entendidos"¹⁶. O objetivo

¹⁵ LENCLUD, Gérard. Op. Cit. 1994. p. 33.

¹⁶ RENAN, Ernest. *Páginas Seletas*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d. p. 52.

da fala do reconhecido sábio francês era justamente desfazer tais mal entendidos, esclarecendo para o seletor público os componentes essenciais, porém históricos, da nacionalidade. Para essa tarefa, como adverte Renan, faziam-se necessárias, dada a delicadeza do assunto – posto que deveria tratar dos vivos - "a frieza e a imparcialidade as mais absolutas"¹⁷.

Das considerações iniciais tecidas pelo autor pode-se perceber dois indícios do modo como se configurava essa experiência: o estatuto do objeto e as implicações de sua enunciação. O tema "nação", à época em que Renan pronuncia a conferência, já se constituía como um objeto consagrado de reflexão político-intelectual. Essa entidade abria-se como um horizonte diante do qual se reorganizava um novo sistema de identidades coletivas. A nação tornava-se, para esses intelectuais, ao mesmo tempo uma evidência, uma arma política, um esquema cognitivo e um programa historiográfico¹⁸. Impulsionando e sendo formada por uma série de discursos, era preciso ao mesmo tempo controlar essa dispersão a que estava sujeito o conceito. O motivo que perpassa a conferência de Renan nada mais é, portanto, que a tentativa de dar uma resolução ao problema epistemológico e político representado pela idéia de nação.

Seguindo as análises de Anne-Marie Thiesse¹⁹, pode-se dizer que as identidades nacionais não existiam em 1800. Porém, no final do século XIX, já é possível afirmar que "os principais elementos da 'check-list' identitária estão claramente estabelecidos e os procedimentos de constituição enunciados, o que faz com que as nações recentemente surgidas possam, rapidamente, recuperar seu 'atraso' inicial"²⁰. Guardarei para mais adiante essa instigante consideração acerca das nações atrasadas, detendo-me, agora, nesse intervalo no qual a idéia de nação se estabelece como uma entidade histórica inquestionável. De fato, como afirma a autora, ao final do oitocentos já há uma reflexão acumulada que permite a identificação de diversos

¹⁷ Idem. p. 53

¹⁸ HARTOG, François. *Le XIX siècle et l'histoire. Le cas Fustel de Coulanges*. Paris: Seuil, 2001. p. 15.

¹⁹ THIESSE, Anne-Marie. "Ficções criadoras: as identidades nacionais", In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002. pp. 7-23.

²⁰ Ibid. p. 16. A autora, ainda, coloca como falaciosa a oposição entre as duas concepções constituídas a partir do século XIX: a da Revolução e a do romantismo. Na primeira, a nação seria racional e progressista; enquanto que na segunda concepção, geralmente referida como alemã, a nação se qualificaria pela emoção e seria reacionária. Ambas as concepções, sugere a autora, e no que concordo, estiveram presentes nas diversas construções nacionais, ainda que seus pesos tenham variado de acordo com os contextos específicos.

elementos que constituiriam as identidades nacionais. Hobsbawm, em seu estudo, destaca três, os quais terão pesos diversos em diferentes momentos²¹: território, língua e etnia²². Somando-se a estes elementos primários, podem-se acrescentar, ainda, a natureza, trajes, canções e tudo mais que se presta à construção simbólica. Desse modo, ao enunciar a palavra “nação”, um pensador do final do século XIX remeteria invariavelmente a uma complexa rede semântica já constituída, consideravelmente distante do que a mesma palavra poderia provocar em fins do século XVIII e início do XIX.

Ao longo de todo o oitocentos, um contínuo debate foi travado dando forma a essa entidade, delimitando os atributos que lhe seriam próprios. Nesse imenso trabalho de modelação de um corpo nacional, onde novos objetos eram construídos e outros refigurados, o que se buscava era a elaboração de um conjunto de referências comuns. Busca esta, convém ressaltar, que jamais encontrou unanimidade. Trabalhada tanto pelas instituições que compunham o Estado como pelos diferentes grupos que se faziam presentes pelos instrumentos da recém formada esfera pública, a idéia de nação implicava concepções e usos diversos, de acordo com os interesses que procuravam ser legitimados²³. Sua importância é manifestada na própria seleção do tema a ser tratado na referida conferência de Renan, realizada em consagrada instituição.

Dessa forma, as diferentes enunciações acerca da nação, como reconhece Renan, traziam consigo claros posicionamentos político-ideológicos. É o local de interesses de quem falava sobre ela o que orientaria a sua qualificação. Renan, contudo, consciente dessa batalha semântica, revestido e revestindo-se da legitimidade de alguém *autorizado* a falar sobre, após condenar os “erros” cometidos

²¹ HOSBASAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1990. Para Hobsbawm, a história dos movimentos nacionais pode ser entendida em três fases: uma primeira cultural e folclórica; uma segunda, onde torna-se um movimento político; e, por fim, a terceira, virando fenômeno de massa.

²² Para uma análise do processo de construção territorial Cf. "Conhecimento do território, produção do território: França, séculos XIII-XIX", e "Do Antigo Regime ao Império: a identidade regional, inevitável e impensável", In: REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989. Também "A governamentalidade", In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. Para análises sobre a construção da língua e da etnia como elementos de diferenciação, remeto a BOURDIEU, Pierre. "A produção e a reprodução da língua legítima" e "A força da representação", in: *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1998. Cf. também BANTON, Michel. *A idéia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1991.

²³ Para a noção de esfera pública, cf. HABERMAS, Jürgen. *L'espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Paris: Payot, 1978.

quanto às definições anteriores, anuncia que sua fala estará garantida pela "frieza e a imparcialidade as mais absolutas"²⁴.

Falando após o trauma francês de 1870-1871²⁵, Renan, tanto quanto seu público, tem consciência da necessidade de limpar as perigosas arestas de um conceito por demais polimorfo: "Tratemos de chegar a alguma precisão nesses problemas difíceis, onde a menor confusão sobre o sentido das palavras, na origem do raciocínio, pode produzir no fim os erros os mais funestos"²⁶. Para definir com precisão o que é uma nação, delimitando o sentido correto da palavra (tornando-a menos perigosa), fazia-se necessário, antes de tudo, reconhecer sua historicidade. A antigüidade, como lembra o autor, não conheceu essa experiência; nem o Egito, nem a China tiveram cidadãos. As nações são, portanto, um produto histórico, e "algo bastante novo na história". Elas são frutos de um longo processo, constituído por vários fatores, tanto políticos como culturais, encontrando seu termo somente nos tempos modernos: "A nação moderna, diz Renan, é pois um resultado histórico trazido por uma série de fatos convergindo num mesmo sentido"²⁷.

O processo de formação das nações é entendido nessa concepção como um processo de configuração de individualidades históricas, porém espirituais. Alemanha, França, Inglaterra são, de fato, segundo o autor, individualidades constituídas, e permanecerão como tais. A homologia entre nação e indivíduo, assim como sua condição temporal, é o que vem dar inteligibilidade para essa experiência crucial da história européia, sendo uma forma de regular sua dispersão discursiva e de torná-la apta a um investimento simbólico²⁸. Como afirma o autor:

²⁴ Como afirma Bourdieu, "mesmo quando se limita a dizer com autoridade aquilo que é, ou então, quando apenas se contenta em enunciar o ser, o *auctor* produz uma mudança no ser: pelo fato de dizer as coisas com autoridade, ou seja, diante de todos e em nome de todos, pública e oficialmente, ele as destaca do arbitrário, sancionando-as e consagrando-as, fazendo-as existir como sendo dignas de existir, ajustadas à natureza das coisas, 'naturais'". BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp: 1998. p. 109.

²⁵ Para uma análise da relação entre os eventos de 1870-71 e a reflexão historiográfica francesa, cf. HARTOG, François. *Le XIX siècle et l'histoire. Le cas Fustel de Coulanges. Op. Cit.*

²⁶ RENAN, Ernest. *Op. Cit.* p. 52.

²⁷ Idem. p. 58.

²⁸ Sabina Loriga, em artigo referente ao gênero biográfico na historiografia do século XIX, lembra também essa analogia entre indivíduo e nação. "O princípio da nacionalidade, diz a autora, podia aplicar-se a todos os povos e a todas as nações do mundo ocidental, mas não a todas as pessoas", p. 233. Tal analogia, dessa forma, além de presente, também seguia um procedimento estritamente meritório: o indivíduo só mereceria ser lembrado de acordo com sua contribuição para a individualidade da nação. LORIGA, Sabina. "A biografia como problema", In: REVEL, Jacques (org), *Jogos de escalas*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

A nação, *como o indivíduo*, é o resultado de um demorado passado de esforços, de sacrifícios e de dedicação. O culto dos antepassados de todos eles é o mais legítimo: os antepassados fizeram de nós o que somos. Um passado heróico, grandes homens, glória (falo na verdadeira), eis o capital social sobre o qual se baseia uma idéia nacional. Ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente; ter feito grandes coisas juntos, querer fazer mais coisas ainda, eis a condição essencial para se ser um povo.²⁹

Por essa passagem, pode-se perceber a idéia de nação como um corpo vivo, quase orgânico - individual. E essa configuração quase orgânica torna claro o uso de certos *topoi* que a acompanham: herança, aprendizado, formação (*Bildung*), memória, expectativas etc. Desse modo, pode-se dizer, com Louis Dumont, que a "nação, no sentido preciso e moderno do termo, e o nacionalismo - distinto do simples patriotismo - estão historicamente vinculados ao individualismo como valor. A nação é precisamente o tipo de sociedade global correspondente ao reino do individualismo como valor"³⁰. Tal como o indivíduo, a nação tem sua identidade constituída por um acúmulo de experiências passadas e por expectativas formadas em relação a tais experiências. Tal como o indivíduo, essa fusão de experiência e expectativas lhe dá características próprias, específicas, que o diferenciam dos demais. E para resgatar essa individualidade histórica, assim como para produzir o sentimento de "plebiscito diário" - na expressão de Renan -, torna-se imperativo compreender sua historicidade. Uma historicidade particular, como se verá, configurada em uma linha temporal contínua, plana, apta a alimentar os anseios de seus produtores e consumidores os mais diferentes.

Paradoxalmente, como nos apresenta Renan, a "essência" da nação é ser histórica. Se, pela negativa, como procede o autor, ela não se reduz nem à raça, nem à língua, nem à religião e nem ao território (elementos privilegiados em outras formas

²⁹ RENAN, Ernest. Op.Cit. p. 71. Grifo meu.

³⁰ DUMONT, Louis. *O Individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.p. 21. Reconhecer o individualismo como valor implica, para Dumont, reconhecer que ele organiza sistematicamente uma série de experiências. Em *comparação* com sociedades tradicionais, holistas, onde o valor faz parte integrante da representação, nas sociedades modernas o valor (ou as idéias-valor) é segregado, diz respeito à volição do homem; o ser e o dever-ser, tal como formulado por Kant, são separados. "Assim, 'valor' designa algo diferente do ser, algo que, distinto da verdade científica, que é universal, varia muito com o meio social e até no seio de uma sociedade dada não só com as classes sociais mas também com os diferentes setores de atividade e experiência". Idem. p. 241. Dumont analisa como a temática nacional aparece em Herder e Fichte, salientando a dificuldade que tem a ideologia moderna em dar uma imagem suficiente da vida social.

de enunciação, incompletas ou “erradas”), deve ela ser entendida, antes de tudo, como uma formação temporal. No entanto, ser histórica não quer dizer que ela seja mero fruto do acaso. Pelo contrário, há um *sentido* nessa temporalidade, guiando o processo; daí a essencialidade da nação: "houve sempre uma profunda razão de ser que presidiu a essas formações"³¹.

Descobrir essa razão histórica, mapear o encadeamento das vicissitudes temporais que implicaram a formação desse *telos*: essa é a tarefa principal da história constituída como ciência. O saber histórico, então já concebido como científico (requer-se, para limpar as arestas de um conceito tão importante, a objetividade e neutralidade científicas) e não mais como arte, insere-se, assim, numa mesma configuração onde também se modela o horizonte nacional. Inclusive, é interessante observar como a história, constituindo-se a si mesma como um saber específico, ajuda a fundar a própria idéia de nação, seu objeto por excelência³². A existência mesma do objeto deve-se, em grande medida, à formação discursiva da história, sendo ambos os conceitos balizados por uma concepção temporal na qual o futuro ganha destaque. À ciência histórica, tal como o pensavam certos historiadores, caberia estudar o passado para melhor esclarecer o futuro. Na caso da França, de onde Renan estava falando, desde a geração de Guizot e Thierry que os historiadores se voltavam ao passado nacional, tentando compreender o “instante fundador” pelo qual poderiam estabelecer o sentido de longa duração da história francesa³³. Mas é do ponto de vista de um futuro que estes historiadores buscam um “instante fundador”. É sob a perspectiva da constituição de um horizonte nacional, o qual se quer efetivar, que o passado torna-se inteligível a essa recém formada (na verdade, que não cessaria de formar-se) disciplina histórica.

Essa mesma história, contudo, como disciplina, poderia representar um papel nocivo. Como adverte o sábio francês, o "esquecimento, e direi mesmo o erro histórico, são um fator essencial da formação de uma nação, e é assim que o progresso

³¹ Renan, E. *Op. Cit.* p. 58.

³² Como afirma Temístocles Cezar, seria interessante se perguntar “quando a idéia moderna de história se funda no Brasil, e como ela se constitui em conhecimento sobre si própria, depois sobre a nação, seu objeto principal ao longo do século XIX”. “Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista”, in: *Escrita, linguagem, objetos. Leituras de história cultural*. Bauru:Edusc, 2004, p. 44.

³³ HARTOG, François. *Le XIX siècle et l'histoire. Le cas Fustel de Coulanges*. *Op. Cit.* p. 15. Sobre a profissionalização do ofício do historiador, no caso francês, cf. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX”, in: *Topoi*, Rio de Janeiro, dez. 2002, pp. 184-200.

dos estudos históricos é muitas vezes um perigo para a nacionalidade"³⁴. Renan é um dos poucos a reconhecer, ou explicitar, que o *processo histórico* - tal como a "investigação histórica" pode *provar* - é feito também por atos de violência, que a unidade sempre foi imposta brutalmente. Porém, sendo que o *sentimento de nacionalidade* se dá tanto pela posse de "um rico legado de lembranças" como da "vontade de continuar a fazer produzir a herança que se recebeu indivisa"³⁵, o *relato histórico*, a narração por excelência das origens, deve prezar pelos feitos dignos de incitar o patriotismo e relegar ao esquecimento os atos indignos de constituir uma memória. Renan, dessa forma, reconhece a distinção muitas vezes negligenciada, ainda que intencionalmente, entre o processo histórico e seu relato. Este, segundo as expectativas em questão, deveria operar seletivamente, fazendo ver o que convém e omitindo o que não interessa. Insinua-se aí uma aparente antinomia, constitutiva da escrita histórica oitocentista e que se fez marcante para a experiência brasileira: a exigência tanto da cientificidade do discurso histórico, como também de sua não menos importante afetividade.

1.1.2 Nação e progresso: uma nova experiência do tempo

A formação do conceito moderno de história, tal como desenvolvido a partir do século XVIII, constituindo-se como um singular coletivo, a história em si e para si³⁶, tem, pois, como uma de suas faces principais a questão nacional. É essa formação política específica, os Estados-nação, coincidente com toda uma reconfiguração da experiência do homem moderno - em sua esfera do cognitivo, desde Kant separadas do ético e do estético - que abriga e investe na produção do conhecimento histórico³⁷. Por outro lado, este mesmo conhecimento histórico, cumpre não esquecer, tal como configurado no século XIX, abre a possibilidade da construção identitária dos estados modernos. Não sendo um mero instrumento ideológico, a história aparece como um

³⁴ RENAN, Ernest. *Op. Cit.* p. 57.

³⁵ Idem.p.71.

³⁶ cf. KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro Passado. Para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1993. Cf. também "Le concept d'histoire", In: *L'expérience de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1997, pp. 15-99.

³⁷ Dumont, ainda, salienta que tão logo Kant estabelece essa cisão do sujeito moderno, "os já seus talentosos sucessores, e os intelectuais alemães em geral, se lançavam em esforços variados para restabelecer a unidade". DUMONT, Louis. *Op. Cit.* p. 249. Os esforços de Hegel e Fichte, nesse sentido, são exemplares.

conceito regulador que possibilita e limita a confecção de diferentes projetos sociais. Como demonstra Koselleck, com cada conceito se estabelecem determinados horizontes, mas também limites para a experiência e para as teorias possíveis³⁸. Portanto, o conceito moderno de história vem abrir e delimitar um horizonte de expectativas em relação ao qual essa sociedade pensa a si mesma e orienta suas ações. Por esta via se desenha o horizonte nacional como possibilidade histórica de *realização* política e identitária da sociedade.

Ao longo dos séculos XVI e XVII, com o humanismo italiano e com as controvérsias religiosas entre protestantes e católicos, vemos desenvolver-se certas operações que buscavam estabelecer a autoridade de textos frente à tradição. O recurso a essas operações críticas, realizadas nos domínios da filologia, da religião e do direito, serviam como um meio de legitimar posições teológicas e políticas numa sociedade cujas ordens hierárquicas estavam em transformação³⁹. Essa intenção específica de conhecer o passado esteve diretamente ligada a uma desvalorização da autoridade tradicional e ao reconhecimento de uma certa relatividade histórica. Não se tratava, contudo, de recusar toda a tradição e de criticar toda autoridade, mas de substituir a autoridade da tradição pela autoridade da fonte autêntica. A tradição, deve-se ressaltar, ainda era um espaço que regulava as possibilidades humanas. A partir dos séculos XVII e XVIII, percebe-se um novo movimento. Com Pierre Bayle e seu *Dicionário histórico e crítico*, de 1697, uma reflexão cética ganha espaço e a crítica à tradição torna-se radical. Para este tipo de ceticismo, como afirma Kriegel, há uma tendência em tratar todo o material do passado como se fosse uma fábula, a considerar todo o passado dentro da categoria da tradição⁴⁰. Pela crítica à erudição, tal como os pensadores iluministas a formularam, desenha-se um outro modo de se relacionar com o passado: é a história literária e filosófica que entre em cena. É sobre estas bases, quando a história se tornar um singular coletivo e aqueles domínios críticos passarem ao estatuto de “ciências auxiliares”, que se formará a consciência da “realizabilidade” da história⁴¹.

³⁸ “História conceptual e história social”, in: *Futuro passado*, Op. Cit. p. 118.

³⁹ Sobre a formação dessas operações críticas e sua relação com uma desvalorização da tradição, cf. KRIEGEL, Blandine. *L'histoire à l'Age classique. La défaite de la érudition*. Paris: Qyadrige/PUF, 1988, pp. 17-134.

⁴⁰ Idem. p. 284.

⁴¹ KOSELLECK, Reinhardt. “Sobre la disponibilidad de la historia”, in: *Futuro pasado*, Op. Cit., pp. 251-166.

A relação estabelecida pelos Modernos com o passado, onde questionava-se a Antigüidade como valor, é inseparável da constatação de que a responsabilidade pelo devir depende, em grande parte, das ações humanas. Para usar uma expressão de Foucault, “o que vem à luz é uma forma nua da historicidade humana – o fato de que o homem enquanto tal está exposto ao acontecimento”⁴². À pergunta provocativa de Kant de como seria possível uma história *a priori*, caberia uma única resposta: quando o sujeito efetua e organiza os acontecimentos que ele mesmo havia enunciado. O que vale destacar é a dimensão política que essa nova experiência do tempo vem refigurar. Como ressaltou Hannah Arendt, a história, na época moderna, “não mais compôs-se dos feitos e sofrimentos dos homens, e não contou mais a estória de eventos que afetaram a vida dos homens [tal como em seu modelo clássico]; tornou-se um processo feito pelo homem, o único processo global cuja existência se deveu exclusivamente à raça humana”⁴³. O passado, uma vez tornado história, libera o homem para a realização do ainda não-pensado, e o futuro estende-se como um horizonte aberto, esperando por seu feito.

Concepção que implica uma reestruturação da pré-compreensão das possibilidades humanas, o conceito moderno de história deixa então de ser entendido como um receptáculo de experiências passadas - passado que limitava um espaço do que seria possível experimentar -, assumindo uma outra rede semântica, agora conotando, entre outras coisas, o imprevisível. Afinal, a descoberta dessa historicidade humana, na mesma medida que abre um espaço de realização possível, assombra o homem com a idéia do desconhecido. "Desde que o passado deixou de lançar sua luz sobre o futuro, o espírito humano anda errante nas trevas", nas inquietantes palavras de Tocqueville⁴⁴. O discurso histórico, em seu processo de profissionalização no século XIX, vem justamente re-ordenar o passado, redirecionar o homem para fora das trevas de uma experiência esgotada. Com seus procedimentos, seu lugar social e com uma escrita própria, a história em sua forma disciplinar passa a redomesticar o passado, dando-lhe inteligibilidade.

⁴² FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 512.

⁴³ ARENDT, Hannah. “Sobre o conceito de história – antigo e moderno.”, in: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 89. Segundo uma fórmula de Koselleck: “A arbitrariedade da ‘história’ cresce com sua realizabilidade”. *Futuro pasado*. Op. Cit. p. 62.

⁴⁴ Apud: Idem. p. 49.

Um dos sinais que marca essa mudança de sensibilidade histórica pode ser encontrado na noção de *progreso*, como então formulada. A idéia de aceleração do tempo, tal como experimentada na modernidade, usando as categorias de Koselleck, faz com que o horizonte de expectativas e o espaço de experiência se distanciem, assumindo o primeiro um peso maior⁴⁵. Ou seja, o tempo se abre e com ele as possibilidades humanas em uma temporalidade que se afasta cada vez mais do que já foi, das experiências passadas⁴⁶. O conceito de progresso, segundo o historiador alemão, vem a ser, inclusive, o primeiro genuinamente histórico, levando a diferença temporal entre a experiência e a expectativa a um conceito único⁴⁷.

Esse hiato entre experiência e expectativa configura, pois, uma nova experiência temporal. É dirigindo-se ao futuro que se constrói a inteligibilidade das experiências passadas, sendo ele, o futuro, a referência última da ordenação do tempo. O conceito de nação, dentro desse regime moderno de historicidade, constitui-se essencialmente como um conceito carregado de futuro: é um conceito criador⁴⁸. A nação, como horizonte a ser alcançado, serve de referência para a ordenação da temporalidade e para a confecção de projetos que se alimentam dessa abertura do futuro como espaço do ainda não realizado. A cada futuro representado por um projeto nacional, se faz necessário um passado equivalente. "Este futuro, segundo Hartog, que esclarece a história passada, este ponto de vista e este *telos* que lhe dão sentido, adquiriu, sucessivamente, com as vestes da ciência, a imagem da Nação, do Povo, da República ou do proletariado. Se ainda resta uma lição da história, ela vem,

⁴⁵ "Espacio de experiencia" y "horizonte de expectativa": dos categorias históricas", In: *Futuro Pasado. Op. Cit.*

⁴⁶ Para uma análise da idéia de progresso, cf. ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem espectador. A idéia de progresso*. São Paulo: Unesp, 2000. Segundo o historiador italiano, a "idéia de um crescimento e de um desenvolvimento do gênero humano, a noção de *advancement of learning*, foram se transformando no final do século XVIII numa verdadeira e própria teoria na qual entravam em jogo: a noção de perfectibilidade do homem e de sua natureza alterável e modificável; a idéia de uma história unitária e 'universal' do gênero humano; os discursos da passagem da 'bárbarie' à 'civilização', sobretudo a afirmação de constantes 'leis' operando no processo histórico. Entre a metade do século XVIII e a metade do século XIX, a idéia de progresso acabará por coincidir - no limite - com a de uma ordem providencial, imanente ao devenir da história". p. 95.

⁴⁷ "El concepto de 'progreso' es el primeiro genuinamente histórico, que ha llevado la diferencia temporal entre la experiencia y la expectativa a un concepto unico". KOSELLECK, Reinhardt. "Espacio de experiencia" y "horizonte de expectativa". Dos categorias históricas", In: *Op. Cit.* p. 349.

⁴⁸ Segundo expressão de Koselleck. *Futuro pasado. Op. Cit.*, p. 353. François Hartog define a noção de "regime de historicidade" da seguinte maneira: "Eu o compreendo como uma formação sábia da experiência do tempo que, em retorno, modela nossos modos de dizer e de viver nosso próprio tempo. Um regime de historicidade abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento". HARTOG, François. "O tempo desorientado. Tempo e história. "Como escrever a história da França?", In: *Anos 90*, Porto Alegre, n.7, julho de 1997, p. 8.

por assim dizer, do futuro e não mais do passado"⁴⁹. Como afirma ainda Manoel Salgado Guimarães, cabia "à história, agora como disciplina submetida aos rigores do conhecimento científico, a tarefa de fundar no passado a origem da Nação, produzindo para o século XIX as biografias sistematizadas das Nações como parte fundamental da nova pedagogia para o cidadão nacional"⁵⁰. Pode-se dizer, assim, que o discurso histórico vem assumir um papel central na produção das identidades modernas. Associado ao individualismo como valor, a formação de um regime moderno de historicidade acabou configurando um certo espaço de inteligibilidade mediante o qual os homens poderiam orientar suas ações. Contudo, essa mesma revalorização da experiência do passado operada pelo conceito de história, vale ressaltar, acabaria também por se mostrar um fardo⁵¹. Frente à possibilidade das trevas de uma experiência esvaziada, como afirmou Tocqueville, instaurava-se, em sentido oposto, um passado monumental, ou monumentalizado, do qual não mais se poderia libertar⁵².

1.1.3 A busca do outro como si mesmo

Nesse momento, história e memória se encontram no que Foucault denominou de um "jogo consolante dos reconhecimentos"⁵³. Se, no século XIX, já havia uma oposição que marcava a especificidade de cada uma e suas características antitéticas

⁴⁹ HARTOG, François. "O Tempo desorientado", in: *Op. Cit.*, p. 9.

⁵⁰ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar", In: *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 18.

⁵¹ WHITE, Hayden. "O fardo da História", in: *Trópicos do discurso. Ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo, Edusp, 1994. pp. 39-64.

⁵² NIETZSCHE, Friederich. "Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida", in: *Considerações intempestivas*. Lisboa, Editorial Presença, s/d. Nietzsche insere-se no que poder-se-ia chamar de uma tradição crítica, junto com autores como Droysen e Burkhardt, no caso alemão, e Péguy e Valéry, para o caso francês. Para Nietzsche, existiriam três usos possíveis da história: a monumental, a antiquária e a crítica. "Quando o homem quer criar grandes coisas precisa do passado, usa a história monumental. Ao contrário, quem quer perpetuar o que é habitual e venerado há muito, encara o passado como antiquário e não como historiador. Aquele que é apanhado pela necessidade presente e que se quer ver livre do seu peso, precisará de uma história crítica, que julga e que condena. A transplantação imprudente destas diversas espécies é fonte de muitas desgraças. O crítico sem necessidade, o antiquário sem piedade, o perito sem poder criador são plantas que degeneram, por terem sido arrancadas ao seu terreno". p. 124.

⁵³ FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia e a história", In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 27.

(centrada na credibilidade da prova)⁵⁴, deve-se, porém, atentar também para o fato de que, em grande medida, a história vinha a ser um suporte de escrita que re-atualizava a memória coletiva em função dos projetos nacionais. A história, pode-se dizer, conjugava então com a memória uma mesma funcionalidade.

Ambas compartilhavam a felicidade do reencontro com o objeto distante no tempo, de que nos fala Ricoeur ao fazer uma fenomenologia da memória⁵⁵. O filósofo francês, a partir de Aristóteles, distingue uma memória propriamente dita (*mnème*) da reminiscência (*anamnèsis*). A primeira caracterizaria a simples presença de uma lembrança no espírito, em sua evocação espontânea. A segunda, por sua vez, diz respeito a uma busca a ser realizada pelo sujeito em direção ao objeto ausente. É sob estas duas rubricas, presença e busca da lembrança, que Ricoeur propõe uma fenomenologia da memória. Ora, o que me interessa reter dessa análise é a aproximação operada pelo autor entre a experiência memmônica e a representação do passado. O que estabeleceria esta ligação de uma à outra seria um “ato de confiança” em uma experiência que se poderia designar de “experiência *princeps*”: o reconhecimento. A escrita da história, tal como praticada no século XIX, vem oferecer (e produzir) justamente essa experiência de reconhecimento do si com o mesmo. A fidelidade da memória e a veracidade da história não se apresentavam como pares antitéticos, mas faziam parte de uma mesma configuração social. A investigação do passado e de seus momentos “fundadores” vinha trazer ao corpo social a felicidade do reencontro com o objeto ausente/presente. Afinal, como sustenta ainda Ricoeur, “a memória, definida pela presença no espírito de uma coisa passada e pela busca de uma tal presença, pode, por princípio, ser atribuída a todas as pessoas gramaticais”⁵⁶.

Assim, a imagem que resulta desse jogo de presença e busca é a imagem que consolida a identidade nacional. Memória, ainda que manipulada, a narrativa histórica da nacionalidade, como praticada no oitocentos, inscreve na atualidade o passado como um bem comum⁵⁷. Não uma história crítica, preocupada com as rupturas, em

⁵⁴ POMIAN, Krzystof. "De l'histoire, partie de la mémoire, à la mémoire, objet d'histoire", In: *Sur l'histoire*. Paris: Gallimard, 1999.

⁵⁵ RICOEUR, Paul. “L’écriture de l’histoire et la représentation du passé”, *Annales HSS*, juillet-août, n.4, pp. 731-747.

⁵⁶ Idem. p. 734.

⁵⁷ No sentido em que Ricoeur denomina "consciência constituinte". Tal como vivenciada no século XIX, segundo o autor: "Mais do que uma coerência interna, o que os historiadores contemporâneos do romantismo filosófico descobrem na história que se faz é uma potência - uma *Macht* - que a

"reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser"⁵⁸. Mas uma história-memória, que *marca a lembrança nas coisas*, familiariza o passado atualizando-o e domesticando-o pela escrita.

No processo de seleção e combinação de elementos dignos de formar a narrativa histórica, operam-se, assim, projetos de memória. Se, como afirma Renan, o que define a nacionalidade é a posse de um conjunto de lembranças a serem compartilhadas, "cabe à história organizá-las e transformá-las em matéria ensinável, esquecendo, no entanto, de se interrogar acerca dos procedimentos que presidiram a esta operação"⁵⁹. A escrita da história, assim como a memória, é seletiva, implica uma série de escolhas e de descartes. Cada evento ou personagem a ser resgatado deve ter um merecimento. Seu lugar na narrativa vem de acordo com a sua relevância para a fundação da nacionalidade, sendo o resto relegado ao esquecimento. Esse *Bildungsroman* da nação, tendo como modelo narrativo os romances modernos, visa, pois, instaurar uma história que seja "simultaneamente ressurreição e inspiração"⁶⁰.

Outro aspecto que se deve levar em consideração é a demanda existente na sociedade por tais relatos. Há uma "cultura histórica" oitocentista que ajuda a configurar toda uma série de experiências, individuais e coletivas, fornecendo um substrato fundamental para a construção de inteligibilidade social⁶¹. Ela não se restringe, portanto, ao político, mas abrange todo um conjunto de práticas que instauram identidade ao sujeito, seja individual ou coletivo: é um modo de estar-no-mundo. Pode-se entendê-la como uma "capacidade" ou "competência" adquirida de

propulsiona de acordo com um plano mais ou menos secreto, embora deixando ou tornando o homem responsável por seu surgimento". RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997. p. 363.

⁵⁸ FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia e a história", in: *Op.Cit.* p. 27.

⁵⁹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado, "A cultura histórica oitocentista", in: *Op.Cit.* p. 19.

⁶⁰ THIESSE, Anne-Marie. *Op. Cit.* p. 12. A autora destaca como modelo os romances escritor por Walter Scott. Com relação à importância do romance para a experiência histórica moderna, ver BAKHTIN, Mikhail. "O romance de educação na história do realismo" In: *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, pp. 221-276. Bakhtin analisa como está presente em Goethe, em obras como *Wilhelm Meister e nas suas Memórias* uma nova sensação temporal, a percepção do "movimento visível do tempo histórico, indissociável da ordenação natural de uma localidade e do conjunto dos objetos criados pelo homem, substancialmente vinculados a essa ordenação natural", p.25.

⁶¹ "Cultura histórica", no sentido que lhe confere Manoel Salgado, como "a centralidade da História no processo de definição de sentidos para o homem contemporâneo". GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "Usos da História: refletindo sobre a identidade e sentido", In: *História em Revista*, Pelotas, vol. 6, dezembro, 2000. pp. 21-36. Nesses termos, "a história concebida como atitude de encadeamento sistemático de eventos passados e presentes, viabiliza ao presente um significado para um passado não vivido, desconhecido e por isto mesmo ameaçador na sua diferença e intangibilidade". p. 26.

imaginar e reconhecer o passado em suas diferentes materialidades: narrativa, teatro, museu, pintura etc.⁶².

Essa competência histórica aparece, também, na forma específica de ciência. Nomear a fonte, instituí-la como objeto da memória nacional e meio heurístico para se conhecer e se contar a sua história torna-se uma operação consagrada da ciência histórica. Na figura do historiador, aquele que detém as capacidades técnicas necessárias, procura-se monopolizar a enunciação sobre o passado da sociedade. Essa construção de procedimentos específicos que conferem ao saber histórico o estatuto de ciência, com métodos próprios, vai de par com a fabricação de uma memória coletiva a ser compartilhada, buscando nas origens os traços fundamentais de uma constituição presente. A consolidação disciplinar da história e da nação moderna remetem-se, pois, uma à outra, estruturando os modos de construção de inteligibilidade e de ação social:

História submetida a uma memória, que lê o passado segundo as construções e demandas do presente. Através deste procedimento de transformar as lembranças do passado em um relato organizado e coerente, produz-se sentido e significado para a vida coletiva pela via de valores como os de pertencimento a um grupo, legitimidade e autoridade da nova ordem em constituição assim como a confiança capaz de sedimentar os projetos para a vida coletiva no futuro, quer no sentido de manutenção quer no sentido de transformação⁶³.

Desse modo, como atesta Pierre Nora referindo-se à historiografia francesa do século XIX, pode-se dizer que "História, memória, Nação mantiveram, então, mais do que uma circulação natural: uma circularidade complementar, uma simbiose em todos os níveis, científico e pedagógico, teórico e prático"⁶⁴. É a história do tipo Lavissee, o épico nacional a ser construído⁶⁵.

⁶² A idéia de competência é de BANN, Stephen. "History as competence and performance: notes on the Ironic Museum", in: KELLNER, Hans; ANKETRSMIT, Frank. *A new philosophy of history*. Chicago, The University Chicago Press, 1995, pp. 195-211.

⁶³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "A cultura histórica oitocentista", Op. Cit. p. 23.

⁶⁴ NORA, Pierre. "Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux", In: *Les lieux de mémoire*. La république. Paris: Gallimard, 1984. pp. XXI-XXII.

⁶⁵ "As histórias de... tornaram-se a história sem mais. No plano da narrativa, essa história ostenta a unidade épica que corresponde à epopéia única que os homens escrevem". RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Op.Cit. Tomo III. p. 362.

* * *

Após esse breve mapeamento das redes semânticas conotadas pelos conceitos modernos de nação e história, balizados por noções como “progresso”, “ciência” e “memória”, convém agora voltar a atenção para a configuração da experiência historiográfica oitocentista brasileira, delimitando em linhas gerais seus contornos principais. O esforço em delimitar o espaço de trabalho constituído por essa “tradição historiográfica” imperial tem em vista justamente subsidiar a presente tentativa de inscrever a obra de Sílvio Romero naquela experiência historiográfica, percebendo as continuidades e rupturas que lhe são próprias.

1.2 Como não se deve escrever a história nacional: a escrita romântica

“É banal vir ainda repetir que a história do Brasil – literária ou política – está de todo por fazer. Não há um só tipo nacional, grande ou pequeno, que esteja tirado a limpo, que ocupe por direito o seu lugar.”

Sílvio Romero.
Introdução à História da Literatura Brasileira.

Toda a obra inicial de Sílvio Romero, que perpassa as décadas de 1870 e 1880, apresenta um intenso e tumultuado debate com a geração por ele definida como “romântica”. E quando ele se refere aos “românticos” não se restringe ao que poderíamos entender por literatos tão somente (até porque não havia aí nenhuma especialização), como Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e José de Alencar, mas a toda produção letrada desenvolvida a partir da década de 1830⁶⁶. É impossível entender sua obra sem levar em consideração esse conturbado diálogo estabelecido com a tradição romântica imperial.

⁶⁶ Sobre essa concepção de letrados no século XIX, cf. CANO, Jefferson. *O fardo dos bacharéis: o “orbe literário” e a construção do império brasileiro*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, 2001.pp. 1-40.

Em *A literatura brasileira e a crítica moderna*, de 1880, ele afirma que o objetivo de seu livro não é “mostrar o largo caminho que nos cumpre trilhar”, mas, “antes de tudo, desobstruir o terreno, juncado de velhos preconceitos e falsidade; deve[ndo] alçar o látigo destruidor e desfazer as *legendas*, para afirmar a luz”⁶⁷. É preciso, pois, destruir para construir. Ele tece, assim, uma crítica extremamente destrutiva a respeito dos românticos, com uma clara intenção de deslegitimar tudo o que havia sido produzido por essa geração. Em obras posteriores, Romero diminuirá seus ataques, reconhecendo algumas contribuições que o romantismo legou ao pensamento nacional. Já na *História da Literatura Brasileira*, ele vem afirmar o ganho de uma consciência histórica por parte do movimento romântico: “O romantismo foi, pois, uma mudança de método na literatura; foi a introdução do princípio da relatividade nas produções literárias; foi o constante apelo para o regímen de historicidade na evolução da vida poética e artística”⁶⁸.

Contudo, malgrado o reconhecimento de ganhos estéticos e metodológicos, o romantismo será sempre utilizado em seus textos como um parâmetro daquilo que *não deve ser*. Toda a sua produção parte dessa negativa, funcionando, em grande medida, como uma estratégia retórica de convencimento. Mais que uma posição política, o ataque ao romantismo é parte inerente ao seu argumento, deslegitimando para legitimar. Atacá-lo, designando-o como medíocre, afetado, ingênuo, parcial, ou ainda “metafísico”, é uma forma de reforçar sua posição, entendida como científica e verdadeira. Ainda em sua *História da Literatura Brasileira*, no parágrafo anterior ao qual vem afirmar sua tese principal a respeito da formação nacional, Romero destaca justamente as posições das quais se distancia:

A história do Brasil, como deve ser hoje compreendida, *não é*, conforme se julgava antigamente e era repetido pelos entusiastas lusos, a história dos portugueses na América. *Não é também*, como quis de passagem supor o romanticismo, a história dos Tupis, ou segundo o sonho de alguns representantes do africanismo entre nós, a dos negros em o Novo Mundo⁶⁹.

⁶⁷ ROMERO, Sílvio. “A literatura brasileira e a crítica moderna”, in: *Sílvio Romero. Literatura, história e crítica*. BARRETO, Luiz Antonio (org). Rio de Janeiro: Imago, 2002. p. 39.

⁶⁸ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Op. Cit. Vol. 3. p. 782.

⁶⁹ ROMERO, Sílvio. *História*.... Tomo I. p. 53.

Não me estenderei agora sobre as particularidades da negação retórica em Romero, contentando-me apenas em assinalar a existência da mesma. O seu esforço em desvincilhar-se e distinguir-se de um modo específico de produção letrada, aquilo que ele designa como romantismo, revela, contudo, uma enorme dificuldade em realizá-lo. A ênfase na *forma* (entendendo-a estritamente como modo de abordagem, vinculado às teorias de que fazia uso), inclusive, talvez possa ser melhor compreendida se se tiver em conta essa dificuldade em desfazer-se de uma *rede interpretativa* legada pela tradição imperial. O investimento em uma linguagem diferenciada, assim como em novas expressões científicas, não deixa de ser um meio de construir (ou pelo menos de realçar) uma *diferença* pela qual seriam suprimidas ou escamoteadas as linhas de continuidade em relação à tradição romântica⁷⁰. Algo próximo, nesse sentido, aos “quadros de ferro” de que falava Capistrano a respeito de Varnhagen⁷¹. Assim, para melhor compreender a especificidade da *resposta* de Romero, a proposta de sentido que sua obra vem instaurar, procurarei tecer algumas considerações acerca da tradição com a qual ele dialoga, delimitando alguns elementos básicos dessa rede interpretativa a que me referi.

Para isso, tomarei por base alguns indícios que perpassam seu texto. Por exemplo (apenas para citar alguns), em uma nota de pé página, na já citada *A Literatura brasileira e a crítica moderna*. A anotação é inserida na seguinte frase: “Os historiadores brasileiros têm-se descuidado de delinear profundamente as origens de nossa imputação”⁷². Em pé de página, ele vem afirmar que “o problema histórico das raças que formaram a população do país, foi discutido com mais acrimônia do que

⁷⁰ Poder-se-ia pensar a prática discursiva de Romero e de sua geração sob o prisma daquilo que Pierre Bourdieu denomina “discurso herético”. Segundo o sociólogo, a “subversão herética explora a possibilidade de mudar o mundo social modificando a representação desse mundo que contribui para sua realidade, ou melhor, opondo uma *pré-visão paradoxal* (utopia, projeto, programa) à visão comum que apreende o mundo social como mundo natural”. Nesse sentido, a negação e a afirmação devem ser encaradas como práticas complementares, assim como se deve levar em consideração também a reação por parte dos destituídos. Afinal, qualquer “tentativa de instituir uma nova divisão deve contar com a resistência daqueles ocupantes de posições dominantes nesse espaço que são também os maiores interessados na perpetuação de uma relação dóxica com o mundo social (...)”. Bourdieu, Pierre. “Descrever e prescrever: os limites da eficácia política”, In: *A economia das trocas simbólicas*. Op. Cit., pp. 117-126.

⁷¹ A expressão encontra-se em carta de Capistrano ao Barão do Rio Branco, datada de 17 de abril de 1890. ABREU, Capistrano. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, Vol. I, p.130. O trecho é o seguinte: “Parece-me que poderei dizer algumas coisas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por Macedo no Colégio de Pedro II, ainda hoje são a base de nosso ensino”. A este respeito, vale ressaltar que a *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, seria implementada no Colégio, onde o autor lecionava, a partir de 1892.

⁷² ROMERO, Sílvio. “A literatura brasileira e a crítica moderna”, in: Op. Cit. p. 46.

verdade”. Romero exemplifica esse juízo referindo-se às obras não literárias de Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, as quais fariam “apoteose” dos indígenas. Cita, ainda, a *História Geral do Brasil* de Varnhagen, que “deifica o português e diz inexatidões bem graves contra os índios”. Por fim, lembra Francisco Lisboa, o qual teria *em parte corrigido* “os sonhos de G. Dias e as aberrações de Varnhagen”. Todos esses autores não teriam encarado “o problema histórico das raças” tal como ele se apresentava na história nacional. Eram todos parciais e, portanto, incompletos. Poder-se-ia dizer que falharam em encontrar o “interesse dramático”⁷³ da história brasileira.

Já na *História da Literatura Brasileira*, no capítulo dedicado às teorias da história do Brasil, os autores selecionados são: Martius, Buckle, Teófilo Braga, Oliveira Martins, além dos discípulos de Comte e Spencer. Ora, com exceção de Martius, todos os outros autores mencionados são as figuras centrais de sua geração; os autores que formavam o “repertório europeu”. Para o período imperial, a única menção diz respeito à dissertação apresentada pelo naturalista bávaro ao IHGB. Isso não é dito explicitamente, porém é lícito pensar que Romero reconheça na proposta de Martius uma espécie de guia teórico da geração de historiadores românticos. Inclusive, ressalta (sempre no investimento de distinguir-se) que “alguns têm por vezes exagerado a simplíssima indicação de Martius, o mero conselho do notável bávaro”⁷⁴.

Percebe-se pelas passagens acima alguns tópicos da crítica de Romero em relação aos românticos, dentre as quais destaco duas. Primeiro, a refutação em relação às interpretações que privilegiavam algum ramo específico, como o português, o negro ou os índios. Segundo, o reconhecimento de uma matriz teórica romântica, a qual, se de fato indicou os elementos, não avançou no nexos que os uniria – papel a ser desempenhado pelo mestiço. Há, assim, o reconhecimento de um todo coerente que caracterizaria a tradição romântica. Reconhecimento este que funciona em Romero como uma estratégia retórica de negação⁷⁵. Esta é a parte da tradição fabricada, ou instituída. Contudo, para além dessa tradição que surge em seu discurso como exemplo negativo, insinua-se uma tradição que o *afeta*. Como já disse, talvez a preocupação de Romero em instaurar uma *diferença* se deva, em grande medida, à sua

⁷³ ROMERO, Sílvio. *História...* ; Vol. II. p. 364.

⁷⁴ Idem. Vol. I. p. 61.

dificuldade em distanciar-se de um espaço de trabalho e de uma rede interpretativa que o antecede. Essa tradição que o afeta vem tanto limitar quanto possibilitar sua prática historiográfica, fornecendo as referências básicas para a construção de sua narrativa histórica, a qual, como será analisado, apresenta-se como um processo de reescrita da história.

A partir de tais indícios, tentarei reconstituir algumas características marcantes desse “quadro de ferro” da tradição imperial, pois creio que tornarão mais explícitos os pontos de continuidade e os distanciamentos não apenas retóricos de Sílvio Romero.

1.2.1 *Um lugar de produção*⁷⁶

Como já foi mencionado na primeira parte deste capítulo, no início do século XIX a nação estava longe de ser uma evidência política ou uma entidade histórica consagrada. Era, nesse período e em ambiente europeu, “uma idéia nova e subversiva, que provocava a contestação da sociedade de ordens e de um poder monárquico que se vale do direito divino ou do direito de conquista”⁷⁷. Desse modo, a nação vinha colocar-se como uma comunidade de nascimento, definida por uma língua, costumes, religião, raça e demais traços afetivos que caracterizariam os indivíduos como *sendo* francês, alemão, inglês etc. Para isso, no entanto, foi necessário um intenso e longo percurso, uma série de debates e operações intelectuais, todo um conjunto de políticas estatais na constituição dos elementos do que Anne-Marie Thiesse definiu, conforme já visto, como a “chek-list” identitária das nações modernas.

No caso brasileiro, a idéia de nação, ao contrário do que ocorreu na Europa, assumiu desde o início uma conotação positiva, ou seja, oficial. A palavra “nação”,

⁷⁵ Como ressalta Ankersmit, as “visões do passado que *rejeitamos* são, portanto, parte integral da identidade desta visão de passado que *aceitamos*”. “Resposta a Zagorin”, in: *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 163. Grifos no original.

⁷⁶ Lugar, como o entende Certeau: “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que [sic] circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam”. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002, p. 66-67.

⁷⁷ THIESSE, Anne-Marie. Op. Cit. p. 8.

assim como “brasileiro”, já existia. Durante os séculos XVI e XVII, o termo nação era utilizado com um caráter discriminatório, designando grupos sociais como os escravos, os indígenas e os judeus. Falava-se, então, de “gentes de nação”. A mesma situação pode ser identificada para a noção de “brasileiro”. Originalmente, ela remetia à profissão de recolher pau-brasil. A mesma expressão, posteriormente, como cunhada no *Romance* de Gregória de Matos, designava os “naturais”, explorados pelos estrangeiros. Mesmo no início do século XIX, como destaca Ilmar Mattos,

nas páginas do *Correio Braziliense*, editado por Hipólito da Costa em Londres, brasileiro era o português ou o estrangeiro estabelecido no Brasil; braziliense, o natural do Brasil; e brasiliano, o indígena. Somente com os eventos mais próximos à emancipação política de 1822, a noção de brasileiro parece se encontrar pela primeira vez com a de Brasil, anunciando a constituição de um corpo político, ao mesmo tempo em que o punha em relevo⁷⁸

Assim, a elaboração do conceito moderno de nação, juntamente com o de brasileiro, esteve vinculada diretamente a um projeto político. Seu novo sentido deveu-se ao esforço por parte do Estado-monárquico recém instaurado e de seus intelectuais no interesse de garantir a unidade territorial e política contra uma forte tendência disruptiva presente nas províncias. Nesse sentido, vale destacar a feliz colocação de Luiz Felipe de Alencastro de que esses autores de um primeiro romantismo brasileiro, como Gonçalves Dias, Araújo Porto-Alegre e mesmo Varnhagen, estariam “mais próximos dos publicistas – dos escritores políticos franceses do século XVIII, pensadores da nação pós-aristocrática, e dos autores russos do século XIX, acesos pelo estranhamento que a *Aufklärung* difundia nas sociedades não-ocidentais – do que dos poetastros de sua época (...)”⁷⁹. Verdadeiros publicistas, esses escritores tomavam como tarefa histórica civilizar uma sociedade colonial e

⁷⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Um ‘País Novo’: a formação da identidade brasileira e a visão da Argentina”, in: *Brasil – Argentina. A visão do outro*. Brasília, FUNAG, 2000, p. 60. Cf. também SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de fundação: Varnhagen e Alencar – projetos de narrativa instituinte*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo. 1992, p. 55.

⁷⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Memórias da Balaiada. Introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães”, in: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 23, março de 1989. São Paulo. p. 9. Para uma análise do processo de centralização administrativa e da formação de uma classe de dirigentes sob o segundo

escravista, instaurando uma nação até então inexistente. A idéia de nação, tal como então utilizada, visava, pois, fortalecer o Segundo Reinado, estabelecendo uma série de referências comuns que permitissem caracterizar a individualidade histórica da nação brasileira. Como afirma ainda Alencastro, pode-se perceber “a reunião de intelectuais, administradores, militares e políticos em torno de um projeto nacional hegemônico que transforma a parcela da classe dominante ligada ao trono em classe dirigente do país inteiro”⁸⁰.

Além de medidas político-administrativas, houve também a criação de instituições nas quais se desenvolveria o trabalho intelectual de construção da nação. A Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro são expressões desse interesse estatal. Assim, é no bojo do processo de consolidação do Estado-monárquico brasileiro, ligado a um projeto civilizador, que o conceito de nação foi trabalhado⁸¹.

No Brasil, a exemplo da Europa, o conceito de nação e o conceito de história também desenvolvem-se conjuntamente. Afinal, afirmar a nação e “descobrir” sua historicidade apresentavam-se como ações correlatas. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, vinha justamente suprir essa demanda por uma história nacional, sendo-lhe atribuído como tarefa delinear um perfil para a nação brasileira, buscando no passado suas origens, seus momentos fundadores e, principalmente, o sentido que presidia sua formação. Pode-se dizer, de certo modo, que coube ao IHGB a missão de realizar uma “formulação sábia” daquilo que Ilmar Mattos designou como o “Tempo Saquarema”⁸². Em sentido homólogo ao que vinha sendo praticado na área administrativa, a prática historiográfica que caberia ao IHGB visava “produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras”⁸³. Para tanto, os associados do IHGB deveriam produzir algumas operações intelectuais de extrema importância, mas cuja realização era mais complicada do que hoje pode parecer.

reinado, cf. MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema. A formação do Estado imperial*. São Paulo, Hucitec, 2004.

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ Conforme definição clássica de ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2 vols. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1994.

⁸² MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema*. Op. Cit., p. 296-297.

⁸³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional". In: *Estudos Históricos: caminhos da historiografia*. Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 6.

Para mapear os contornos dessa tradição historiográfica, partirei de uma consideração fornecida por Hayden White. Segundo este autor, a escrita histórica, em sua acepção moderna, apresenta três componentes básicos: o documento, a cronologia e um nexu narrativo⁸⁴. Nenhum destes elementos é dado. O seu estabelecimento provém de uma construção por parte do historiador e de uma demanda por parte da sociedade, ou, pelo menos, de parte dela. A partir dessa premissa, resta agora traçar, em linhas gerais, como se deu a construção desses elementos e como eles constituíram um espaço de trabalho comum, do qual Romero se fará um herdeiro-herético.

1.2.2 *Rastro, documento, arquivo*

A busca da historicidade da nação implicava, em primeiro lugar, a delimitação dos procedimentos técnicos necessários para tal tarefa. Nesse sentido, uma das diretrizes principais do IHGB era formalizar a pesquisa histórica, dando-lhe um viés programático. Como destacou José Honório Rodrigues, logo nos primeiros estatutos da instituição fixava-se claramente a finalidade de coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil⁸⁵. De fato, em seu primeiro discurso, o secretário perpétuo Januário da Cunha Barbosa anunciava o papel que aquela instituição vinha desempenhar, contribuindo diretamente para a consolidação do corpo (político e cultural) da nação:

E desta arte mostramos às nações cultas que também prezamos a gloria da pátria, propondo-nos a concentrar, em uma literária associação, os diversos

⁸⁴ A passagem é a seguinte: “Para que una narración de los acontecimientos del pasado o de acontecimientos reales del pasado, se considere una verdadera historia, no basta que exhiba todos los rasgos de la narratividad. Además, el relato debe manifestar un adecuado interés por el tratamiento juicioso de las pruebas, y debe respetar el orden cronológico de la sucesión original de los acontecimientos de que trata como línea base instrangredible en la clasificación de cualquier acontecimiento dado en calidad de causa o efecto. Pero convencionalmente no basta que un relato histórico trate de acontecimientos reales en vez de imaginarios; y no basta que el relato represente los acontecimientos en su orden discursivo de acuerdo con la secuencia cronológico en que originalmente se produjeron. Los acontecimientos no sólo han de registrarse dentro del marco cronológico en el que sucedieron originalmente sino que además han de narrarse, es decir, revelarse como sucesos dotados de una estructura, un orden de significación que no posen como mera secuencia”. WHITE, Hayden. “El valor de la narrativa en la representación de la realidad”, in: *El contenido de la forma. Narrativa, discurso y representación histórica*. Barcelona, Paidós, 1992, pp. 20-21.

⁸⁵ RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil. Sua evolução e problemas atuais*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1962. p. 26.

fatos da nossa história, e os esclarecimentos geográficos do nosso país, para que possam ser oferecidos ao conhecimento do mundo, purificados dos erros e inexatidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionais como estrangeiros⁸⁶.

Desse modo, o IHGB apresentava-se como a instituição responsável por *purificar* as visões anteriores sobre a história nacional, desobstruindo o terreno e operacionalizando um saber histórico que pudesse afirmar a historicidade da nação em seu verdadeiro sentido. Esse “processo de *purificação* é o primeiro passo rumo à transformação daquilo que outrora era lido como história em fonte histórica, com a meta de servir de base à escrita da história pátria”⁸⁷. Instituir os documentos, portanto, transformando-os em arquivo, é a tarefa primeira desse projeto historiográfico. Sem documentos não há história. É preciso encontrá-los, instituí-los e conservá-los. Caso contrário, a própria nação se torna inviabilizada, ficando seu passado relegado ao limbo do esquecimento. Segundo Barbosa, era preciso “ressuscitar também as memórias da pátria da indigna obscuridade em que jazia até então”⁸⁸.

O documento e o arquivo, contudo, já implicam uma escrita da história. Como lembra Hartog, o arquivo não existe por si mesmo, independente do historiador e de sua prática. “No ponto de partida, para que haja arquivo, é preciso haver um homem letrado e, para utilizar os arquivos, trabalhar a partir de arquivos, é preciso, de uma maneira ou de outra, privilegiar o escrito como mais *verdadeiro*, mais *autêntico*, mais *seguro* que o oral (...)”⁸⁹. Logo, o interesse dos associados do IHGB era resgatar uma história pré-existente do Brasil que estaria “perdida” em documentos esquecidos⁹⁰. Coletar tais documentos e publicá-los, tornando-os *arquivos fiéis*, era a condição inicial para uma escrita da história nacional. A partir deles poder-se-ia resgatar as experiências passadas e possibilitar a escrita de uma história verídica, fundamentada nos rastros escritos. Em artigo publicado no primeiro número da Revista Trimestral do IHGB, o mesmo Januário da Cunha Barbosa delimitava o tipo de informação que

⁸⁶ BARBOSA, Januário da Cunha. “Discurso”, *Revista do IHGB*, 1, 1839, p. 10.

⁸⁷ CEZAR, Temístocles. “Lição sobre a escrita da História. Historiografia e nação no Brasil do século XIX”, in: *Diálogos*, Maringá, v.8, n.1, 2004, p. 14.

⁸⁸ BARBOSA, J. C. “Discurso”, Op. Cit. p. 9.

⁸⁹ HARTOG, François. *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 291.

⁹⁰ CEZAR, Temístocles. “Lição sobre a escrita da História”, in: Op. Cit., p. 19.

interessava à instituição⁹¹. Destaca-se aí a importância de “notícias biográficas”, manuscritos, notícias sobre os índios e seus costumes, descrição do comércio, relatos de fatos extraordinários, notícias sobre minerais, animais, território entre outros objetos. Tais documentos, uma vez reunidos, poderiam então ser convertidos em índices da realidade passada.

O simples resgate desses documentos, contudo, não se mostrava suficiente. Era necessário ainda um trabalho crítico, de organização e seleção, classificação e hierarquização; enfim, uma sistematização de toda a informação recolhida segundo uma ordem apropriada. Para essa tarefa, recorria-se a uma série de “ciências auxiliares”, como a filologia, a cronologia, a diplomática, a numismática, a etnografia entre outras. Cada uma dessas disciplinas ou especializações se encarregaria de garantir a fidelidade, a veracidade e a pertinência do documento para a escrita da história. Nas palavras do secretário-perpétuo: “... a história reunirá estes materiais; a crítica os escolherá, segundo suas proporções; a cronologia os numerará depois de bem examinados os seus destinos afim de serem colocados regularmente pela filosofia em seus devido lugares, ligados em um corpo, em que possam ser admirados por sua justeza e compostura”⁹². De um amontoado inicialmente disforme, resultará, por fim, um conjunto organizado e coerente, devidamente sistematizado para representar o passado nacional.

Tendo em vista essa preocupação em instituir um *corpus* arquivístico, o IHGB dedicou grande parte do espaço de sua revista à publicação das mais variadas fontes. Mais que isso, o Instituto, amparado pelo apoio imperial, nomeou indivíduos para que percorressem as bibliotecas nacionais e européias em busca de documentos referentes ao Brasil⁹³. Desse esforço, aos poucos iria se consolidando um espaço documental autorizado, constituído por relatos de viajantes, correspondências e atas oficiais, obras resgatadas como as de Gabriel Soares de Souza e os “Diálogos” de Antonil.⁹⁴ Era a partir desse material levantado e institucionalizado que se extrairia uma narrativa histórica da nação brasileira. Tarefa que Varnhagen se esforçou em realizar com sua *História geral do Brasil*.

⁹¹ BARBOSA, J. C. “Lembrança de que devem os sócios do IHGB, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro”, in: Op. Cit., pp. 108-110.

⁹² BARBOSA, J. C. “Relatório dos trabalhos do Instituto durante o quarto anno social”, in: *Revista do IHGB*, t. IV, 1842, p. 6. Cf. SCHAPOCHNIK, Nelson. Op. Cit., pp. 8-22.

⁹³ RODRIGUES, José Honório. Op. Cit., p. 51-55.

⁹⁴ Idem. p. 51.

1.2.3 A ordenação do tempo

Um segundo passo da pesquisa histórica era encontrar uma periodização apropriada à formação histórica da nação. Nessa etapa, fazia-se necessário tanto o estabelecimento de uma ordem sucessiva dos acontecimentos referenciados pelos documentos quanto o esforço de indicar uma inteligibilidade cronológica, classificada por períodos, que indicasse o sentido histórico da formação nacional. Logo na primeira sessão do IHGB, em 1º de dezembro de 1838, Januário da Cunha Barbosa colocava a questão aos demais associados: "a nossa historia dividida em antiga e moderna, deve ser ainda subdividida em vários ramos e épocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sábios investigadores da marcha da nossa civilização"⁹⁵. Nas reuniões seguintes, Raimundo José da Cunha Matos, o general José Inácio de Abreu e Lima, José Lino de Moura e José Silvestre Rebelo darão continuidade ao debate, apresentando cada um uma proposta de periodização.

O que estava em jogo era a ordenação de uma temporalidade nacional. O estabelecimento de uma cronologia se mostrava um trabalho delicado, pois, mais que definir datas e marcos importantes, representava já uma concepção do sentido que seria atribuído à história da nação. Cumpre não esquecer que os integrantes do IHGB compartilhavam, ao menos em seu aspecto formal, uma concepção iluminista da história. Esta noção processual da temporalidade histórica, como foi visto, distinta de uma temporalidade da natureza, guardava um "nítido sentido teleológico, conferindo ao historiador, através de seu ofício, um papel central na condução dos rumos deste fim último da história"⁹⁶. Estabelecer uma cronologia, e por conseguinte apontar para um sentido, tinha consideráveis implicações no que diz respeito à consolidação de um projeto político.

Vê-se, então, a importância, sob tal concepção, de uma ordenação apropriada do tempo. Importância que não poderia deixar de provocar debates e mesmo atritos. O que veio ocorrer, por exemplo, a respeito da proposta de cronologia apresentada pelo general Abreu e Lima, em *seu Compêndio da História do Brasil* (1843), cujo parecer

⁹⁵ BARBOSA, J. C. "Discurso", *Revista do IHGB*, 1, 1839. p. 10.

⁹⁶ GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. "Nação e civilização nos trópicos...". Op. Cit. p. 15.

foi tecido por Varnhagen. Em sua proposta, Abreu e Lima concebia a seguinte divisão: a) descobrimento, primeiras explorações, estado físico do país; b) colonização; c) transição para o domínio estrangeiro; d) volta ao domínio pátrio, guerra dos holandeses; e) estado da colônia, melhoramentos, administração interna; f) estabelecimento da Corte no Brasil, administração do rei; g) Independência, administração do primeiro Império; h) Menoridade, administração da Regência, a maioria⁹⁷.

Varnhagen, em seu juízo apresentado ao IHGB, acusa o autor de ter se baseado exclusivamente na *História do Brasil* de Alphonse Beauchamp, conhecido plagiário do poeta e historiador inglês Robert Southey. Disso resultou, nas palavras de José Honório Rodrigues, uma “das mais violentas polêmicas da historiografia brasileira”⁹⁸. A resposta de Abreu e Lima teria sido tão agressiva que o primeiro secretário, Januário da Cunha Barbosa, sugeriu ao Instituto a sua não publicação, pois ultrapassava os limites da decência. Varnhagen, em sua réplica, coloca panos quentes, limitando-se a publicar os títulos comprobatórios de sua nacionalidade brasileira, e não alemã, como teria acusado o general⁹⁹.

O que me importa reter dessa querela, no entanto, é a não pertinência da proposta de Abreu e Lima para o projeto historiográfico imperial. Certamente que a periodização por ele elaborada condiz com uma sucessão de eventos e marcos importantes da história nacional. É bastante detalhada e específica. Contudo, justamente por essa especificidade, parece-me que ela se mostrava por demais dispersa e fragmentada, pelo menos no que diz respeito à expectativa dos associados do IHGB por uma ordenação clara e bastante inteligível. Sua proposta, tal como a de Walleinstein (a qual discutirei mais adiante), assemelhava-se antes ao formato da crônica do que a uma narrativa com um princípio organizador que lhe configurasse um início, um meio e um fim suficientemente inteligíveis. E este formato próximo à crônica, como sublinha Hayden White, “como los anales pero al contrario que la historia, no concluye sino que simplemente termina; típicamente carece de cierre, de

⁹⁷ Apud: RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil. Introdução metodológica*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969. p. 127.

⁹⁸ *Ibidem*.

⁹⁹ O que demonstra a importância, para a escrita da história, do historiador ser brasileiro. Afinal, o que se buscava era uma historiografia *nacional*, praticada sob o *ponto de vista da nação*. Era a partir desse ponto de vista que se poderia escrever uma história pertinente, com um sentido correto e apropriado.

ese sumario del ‘significado’ de la cadena de acontecimientos de que trata que normalmente esperamos de un relato bien construido”¹⁰⁰.

Isso pode se mostrar mais evidente quando percebemos quais foram as propostas que encontraram maior eco por parte dos letrados e que exerceram um maior efeito na reflexão historiográfica imperial e, posteriormente, republicana. Nesse sentido, o próprio Januário da Cunha Barbosa, em seu discurso inaugural, já apontava para o caráter amplo de uma estrutura cronológica nacional. Resgatando um debate já existente, com o qual se mostra crítico, pois não teriam uma perspectiva nacional, ele coloca que a história do Brasil seria dividida, basicamente, em antiga e moderna. Seria necessário, contudo, prossegue ele, subdividi-la “em vários ramos e épocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sábios investigadores da marcha da nossa civilização”. Januário, contudo, não chega a desenvolver quais seriam tais épocas, restringindo-se, curiosamente, a propor diferentes modelos que marcariam o *início histórico* do Brasil¹⁰¹.

Raimundo José da Cunha Matos, em sua dissertação “Acerca do sistema de se escrever a História Antiga e Moderna do Brasil”, publicada na Revista do IHGB em 1863, vem dar continuidade ao debate¹⁰². Também ele, a exemplo de Januário da Cunha Barbosa, lembra a dificuldade de se definir uma ordem cronológica a partir dos textos de escritores antigos. Para Cunha Matos, “é pois desde o ano de 1823 em diante que entre nós existe liberdade de escrever; e por conseguinte parece-me absolutamente desculpável a falta de bons escritos nacionais antigos, e absolutamente impossível o arranjar-se desde já uma história geral, ou uma história filosófica do império de Santa Cruz”. Requer cautela, então, o exercício de ordenar uma história nacional, sem cair nos erros e imprecisões cometidos pelos autores anteriores à Independência. Afinal, estes autores, devido ao fato de que não tiveram consciência da perspectiva nacional, não poderiam vislumbrar um sentido para a história brasileira. Este sentido ainda estava por ser construído. O que nos leva a pensar que havia um considerável grau de incerteza nesse processo de definição de uma temporalidade da nação.

A exemplo ainda do primeiro secretário, Cunha Matos vem apresentar uma classificação aberta, porém clara, dessa temporalidade:

¹⁰⁰ WHITE, Hayden. “El valor de la narrativa en la representación de la realidad”, in: Op. Cit. p. 31.

¹⁰¹ Cf. CEZAR, Temístocles. “Lição sobre a escrita da história”, In: Op. Cit., pp. 11-29.

¹⁰² MATOS, Raimundo José da Cunha. *Revista do IHGB*: 26, 1863. pp. 121-143.

Eu abraçarei de boa vontade a opinião do nosso ilustre secretário perpétuo, acerca da divisão das épocas da história do Brasil, por achá-lo conforme aos diversos escritores antigos e modernos. Sejam três as épocas da nossa história: na 1º trata-se dos aborígenes ou autóctones; em 2º compreendam-se as eras do descobrimento pelos portugueses, e da administração colonial; e a 3º abrangam-se todos os conhecimentos nacionais desde o dia em que o povo brasileiro se constituiu soberano e independente, e abraçou um sistema de governo imperial, hereditário, constitucional e representativo.

O modelo de periodização mais eficiente, resumindo, acabou por se fixar em torno das três épocas: descrição do estado dos indígenas antes do descobrimento; descobrimento e colonização; e, por fim, a independência¹⁰³. Uma classificação aberta, mas que não deixava de remeter a um sentido claro, servindo de suporte a uma futura escrita da história nacional que tivesse por intenção esclarecer a formação da nação brasileira, desde suas origens até o sentido último que era a sua consolidação como um Estado autônomo e independente, nos trilhos da civilização ocidental. Essa ordenação marca um processo contínuo e evolutivo, apto a sustentar um projeto de identidade coletiva em consonância com uma política centralizadora de consolidação do Estado monárquico. A construção desse tempo nacional, como destacou Ilmar Mattos, assumia, desse modo, o papel de agente organizador. “De um lado, unindo o passado ao presente. De outro, possibilitando a passagem de um momento anterior, sempre compreendido como desorganizado e bárbaro, não obstante os aspectos positivos que o passado colonial encerrava, a um outro momento, entendido como superior porque o lugar da *Ordem* e da *Civilização*”¹⁰⁴.

Ao mesmo tempo em que se coletava e publicava os documentos, instituindo-os em arquivo, e refletia-se acerca de uma ordem cronológica, havia a necessidade de delimitar quais seriam os elementos privilegiados a integrarem uma escrita da história

¹⁰³ Nesse sentido vales destacar que, em sua primeira edição, a “História Geral do Brasil”, de Varnhagen, os indígenas aparecem apenas no oitavo capítulo, iniciando o texto com o descobrimento da América central. Vale ressaltar, ainda, o fato de o autor prevenir o seu leitor de que ele poderia iniciar, se assim quisesse, justamente pelo oitavo capítulo. Contudo, já em sua segunda edição, em função de todo um debate suscitado e de críticas recebidas, sua “História Geral” é alterada, iniciando agora com uma descrição do Brasil e das populações indígenas antes da descoberta. Cf. CEZAR, Temístocles. “Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual”, in: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). Op. Cit. p. 183.

¹⁰⁴ MATTOS, Ilmar R. *Tempo Squarema*. Op. Cit., p. 297.

nacional. Enfim, está no centro das preocupações do IHGB a busca de uma resposta para a pergunta básica: como se deve escrever a história do Brasil? Neste ponto, convém voltar a atenção para a célebre dissertação de von Martius, e perceber quais são os elementos ali presentes que a tornaram digna não só de ganhar o concurso promovido pelo Instituto, mas principalmente de servir de referência obrigatória a toda uma série de historiadores e letrados.

1.2.4 Uma sugestão estrangeira

O naturalista bávaro Karl Friederich von Martius já conhecia o Brasil desde 1817, quando, acompanhado por von Spix, percorreu o território brasileiro sob os auspícios da corte da Baviera. A presença de Martius no Brasil, tal como a de uma série de viajantes que aqui estiveram na primeira metade do oitocentos, “inscrevia-se num movimento mais amplo de constituição de conhecimentos mais positivos acerca de outros povos e civilizações”¹⁰⁵. Sua atividade científica visava coletar, classificar e ordenar a natureza e a população desse território distante, englobando-o num espaço de saber universal, dentro dos parâmetros iluministas¹⁰⁶.

Contudo, não é a sua faceta de viajante naturalista o que cabe agora destacar (sua maior influência será sentida no discurso literário), mas sim a sua ligação com o IHGB, tendo como foco de interesse seu texto programático para a prática historiográfica nacional. A elaboração de tal texto foi motivada por um concurso promovido pelo IHGB, proposto em 14 de novembro de 1840. Esse concurso reflete o esforço já mencionado da Instituição em estabelecer os parâmetros mais apropriados para uma escrita da história capaz não apenas de traçar um perfil para o Brasil, dando-lhe uma individualidade histórica, mas também de inseri-lo num espaço civilizacional mais amplo, referenciado pelas nações européias. Nesse sentido, não poderia ser mais significativo que, tanto para a constituição de um saber histórico como para a

¹⁰⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “História e natureza em von Martius: esquadrinhando a Brasil para construir a nação”, in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VII, jul-out, 2000, p. 395.

¹⁰⁶ Cf. KURY, Lorelai. “Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem”, in: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), Rio de Janeiro, 2001. pp. 863-80.

formação de uma consciência literária, tenham vindo de estrangeiros os textos referenciais que serviriam como guias práticos para os brasileiros¹⁰⁷.

Além do texto de Martius, me interessa destacar o outro trabalho inscrito para o referido concurso. Henrique Júlio de Walleinstein também havia escrito uma proposta, a qual, porém, não estava destinada a encontrar muita repercussão na prática historiográfica oitocentista. E é justamente por esse fator que me interessa mencioná-la, ainda que brevemente¹⁰⁸. Sua proposta era, basicamente, a seguinte: “O plano, que me parece mais acertado, de se escrever a história do Brasil é seguramente o mesmo que seguiu Tito Lívio, João de Barros e Diogo de Couto, isto é, pelo sistema de décadas, narrando-se os fatos acontecidos dentro de períodos certos”¹⁰⁹. O fracasso que esse texto iria encontrar junto aos associados do IHGB, além de reforçar o argumento explicitado acima sobre a dificuldade em estabelecer uma cronologia, torna mais explícito os motivos pelos quais a dissertação de Martius viria a encontrar tanta receptividade. Ora, um sistema que privilegiasse a narração por décadas simplesmente não teria sentido. Ele não designaria com a clareza necessária épocas bem definidas que remetessem a um *telos* específico: a formação nacional. O parecer elaborado pelo IHGB sobre a proposta é, com efeito, significativo:

Parece à comissão que o autor desta memória não compreendeu bem o pensamento do vosso programa, por quanto as vistas deste Instituto não se podiam contentar com a simples distribuição das matérias, e isto por um método puramente fictício e artificial, que poderá ser cômodo para o

¹⁰⁷ Para uma visão acerca dos efeitos que o texto de Martius suscitaria em diferentes autores, cf. CEZAR, Temístocles. “Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual”, in: PESAVENTO, Sandra. Op. Cit. pp. 173-208. Em relação aos efeitos da proposta de Denis, cf. ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido. A fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

¹⁰⁸ Vale lembrar aqui o “princípio da simetria”, desenvolvido por Thomas Kuhn, que exige do pesquisador que ele permaneça atento a tudo que, também tradicionalmente, é considerado como desvio. Assim, como afirma Stengers, “na medida em que somos herdeiros dos vencedores é que recriamos, no que diz respeito ao passado, um discurso em que os argumentos internos de uma comunidade científica seriam suficientes para apontar esses vencedores; visto que esses argumentos nos convencem como herdeiros é que nós lhes atribuímos retrospectivamente o poder de ter feito a diferença”. Daí a “força da história”. STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 18.

¹⁰⁹ WALLENSTEIN, Henrique Julio. “Memória sobre o melhor plano de se escrever a História Antiga e Moderna do Brasil”, in *Revista do IHGB*: 45, 1882, p. 159-160.

historiador, mas de modo algum apto a produzir uma história no *gênero filosófico*, como se deve exigir atualmente¹¹⁰.

A proposta, como a passagem acima deixa claro, não podia suprir as expectativas que guiavam o projeto historiográfico promovido pelo IHGB. Além de designar o método de Walleinstein como “puramente fictício e artificial”, os pareceristas declaram que ele se distanciava da exigência de uma história escrita no “gênero filosófico”. Fica difícil esclarecer aqui o que eles entenderiam exatamente por uma história filosófica. Certamente, esta concepção remete ao processo descrito por Blandine Kriegel, no qual se percebe, no século XVIII, o declínio de uma história erudita frente a uma concepção filosófica e racionalista¹¹¹. Nesta concepção, e isso pode-se afirmar com clareza, abrem-se as questões fundamentais da nação e da civilização, tão caras ao Instituto. Uma história filosófica não seria uma história ociosa e artificial, mas forneceria aos homens um sentido de ação. No mesmo parecer, é possível encontrar uma explicitação do que eles entenderiam por esse gênero historiográfico:

Deve o historiador, se não quiser que sobre ele carregue grave e dolorosa responsabilidade, pôr a mira em satisfazer os fins político e moral da história. Com os sucessos do passado ensinará à geração presente em que consiste sua verdadeira felicidade, *chamando-a a um nexos comum*, inspirando-lhe o mais nobre patriotismo, o amor às instituições monárquico-constitucionais, o sentimento religioso, e a inclinação aos bons costumes¹¹².

Desenha-se aí o velho *topos* da *historia magistra vitae*, bastante privilegiado dentro do Instituto, segundo o qual o conhecimento histórico tem um valor

¹¹⁰ “Parecer acerca das memórias sobre o modo pelo qual se deve escrever a História do Brasil”, in: *Revista do IHGB*: 9, 1847, p. 279. Grifo original.

¹¹¹ KRIEDEL, Blandine. *Op. Cit.* Segundo a autora, é com Pierre Bayle e seu ceticismo que entra em crise a concepção de história erudita. “En réalité, l’entreprise de Bayle a une autre postérité que celle de l’histoire savante. Elle débouche non sur la science historique mais sur la critique de la raison historique. La critique fait le vide de l’érudition mais la culture, davantage que la nature, a horreur du vide. Une foi chassée par la porte l’histoire savante, c’est l’histoire littéraire et philosophique que rentre par la fenêtre”. Pp. 285-286. Vale ressaltar ainda a colocação de Anthony Grafton, segundo a qual essa tradição erudita não se teria apagado, mas permanecido subterrânea, até se fundir nas obras de Gibbon e Ranke. Cf. GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição. Pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998.

¹¹² KRIEDEL, Blandine. *Op. Cit.* 286.

eminentemente pedagógico¹¹³. Mas junto a esta concepção, faz-se presente a idéia de totalidade e de processo, características já de um conceito moderno de história, o singular coletivo a que se refere Koselleck¹¹⁴. A necessidade de “um nexos comum”, creio, é o ponto principal que diferencia a proposta de Walleinstein em relação à de Martius. Afinal, o modelo proposto pelo primeiro também poderia, a sua maneira, fornecer exemplos morais e políticos (a exemplo dos *Discursi* de Maquiavel¹¹⁵). Falta-lhe, contudo, a unidade, o nexos que garantiria a inteligibilidade das partes com o todo.

A proposta de Martius, por sua vez, coloca-se sob a perspectiva filosófica, como desejada pelo Instituto. Ela visa a totalidade, apresentando como nexos comum a questão da formação do povo brasileiro tendo em vista a presença de três raças diversas. A perspectiva filosófica da proposta de Martius expressa-se na própria organização do texto, dividido em quatro partes: a) idéias gerais sobre a história do Brasil; b) os índios e sua história como *parte* da história do Brasil; c) os portugueses e sua *parte* na História do Brasil; e, por fim, a raça africana em suas relações *para com* a história do Brasil. “Esta ordem, como afirma Cezar, é por si só reveladora. Ela sinaliza um tempo: os índios chegaram antes dos portugueses. Este dado, naquela época, não constituía uma evidência”¹¹⁶. Como já foi aludido, havia, nesse período, um considerável grau de incerteza na elaboração de uma cronologia nacional. E uma das principais dificuldades em estabelecer uma ordem do tempo vinha justamente da necessidade de delimitar uma “caracterização motívica” que permitisse agregar as partes ao todo, segundo uma organização hierárquica específica e apropriada às expectativas do Instituto¹¹⁷. Para essa cultura histórica oitocentista, a narrativa –

¹¹³ GUIMARÃES Manoel. L. Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos...”. Op. Cit., e CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle. Le cas Varnhagen*. Tomo I. Tese apresentada à École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2002.

¹¹⁴ KOSELLECK, Reinhadt. “Historia magistra vitae”, in: *Futuro pasado*. Op. Cit. Sobre a continuidade do topos da *historia magistra* dentro do conceito moderno de história, cf. CATROGA, Fernando. “O magistério da História e a exemplaridade do ‘grande homem’. A biografia em Oliveira Martins”, in: JIMÉNEZ, A. Pérez; FERREIRA, J. Ribeiro; FIALHO, Maria do Céu (orgs). *O retrato literário e a biografia como estratégia de teorização política*. Coimbra-Málaga, 2004, pp. 243-288.

¹¹⁵ A este respeito, cf. JASMIN, Marcelo Gantus. *Racionalidade e História na Teoria Política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998, cap. 1.

¹¹⁶ CEZAR. Temístocles. “Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX”. Op. Cit. p. 182.

¹¹⁷ WHITE, Hayden. *Meta-história. A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995. Discutindo uma pretensão cisão onde, de um lado, o historiador “acha” sua história, e, por outro, o ficcionista a “inventa”, White defende que tal cisão “obscurece o grau de ‘invenção’ que também desempenha um papel nas operações do historiador. O mesmo evento pode ser útil como um tipo diferente de elemento de muitas estórias históricas diferentes, dependendo da função que lhe é

entendendo por isto a ordenação de acontecimentos em um todo integrado, com início, meio e fim – constituía-se coma uma exigência do ofício da historiografia. Assim, como assinalou White, os historiadores modernos elevaram a “narratividade” como um valor epistemológico (mas não apenas), cuja presença em um discurso que visava tratar de eventos “reais” assinalava sua objetividade, seriedade e realismo¹¹⁸.

Martius, em sua dissertação, não apenas sugere uma caracterização motívica pela qual o historiador deveria guiar seu olhar e construir sua narrativa, como também indica os procedimentos desejáveis para a realização de uma pesquisa histórica sob os moldes científicos. O que me interessa destacar aqui, contudo, é a estrutura do argumento de Martius, os elementos básicos por ele propostos que marcariam a especificidade da história nacional como um todo integrado e único. Deterei-me, assim, apenas na estrutura de seu argumento, sugerindo alguns efeitos que teria suscitado.

O naturalista bávaro inicia sua dissertação afirmando a necessidade de o historiador nacional jamais perder de vista os elementos específicos que concorrem para o desenvolvimento da História do Brasil: “São porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou etiópica”¹¹⁹. Martius, consciente da possibilidade de ferir com sua proposta a sensibilidade de parte da elite imperial, antecipa-se com a seguinte advertência de ordem científica e moral:

Sei muito bem que Brancos haverá, que a uma tal ou qual concorrência dessas raças inferiores taxem de menoscabo à sua prosápia; mas também estou certo que eles não serão encontrados onde se elevam vozes para uma *historiografia filosófica do Brasil*. Os espíritos mais esclarecidos e mais profundos, pelo contrário, acharão na investigação da parte que tiveram, e ainda tem as raças

atribuída numa caracterização motívica específica do conjunto a que ele pertence. (...) O historiador arranja os eventos da crônica dentro de uma hierarquia de significação ao atribuir aos eventos funções diferentes como elementos da estória, de maneira a revelar a coerência formal de um conjunto completo de eventos como um processo compreensível, com princípio, meio e fim discerníveis”. p. 22.

¹¹⁸ WHITE, Hayden. “El valor de la narrativa en la representación de la realidad”, in: Op. Cit. p. 38.

¹¹⁹ MARTIUS, C. F. von. “Como se deve escrever a história do Brasil”, in: *Revista do IHGB*: 1844, p. 390.

Índia e Etiópica no desenvolvimento histórico do povo brasileiro, um novo estímulo para o historiador humano e profundo¹²⁰.

Martius se prevalece retoricamente da própria concepção iluminista reivindicada pelos associados do IHGB para se defender de possíveis (e prováveis) objeções. Assim, diz ele, aqueles que quiserem praticar uma história filosófica, colocando-se como “historiador humano e profundo”, não acharão em sua proposta motivo algum de depreciação das aspirações civilizacionais da elite. E o próprio fato de Martius se sentir na obrigação de inserir tal advertência revela a ousadia da proposta. “Para a conjuntura em que vivia, Martius é decididamente audacioso. Não somente por integrar os índios ao processo de constituição, por assim dizer, da nacionalidade, mas também porque insere nela os negros”¹²¹.

De fato, Martius é taxativo a respeito dessa inserção: “Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular”. “Portanto, vendo nós um povo nascer e desenvolver-se da reunião e contato de tão diferentes raças humanas, podemos avançar que a sua história se deverá desenvolver segundo uma lei particular das forças diagonais”.¹²² Não resta dúvida, então, que seu texto vem falar de “mescla” e de “união”, ainda que não possamos diagnosticar aí uma teoria da mestiçagem *avant la lettre*¹²³. Essa percepção e mesmo insistência de Martius em destacar as diferentes raças, incluindo o negro, pode ser buscada na sua experiência de naturalista e de estrangeiro, cujo olhar se depara com uma realidade estranha. Munido de uma visão de mundo iluminista, a presença de uma população negra é, para Martius, uma marca forte de alteridade, que chama sua atenção e seu olhar. Isso pode ser evidenciado já no relato produzido com von Spix, quando de sua viagem ao Brasil:

O que, entretanto, logo lembra ao viajante que ele se acha num estranho continente do mundo, é sobretudo a turba variegada de negros e mulatos, a classe operária com que ele topa por toda parte, assim que põe o pé em terra. Esse aspecto foi-nos mais de surpresa do que de agrado. A natureza inferior,

¹²⁰ Idem. pp. 390-391.

¹²¹ CEZAR, Temístocles. “Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX”. Op. Cit. p. 184.

¹²² MARTIUS, C. F. von. Op. Cit. p. 390.

¹²³ GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. “História e natureza em von Martius...”. Op. Cit. p. 408.

bruta, desses homens importunos, seminus, fere a sensibilidade do europeu que acaba de deixar os costumes delicados e as formas obsequiosas da sua pátria¹²⁴.

A presença do elemento negro fere a sensibilidade do europeu, e por isso Martius já sabia que feriria também a sensibilidade do brasileiro. Porém, no que diz respeito a uma história filosófica e científica, essa presença incômoda deveria ser tematizada. Afinal, inserir as raças inferiores significaria dotar o conhecimento histórico da possibilidade de ser útil. Nesse sentido, segundo a concepção do naturalista-historiador, integrar as alteridades indígena e negra a um campo universal de saber é uma forma de poder agir sobre ou em relação a elas. Ou seja, “o historiador poderá julgar do futuro, e tornando-se para ele a história uma Sibylla profetizando o futuro, poderá oferecer projetos úteis”¹²⁵.

Convém, pois, conhecer a historicidade desses diferentes povos para poder perceber como convergem no desenvolvimento da história nacional. Em relação aos índios, Martius os coloca como um enigma a ser decifrado, sugerindo que se encontrariam em um estado de decadência, sendo o atual indígena o “*residuum de uma antiga, posto que perdida história*”¹²⁶. Para decifrar esse enigma, ele indica um duplo procedimento metodológico: “o recurso ao mundo da natureza, como capaz de fornecer informações seguras acerca da temporalidade destas sociedades, assim como de eventuais contatos entre os diversos grupos indígenas e ao mundo das regras jurídicas e dos conhecimentos médicos como forma de acesso dos costumes e hábitos (...)”¹²⁷. No que diz respeito aos portugueses, como não poderia deixar de ser, representam o motor do processo, o elo que liga a nação brasileira ao espaço mais vasto das civilizações. O que fica claro na indicação de se estudar a formação do Brasil relacionado às trocas comerciais promovidas por Portugal. Ou, ainda, em relação às artes: “Uma tarefa de sumo interesse para o historiador pragmático do Brasil será mostrar como aí se estabeleceram e desenvolveram as ciências e as artes como reflexo da vida Européia”¹²⁸. Ao elemento negro, apesar da insistência e da

¹²⁴ Apud. Idem, p. 397.

¹²⁵ MARTIUS, C. F. von. Op. Cit. p. 392.

¹²⁶ Idem. p. 393.

¹²⁷ GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. “História e natureza em von Martius...”. Op. Cit. p. 405.

¹²⁸ MARTIUS, C. F. von. Op. Cit. p. 402.

justificativa de Martius em incluí-los, pouca atenção é dispensada, não ultrapassando três parágrafos.

Tem-se, assim, na idéia da presença de três raças diversas o eixo fundamental de uma história filosófica do Brasil. É este o nexo que garantiria a unidade das partes em um todo processual. O que vale destacar agora, porém, é que a proposta de Martius, apesar de ter encontrado uma aceitação massiva por parte dos associados do IHGB, vai sofrer uma curiosa seleção. Tanto por parte do conjunto de pesquisas levado a cabo pelo Instituto, como por parte da *História Geral do Brasil* de Varnhagen, o que se percebe é uma *tematização parcial* do programa de Martius. No primeiro caso, *grosso modo*, evidencia-se que o interesse acabou por se fixar na temática indígena, a qual ocupava um espaço considerável na publicação do Instituto¹²⁹. No que diz respeito a Varnhagen, a ênfase vai recair quase que exclusivamente no elemento português, destacando-se aí o papel que tiveram na colonização, sendo responsáveis “pela extensão territorial do país e pela sua unidade política”¹³⁰.

Resumindo, pode-se dizer que, pelo menos até a emergência do discurso da geração de 1870, os ouvidos e olhos imperiais destacaram não tanto a idéia de mescla, que caracterizaria o “cunho muito particular” da história do Brasil, como destaca Martius, mas a situação de *convivência* entre as diferentes raças. Contra a idéia de “mescla”, salienta-se o fato de que “as três raças humanas” foram colocadas “uma ao lado da outra”¹³¹. Tal seleção se enquadraria melhor ao projeto historiográfico imperial, garantindo, por um lado, a individualidade histórica da nação brasileira, e, por outro, sua filiação ao espaço narrativo civilizacional. Destacando seja a figura do indígena, símbolo de uma nacionalidade tropical, seja a ascendência européia, portuguesa, a produção historiográfica imperial manteria em relativo equilíbrio um exotismo individualizador com um discurso de continuidade com a civilização branca e européia. Esta tematização, ainda, teve como seu correlato a não tematização do elemento negro. Nem à literatura, nem à história cabia trazer à cena este elemento perturbador de uma ordem civilizacional. Representativo deste fato é a querela entre

¹²⁹ GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos...”. Op. Cit. Segundo o autor, a problemática indígena, junto com as explorações científicas e o debate da história regional, perfaziam 73% do volume da Revista.

¹³⁰ WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, p. 187.

¹³¹ MARTIUS, C. F. von. Op. Cit. p. 392.

Alencar e Nabuco, na qual este último vinha lembrar a necessária cumplicidade acerca desse silêncio: “Há certas máculas sociais que não se devem trazer ao teatro (...)”¹³².

1.3 Por uma historiografia literária nacional

“A obra d’arte só resiste ao tempo, quando é um documento de um momento histórico, quando reproduz a verdade humana”.

Sílvia Romero.

História da literatura brasileira.

Como foi exposto acima, a constituição de um espaço de produção historiográfica, organizado em torno do IHGB, implicava uma série de operações intelectuais. Entre outras, destaquei a instituição de um *corpus* arquivístico, o estabelecimento de uma ordem cronológica e a delimitação de um nexos aglutinador através do qual se poderia escrever uma história filosófica da nação brasileira. Tais operações, ainda, tinham como foco principal e unificador a elaboração de um perfil que individualizasse o Brasil como uma entidade histórica, inserindo-a, ao mesmo tempo, num espaço mais amplo representado (ou referenciado) pelas nações européias. Todo esse esforço coletivo, como foi visto, ainda que tenha trazido em seu bojo uma série de desavenças, debates e quiproquós, acabou por resultar em um conjunto interpretativo mais ou menos coerente, constituído por algumas linhas mestras comuns. Do caos inicial fez-se uma certa ordem. Ordem suficiente, pelo menos, para que fosse reconhecida e, no mesmo movimento, instituída pelos letrados da geração da qual Romero faz parte.

A formação dessa tradição historiográfica, levada a termo por autores como Januário da Cunha Barbosa, Pereira da Silva, Joaquim Norberto, Varnhagen, entre outros, foi acompanhada ainda pela formação paralela de uma historiografia literária, a qual, por sua vez, tinha por objetivo fundar uma literatura nacional. Inclusive, é necessário ressaltar que os agentes responsabilizados por ambas as produções eram,

¹³² NABUCO, Joaquim. 1875, 106. Apud: LIMA, Luiz Costa. “Joaquim Nabuco e a crítica literária”, in: *Tempo Brasileiro*, 140, Janeiro-Março de 2000, pp. 97-112.

em grande parte, os mesmos. Essa elite imperial, organizada ao redor do Estado monárquico, transitava sem o menor constrangimento por diferentes áreas discursivas. O ambiente de corte que caracterizava o IHGB, no qual a admissão dos integrantes era pautada exclusivamente pelas relações sociais em detrimento das competências técnicas, seria o mesmo no qual se produziria a reflexão acerca da historiografia e da crítica literárias. “Homens de ordem e moderação, como bem salientou Antonio Candido, medianos na maioria, que viviam paradoxalmente o início da grande aventura romântica e, mesmo no acesso de paixão literária, desejavam manter as conveniências, nunca tirando os olhos do Instituto Histórico ou da jovem e circunspecta majestade de D. Pedro, ao qual dedicam seu livros”¹³³. Além do mais, caberia tanto à história quanto à literatura um mesmo objetivo: desenhar um perfil para a nação brasileira.

Referi-me, no parágrafo anterior, à crítica e à história literária. Creio que seja necessário, antes de voltar-me a esses textos fundadores, tornar clara a relação existente entre ambas no século XIX. Como bem destacou Maria Helena Rouanet, por mais que os indivíduos tivessem a preocupação em definir os limites das duas áreas, “o exame dos textos de críticos e de historiadores da literatura do Oitocentos brasileiro revela a mais absoluta indistinção entre essas duas atividades”¹³⁴. Isto se deve, segundo a autora, ao fato de que esses letrados procuravam, conscientemente, constituir um sistema intelectual individualizado. Desse modo, historiografia e crítica cumpriram papéis correlatos e complementares. Por um lado, a produção historiográfica permitiria, além de estabelecer uma linha genealógica, familiarizar o público com os grandes nomes da literatura nacional. A atividade crítica, por outro lado, ditaria os parâmetros que deveriam qualificar o signo literário como nacional, ao mesmo tempo orientando a produção contemporânea e fornecendo à historiografia os critérios de seleção em sua empresa¹³⁵. Crítica, literatura e história mantiveram-se,

¹³³ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Vol. 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 49.

¹³⁴ ROUANET, Maria Helena. “Crítica e história da literatura no século XIX: verso e reverso da mesma moeda?”, in: *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.31, n. 4, dez-1996, p. 8. Este argumento é retomado de Antonio Candido, o qual afirma que “só se pode falar de literatura nova, entre nós, a partir do momento em que se adquire consciência de transformação e claro intuito de promovê-la, praticando-a intencionalmente”. CANDIDO, Antonio. *Formação...* Op. Cit. p. 11.

¹³⁵ No mesmo sentido, Flora Süssekind vem afirmar que “A pesquisa da origem, no caso desses primeiros românticos brasileiros, significa, então, a busca de um *referendum* para o próprio ideário artístico. E a possibilidade, em meio a gêneses lineares – em que cor local e nacionalidade são as linhas

portanto, sintomaticamente próximas, compartilhando a tarefa de delimitar os valores da nacionalidade.

Guiarei minha análise segundo os mesmo pontos destacados na seção anterior, observando como foram elaborados um *corpus* documental (caracterizado pelos autores candidatos a formar o cânone), uma temporalidade própria à literatura e, por fim, a eleição de um nexos que aglutinasse e desse coerência a essa produção. Meu interesse é, pois, destacar a formação de uma historiografia literária em suas operações básicas, as quais permitiram que se constituísse, a exemplo da historiografia do IHGB, como um conjunto relativamente coerente de premissas. Essa aparente coerência na formação de uma historiografia literária foi salientada por Antonio Candido:

A sua longa e constante operação foi, com efeito, elaborar uma história literária que exprimisse a imagem da inteligência nacional na seqüência do tempo – projeto quase coletivo que apenas Sílvio Romero pôde realizar satisfatoriamente, mas para o qual trabalharam gerações de críticos, eruditos, professores, reunindo textos, editando obras, pesquisando biografias, num esforço de meio século que tornou possível a sua História da Literatura Brasileira, no decênio de 80¹³⁶.

Antonio Candido ressalta, ainda, que, visto de hoje, “esse esforço semi-secular aparece coerente na sucessão das etapas”, num processo que vai dos bosquejos e florilégios, passando pelas biografias, edições, reedições com notas explicativas até a elaboração de projetos de uma história literária. De fato, percebe-se retrospectivamente essa linhagem contínua em textos que vão de Gonçalves de Magalhães e Januário da Cunha Barbosa a Varnhagen e Joaquim Norberto. Contudo, há de se acrescentar aí, mesmo para reforçar o argumento, a dimensão de incerteza presente na atividade desses escritores. A exemplo do que foi visto a respeito do projeto historiográfico do IHGB, a reflexão sobre a literatura também foi permeada por dúvidas, indeterminações e possibilidades não efetivadas. Se, de um lado, podemos falar com Antonio Candido de uma linha de continuidade na elaboração de

mestras -, de erigir a própria produção em exemplo de realização, ponto de chegada neste traçado de progressivo abrasileiramento”. SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. Op. Cit.* p. 17.

¹³⁶ CANDIDO, Antonio. *Formação...* Op. Cit. p. 349.

uma historiografia literária, por outro, deve-se atentar para o fato de que esse processo não vai simplesmente desembocar na obra de Romero. Todo o esforço de construção de um conjunto de premissas realizado pela geração romântica servirá, antes, como um espaço de trabalho previamente delimitado. É esse espaço que a geração de Sílvia Romero herdará, porém conferindo-lhe novos significados, de acordo com os novos horizontes de expectativas abertos.

1.3.1 O documento literário

Assim como para a historiografia do IHGB fazia-se necessária a instituição de um arquivo, composto por documentos que permitissem resgatar a história nacional, para a historiografia literária a mesma tarefa era colocada. Para isso, no entanto, seriam necessárias ainda duas pré-concepções: primeiro, a identificação de determinados textos como *literários*, ou seja, como uma linguagem distinta, com características próprias; segundo, a idéia de que tais textos seriam *documentos* diferenciados e privilegiados, com um potencial representativo não igualável a nenhum outro. Este condicionamento de um saber histórico literário foi destacado, entre outros, por Hans Ulrich Gumbrecht. Segundo o teórico alemão, só é possível falar em “história da literatura” se se tiver em mente duas noções prévias. Uma delas, já explicitada mais acima, diz respeito ao conceito moderno de história como singular coletivo, pressupondo, entre outras características, a história como um processo. A outra noção necessária é “a formação de uma consciência concernente ao caráter especial da ‘literatura’ e da ‘arte’ como formas de prática que se afastaram do pragmatismo da vida diária”¹³⁷.

Desse modo, para que haja historiografia literária, deve-se a) ter uma certa consciência histórica, b) uma determinada concepção de literatura, c) a qual possibilita pensá-la como documento, d) o que, enfim, leva à instituição de um arquivo, no caso, de um cânone. Cabe ver, assim, como se deu para o caso brasileiro esse trabalho de instituição de um arquivo literário, a formação de um cânone nacional, juntamente com a elaboração de uma historiografia literária.

¹³⁷ GUMBRECHT, Hans Ulrich. “História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida?”, in: OLINTO, Heidrun Krieger. *Histórias de literatura. As novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996. p. 224.

Para orientar a análise, tomarei por guia o texto fundador de Gonçalves de Magalhães. Em seu “Discurso sobre a história da literatura do Brasil”, publicado originalmente em 1836, na revista *Niterói*, o autor inicia com a seguinte consideração:

A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéias, de mais filosófico no pensamento, de mais heróico na moral, e de mais belo na natureza; é o quadro animado de suas virtudes e de suas paixões, o despertador de sua glória, e o reflexo progressivo de sua inteligência; e quando esse povo, ou essa geração, desaparece da superfície da terra com todas as suas instituições, crenças e costumes, escapa a literatura aos rigores do tempo para anunciar às gerações futuras qual fora o caráter e a importância do povo, do qual é ela o único representante na posteridade¹³⁸.

O estatuto que Magalhães concede ao signo literário é enfático: a repetição do “mais” vem declarar, em digno furor romântico, a sua dimensão sagrada, metafísica, a sua excepcionalidade em relação ao material semântico ordinário. Idéias, filosofia, moral, natureza, paixões, glória, enfim, tudo o que há de mais nobre no espírito humano e no mundo concentra-se na forma literária. Completando ainda esta excepcionalidade, ela confere a imortalidade, pois “escapa a literatura aos rigores do tempo”. Ela é um bem para a posteridade. É ela que anuncia para as gerações vindouras a existência do passado. Porém, mais que compartilhar essa função com os demais documentos históricos, ela é “o único representante na posteridade” capaz de expressar “o caráter e a importância de um povo”. Magalhães ainda continua: “Sua voz repercute por toda parte e diz: em tal época, debaixo de tal constelação, sobre tal ponto do globo existia um povo, cuja glória *só eu a conservo*, cujos heróis só eu os conheço; vós porém, se pretendeis também conhecê-lo, consultai-me, porque eu sou o espírito desse povo, e uma sombra viva do que ele foi”¹³⁹. A literatura conserva, é uma “sombra viva do que foi”. Sua potencialidade representativa, pois, vem não apenas possibilitar uma historiografia literária, ela a exige.

A representação que aí se atribui à literatura difere sensivelmente de uma concepção clássica, a qual vigorava ainda na geração precedente à de Magalhães (e da

¹³⁸ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. “Discurso sobre a história da literatura do Brasil” (1836), in: COUTINHO, Afrânio. *Caminhos do pensamento crítico*. Vol. 1, Rio de Janeiro: Americana, 1974, p. 12.

¹³⁹ *Ibidem*. Grifo meu.

qual mesmo ele não se afastará completamente). Essa diferenciação deve-se, basicamente, a duas dimensões: a histórica e a individual. Ao contrário de uma concepção poética regida por princípios abstrato-dedutivos, o que se desenha agora é a primazia do fato e do subjetivo. Para melhor esclarecer esse deslocamento, pode-se recorrer às reflexões de Luiz Costa Lima a respeito da *mimesis*. Segundo o crítico, a partir do século XVIII (em grande medida devido ao impacto dos relatos de viagem¹⁴⁰) o debate sobre a natureza da obra artística encontra no sujeito seu centro de gravidade. Isso pode ser evidenciado pela resposta que se ensaia à seguinte questão: que critério se há de usar para aceitar-se a veracidade do que cada “eu” declara? Como afirma Costa Lima,

O problema inexistia no quadro clássico, onde, sendo a verdade uma propriedade de substância, a expressão individual só importava enquanto subsumível a propriedades gerais do objeto ou estado descrito. Mas, se a vivência individual se converte no dado primário, para que o caos não se aposse das relações inter-humanas, será preciso que uma regularidade anterior seja captada, a qual se imporia ao próprio eu e impediria sua atomização¹⁴¹.

Assim, há um deslocamento de uma verdade substancial ou abstrato-dedutiva, aos moldes clássicos, para uma verdade experiencial, subjetiva¹⁴². Tal deslocamento, ainda, requeria algum tipo de regularidade que impedisse a atomização e a conseqüente quebra de qualquer tipo de sociabilidade. A busca dessa regularidade, e de uma definição do eu-produtor, recebeu diferentes respostas. Para o caso que aqui interessa, o romantismo brasileiro, a resposta mais adequada acabou por se configurar naquilo que Costa Lima define como “romantismo normal”. Ou seja, diferentemente

¹⁴⁰ Cf., do mesmo autor, “O transtorno da viagem”, in: *Pensando nos trópicos. Dispersa demanda II*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

¹⁴¹ LIMA, Luiz Costa. *Vida e Mimesis*. São Paulo: Editora 34, 1995, p. 134.

¹⁴² Outra análise que se detém no processo aqui referido, é desenvolvida por WELLBERY, David E. “Retoricidade: sobre o retorno modernista da retórica” (com Jonh Bender), in: *Neo-Retórica e Desconstrução*. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 1998. Os autores destacam que a configuração discursiva realizada pelo iluminismo e pelo romantismo caracterizaria-se pela a-retoricidade, ou pela neutralidade. Contra uma retórica clássica, pautada na persuasão e fundamentada na hierarquia, o discurso moderno adere ao fato observável e se coloca a disposição de qualquer sujeito. O discurso, aqui, é (ou se quer) um instrumento de visão, e não de persuasão. O que pode ser evidenciado, por exemplo, nas práticas jurídicas. Enquanto que na concepção clássica a evidência era pessoal e estruturada de maneira retórica, por volta do século XVIII “os teóricos do direito já tinham começado a abraçar o tipo de pensamento que levaria os juristas do século XIX a preferir, na realidade, a evidência circunstancial e a

de uma reflexão crítica como a de Friedrich Schlegel e dos pré-românticos alemães, por exemplo, o que acabou por se firmar como senso-comum de uma sensibilidade romântica européia, segundo as divulgações de Madame de Stäel (a quem Magalhães cita) e August Schlegel, era um “simples expressionismo: a obra exprime o autor”¹⁴³.

Depois de desestabilizada a atemporalidade de uma razão unificadora, e diante ainda de uma subjetividade ameaçadora, o que vai se constituir é uma configuração específica: o artista acaba por ligar sua subjetividade à dimensão histórica e à nação. O “autor” como origem produtiva e nó de coerência do texto, tem, ele mesmo, sua própria coerência garantida pela sua inserção em certa comunidade nacional. A literatura como expressão do “eu” vem estender-se sem maiores constrangimentos como expressão de um “nós” nacional e histórico. A individualidade caracteriza ambas as entidades, a subjetiva e a nacional, e esta mesma individualidade vem inscrever-se no processo histórico, como o devir em formação. Não é por acaso que a forma romance, e mais especificamente o *Bildungsroman*, tenha aí se constituído e encontrado tanta receptividade. Pode-se dizer, assim, que a mudança de um regime de historicidade e o investimento na comunidade nacional são, em grande medida, respostas à fragmentação do sujeito e às verdades sociais e políticas desfiguradas pelo choque da Revolução Francesa. Ambas vêm garantir a estabilidade desse sujeito e a constituição de uma nova sociabilidade.

É nesse espaço de experiência (sumariamente descrito) que vem se formar uma consciência histórica da literatura, sintetizando as duas noções prévias já referidas. Como foi dito, essa concepção de literatura não apenas possibilita, mas exige uma formalização historiográfica. Na medida em que a literatura passa a expressar a individualidade nacional, ela vem se inserir naquela configuração abordada mais acima, na qual a história e a nação tornam-se as referências maiores na elaboração de identidades e na confecção de projetos políticos. Tornam-se, em suma,

inferência ao testemunho direto”. P. 19. Não é necessário salientar aqui a importância desse deslocamento para o discurso histórico e literário.

¹⁴³LIMA, Luiz Costa. *Vida e Mimesis*. Op. Cit. p. 170. A este respeito, vale as seguintes passagens de Madame de Stäel: “Observando as diferenças características que encontramos entre as obras dos italianos, ingleses, alemães e franceses, pensei poder demonstrar que as instituições políticas e religiosas tinham a maior influência sobre essas constantes diversidades”; ainda: “É preciso procurar num povo, como num homem, seu traço característico: todos os demais são o efeito de mil acasos diferentes; mas só este constitui o seu ser”. STÄEL, Madame de. “Da literatura”, in: *Teorias Poéticas do Romantismo*. Tradução, seleção e notas de Luiza Lobo. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987. Páginas citadas, respectivamente, 99 e 101. Convém ressaltar, ainda, a presença já em Madame de Stäel, em 1800, daquela mesma homologia encontrada em Renan entre o indivíduo e a nação.

aquelas regularidades exteriores, como colocadas por Costa Lima, que impediriam a fragmentação do sujeito e a falência das relações inter-humanas. E mais: devido à excepcionalidade atribuída ao signo literário, uma história da literatura apresentaria uma eficácia muito maior no que diz respeito a delimitação de um perfil histórico para os Estados nacionais. O que pode ser evidenciado pela efusão com que diferentes autores como Herder, Coleridge e a já mencionada Madame de Stäel buscavam relacionar as identidades alemãs, inglesas ou francesas com os textos de um passado remoto. “A nova história das literaturas nacionais, como afirma Jauss, entrava numa concorrência ideal com a história política e pretendia mostrar, pela conexão de todos os fenômenos literários, como a idéia de individualidade nacional pudera por si mesma chegar, de princípios quase míticos, à plenitude do clássico nacional”¹⁴⁴.

Desse modo, pode-se deduzir do interesse que também os letrados brasileiros teriam em fundar uma literatura nacional e, por conseguinte, uma historiografia literária. Salientada a concepção diferenciadora que atribuíam ao signo literário, convém destacar agora o trabalho específico de coleta e publicação necessários para a instituição de um arquivo literário nacional. A este respeito, o mesmo Magalhães ainda afirmaria: “Aqueles que alguns lumes de conhecimento possuem relativos à nossa literatura, sabem que mesquinhos e esparsos são os documentos que sobre ela se podem consultar”¹⁴⁵. O autor cita os trabalhos de Bouterwech (Bouterwek), Sismonde de Sismondi e Ferdinand Denis, considerando-os bastante limitados, “servindo apenas para dar uma idéia a estrangeiros”.

Além desses estrangeiros, Magalhães lamenta que nenhum estudioso nacional tivesse até então se ocupado desse objeto. Colocando-se na figura do pioneiro (juntamente com Januário da Cunha Barbosa), ele ressalta a primeira e maior dificuldade com que se depara o estudioso da literatura brasileira: obter os textos. Em solo nacional praticamente não existem registros de autores e obras. E, mesmo tendo investigado em “todas as Bibliotecas de Paris, de Roma, de Florença, de Pádua, e de outras principais cidades da Itália que visitamos; foi-nos preciso contentar-nos com o que pudemos obter”¹⁴⁶. O destaque das dificuldades, justifica-se Magalhães perante

¹⁴⁴ JAUSS, Hans Robert, Apus: LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário. Razão e imaginação dos tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1885, p. 126.

¹⁴⁵ MAGALHÃES, D. Gonçalves de. Op. Cit. p. 14.

¹⁴⁶ Idem. p. 15.

seu leitor, se deve não à intenção de ressaltar o mérito de seu trabalho (o que já está implícito),

mas sim para merecer desculpa das muitas faltas e penúrias que se notem, e outrossim para que, à vista de tal incúria e mendiguez, mais zelosos sejamos em pesquisar e conservar os monumentos de nossa glória para a geração futura, a fim de que nos não expromba o nosso desmazelo e de bárbaros nos não acuse, como com razão o poderíamos fazer em relação aos nossos maiores¹⁴⁷.

Fica assim colocada a urgente tarefa de “pesquisar e conservar os monumentos de nossa glória para a geração futura”. Magalhães dá o tom de um esforço coletivo e consciente. O já citado predecessor Januário da Cunha Barbosa havia publicado, entre 1829 e 1831, seu *Parnaso Brasileiro*; o jovem Joaquim Norberto, em 1841, leva a público sua *Modulações Poéticas*; em 1843, Pereira da Silva publica outro *Parnaso Brasileiro*; Joaquim Norberto e Emilio Adet, em 1844, trazem à cena o *Mosaico Poético*; e Varnhagen, em 1850, apresenta seu *Florilégio da poesia brasileira*¹⁴⁸. Logo, num período de vinte anos, é possível perceber o trabalho de constituição das bases de um cânone nacional. Cada uma dessas obras vem tornar público um conjunto de textos e autores, retirando-os do “esquecimento”. A justificativa presente em todas elas é a mesma: formar um corpo de obras e autores, os quais permitiriam que a jovem nação brasileira saísse de um estado de barbárie e pudesse gozar das glórias de um povo civilizado. Há, em suma, uma “demanda de origens” que impulsiona esse esforço coletivo¹⁴⁹. Vale citar, nesse sentido, a título de exemplo, a seguinte passagem do *Mosaico Poético* de Noberto e Adet, que me parece bastante sintomático desse projeto arquivístico:

Pertence agora ao Brasil o ajuntar e coligir todas estas poesias, ora brilhantes, ora suaves, ora satíricas, ora danosas, ressumbrando de amor, que aí passaram, que aí passam desconhecidas e inapercebidas, e que por fim

¹⁴⁷ Ibidem.

¹⁴⁸ Cf. ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice (orgs). *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

¹⁴⁹ SÜSSEKIND, Flora. “O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro”, in: PIZARRO, Ana (org). *América Latina. Palavra, literatura e cultura*. Vol. 2. Campinas, Editora da Unicamp, 1994, p. 479.

acabam por cair no remoinhar do tempo, em cujo vórtice desaparecem, como o ouro entre as mãos desses filhos de Tamandaré, esses mimosos de Tupã, que não conheciam o valor das riquezas que desenhavam possuir. E pois essa tarefa empreendemo-la nós publicando o Mosaico Poético, a fim de que possuía também o Quinto Império o seu arquivo onde consigne parte de sua glória, literária, na qual mais se patenteia a nacionalidade de sua literatura, pois que sempre nos trabalhos do pensamento esparsos, primitivos, espontâneos dos povos é que havemos de encontrá-la¹⁵⁰.

É preciso lutar contra o redemoinho do tempo e o esquecimento que dele decorre. Para isso, o arquivo é um elemento essencial, pois ele conserva, escapa aos rigores do tempo. É, como a obra de Tucídides, um bem para a posteridade. Contudo, deve-se ressaltar, a publicação desses autores nacionais em coletâneas não implicava sua inserção imediata em um espaço de consagração literária já constituído. Pois este ainda não existia, estando apenas em construção. O trabalho de coleta e publicação era somente uma etapa de resgate. Esses autores resgatados eram, na verdade, “candidatos” a ocuparem uma posição na futura plêiade literária brasileira. Sua inserção dependia, em última instância, de uma convergência entre os valores que lhe eram atribuídos (dentro das possibilidades semânticas) e as expectativas que orientavam as lutas entre memórias no espaço social. Após a etapa do resgate sucede a seleção, onde alguns autores encontram circulação enquanto outros voltam ao limbo da história. Mas, para que isso fosse possível, seria necessário ainda a definição de critérios e a elaboração de uma ordem. Mais que isso, seria necessária a afirmação da existência mesma de uma literatura brasileira – o que para os autores da primeira metade do século XIX não era tão certo (e mesmo Romero terá que afirmar repetidamente essa suposta existência)¹⁵¹.

¹⁵⁰ ADET, Emílio; SILVA, Joaquim Norberto de Souza. “Mosaico poético”, in: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. Op. Cit. p. 193.

¹⁵¹ A este respeito, remeto à discussão promovida pelos letrados, onde o que estava em jogo era a afirmação de uma literatura nacional. Opondo-se às teses de Gama e Catro e do General Abreu e Lima, os quais negavam a existência de uma literatura brasileira autônoma (pelo fato de que ela era escrita em português), Santiago Nunes Ribeiro publica, na *Minerva Brasiliense*, em 1843, um artigo-manifesto, no qual vai defender a originalidade da literatura brasileira. Pautado em Schlegel, Stäel e Hegel, o autor afirma o princípio de que a literatura é uma pura expressão do caráter da nação. “Ora, se os

1.3.2 *Uma outra sugestão estrangeira*

A exemplo do que ocorreu com a historiografia produzida no IHGB, a historiografia literária também teve seu guia estrangeiro. Coube, em grande medida, a Ferdinand Denis a formulação de certas premissas básicas que os literatos nacionais “deveriam” seguir na fundação de uma literatura nacional: o estabelecimento de uma genealogia literária, a análise da capacidade criadora das raças autóctones, o privilégio dos aspectos locais como estímulos de inspiração¹⁵². Denis acabou por ocupar uma “cadeira cativa” na reflexão literária oitocentista, e seus textos exerceram, tal como a dissertação de Martius, grande impacto na produção nacional, ajudando a construir uma grade interpretativa que se tornou hegemônica para a geração romântica¹⁵³. “A nossa crítica romântica, como salientou Antonio Candido, se desenrolou, até a *História da Literatura Brasileira*, como um repisar das premissas do *Resumé*”,¹⁵⁴.

Como bem analisou Maria Helena Rouanet em sua tese, a produção de Denis pode ser classificada segundo dois momentos e objetivos. Em um primeiro momento, o jovem escritor francês, pupilo de Chateaubriand e que acabou por acaso em terras brasileiras, tentou dirigir sua obra para um público europeu, explorando o pitoresco como tema literário. Contudo, tal como o expressou Saint-Beuve em suas críticas ao *Scènes de la nature sous les tropiques* (1824), Denis não teria percebido que o “sonho americano” já não encontrava mais a mesma receptividade entre os letrados europeus. É a partir desse momento que ele volta-se para o público brasileiro, vislumbrando o papel que ali poderia desempenhar.

Com a publicação do *Résumé de l'Histoire Littéraire du Portugal, suivi de l'Histoire Littéraire du Brésil*, em 1826, Ferdinand Denis encarna conscientemente a figura do bom viajante, amigo do Brasil. Recorrendo ainda à análise de Rouanet, pode-se dizer que, em sua primeira obra, Denis evocava a imagem do Brasil constatando a realidade do “ainda não”. Já no *Resumé*, ao contrário, o autor vai

brasileiros têm seu caráter nacional, também devem possuir uma literatura pátria”. RIBEIRO, Santiago Nunes. “Da nacionalidade da literatura brasileira”, in: COUTINHO, Afrânio. Op. Cit. p. 36.

¹⁵² Deve-se ressaltar a forte presença, no texto de Denis, dessa forma imperativa pela qual seu discurso é construído. Logo no primeiro sub-título, destaca o autor, assumindo explicitamente uma autoridade de enunciação: “Considerações gerais sobre o caráter que a poesia *deve* assumir no Novo Mundo”. DENIS, Ferdinand. “Resumo da História Literária do Brasil”. In: César, Guilhermino. *Historiadores e críticos do romantismo*. São Paulo: Edusp, 1978.p. 36. Grifo meu.

¹⁵³ ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido*. Op. Cit.

encarregar-se de trazer para esse quadro o espaço do “já”. Mediante essa sutil operação, Denis não apenas ensaia um resgate das produções já existentes de uma literatura brasileira, como também aponta para os caminhos que ela deveria seguir.

Antes de indicar quais seriam esses caminhos, gostaria de ressaltar a relação existente entre a sensibilidade européia do Denis-viajante e sua proposta temática. Denis, a exemplo de Martius e Spix, chocou-se com o que viu em terras tropicais. Seu olhar deteu-se em imagens que feriam a concepção de civilização que carregava. Logo, também deveria saber, à maneira de Martius, o quanto poderia ferir a sensibilidade da “boa sociedade” brasileira¹⁵⁵. Contudo, ao contrário de Martius, o qual incluiu em sua proposta a alteridade inquietante (motivado, em parte, por premissas epistemológicas), Denis, talvez por uma opção estratégica, preferiu escamoteá-la.

Como ressaltou Costa Lima, percebe-se nas cartas do viajante francês a repugnância que lhe causou a visão dessa sociedade tropical e escravocrata¹⁵⁶. Até esse momento, Denis e Martius se assemelham. Esta repugnância do viajante francês, todavia, “que lhe causaram os costumes da sociedade tropical, provoca uma curiosa seleção: impressiona-lhe apenas a natureza, é a ela que dedica seu ensaio e é nela que encontra o meio para a autonomização da literatura”¹⁵⁷. O jovem escritor francês, desse modo, responsabiliza-se ele mesmo pela tarefa de selecionar o que mais convém ao público para o qual escreve. Se, no caso de Martius, a consciência da possibilidade de ferir a sensibilidade da elite imperial implicou em um estratagema retórico, no qual recorria-se à legitimidade de uma “história filosófica”, no caso de Denis, por sua vez, o que se percebe é a opção por uma tematização mais orientada, deixando de fora certas máculas que, como diria Nabuco, não deveriam ser levados ao teatro. A recepção que o texto do naturalista bávaro iria encontrar e os efeitos que iria suscitar dentro da produção historiográfica do IHGB, pode-se dizer, deveram-se muito mais a um cuidadoso trabalho de leitura por parte dos associados, operando sobre suas

¹⁵⁴ CANDIDO, Antonio. *Formação...* Op. Cit. 329.

¹⁵⁵ O termo é de MATTOS, Ilmar R. “Um ‘País Novo’”. Op. Cit., p. 64.

¹⁵⁶ LIMA, Luiz Costa. “Natureza e História nos Trópicos”, in: Op. Cit. p 132. Denis ficou escandalizado ante as “práticas ilusionistas da sociedade colonial”. E o mal-estar despertado pelo contato com essa sociedade colonial aumentava diante dos índios aculturados. Como escreveu nos *Scènes*: “A história destes povos ofereceria sem dúvida tristes lições à Europa”. Apud. Ibidem.

¹⁵⁷ Idem. p. 133-4.

possibilidades de produção¹⁵⁸. Ou seja, a seleção foi operada quase que exclusivamente pelos letrados locais. Ao assumir a figura do bom viajante e do promotor de uma literatura “brasileira”, Denis escolheu outro caminho. Sua obra, nesse sentido, é muito mais *calculada*. Devido às relações que desejava nutrir com a corte imperial, exercendo esse papel de divulgador das “coisas brasileiras”, o texto do literato francês se fazia muito próximo das expectativas de seus leitores. Houve, assim, uma seleção promovida por ambas as partes¹⁵⁹.

Voltando agora para seu texto programático, apresentarei rapidamente as principais questões sugeridas por Denis. O ponto que ele mais enfatiza é o fato de que, como algo de novo, o Brasil *deve* procurar suas próprias inspirações:

O Brasil, que sentiu a necessidade de adotar instituições diferentes das que lhe havia imposto a Europa, o Brasil experimenta já a necessidade de ir beber inspirações poéticas a uma fonte que verdadeiramente lhe pertença; e, na sua glória nascente, cedo nos dará as obras-primas desse primeiro entusiasmo que atesta a juventude de um povo¹⁶⁰

Deve, assim, a literatura brasileira alimentar-se a si mesma; deve rejeitar "as idéias mitológicas devidas às fábulas da Grécia"; deve ter pensamentos novos e próprios como ela mesma. Afinal, "nossa glória literária [francesa] não pode sempre iluminá-la [a brasileira] com um foco que se enfraquece ao atravessar os mares, e destinado a apagar-se completamente diante das aspirações primitivas de uma nação cheia de energia"¹⁶¹. A imitação, como recomenda Denis, não é um caminho aconselhável. Os brasileiros, cheios de “aspirações primitivas”, pouco poderiam aproveitar das criações francesas. Tal como para Madame de Stäel, literatura e nação só são inteligíveis pelos princípios da individualidade e da historicidade. Portanto, a “juventude” da América, ao invés de procurar inspiração na “velha Europa”, deve

¹⁵⁸ Como sublinha Certeau: “Combinées en une série d’opérations, écriture et lecture se génèrent mutuellement. Par un rapport de l’écrit à ce qu’il permet de lire, et de cette lecture à ce qu’elle permet d’écrire, une pratique développe des possibilités de production. Elle vise à faire autre chose avec le texte qui la rende possible (...) Au lieu que des connaissances ou des idées s’empilent dans un lieu d’où le savoir serait censé toujours parler, l’énonciation même se laisse atérer de manière à changer le savoir et le lieu où il se tient”. CERTEAU, Michel de. “L’absent de l’histoire”, in: *Histoire et psychanalyse. Entre science et fiction*. Paris, Gallimard, 1987, p. 209.

¹⁵⁹ A respeito da seleção em Denis, cf. ROUANET, Maris Helena. Op. Cit. p. 165-166.

¹⁶⁰ Denis, Ferdinand. Op. Cit., p. 36.

¹⁶¹ Ibidem.

voltar-se para si mesma. Em suma, ela precisa diferenciar-se. O signo literário, sob esse aspecto, deve tanto expressar como produzir essa diferenciação. Realizar-se como individualidade história mediante a literatura, este seria o melhor caminho que a jovem nação poderia tomar com o objetivo de equiparar-se e mesmo “ultrapassar” as nações européias.

Para realizar esse *princípio de diferenciação*, Denis concentrou-se em duas temáticas e dois procedimentos. As duas temáticas são a natureza e os povos selvagens. São estes os objetos sobre os quais uma literatura, para ser brasileira, deveria se deter. Sobre a natureza o autor afirma: “Se os poetas dessas regiões fitarem a natureza, se se penetrarem da grandeza que ela oferece, dentro de poucos anos serão iguais a nós, talvez nossos mestres”¹⁶². Se a natureza tropical já não encontrava eco na literatura européia, ela vem, contudo, oferecer aos letrados brasileiros a possibilidade de diferenciação. Descrever a natureza é, assim, uma forma de ser nacional.

Denis inscreve-se na tradição de viajantes estrangeiros que, com seus relatos, ajudaram a configurar não apenas uma prosa de ficção cartográfica, um Brasil-só-paisagem, como também uma crítica literária que elegia a descrição da natureza como imperativo estético¹⁶³. E esta natureza-só-paisagem, ressalte-se, é uma natureza específica, devidamente selecionada. “Não é, pois, a qualquer lugar que se pode chamar de Brasil, a qualquer literatura de brasílica. É necessário que se submetam à malha fina da ‘originalidade’, da ‘natureza exuberante’, dos ‘costumes peculiares’”¹⁶⁴. O que esse olhar busca é a fixação do maravilhoso e do exótico. Denis talvez tenha sido o estrangeiro que melhor conseguiu capitalizar esse exotismo em um projeto estético coerente – pelo menos foi essa a opinião da geração romântica. Denis

¹⁶² Idem. p. 37.

¹⁶³ Como diz Sussekind a respeito da formação da prosa de ficção brasileira no século XIX, “o narrador desses primeiros ensaios de ficção mantém-se fiel à meta única - a paisagem-só-natureza, a ‘origem’ da nacionalidade - e, ao lado de enredos mirabolantes e lacrimosos, adivinha-se a mesma nota, a afirmação de uma literatura nacional e a viagem a um ‘Brasil’ que se deve dizer logo ali”. Sussekind, Flora. Op. Cit., 1990. p. 179. Essa prosa de ficção nacional, segundo a autora, se constitui em um primeiro momento em estreita relação com os relatos de viajantes, onde a descrição da natureza revela o nacional. Em um segundo momento, a temporalidade é inserida nessa prosa, com o aparecimento do romance histórico - tendo ainda, no entanto, a natureza como ponto fixo. Já em um terceiro momento, o momento machadiano, por assim dizer, com um certo espaço literário constituído, já não interessa a literatura genésico-cartográfica. “Agora não mais roteiro genésico-cartográfico, mas procedimento narrativo desestabilizador das ‘idéias fixas’, que sustentam o ‘falso movimento’ de narradores - viajantes com pontos de mira todo-poderosos, e sempre em guarda quanto a corrosões de qualquer tipo”. Idem. p. 264. Cf. também “O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro”. In, Op. Cit., 1994

operou uma domesticação do exótico, tornando-o motivo para uma produção literária que se queria nova e nacional. “Daí, para falar com Antonio Candido, um persistente exotismo, que eivou a nossa visão de nós mesmos até hoje, levando-nos a nos encarar como faziam os estrangeiros, propiciando, nas letras, a exploração do pitoresco no sentido europeu, como se estivéssemos condenados a exportar produtos tropicais também no terreno da cultura espiritual”¹⁶⁵.

Este exotismo não se reduz, no entanto, à natureza. Denis também aponta para o exotismo das populações indígenas: “O maravilhoso, tão necessário à poesia, encontrar-se-á nos antigos costumes desses povos, como na força incompreensível de uma natureza constantemente mutável em seus fenômenos”¹⁶⁶. Assim, natureza e povos indígenas configuram uma totalidade temática, a qual vem possibilitar a figuração poética *brasileira*, constituindo sua individualidade.

Além dessas duas temáticas inseparáveis, o autor sugere ainda os procedimentos que deveriam ser seguidos na fundação de uma literatura nacional. Estes são: a genealogia e a observação. Também estes dois procedimentos são inseparáveis, pois, na medida em que se estabelece que observar a natureza é um meio de ser nacional, a busca genealógica vai em busca justamente desse ato de observação nos escritores antigos, servindo como critério de classificação.

Denis afirma que o escritor brasileiro não deve procurar “outro guia que a observação”.¹⁶⁷ Assim, a originalidade nacional estaria na observação contemplativa da natureza; o que viria a tornar o “ai que saudades” um paradigma entre os românticos¹⁶⁸. O que me interessa ressaltar aqui é justamente esse primado da observação que Denis ajuda a consolidar. Luiz Costa Lima afirmou que esse primado da observação é um dos componentes constituintes da reflexão literária oitocentista brasileira, não apenas para os românticos como também para a geração “realista”¹⁶⁹.

¹⁶⁴ Idem. p. 24.

¹⁶⁵ CANDIDO, Antonio. *Formação...* Op. Cit. p. 324. A respeito do exotismo cf. também ESTEVES, Paulo Luiz Lavigne Moreaux. “Paisagens em Ruínas: Exotismo e Identidade Nacional no Brasil Oitocentista”, in: DADOS, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 41, n. 4, 1998, pp. 831-862. Neste artigo o autor coloca o exotismo como um *tropos* que percorre toda a produção oitocentista, de Gonçalves de Magalhães a Sílvio Romero. Contudo, creio que o autor faz um uso equivocado da teoria topológica de Hayden White, pois o exotismo é antes um tema, ou um *topos* (e não um *tropo*), que pode ser formalizado de diferentes formas, sob diferentes *tropos*.

¹⁶⁶ DENIS, Ferdinand. Op. Cit. p. 36.

¹⁶⁷ DENIS, Ferdinand. Op. Cit. p. 36.

¹⁶⁸ LIMA, Luiz, Costa. *O controle do imaginário*. Op. Cit. p. 136.

¹⁶⁹ Idem. “...a geração realista parte de um culto à ciência que nenhum romântico toleraria. Esquece-se porém de notar que ambas as correntes partilhavam do mesmo primado concedido à observação da

De fato, a proximidade entre o olho e a letra é uma constante nessa produção, embora apresente-se sob diferentes formas.

A observação é um procedimento fundamental tanto para os românticos, seja na figura de Magalhães, Alencar ou Dias, como o será para Sílvio Romero. Há uma distância mínima entre a visão e a escrita para esses autores. Contudo, o espaço coberto por essa visão é variável. Como destaca Gérard Lenclud, entre o olho e o objeto sempre se interpõe um esquema conceitual antecipativo que organiza a visão¹⁷⁰. Dessa forma, se o ato de observação é uma característica comum para os românticos e Romero, sua configuração é diferenciada. São campos e modalidades de visão distintos. Mas fiquemos ainda em Denis. É com ele que se inicia, em grande medida, esse primado estético e epistemológico.

Uma vez estabelecido o primado da observação como meio de ser nacional, Denis ensaia um breve resgate da produção literária brasileira. Aí pode-se perceber com clareza a aplicação do critério escolhido. Dos escritores analisados, Denis detém-se principalmente em Durão e Basílio da Gama, por encontrar nesses autores os sinais mais claros de brasilidade. O mérito de Santa Rita Durão é ter apresentado em seu *Caramuru* a descrição da natureza e dos índios como tema literário. A respeito de tal obra, diz Denis, “já seria por si mesmo de alto interesse que nos contentássemos em observar a cor local, nele presente”¹⁷¹. O mesmo vale para o *Uruguai*. Apesar desta obra não encantar tanto Denis, “nele se nos depara, todavia, hábil descrição do Novo Mundo”¹⁷². Assim, o exercício genealógico sugerido por Denis vai em busca do *olho na letra*, da observação e descrição da natureza e dos povos indígenas presentes nas obras que constituiriam um arquivo literário nacional. Eleito o critério de uma nacionalidade essencial, inicia-se a busca ou a caça das marcas de brasilidade. Como nos diz Flora Süssekind:

Não interessa a esses caçadores de origens observar diferenças, lacunas, retornos, cortes. E, ao descreverem essa procura de uma ‘nacionalidade essencial’, de uma identidade sem rachaduras, de uma linha reta, cheia, sem descontinuidades ou rasuras, desvendam, sem querer ou sem saber, para quem

natureza. Apenas os realistas acrescentavam que ela seria de pouco proveito sem o concurso da ciência”. p. 151.

¹⁷⁰ LÉNCLUD, Gérard. “Quand voir, c’est reconnaître. Les récits de voyage et le regard anthropologique”, in: *Enquête*, n. 1, set., Paris, 1995.

¹⁷¹ DENIS, Ferdinand. Op. Cit. p. 47.

os lê, segredo particularmente defeso: que isso que definem como o “ponto um”, a “semente”, a “origem” da literatura brasileira é, na verdade, quimera que constroem, passo a passo, a cada novo traço que acrescentam ao seu mapa de pesquisas.¹⁷³

1.3.3 A ordenação do tempo em outra escala

O tempo da nação e o tempo de uma literatura nacional. Estas duas instâncias estão intimamente ligadas, mas não se confundem. A ordenação de uma temporalidade da nação brasileira, como foi visto, tal como em elaboração no IHGB, implicava a inventariação de fatos e a delimitação de épocas que conotassem de forma bastante inteligível um sentido histórico para a nação brasileira. Operação esta que abarcaria *toda a história* nacional, devendo incluir temas como o estado das populações indígenas, o descobrimento, a colônia e a independência. Daí, por exemplo, o título de Varnhagen: *História Geral do Brasil*. Para uma historiografia literária, ao contrário, a ordenação de uma temporalidade deveria ter como referência *princeps* a própria existência de uma *literatura* nacional, determinando-lhe o surgimento e descrevendo sua formação. Desse modo, a história literária visava detectar momentos fundadores específicos, não coincidentes com aqueles da historiografia *stricto sensu*.

Há, assim, uma distinção no modo de ordenar a temporalidade nas duas historiografias. Mas isso não quer dizer que elas estivessem disassociadas. Muito pelo contrário, a particularidade da história da literatura como gênero historiográfico lhe conferia também um certo privilégio, pois, como foi dito acima, o signo literário, tal como vinha a ser concebido, apresentava um potencial representativo excepcional. Por conseguinte, pode-se dizer que, tal como era vivenciada a cultura histórica oitocentista, a prática dessa modalidade de escrita histórica vinha ao encontro das expectativas de seus produtores e consumidores, os quais esperavam a delimitação de um sentido histórico bastante inteligível da nacionalidade brasileira. O que a história da literatura vinha oferecer era justamente o mapeamento desse processo pelos rastros literários, na medida em que tais rastros sintetizavam o “espírito” da nacionalidade,

¹⁷² Idem. p. 59.

¹⁷³ SÜSSEKIND, Flora. “O escritor como genealogista”, in: Op. Cit. p. 18.

sem que fosse necessário se deter nas particularidades factuais e nos outros constrangimentos implicados na historiografia *stricto sensu*. Assim, como bem notou Gumbrecht, de um lado colocava-se a literatura à parte da totalidade do processo histórico; ao mesmo tempo, contudo, concebiam-na como um meio privilegiado para conhecer essa mesma totalidade¹⁷⁴.

Mais do que organizar cronologicamente os diversos escritores supostamente nacionais, fazia-se necessário *ordená-los* de acordo com a sua representatividade. Era preciso, em suma, dar um sentido à história. Voltando ao texto de Magalhães, nota-se que seu propósito não era

traçar cronologicamente as biografias dos autores brasileiros, mas sim a história da literatura do Brasil; que toda história, como todo drama, supõe uma cena, atores, paixões, e um fato que progressivamente se desenvolve, que tem sua razão, e um fim; sem estas condições não há história, nem drama.¹⁷⁵

Esta ressalva de Magalhães não deixa dúvidas acerca da dimensão processual do conceito de história, como também enfatiza sua dimensão poética. Escrever a história e escrever um drama são operações semelhantes, em ambas são necessários certos preceitos, como atores e motivos que dêem inteligibilidade para a narrativa. Os atores em questão, por certo, são os autores, esses indivíduos que são associados a textos, servindo como seus “nós de coerência”. Daí a importância das biografias que sempre antecediam os textos publicados. Já o motivo de tal história, Magalhães aponta, na esteira da sugestão de Ferdinand Denis, para o *processo de diferenciação*, o qual vem se tornar um *topos* obrigatório na retórica da nacionalidade oitocentista. Resumindo, o relato histórico da nacionalidade, como viria a afirmar Renan em outra situação, deveria ser seletivo e coerente com uma memória nacional.

Também Magalhães, a exemplo de Denis, elege a natureza como princípio de diferenciação da literatura brasileira. Mas onde ela inicia? Qual a origem da literatura brasileira? De um modo geral, esses primeiros compiladores e críticos da literatura nacional não vão encontrar essa origem em um período muito distante. Apesar de sempre nomearem alguns autores presentes no Brasil à época do descobrimento,

¹⁷⁴ GUMBRECHT, Hans-Ulrich. Op. Cit. p. 227.

¹⁷⁵ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. Op. Cit. p. 17.

quase nada lhes é reconhecido. O século XVII vem apresentar-se, via de regra, como uma *entrada*, um *preparatório*, com autores como Manuel Botelho de Oliveira, Gregório de Matos e Bernardo Vieira Ravasco. A tendência geral, contudo, foi encontrar o início de uma tematização literária nacional principalmente a partir do século XVIII. É nos escritos de Claudio Manuel da Costa, Silva Alvarenga, mas principalmente em Basílio da Gama e Santa Rita Durão que encontrarão algo mais próximo ao ideal desejado. O próprio Denis, como foi visto, já sugeria esse *início*. Magalhães, por sua vez, segue esta mesma indicação: “É no século XVIII que se abre verdadeiramente a carreira literária para o Brasil, sendo a do século anterior tão minguada que apenas serve para a história”¹⁷⁶.

Mesmo escritores que não viam com tão bons olhos essa literatura do século XVIII, como Pereira da Silva, reconhecem ali os rastros da nacionalidade nascente: “A literatura brasileira do século XVIII foi sim uma cópia, e imitação da portuguesa, que já era uma cópia e imitação da francesa; reconhece-se porém, através de seu prisma, a sua nacionalidade, a sua origem nova e sagrada”¹⁷⁷. Apesar das restrições formais, decorrentes da imitação, a nacionalidade como essência se deixa vislumbrar nessas obras. Pois ali se encontram certos temas que, a partir do século XIX, e principalmente a partir da independência, iriam desabrochar. O século XVIII, com seus escritores, desenha-se como a origem do que no oitocentos iria se mostrar em plena consciência. “Uma nova era devia nascer de suas cinzas, e essa era a nossa”¹⁷⁸.

A mesma ordenação pode ser evidenciada em outros autores, como Joaquim Norberto e Varnhagen, o que sugere o estabelecimento progressivo de uma identidade narrativa minimamente reconhecida. A partir da definição do critério de nacionalidade que marcaria o projeto estético romântico, a descrição da natureza e dos povos indígenas, elaborava-se assim uma ordem temporal, a qual designava um sentido bastante inteligível, vindo desembocar nos textos de Magalhães, Gonçalves Dias, Alencar, entre outros que se consagravam no espaço literário imperial. Com isso não quero dizer que não havia dissidências e controvérsias; pois estas existiram, e

¹⁷⁶ MAGALHÃES, D. J. G. de. Op. Cit. p. 22.

¹⁷⁷ PEREIRA da SILVA, João Manuel, “Parnaso brasileiro”, in: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. Op. Cit. 171.

¹⁷⁸ Idem. p. 177.

muitas¹⁷⁹. Contudo, tais dissidências e controvérsias operavam dentro de um mesmo espaço de trabalho, utilizando as mesmas referências.

Quando as referências forem deslocadas, se fará necessário também um rearranjo da temporalidade literária. Enquanto que para essa tradição imperial o critério de diferenciação estava associado à observação da natureza e seu correlato escriturário, a descrição, para Sílvio Romero o critério será outro. Para o crítico sergipano, observar continuará sendo um meio de ser nacional; contudo, o objeto de observação deixa de se concentrar na natureza, privilegiando então o elemento humano. O *povo* torna-se o novo signo nacional. E é em busca da descrição desse povo que o novo historiador da literatura vai à caça. Nesse caso, a origem da literatura brasileira é recuada, passando dos árcades mineiros às sátiras de Gregório de Matos. Uma vez redefinida a caracterização motívica, processa-se um reordenamento das partes significantes da narrativa histórica.

Tentei analisar neste capítulo a formação de uma tradição historiográfica imperial, delimitando em linhas gerais suas características principais. Destaquei algumas operações intelectuais que acabaram por configurar um certo espaço comum de trabalho e uma identidade narrativa minimamente coerente. Essa grade interpretativa imperial, formada em duas frentes distintas, mas complementares – a do IHGB e a literária –, exerceu efeitos indeléveis na geração de intelectuais da qual Sílvio Romero faz parte. É a partir dela e em relação a ela que o crítico desenvolve sua reflexão historiográfica, refigurando seus componentes e ressignificando a temporalidade nacional em uma outra narrativa. Para além da adoção (e da qualidade dessa adoção) de “conceitos estrangeiros”, e para além ainda da constituição social da sociedade brasileira no período em questão, é possível afirmar que essa tradição imperial configurou uma experiência historiográfica específica, passível de ser delimitada em seus aspectos formais. É neste nível de experiência (obviamente não

¹⁷⁹ Devo remeter aqui, como exemplo, à polêmica envolvendo a “Confederação dos Tamoios”, de Magalhães. Para tanto, cf. CASTELLO, José Aderaldo. (org). *A Polêmica sobre “A Confederação dos Tamoios”*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo, 1953.

alheio às demais) que me importa detectar a inserção da obra de Sílvio Romero. Nesse processo de *negociação* com a tradição historiográfica imperial, rupturas e continuidades se fazem presentes em diferentes níveis da experiência historiográfica. A relação entre historiador e nação, o princípio de diferenciação e o primado da observação, tal como expostos neste capítulo, são alguns dos elementos que permitem mapear essas linhas de continuidade e ruptura.

Procurarei, no restante desta dissertação, inscrever a obra de Sílvio Romero nessa experiência historiográfica oitocentista, delimitando algumas de suas especificidades. O que me parece caracterizar a relação de Romero com essa tradição é o fato de que ele mescla certos elementos da historiografia *stricto sensu*, tal como desenvolvida no IHGB, com outros da reflexão sobre a história da literatura brasileira. Negando a ambas, ele opera, todavia, uma espécie de combinação, a qual lhe fornece os elementos necessários para a confecção de um enredo particular. Em relação ao aporte documental, por exemplo, Romero se vale do trabalho arquivístico da historiografia literária, compartilhando, também, apesar de utilizar outros referenciais teóricos, uma concepção de literatura que remete à expressão de uma nacionalidade essencial, concebendo o signo literário por um viés documentalista. Quanto ao nexo que garantiria a unidade da escrita histórica (sua caracterização motívica), o autor se filia, malgrado a negação (e o reconhecimento), à proposta de Martius, resgatando nesse autor a idéia, agora sim, de *mescla* entre as três raças. Ainda da reflexão literária imperial, Romero dará continuidade ao primado da observação inserido por Denis, porém deslocando o campo de visão: agora não convém mais ver e descrever a natureza, mas antes ver e descrever o *povo*, novo símbolo da nacionalidade.

O que se vê, portanto, são traços de continuidade e ruptura, os quais não se deixam reduzir por uma explicação que privilegie apenas as filiações teóricas e a nomenclatura utilizada. Estas, sem dúvida, procuram instaurar uma diferença. Contudo, não penso que esgotem a experiência historiográfica tal como vivenciada por Romero e sua geração. A constituição de sentidos envolvida na prática historiográfica também passava por caminhos mais enraizados e menos aparentes. Vejamos alguns deles.

Capítulo 2

Uma nova proposta de escrita

No Brasil representa-se agora um dêsses dramas raros, que nem a tôdas as gerações é dado presentear. O esboroar de um trono, a queda de instituições quase quatro vêzes seculares, pois que essa é a verdadeira data do governo régio no Brasil; o levantar de novas doutrinas, com seus moldes e suas necessidades novas, tudo isto constitui para os sociólogos e amadores de estudos de psicologia popular um momento verdadeiramente excepcional.

Sílvio Romero.
Doutrina Contra Doutrina.

2.1 - A nação e o historiador: o objeto e seu sujeito

Ser verídico (honesto) em todas as declarações é, portanto, um mandamento sagrado da razão que ordena incondicionalmente e não admite limitação por quaisquer conveniências.

Immanuel Kant.
Sobre um suposto direito de mentira por amor à
humanidade

A *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, publicada originalmente em 1888, traz em seu prólogo uma apresentação da formação pessoal do autor, assim como um mapeamento do momento "atual" da realidade nacional. O imbricamento dessas duas esferas, a individual e a nacional, serve de justificativa para a obra publicada, procurando orientar o olhar do leitor pelas páginas que se seguem. Romero volta-se, num exercício retrospectivo, para sua trajetória como homem de letras, correlacionando as expectativas que o guiaram profissionalmente com as vicissitudes da nação. Nesse exercício de ordenar o caminho traçado, dando-lhe um sentido, o autor destaca o caráter de injúria e injustiça que sempre pesou sobre sua

pessoa: "Este livro", diz ele, abrindo o prólogo, "é um livro de amor, feito por um homem que sente há perto de vinte anos sobre o coração o peso do ódio que lhe tem sido votado em sua pátria..."¹. A experiência pessoal é a fonte de sua empreitada, e tal condição é explicitada desde o primeiro momento das considerações que antecedem a narrativa propriamente dita. Ele procura ligar cada momento de sua experiência pessoal com um modo específico de encarar o país. São três as fases que ele relembra:

Com relação à sua querida pátria, o autor tem passado por três fases diversas: a primeira foi a do *otimismo* da meninice e da primeira juventude, idade em que toda a gente lê nos livros das classes a famosa descrição do Brasil em Rocha Pita e acredita em tudo aquilo como numa dogmática infalível; a segunda foi a do *pessimismo* radical e intratável a que deu curso em seus primeiros livros; a terceira é a atual, a da *crítica imparcial*, equidistante da paixão pessimista e da paixão otimista, que nos têm feito andar às tontas².

Otimismo, pessimismo e imparcialidade marcam um processo de formação pessoal. Calcado no presente, o autor, sempre "em relação à sua querida pátria", ordena etapas sucessivas, evolutivas, de sua formação, onde a imparcialidade, "a fase atual", representa a maturidade intelectual. Nesse processo, rupturas e continuidades estão presentes. Se as mudanças de perspectivas deram-se de forma gradual, do otimismo à imparcialidade, o método, contudo, foi sempre o mesmo: "Sua base filosófica, histórica, etnográfica, estética e crítica é sempre idêntica"³. Desse modo, sua obra estaria livre da "contradição", esse fantasma que compromete a eficácia do produto intelectual, apresentando, antes, um aperfeiçoamento (evolução) que lhe garante tanto um procedimento de autocrítica, quanto um olhar mais preparado na compreensão da formação histórica brasileira. Encarando-se de maneira homóloga à nação, Romero procede pela construção paralela da individualidade de ambos, onde a coerência exerce um papel crucial. Daí, para usar a expressão de Bourdieu, essa

¹ ROMERO, Sílvio. *História... Op. Cit.* p. 33.

² Idem. p. 34

³ Idem. p. 35.

“ilusão biográfica” dupla: a da pessoa e a da nação, sendo construídas simultaneamente pela confecção do texto⁴.

2.1.1 *Uma escrita afetiva*

Essa ligação estabelecida no texto entre o autor e a nação era uma prática corrente na historiografia brasileira do século XIX, formalizando-se no período imperial e sendo remodelada, já no período republicano, em um outro modo de escrita. Convém lembrar aqui daquela consideração feita por Felipe de Alencastro, mencionada mais acima, que afirmava a semelhança entre estes escritores nacionais oitocentistas e os publicistas franceses do século XVIII. Ambos mantinham com a prática da escrita uma relação utilitária, colocando-a a serviço do Estado. Geralmente nos prefácios, o vínculo pessoal/nacional vinha inscrito sempre no intuito de justificar a obra que se apresentava. Ressaltando a sinceridade, a dificuldade e a utilidade do empreendimento, o autor procurava capitalizar a inserção de sua obra no espaço letrado. Seja adiantando-se a possíveis críticas, explicitando seu procedimento, resgatando sua trajetória ou ressaltando os possíveis usos futuros de seu trabalho, procurava-se qualificar a missão que constituía o ato da escrita. Ato essencialmente político (escrita monárquica ou republicana), a escrita da história nacional reclamava por parte de seu autor a reflexão sobre esse vínculo visceral⁵. Pode-se mesmo dizer que a própria possibilidade de se escrever a história da nação passava pelo estabelecimento prévio de uma relação entre a pessoa que escreve, o lugar que lhe é próprio e o projeto que defende. De qualquer forma, escrever a genealogia nacional implicava *uma tomada pública de posição* que caracterizasse o par autor-nação.

Analisarei a formação da figura autoral do historiador oitocentista mediante três *topoi* que se tornam recorrentes nos textos historiográficos do século XIX e que

⁴ BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica", In: *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

⁵ Entendo aqui por ato político a experiência social da escrita, englobando suas diversas esferas de realização e circulação. Tome-se, nesse sentido, a definição de Jaques Rancière: "O conceito de escrita é político porque é o conceito de um ato sujeito a um desdobramento e a uma disjunção essenciais. Escrever é o ato que, aparentemente, não pode ser realizado sem significar, ao mesmo tempo, aquilo que realiza: uma relação de mão que traça linhas ou signos com o corpo que ela prolonga; desse corpo com a alma que o anima e com outros corpos com os quais ele forma uma comunidade; dessa comunidade com a sua própria alma". RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. São Paulo: Editora 34, 1995. p. 7.

indicam os contornos que qualificam a restrição do sujeito enunciante: a sinceridade, a cientificidade e a instrumentalidade. Estes elementos fazem parte da formalização da prática historiográfica, indo ao encontro do tipo de relação estabelecida entre o historiador, a história e o projeto de nação que se procurava instaurar. Três requisitos básicos dão forma ao ritual da escrita: o sentimento pátrio, o domínio técnico-científico e a pertinência do produto em relação ao seu uso. Por estes requisitos necessários ao historiador, pode-se, ainda, flagrar outras figuras das quais ele se torna duplo: o vate, o naturalista-viajante e o publicista-estrategista. Após um breve retorno aos autores daquilo que denominei de tradição historiográfica imperial, tentarei delimitar algumas continuidades e rupturas no modo de enunciação histórica de Sílvio Romero.

2.1.2 Uma nobre, útil e difícil empresa

Como já foi dito, a própria constituição da história como disciplina estava estritamente vinculada à formação dos Estados-nação modernos. No Brasil, essa relação assumiu desde cedo um caráter acentuado, pois coube à instituição monárquica recém instaurada construir e legitimar o espaço do discurso histórico nacional⁶. Se, do outro lado do Atlântico, a disposição dos espaços conquistados pela história centrou-se nas universidades, onde prevalecia o trânsito de “profissionais”, ou seja, de agentes que detinham um mérito técnico; no Brasil, por sua vez, sendo o espaço destinado à prática historiográfica as Academias, o que regia o preenchimento dos cargos pautava-se exclusivamente pelas relações sociais estabelecidas⁷. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tinha, pois, como foco de orientação de seus integrantes a organização de uma história nacional centrada na unidade territorial e política. Delegava-se ao historiador “como tarefa o delineamento de um perfil para a ‘Nação brasileira’, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais

⁶ Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. Op. Cit. Também, e principalmente, GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos...”, In: Op. Cit. , e CEZAR, Temístocles. “L’écriture de l’histoire ...”, Op. Cit.

⁷ “Não o espaço sujeito à competição acadêmica própria às universidades européias, mas o espaço da academia de escolhidos e eleitos a partir de relações sociais, nos moldes das academias ilustradas que conheceram seu auge na Europa nos fins do século XVII e no século XVIII.” GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos...”, In: Op. Cit. p. 5.

amplo das ‘Nações’, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX”⁸. Sob os auspícios do imperador, a tarefa da escrita da história era encarada como uma *tarefa* pública, e a obra realizada um *bem* público.

Exemplo dessa delegação oficial de atributo, de ritualização da produção do saber, é o discurso pronunciado pelo imperador, patrono do IHGB, em 15 de dezembro de 1849 por ocasião da inauguração das novas instalações do Instituto. Nele, o imperador reconhece os “valiosos serviços” que o IHGB vinha prestando e roga aos seus integrantes que se dedicassem cada vez mais não apenas ao resgate das gerações passadas e das glórias do passado nacional, como também das glórias que a presente geração realizava, tornando-as dignas de serem lembradas pela posteridade. Inaugurando um período novo da instituição, onde delegava-lhe papel de destaque nas preocupações estatais, Dom Pedro II reforça o tom programático que já vinha sendo delineado desde sua fundação, como o comprovam os discursos de Raimundo da Cunha Matos e Januário da Cunha Barbosa. Agora, mais do que nunca, a escrita da história nacional era a escrita de um projeto imperial em vias de efetivação.

Como disse o governante em seu discurso:

Sem dúvida, Senhores, que a vossa publicação trimestral tem *prestado valiosos serviços*, mostrando ao velho mundo o apreço, que também no novo merecem as aplicações da inteligência; mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é de mister que não só *reunais os trabalhos das gerações passadas*, ao que tendes dedicado quase que unicamente, como também, pelos vossos próprios, *torneis aquela a que pertença digna realmente de elogios da posteridade*: não dividi pois as vossas forças, o amor da ciência é exclusivo, e concorrendo todos unidos para *tão nobre, útil, e já difícil empresa*, erijamos assim um padrão de glória à civilização da nossa pátria.
(...)

Congratulando-me desde já convosco pelas felizes conseqüências do empenho, que contraís, reunindo-vos em meu palácio, recomendo ao vosso presidente que me informe sempre da marcha das comissões, assim como me apresente, quando lhe ordenar, uma lista, que espero será a geral, dos sócios que bem cumprem *seus deveres*; comprazendo-me aliás em verificar por mim

⁸ Ibid. p. 6

próprio os vossos esforços todas às vezes que tiver a satisfação de tomar parte em vossas locubrações.⁹

É em nome da nação e pela nação que os letrados a quem se dirige o imperador atuam. O resgate das “gerações passadas”, assim como o projeto sugerido de uma “história do tempo presente”¹⁰, é considerado um “dever” a ser cumprido. A escrita da história encerra-se, pois, em um espaço bem delimitado, tornando-se uma escrita oficial, posto que oficializada pelo imperador. Tanto a prática quanto o produto inscrevem-se em um circuito definido, sendo o historiador um dos braços mais importantes do Estado na confecção de uma identidade coletiva e na reflexão acerca de modelos de ação para o governo. A pesquisa histórica, assim, mostrava-se como uma matriz científica da construção de estratégias e táticas da arte de governar, configurando sentidos que dessem forma ao objeto e orientassem a ação estatal sobre o mesmo. Mais do que isso, cabia ainda a esses letrados, pelo estudo da história pátria, cantar, tal como um aedo moderno, as glórias do Brasil à posteridade¹¹.

Pela fala do imperador, ainda, pode-se perceber alguns indícios da forma como se configura essa relação entre autor e nação. Conclama ele aos associados que, “concorrendo todos unidos para tão *nobre, útil, e já difícil empresa*, erijamos assim um padrão de glória à civilização da nossa pátria”. O trabalho de se escrever a história nacional, esse dever pátrio, pode ser então analisado mediante os três *topoi* mencionados, que se tornam recorrentes nos prefácios dos autores do século XIX: *a sinceridade, a cientificidade e a utilidade do empreendimento*. Nobre, difícil e útil empresa. Seu autor, desse modo, ao encarar a tarefa, está sendo investido de uma ação glorificada, posto que árdua e benemérita. Deve-se ter, *a priori*, uma relação afetiva e sincera com a nação e com sua história. Necessário, também, rigor, abnegação e critérios na realização da pesquisa. Somando-se a esses requisitos, deve o historiador sempre ser pragmático, não esquecendo que sua obra é um meio de orientar e efetivar ações.

⁹ Revista do IHGB. Rio de Janeiro, 12 (16): 551, Out-Dez 1849. Grifos meus.

¹⁰ Para uma visão desse projeto de história do tempo presente dentro do IHGB, cf. CEZAR, Temístocles. “Presentismo, memória e poesia”, *Op. Cit.* pp. 43-80.

¹¹ Como destaca Hartog, ao aedo cabe celebrar os deuses e os grandes feitos dos heróis. “O aedo é o distribuidor da glória e o ordenador da memória do grupo”. HARTOG, François. “A fábrica da história: do “acontecimento” à escrita da história. As primeiras escolhas gregas”. In: *História em Revista*, Pelotas, v. 6, dezembro/2000, p. 9

Na escrita da história, em primeiro lugar, devem estar representados os feitos dignos de levar a glória nacional para a posteridade, constituindo-se em memória. Para isso, no entanto, o autor deve proceder da forma a mais sincera possível, desvinculando-se de interesses medíocres, alheios ao bem comum. A iniciativa a tal tarefa passa tanto pela sinceridade em relação ao sentimento pátrio, como pela sinceridade no trato com a investigação histórica. É o sentimento de patriotismo que deve impulsionar o historiador no voltar-se para as origens da nação – a qual, por sua vez, vem a ser sua musa. Qualificar de “nobre” a escrita da história nacional implica revesti-la de uma autoridade que limita a possibilidade de sua realização: não é a qualquer um que é dado escrevê-la, mas somente àquele que se faz digno de tal tarefa. É uma maneira de territorializar a escrita, ritualizando-a e restringindo seu acesso a agentes qualificados socialmente. Lembre-se que Varnhagen teve que “provar” sua nacionalidade brasileira. Desse modo, resgatar as experiências passadas e instaurar a nação apresentavam-se como corolários naturais.

Sinceridade também em relação *ao que* se escreve. E aqui encontra-se um problema epistemológico constitutivo do conceito moderno de história. Seguindo as análises de Koselleck, pode-se dizer que, concomitantemente à formação moderna desse conceito, surge a questão das implicações cognitivas inerentes à posição do sujeito que escreve a história. Desde Chladenius, em meados do século XVIII, a seguinte pergunta é colocada: *se o historiador deve interrogar a todos os testemunhos para encontrar o melhor e eliminar os outros, por que não terá a sua própria posição de historiador nenhuma influência em sua representação?*¹² Com a descoberta de um tempo progressivo e único, fazia-se necessário o reconhecimento do posicionamento do historiador nessa linha temporal. Essa reflexividade implicava levar em consideração qual a sua posição no todo da história. Tal reconhecimento, contudo, problematizava a verdade por ele proferida, pois sua fala estaria invariavelmente contaminada por sua situação temporal. Como nos diz Koselleck, o surgimento do

¹² KOSELLECK, Reinhardt. "Compromiso con la situación y temporalidad", In: *Futuro Pasado. Op. Cit.* p. 180. Essa indagação vem da formulação por Chladenius da noção de “ponto-de-vista”: “We shall designate the term viewpoint to refer to those conditions governed by our mind, body, and entire person which make or cause us to conceive of something in one way and not in another. Because the positions of our eyes – and especially their distance from the object perceived – causes us to receive one particular image and not another, there is consequently a reason why we should come to know something one particular way and not another in all our perceptions; and this is determined by the viewpoint”. “On the interpretation of historical books and accounts”, in: *The hermeneutics reader*. New York, Continuum, 1988, p. 68.

relativismo histórico foi simultâneo ao descobrimento do mundo histórico¹³. Àquela pergunta essencial colocada por Chladenius, reelaborada por Schleiermacher e Dilthey, desenvolveram-se duas respostas, duas teorias da história.

A primeira, reconhecendo a provisoriedade do tempo presente, demasiado rápido, partia de dois pressupostos básicos: não se pode conhecer o futuro, mas é possível, contudo, conhecer o passado. Se, por um lado, a aceleração da história impedia os historiadores de fazer seu trabalho de abranger a experiência humana no tempo em sua totalidade; de outro, esta condição delimitava seu objeto por excelência de estudo: o passado em si mesmo. Logo, surgiu um campo no qual a estrita investigação metódica buscava reconstruir um passado que se havia perdido. Tome-se aí o exemplo de Ranke.

"Contudo, a pura investigação do passado não foi a única resposta que se encontrou à aceleração da história"¹⁴. Outra resposta concentra-se na idéia de que seria possível justamente investigar as *leis* que regiam esse movimento do tempo histórico, em um contato estreito, pois, com as ciências naturais - podendo o historiador, inclusive, mediante prognósticos, influir em seu processo, intervindo na sociedade. Os historiadores, segundo esse argumento, "explicam os acontecimentos passados somente na medida em que conseguem identificar as leis de causalidade que regem os processos nos quais ocorrem os eventos"¹⁵ Para essa perspectiva analítica, na qual se enquadraria Sílvio Romero e boa parte de sua geração, tornava-se mais necessário o esforço de *conjugação da explicitação da posição tomada e a validade cognitiva da obra*. O historiador, assim, deveria dedicar-se sobretudo a manter a separação entre o saber dos fatos e das leis que regem o processo e a formação dos juízos, para que sua leitura do todo histórico fosse justificada como válida

¹³ KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro pasado*. Op. Cit. p. 175.

¹⁴ Idem. p.196.

¹⁵ WHITE, Hayden. "A interpretação na história", In: *Trópicos do discurso. Ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994. p. 70. White também encontra duas respostas principais para o problema epistemológico do conhecimento histórico. Um grupo adota a posição positivista, que abarca o todo mediante o conhecimento de leis. Já o segundo grupo, "adotando uma postura mais literária, sustentou que os historiadores explicam os eventos que compõem as suas narrativas por meios especificamente narrativos de codificação, isto é, descobrindo a estória que está encerrada nos eventos ou por trás deles e contando-a de maneira que um homem medianamente culto possa entender. Mas tal explicação, insiste esse grupo, embora "literária" na forma, não deve ser considerada não-científica ou anticientífica". Ibidem.

cognitivamente. “Trata-se da tentativa de salvar a objetividade sem ter que prescindir de tomar partido”¹⁶.

A obra que o historiador realiza, dada sua importância, para se constituir em um bem para a posteridade, deve, em todo caso, estar purificada; deve sustentar-se *apesar* da explicitação dos juízos. Lembre-se da imparcialidade anunciada por Renan no início de seu discurso, dada a delicadeza e importância do assunto sobre o qual dissertava. O autor, assim, na medida em que puder, tende a anular-se em prol da verdade dos fatos e do processo histórico. A narrativa deve falar por si; ou seja: o autor, na maioria das vezes explicitando-se como enunciante apenas no prefácio, procura ausentar-se o máximo possível (mas não o tempo inteiro) no decorrer da narrativa, deixando que os fatos ou o processo se apresentem “tal como ocorreram”¹⁷. No decorrer da narrativa, deve o historiador procurar sempre separar claramente para o leitor a sua voz na enunciação de juízos da voz dos fatos, os quais ele “faz falar” reconstituindo-os objetivamente.

Escrever a história nacional relaciona-se, pois, a uma espécie de juramento público realizado pelo autor. Juramento implícito e necessário, requerido pela existência pública que a obra anseia¹⁸. Como a obra aguarda sua existência social e pretende ser um bem para “a posteridade”, sendo útil, ela traz consigo essa promessa pública necessária, procurando autorizá-la como *empreendimento sincero* que se instaura no presente e promete fazer o futuro. A promessa implícita deve acompanhar a obra por todo o circuito de sua produção e circulação. Essa “iniciativa da fala”, segundo expressão de Paul Ricoeur, é um traço fundamental e constituinte da escrita

¹⁶ KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro pasado. Op. Cit.*, p. 193.

¹⁷ No que diz respeito a esse aspecto do discurso histórico, diz Barthes: “Ao nível do discurso, a objetividade - ou a carência dos signos do enunciante - aparece assim como uma forma particular de imaginário, o produto daquilo a que poderíamos chamar a ilusão referencial, visto que o historiador pretende aqui deixar o referente falar sozinho”. BARTHES, Roland. “O discurso da história”, In: *O rumor da língua*. Lisboa, Edições 70, s/d., p. 124. Michel de Certeau, em outro texto, complementa: “D’une façon générale, tout récit qui raconte ‘ce-qui-se-passe’ (ou ce qui s’est passé) institue du réel, dans la mesure où il se donne pour la représentation d’une réalité (passé). Il tire son autorité de se faire passer pour le témoin de ce qui est, ou de ce qui a été”. “L’histoire, science et fiction”, in: *Histoire et psychanalyse. Op. Cit.*, p. 57.

¹⁸ Paul Ricoeur sugere uma circularidade para se compreender esse processo de juramento presente em uma narrativa: “A epistemologia do discurso verdadeiro é, assim subordinada à regra política, ou melhor, cosmopolítica, do discurso verídico. Há, assim, uma relação circular entre a responsabilidade pessoal dos locutores que estabelecem um compromisso por promessa, a dimensão dialogal do pacto de fidelidade em virtude do qual é preciso cumprir as promessas, e a dimensão cosmopolítica do espaço público gerado pelo pacto social tácito ou virtual”. RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa. Op. Cit.* Tomo III. p. 398.

da história oitocentista. O filósofo francês oferece a seguinte descrição para a compreensão desse tipo de ato:

Num sentido amplo, todos os atos de fala (ou de discurso) estabelecem um compromisso com o leitor e o comprometem no presente: não posso constatar algo sem introduzir em meu dizer *uma cláusula tácita de sinceridade*, em virtude da qual significo efetivamente o que digo: nem tampouco sem ter como verdadeiro o que afirmo. É dessa maneira que toda iniciativa de fala (Benveniste dizia: toda instância de discurso) torna-se responsável pelo dizer do meu dito. Mas se todos atos de fala comprometem implicitamente seu locutor, alguns o fazem explicitamente. É o caso dos "comissivos", cujo modelo é a promessa. Ao prometer, coloco-me intencionalmente na obrigação de fazer o que digo que farei. Aqui, o compromisso tem o valor forte de uma fala que me obriga. Essa coerção que imponho a mim mesmo tem de notável o fato de que a obrigação estabelecida no presente compromete o futuro. (...)Prometer, de fato, é não somente prometer que farei alguma coisa, mas também que manterei minha promessa. Assim, manter a palavra é fazer com que a iniciativa tenha uma sequência, que a iniciativa inaugure realmente um novo curso de coisas, em suma, com que o presente não seja apenas uma incidência, mas sim o começo de uma continuação¹⁹.

Essa descrição do compromisso inerente ao discurso, como realizada por Ricoeur, acredito que auxilia na interpretação dos textos aqui analisados. Em uma escrita entendida como missão, a intencionalidade de que venha a se efetivar em algo, que gere uma seqüência, tem um peso enorme de expectativas (o qual talvez não mais reconhecemos dada a inofensividade atual do ato da escrita). Essa intencionalidade de efetivação, por seu lado, obriga a sinceridade contratual da enunciação. Entre autor e leitor deve haver uma transparência de expectativas, daí a necessidade de explicitação dos motivos da obra. O reconhecimento de intencionalidades ocultas, não sinceras, compromete a validade pública da obra, desqualificando-a. Essa acusação, inclusive, apresenta-se como um recurso retórico recorrente entre os autores oitocentistas. Deve-se, em suma, enunciar a intencionalidade do ato e afirmá-lo como sincero. Os textos

¹⁹ Idem. p. 396. Grifo meu.

historiográficos do oitocentos, pode-se chamá-los com Ricoeur de "comissivos", sendo que essa obrigação se faz explícita: é a função dos prefácios.

Como garantia da sinceridade com que produziu a obra, o autor oferece seu método, e aqui encontra-se a sustentação da *cientificidade* necessária ao historiador²⁰. Seja qual for, independente da escola a que se associe (não que tal associação seja insignificante), o que importa é que o método é um instrumento que o próprio autor se impõe em favor da verdade na busca das origens da nação. É uma maneira de o texto cumprir o requisito científico do contrato, garantindo a veracidade do objeto enunciado. Os modos como se garantiria tal veracidade poderiam ser vários, de uma crítica filológica à dedução nomológica. De qualquer modo, o engajamento sincero que impulsiona essa escrita não implica uma visão parcial; mas, controlada pelo método, ela se atém à sinceridade dos fatos históricos, garantindo validade para o empreendimento intelectual. A sinceridade afetiva que motiva a escrita não interfere, portanto, na sinceridade científica do relato, antes a reforça.

Vejamos, brevemente, como essas experiências se inscrevem em alguns textos escritos em diferentes momentos do século XIX.

2.1.3 Um imperativo historiográfico: "satisfazer não menos ao coração do que à inteligência"

Karl Friederich von Martius, em sua dissertação acerca do modo como deveria ser escrita a história do Brasil, ressalta o furor patriótico necessário ao autor de tal história: “Nunca se esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para *prestar um verdadeiro serviço à sua pátria* deverá escrever como autor monárquico-constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra”²¹. Martius ressalta a importância do engajamento do historiador, sua sinceridade em relação ao fim para o qual escreve. Uma obra histórica sobre o Brasil deveria, segundo ele, “ter igualmente

²⁰ "É evidente que, para que isso possa acontecer, tal método terá que supor a existência - ou a invenção - de um tipo especial de intelectual - o historiador -, um intelectual capaz de se desligar inteiramente dos seus laços de sangue, das suas lealdades políticas e religiosas e, neste momento da pesquisa, até mesmo das suas convicções intelectuais, para aderir a uma ocupação que, em troca, oferece-lhe, pelo método, um acesso privilegiado à verdade dos fatos". ARAÚJO, Ricardo Benzaquende. "Ronda Noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu", In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, pp. 28-54. cit. p. 39.

a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas”. Para despertar todos esses sentimentos, o historiador precisaria ter consciência de que seu instrumento é, por excelência, a escrita, e, desse modo, deveria prezar pela boa forma de sua narrativa, não a tornando monótona nem excessiva. Daí a necessidade de uma criteriosa seleção e de uma ordenação talentosa, poética, dos fatos a serem narrados.

Martius, consciente do papel que a prática historiográfica vinha assumir em uma nação em construção, privilegia em sua proposta a *dimensão poética* da escrita da história. O historiador, mais que um erudito, apresenta-se como um poeta, como aquele a quem cabe cantar e ordenar a memória da coletividade nacional. Contudo, não deixa de sugerir também que o historiador se atenha a procedimentos técnicos na confecção de sua obra, os quais explicita em seu texto premiado. Uma história do Brasil deveria, pois, segundo o naturalista, seguir uma fórmula clara e que se mostrava imperativa ao historiador nacional: "satisfazer não menos ao coração do que à inteligência". Fórmula esta que se enquadra bem às expectativas inspiradas pelo romantismo alemão de conciliar razão e sensibilidade, assim como também supre as expectativas inerentes a esse regime moderno de historicidade, no qual os requisitos da cientificidade devem ser conciliados com os horizontes identitários, nacionais²². Como afirma Temístocles Cezar, em relação à proposta de Martius, a “última figura do historiador não é aquela do funcionário nem aquela do escritor popular, mas do poeta engajado: aquele que escreve de forma madura, porém sob a égide de ‘todo seu amor, todo o seu zelo patriótico, e aquele fogo poético próprio à juventude’”²³.

Somando-se a essa sinceridade que qualifica o pacto com o leitor, ressalta-se também a dificuldade que implica produzir a obra. A escrita de uma história científica é um exercício árduo, de "abnegação". Não é qualquer um que detém as capacidades

²¹ MARTIUS, Karl Friederich Von. "Como se deve escrever a história do Brasil". Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*: 6: 381-403; 2. ed. p.410. Grifo meu.

²² Para Schiller, por exemplo, sensibilidade e razão são duas tendências inatas ao homem, cabendo à cultura a tarefa de vigiá-las e estimulá-las. "Quando as duas qualidades se unificam, o homem conjuga a máxima plenitude de existência à máxima independência e liberdade, abarcando o mundo em lugar de nele perder-se e submetendo a infinita multiplicidade dos fenômenos à unidade de sua razão". SCHILLER, Friederich. *A educação estética do homem numa série de cartas*. São Paulo: Iluminuras, 1995. p. 73.

²³ CEZAR, Temístocles. "Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual". In: *História cultural. Experiências de pesquisa*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003. p. 207.

necessárias para a realização de tal tarefa. O historiador, para cumprir sua missão, deve sacrificar a si próprio, vertendo todas as suas forças no imenso trabalho de coleta, crítica e exposição dos documentos em uma narrativa apropriada. A função do historiador exige, em suma, o necessário esquecimento de si. Francisco Adolfo de Varnhagen, em seu prefácio à *História Geral do Brasil*, procura deixar isso claro para o leitor, “agregando valor” ao empreendimento:

Seja, porém, como for: saiba-se que desde que nos propusemos a consagrar ao Brasil as nossas vigílias, para, no esclarecido reinado de Pedro II, e mediante o seu alto e valioso apoio, escrever, com certa unidade de forma e com a dos princípios que professamos, uma conscienciosa história geral da civilização de nosso país, padrão de cultura nacional, que outras nações civilizadas só ao cabo de séculos de independência chegaram a possuir, ou não possuem ainda, *fizemos abnegação de tudo*: e por tanto arrostamos com os prováveis desassossegos e injustiças futuras, - se é que não já presentes²⁴.

A obra que o autor está apresentando ao público é digna de méritos, pois poucas nações no mundo chegaram a esse estágio de possuir uma escrita coerente de sua história²⁵. Ainda que facilitada pelo "valioso" apoio imperial e pela fundação do IHGB, escrever a história nacional, salienta o futuro Visconde de Porto Seguro, é uma tarefa quase que temerária. Coligir as fontes em arquivos e bibliotecas espalhadas pelo mundo, criticá-las em relação à sua fidedignidade, cotejá-las e delas tirar a coerência do processo histórico da nação, explicitando-o em uma escrita apropriada, por si só é um trabalho hercúleo que o autor faz questão de explicitar ao leitor. A escrita apresenta-se, assim, como uma "tarefa heróica", ou mesmo sacerdotal, porém científica²⁶.

Varnhagen trabalha muito bem com os três requisitos básicos do historiador. Sua obra, antes de tudo, é dedicada ao imperador, é escrita em nome dele. É uma

²⁴VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil. Antes de sua separação e independência de Portugal*. 3 ed. São Paulo: Cia. Melhoramentos, s/d, p. XVIII.

²⁵ Para Varnhagen, a escrita da história tem como condição um certo desenvolvimento histórico. Só povos solidamente formados possuem, pela escrita, a consciência histórica.

²⁶ Cezar atenta para o caráter sacerdotal de tal escrita: "L'historien n'est pas simplement celui qui juge et dit la vérité. Il est celui qui remplit son rôle comme sacerdote. Ce côté religieux et mystique n'a rien à voir avec le cristianisme des membres de l'IHGB. Il est une des composantes, peut être une des plus importantes, de cette image idéale de l'historien que Januário da C. Barbosa cherche à dessiner.

verdadeira prestação de serviço o que ele tece em seu prefácio, caracterizando, também para a prática historiográfica, um forte processo de centralização que já ocorria nas esferas administrativa e política²⁷. Seu nacionalismo, no entanto, vem fortificado pelo método histórico que defende; afinal, os fatos que vão ali narrados foram coligidos pelo próprio historiador nas fontes mais puras (*in locu*, tal como os viajantes-naturalistas que percorriam o Brasil coletando e classificando essa natureza desconhecida e enigmática).

Ao historiador poeta, então, inspirado a cantar a musa nacional, vem juntar-se (ou sobrepor-se) a figura do historiador-técnico, que privilegia a crítica erudita dos documentos e o compromisso com a verdade dos fatos narrados. Mas esse caráter científico, privilegiado por Varnhagen, ao contrário de chocar-se com a afetividade implicada no furor patriótico, mostra-se antes um meio de reforçar o produto. O método histórico é o corte que garante a suspensão do sujeito (o esquecimento de si) e a *neutralidade* do enunciado, traços essenciais de uma história que se denominava científica. O pacto implícito de sinceridade afetiva que acompanha a obra não compromete, pelo menos *a priori*, a legitimidade do enunciado histórico como *verdade*. O papel da prova documental, a distinção entre fontes primárias e secundárias, assim como todo aparato crítico fornecido pelas ciências auxiliares, garantem, em última instância, que os eventos narrados pelo historiador são verídicos, plenos de realidade.

Em seu prefácio à *História da Independência do Brasil*, nos adverte o mesmo autor:

O historiógrafo não pode adivinhar a existência de documentos que não são do domínio do público e não encontra, e cumpre com o seu dever quando, com critério e boa fé e imparcialidade, dá, como em um jurado, mui conscienciosamente o seu veredito, cotejando os documentos e as informações orais apuradas com o maior escrúpulo que, à custa do seu ardor em investigar a verdade, conseguiu ajuntar.

Não desconhecemos que o simples título dessa obra revela tão grande responsabilidade, não só para com o Brasil como para com Portugal, e que,

Effectivement, faire l'histoire de la nation deviendra une mission sacerdotale". CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle*. Op. Cit. p. 232.

²⁷ Vale ressaltar que Ilmar Mattos qualifica Varnhagen como o "Historiador do Tempo Saquarema". MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema*. Op. Cit. p. 298.

escrita com amor à verdade que nela nos guiou, *acima de todas as considerações humanas*, como deve ser escrita toda história que aspira passar à posteridade, não será provavelmente agora tão bem recebida, como o seria uma espécie de novo memorando justificando só os direitos de uma das partes contendoras²⁸.

Varnhagen, utilizando-se também desses três *topoi*, *sinceridade*, *cientificidade* e *utilidade*, procura capitalizar sua obra, "antecipando o lucro" que anseia encontrar no espaço público. Na verdade, essas estratégias "pré-narrativas", se assim posso chamá-las, na forma de prefácio, visam garantir o lucro, antecipando uma leitura que reconheça o peso representado pela obra para a sociedade na qual se insere. Critério, boa-fé e imparcialidade são os requisitos que legitimam sua pesquisa historiográfica. Além de colocar-se como um investigador erudito e munido de instrumentos de crítica, oriundos de uma sólida formação, com o domínio técnico daquelas ciências auxiliares que purificam a fonte para dela extrair apenas a verdade, Varnhagen deve expressar que também tem "boa-fé", ou seja, que a intencionalidade que rege sua prática é sincera em relação desígnios da pátria²⁹. Varnhagen, afinal, como historiador e como herói, lançou-se "acima de todas as considerações humanas" na confecção de sua obra, *purificando-a*, ainda, com todo o rigor metódico necessário. O que ele anseia, em suma, tal como Tucídides, é apresentar "um bem para a posteridade".

A sinceridade e a cientificidade implícitas à escrita da história nacional, por sua vez, garantem a *utilidade* da empreitada. A escrita da história tinha um forte caráter pedagógico. "A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente", diz Martius, resgatando o antigo *topos* ciceroniano da *historia magistra vitae*. Ela é um saber que incita o sentimento de nacionalismo, instruindo ao mesmo tempo acerca das ações que os governantes devem realizar. Disso, resulta a necessidade de o historiador nunca perder de vista a dimensão pragmática de sua narrativa. Varnhagen, tal como Martius, enfatiza esse papel do conhecimento histórico, mostrando o quanto profícua pode vir a ser sua obra para os interesses da governabilidade. Ainda em seu prefácio à *História Geral*, ele saúda o imperador pelo

²⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e da Cultura, 1973. pp. 27-28.

²⁹ Sobre a formação de Varnhagen e sua vinculação a uma tradição filológica portuguesa, cf. SILVA, Taíse Tatiana Quadros. "A escrita da história no Brasil oitocentista. Breve reflexão sobre o método em

fato de ter reconhecido e sancionado “a importância do estudo da História da Nação, tanto para contribuir ao maior esplendor dela entre os estranhos, como para ministrar dados aproveitáveis na administração do Estado, e também para fortificar os vínculos da unidade nacional, e aviventar e exaltar o patriotismo, e enobrecer o espírito público aumentando a fé no futuro e na glória das letras”³⁰. As utilidades da história são muitas, desde incitar o sentimento de nacionalismo até instrumentalização da arte de governar.

Tristão de Alencar Araripe, em texto apresentado ao IHGB, em 1876, salientava alguns pontos cruciais acerca da produção historiográfica nacional. Para ele, também a escrita histórica devia ser motivada pelo patriotismo sincero. “A pátria não é um nome em vão”, inicia o autor; “antes é objeto do amor de seus filhos”³¹. Logo, é natural que “um dos primeiros sentimentos despertados em nós é o que queremos saber o que foi essa região, onde nos achamos, e porque modo chegou à presente situação”³². É para responder a tais indagações que recorreremos à história, pois “somente a história o pode fazer”. Portanto, conhecer o passado é um modo de identificar-se com uma situação presente, saber como nos tornamos o que somos. No ponto de partida da experiência historiográfica está uma demanda do presente. É a busca de algo que nos pertence, mas que ainda não temos consciência claro do que é. Vê-se, assim, a estreita proximidade com que a história e a memória eram então vivenciadas. Uma narrativa da memória nacional, a escrita da história não poderia ser operada alheia à sua dimensão afetiva.

Contudo, continua Tristão de Alencar, o conhecimento do passado não se esgota em si mesmo. Ele também aponta para o futuro. De um esquadrinamento das experiências pretéritas, faz-se possível vislumbrar o que pode vir a ser. Afinal, “só o passado explica o presente, e esclarece o futuro”. É tendo em vista essa possibilidade oferecida pelo saber histórico que o autor aponta para a sua utilidade: “se não tivermos a narração sincera dos acontecimentos e fatos sociais da nossa pátria, como explicaremos o que ela é, e o que pode vir a ser? Podemos ser indiferentes à condição presente e futura da terra, em que nascemos e persistimos com todas as emoções e

Francisco Adolfo de Varnhagen”. Texto apresentado ao *XI Encontro Regional de História* da ANPUH-RJ, 2004.

³⁰ VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Op. Cit. p. V.

³¹ ARARIPE, Tristão de Alencar. "Indicações sobre a História Nacional". *Revista do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro*: 57: 90, 1894. p. 259-290.

³² *Ibidem*.

conveniências da vida? Certamente não”³³. Se, de um lado, a história nos fornece uma ligação afetiva com um passado que nos formou, de outro, ela não deixa de oferecer, a quem quiser usá-la, preciosas indicações de como agir na realização daquilo que o próprio processo histórico já prometia. Voltamos, aqui, àquela pergunta kantiana sobre a possibilidade de uma história *a priori*, onde quem a faz é o mesmo que a enuncia. Ou, dito em outros termos, percebe-se nessa experiência historiográfica o fenômeno descrito por Bourdieu como “efeito de teoria”³⁴.

Convém, no entanto, explorar mais essa perspectiva utilitária da história, como a defende Tristão de Alencar. “Ninguém duvida da utilidade da história, a que um ilustre antigo denominou *luz da verdade e mestra da vida*”. Remetendo-se a Cícero, ele está salientando um dos papéis centrais do conhecimento histórico: servir de modelo para ações. A utilidade da história, assim como apresentada pelo autor, tinha, como foi visto, uma grande aceitação dentro das paredes do IHGB. Desde Januário da Cunha Barbosa, passando por Martius e Varnhagen, essa concepção está presente. A história, entendida como *magistra vitae*, deve servir de referência privilegiada para a imitação dos homens, criando inteligibilidade para sua ação no mundo.

Para que porém a história satisfaça os seus verdadeiros intuítos cumpre que ela se escreva com critério, apontando os fatos em relação aos sentimentos morais, as paixões, as maravilhas da indústria, a cultura da inteligência, e a tudo quanto nos instrui acerca do proveito das grandes ações do patriotismo, e *nos adverte* contra os perigos dos erros políticos e das ambições mal sofridas³⁵

Desse modo, é “dever” do historiador ter por meta duas coisas em sua escrita: premiar o mérito dos benfeitores do gênero humano e excitar novos estímulos de “imitação” dos grandes modelos de patriotismo. Ter critério na escolha do assunto e prezar pela forma em que o narra. Daí a necessidade de se resgatar grandes feitos e

³³ Ibidem.

³⁴ BOURDIEU, Pierre. “Descrever e prescrever. As condições de possibilidade e os limites da eficácia política”, in: Op.; Cit. 1998, “Tudo leva a supor que o efeito de teoria – podendo ser exercido na própria realidade por agentes e organizações capazes de impor um princípio de di-visão, ou melhor, de produzir ou reforçar simbolicamente a tendência sistemática para privilegiar certos aspectos do real e ignorar outros – será tanto mais poderoso e sobretudo duradouro quanto mais a explicitação e a objetivação estiverem fundadas na realidade, fazendo com que as divisões pensadas correspondam mais exatamente às divisões reais”. p. 125

³⁵ ARARIPE Júnior, Tristão de Alencar. “Indicações sobre a História Nacional”. Op. Cit., p. 259.

personagens que honraram a pátria como objetos privilegiados na confecção de textos históricos. Tristão sugere que se tome como modelo as biografias de Plutarco (a quem traduziu):

Este biógrafo dos grandes varões gregos e romanos dá-nos com pincel magistral o retrato de seus heróis por tal forma delineados que impossível é ao leitor não achar aí uma *escola de moral e patriotismo*, que enobrece o coração, e o enche da inabalável convicção, de que a pátria é entidade real, a que devemos sacrifícios, e não artificiosa invenção para egoísticas especulações³⁶

Esse projeto biográfico, no entanto, no intuito de instruir, deve levar em consideração a ordem da formação nacional como um todo. Voltamos aqui ao valor da narratividade nessa experiência historiográfica. O indivíduo em si mesmo não é representativo. Escrever a história é buscar as origens da formação nacional, e é em relação ao sentido dessa formação que as biografias recebem seu valor. A parte só pode ser entendida pelo todo. Deve haver uma relação necessária entre os elementos sintagmáticos e os paradigmáticos, por assim dizer. Portanto, a exemplo do que vimos em Martius, essa concepção pedagógica da história encontra-se intimamente ligada a uma noção processual do movimento histórico, orientada pela noção de civilização. “O historiador antigo possuía os fatos de pequenos povos, baldos de ilustração, se excetuarmos os Gregos e os Romanos; o historiador moderno tem ante o seu pensamento os sucessos de grandes e ilustradíssimas *nações guiadas por uma civilização esplêndida*”. A diferença, em uma palavra, é de perspectiva. O historiador moderno encontra-se situado em um ponto do processo histórico no qual ele não pode ignorar o caminho universal da civilização, configurado pela individualidade nacional, como critério de sua operação histórica.

Ele toma como exemplo dessa relação parte-todo, para o caso do estudo da história nacional, a guerra contra os Holandeses: "Na guerra holandesa vamos deparar com os quatro heróis, que *simbolizam nessa época o patriotismo das raças então predominantes* e o patriotismo das *origens da nacionalidade*"³⁷. Nesse episódio, segundo o autor, pelos heróis que então atuaram, quando colocados em narrativa,

³⁶ Idem. p. 276. Grifos meus.

³⁷ Idem. p. 259. Grifo meu.

podemos apreender *um momento simbólico* desse processo de formação da nacionalidade, visualizando as origens do patriotismo. Dar a ver esse processo, resgatando a "voz muda" desse atores, não o que diziam, mas o que não sabiam que diziam, é a missão a que se propõe o autor ao voltar-se para o conhecimento do passado:

O futuro historiador do Brasil será aquele que souber ensinar-nos donde veio, e como formou-se este povo magnânimo, excitando ao mesmo tempo o patriotismo dos brasileiros, já tão assinalado no passado, e tão prometedor no futuro³⁸.

Todas essas características Tristão de Alencar conjuga com a tradição historiográfica imperial. Inclusive, no momento em que enuncia seu discurso, essa tradição já havia configurado um sentido narrativo para a história brasileira. Um tempo nacional já havia sido tramado. É dessa rede interpretativa, construída ao longo de décadas, que ele extrai o exemplo da Guerra dos Holandeses. Esse evento já estava inserido em uma trama histórica, detendo um valor específico em relação ao todo. Seus leitores e ouvintes não teriam dificuldade em reconhecer essa referência.

Martius, Varnhagen e Tristão de Alencar (para não falar de toda uma geração de historiadores e literatos que trabalhavam na busca da epopéia nacional) são expressões de uma historiografia que se constituiu fortemente centrada na figura imperial. O imperador e o Estado eram os lugares últimos que legitimavam a enunciação histórica. O projeto centralizador executado pelo Estado imperial teve como seu correlato a centralização da prática historiográfica. Nesse espaço discursivo, consideravelmente restrito, a história como disciplina e o historiador, como seu autor, foram configurados em torno de três instâncias principais: *a escrita afetiva a cientificidade e a governabilidade*. Para dar inteligibilidade a essas três instâncias, os contornos poderiam ser desenhados em referência a três outras figuras: do *poeta*, do *naturalista-viajante* e do *publicista-estrategista*. As funções da afetividade poética, da verdade científica e da instrumentalização da arte de governar condensaram-se em uma relação escriturária com o passado.

³⁸ Idem. p. 290.

A partir de meados da década de 1870, uma mudança de tom começa a ser operada na prática historiográfica. Uma nova geração, marcada profundamente por uma situação de marginalização política, insere-se no debate historiográfico, reivindicando uma nova visão do passado³⁹. Tal mudança, parece-me, vai se manifestar tanto nas características formais que compunham a enunciação histórica (marcada pelos três *topoi* a que me referi), como na tematização e na organização da investigação histórica. Assim, de um lado, vemos a busca de uma maior autonomia do historiador enquanto produtor de conhecimento, e, de outro, uma reconfiguração da trama histórica herdada pela tradição imperial.

Tal reconfiguração, inserida em um processo de *reescrita da história*, tem como aspecto marcante a seleção do *povo* como objeto histórico privilegiado. Por motivos políticos e epistemológicos, a população, entendida agora não apenas como a “boa sociedade imperial”, mas, principalmente, como os grupos populares que habitam todo o território nacional, torna-se objeto de um imenso investimento discursivo⁴⁰. Agora, mais que a “convivência harmônica” entre as diferentes raças, tal como a tradição imperial se apropriou de Martius, o que passa a permear o debate é a mistura mesma entre eles. Sua tematização historiográfica, no entanto, não implicaria um inclusão indiferenciada. O que estava em jogo era, antes, uma remodelação das ordens hierárquicas que permeariam a sociedade. Logo, incluir era também hierarquizar.

Para autores como Capistrano de Abreu, Araripe Júnior, José Veríssimo, Sílvio Romero e Euclides da Cunha, o que interessa é identificar quais características cada elemento (o branco, o índio, o negro e o clima) legou à constituição do *brasileiro*, e qual influenciou mais. Isto se deve, em grande parte, ao fato de que a atenção (e portanto o olhar) se volta para a especificidade do *povo* brasileiro, e não mais apenas para os traços civilizacionais de uma tradição européia balizada por um exotismo indígena domesticado. Não que a população nacional não tivesse sido tematizada pela historiografia imperial. Porém, como afirma Arno Wheling em relação a Varnhagen, a questão das interações étnicas foram registradas esparsamente,

³⁹ Para uma análise dessa situação de marginalização política da geração de 1870, cf. ALONSO, Angela. Op. Cit.

⁴⁰ Com isso não quero dizer que a população nacional não fosse tematizada em absoluto durante a ordem imperial. O que me parece é que tal tematização não ocorria no âmbito historiográfico, restringindo-se aos “esquadrinhamentos estatísticos” e aos relatórios policiais. Cf. MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema*. Op. Cit. pp. 222 e 268.

sem maior desenvolvimento, não constituindo o foco principal da investigação⁴¹. Já para os autores da nova geração, ao contrário, esse problema passa a ocupar uma posição central em suas produções. Em processo homólogo ao descrito por Flora Süssekind a respeito da formação do narrador de ficção no oitocentos, onde se destaca um percurso que vai da descrição da natureza à tematização do elemento humano, pode-se dizer que na historiografia é a formação de uma *população* nacional que começa a ganhar destaque, tornando-se uma preocupação coletiva observá-la e descrevê-la⁴². A população nacional, em sua variedade, torna-se, assim, o objeto científico privilegiado, fazendo-se necessário delimitar o seu perfil e inscrevê-la no espaço nacional.

Para Sílvio Romero, particularmente, esse deslocamento de olhar vai exercer um papel fundamental. Toda sua obra é um esforço de configurar um novo campo de visão, constituído justamente por uma população nacional representada no mestiço. É por esse caminho que ele vai construir sua proposta de identidade narrativa para a nação brasileira. Assim, *creio que a maior eficácia de seu trabalho não se encontra tanto no uso de métodos científicos-evolucionistas, mas também na consagração do estudo da população como estudo do nacional*. Tentarei agora vislumbrar alguns elementos desse deslocamento de olhar.

2.2 Uma proposta de pedagogia nacional

É preciso formar a educação republicana, tornando-a uma convicção consciente no seio da nação.

Sílvio Romero.
Doutrina Contra Doutrina.

Preocupado com o aspecto pedagógico atribuído à história dentro desse regime moderno de historicidade, o crítico paraense José Veríssimo publica, em 1890, uma obra intitulada *A educação nacional*⁴³. Nesta obra de cunho bastante programático, Veríssimo apresenta um diagnóstico claro: a nação necessita de uma população. Ou

⁴¹ WHELING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 166.

⁴² SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. Op. Cit.

⁴³ VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

melhor, a nação que se desenha como horizonte de expectativa para uma nova geração de letrados ainda marginalizados, pautada em conceitos como “república”, “democracia” e “abolicionismo”, tal nação não pode ser pensada sem a delimitação de um povo que a sustente. Acompanhemos o argumento do autor.

Para Veríssimo, em concordância com Renan, a quem cita, não há dúvida acerca da força que "une os povos e faz as nações: o sentimento do passado, a possessão em comum de um rico legado de tradições, o desejo de viver juntos e a incessante vontade de manter e continuar a fazer indivisa a herança recebida"⁴⁴. Ele prega a necessidade de um projeto de educação nacional que leve em conta esse fato fundamental para a consolidação da identidade; um projeto dentro do qual o ensino da história merece destaque: "A educação nacional não se pode fazer senão pelo estudo da Pátria e, no estudo da Pátria, a sua história é, quase poderia dizer, a parte principal"⁴⁵.

A história, como enunciada aqui, é entendida como um elemento formador, pedagógico, que deve ter, pois, seu papel bem demarcado no campo social. Veríssimo está conclamando ao novo Estado republicano que tome a educação pelo papel que lhe é próprio: agregar, trazer para um mesmo espaço diferentes experiências, dando-lhes unidade pela produção do sentimento comum de pertencimento ao espaço nacional:

Todo ensino tem um fim - o da história pátria é dar-nos pelo conhecimento da origem comum, das dificuldades em comum sofridas e em comum vencidas, da marcha e evolução dos mesmos costumes, das mesmas leis e da mesma organização, dos mesmos progressos custosa, lenta, mas seguramente adquiridos, a noção exata da solidariedade nacional, e com ela o amor da pátria que nos legaram nossos antepassados e o desejo firme de continuá-los, para legá-la às gerações vindouras sucessivamente melhorada.⁴⁶

O crítico paraense está preocupado com a formação do Brasil como uma nação moderna, como apta a entrar na marcha civilizatória encabeçada pelos povos europeus. O que marca sua experiência, nesse texto em específico, é a passagem da

⁴⁴ VERÍSSIMO, José. *Op. Cit.* p. 103.

⁴⁵ *Ibidem.*

monarquia para a República; anseio comum compartilhado por seus pares do que se convencionou chamar "geração de 1870".

O advento da República é explicado e justificado por dois motivos básicos: pelo determinismo da evolução histórica (o sentido da história), do qual o Brasil não poderia escapar, e pelas formas políticas mais amplas - cuja própria evolução demandava. O que se faz urgente, adverte o autor, é reformar e restaurar o povo. Um povo esclarecido, como sustenta o texto, é *conditio sine qua non* para o sucesso da nova forma de governo e para que o Brasil, dessa forma, alcance os desígnios que merece no espaço das civilizações modernas: "Nós", decreta o autor, "tivemos já a reforma radical no governo, cumpre-nos completar a obra da revolução pela reforma profunda da nossa educação nacional"⁴⁷.

A forma política republicana, por si só, não garantiria a inserção adiantada do Brasil na linha temporal, progressiva, das civilizações. Seria, como a desenha Veríssimo, uma forma vazia, sem conteúdo. Daí a necessidade de construir o cidadão, de voltar-se ao povo e através dele conjugar nação e História⁴⁸: "A História é feita com um elemento, o povo; é, pois, o povo, e não o governo, quem em definitivo pode radicalmente mudar as condições de uma nação, cujos vícios e defeitos - cumpre insistir - são antes seus que dos que administram e dirigem"⁴⁹. A construção da memória nacional se daria, então, não pelo resgate do papel do Estado na história brasileira, como realizado, em parte, por Varnhagen, mas pelo estudo da formação psicológica e racial do povo brasileiro, o verdadeiro personagem da história e expressão da realidade nacional⁵⁰.

Essa escrita histórica proposta por Veríssimo, a qual se mostra, nesse período, muito próxima à de Romero, insere-se, assim, na tentativa de realizar, pensando na análise de Jaques Rancière, "a tarefa impossível" de articular um triplo contrato:

⁴⁶ Idem. p.113.

⁴⁷ Idem. p. 43.

⁴⁸ Como afirma José Murilo: "O momento de transição do Império para a República é particularmente adequado para o estudo desta questão. Tratava-se da primeira grande mudança de regime político após a independência. Mais ainda: tratava-se da implantação de um sistema de governo que se propunha, exatamente, trazer o povo para o prosaetrio da atividade política. A República, na voz de seus propagandistas mais radicais, como Silva Jardim e Lopes Trovão, era apresentada com a irrupção do povo na política, na melhor tradição da Revolução Francesa de 1789, a 'revolução adorada', como a chamava Silva Jardim" CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 11.

⁴⁹ VERÍSSIMO, José. Op. Cit., p. 43.

Um contrato científico que obriga a descobrir a ordem escondida sob a ordem aparente substituindo as correlações e os cálculos exatos de um processo complexo na escala dos níveis e das grandezas visíveis da política; um contrato narrativo que comanda a inscrição das estruturas deste espaço fechado ou as leis deste processo complexo nas formas legíveis de uma história que comporta começo e fim, personagens e acontecimentos; um contrato político que liga o invisível da ciência e o legível da narração às restrições contraditórias da idade das massas: grandes regularidades da lei comum, grande tumultos da democracia, revoluções e contra-revoluções; segredo escondido das multidões e narração legível para todos e ensinável a todos de uma história comum⁵¹.

No anseio à efetivação de um contrato democrático, tão pregado pela "geração de 1870", sob a legitimidade da ciência e seu olhar desvelador e objetivo, a narrativa histórica que Veríssimo defende é a que elege o povo como “força vital” do processo histórico⁵². É por essa narrativa que se faria cumprir as cláusulas desse triplo contrato, consolidando um projeto de memória com possibilidades de se efetivar na construção de uma nova identidade nacional.

2.2.1 Fazer história, ter história

Em seu diagnóstico, o qual precede a propedêutica, Veríssimo aponta para a ausência de história na vida do povo brasileiro. Este nada sabe de sua história, vive na ignorância acerca de seu lugar no tempo. Fundamental para o despertar do patriotismo, do sentimento de nacionalidade, a presença da história, dos marcos de origem, dos feitos e dos heróis, é imprescindível dentro do projeto defendido: "Não há

⁵⁰ Cf. WHELING, Arno. Op. Cit. Deixe-se claro que a obra de Varnhagen não se resume a uma genealogia do papel do Estado na formação nacional, mas abrange também toda uma gama de temáticas diferenciadas. Cf. CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire au Brésil..... Op. Cit.*

⁵¹ RANCIÈRE, Jaques. *Os nomes da História. Um ensaio de poética do saber*. Pontes: São Paulo, 1994, p. 16-17.

⁵² Como destaca Sevcenko, a “palavra de ordem da ‘geração de 1870’ era condenar a sociedade ‘fossilizada’ do Império e pregar as grandes reformas redentoras: ‘a abolição’, ‘a república’, ‘a democracia’”. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 78.

museus, não há monumentos, não há festas nacionais"⁵³. E sem esses suportes básicos não há como *fazer presente a história*, sendo inviável incitar no brasileiro o sentimento de pertencimento, essa experiência comum que agrega e mobiliza a ação⁵⁴.

Ausência também de outro suporte da história, seu suporte por excelência na experiência moderna: a escrita. Pelo que constata o autor, "é paupérrima a nossa literatura nacionalística"⁵⁵. Além de alguns relatos de viagens produzidos por "sábios viajantes" e outros romances e poesias que tomaram a nação por tema - como um Gonçalves Dias ou um Alencar, e que então já não mais o faziam, quase nada é digno de nota a esse respeito.

No aspecto historiográfico, Veríssimo afirma que o Brasil teria que tomar como modelo a Alemanha. Expondo como exemplo o trauma francês da guerra franco-prussiana de 1870, o crítico aponta para a disparidade entre as duas nações no que diz respeito à educação nacional e ao conhecimento de si: "Enquanto a Alemanha preparava assim, pela organização mais sábia e mais completa da educação nacional, as suas vitórias e com elas, a sua hegemonia e unidade, a França do segundo império, nisto, como no mais, desleixada e imprevidente, não sabia sequer o que era a educação cívica"⁵⁶. A causa da derrota francesa é atribuída à insuficiente formação de seus cidadãos no que diz respeito à consciência nacional. A falta de consciência histórica, do sentimento de pertencimento, teria levado a uma imobilidade, a uma inércia por parte dos franceses. A ausência de história teve como seu correlato a ausência de ação. Leitor de Renan e de outros franceses, Veríssimo sabe o que essa derrota representou para a reflexão francesa sobre a nacionalidade. Sabe do investimento dos intelectuais franceses e do Estado para a reorganização do saber nacional; tem conhecimento dos projetos historiográficos daí resultantes.

É pautado por essa experiência histórica recente que ele incita um planejamento da educação nacional: o saber das origens e o conseqüente fortalecimento da nacionalidade. O que se pode perceber desse diagnóstico de Veríssimo é uma preocupação em redimensionar o conhecimento histórico. Conviria, assim, promover um investimento no âmbito do saber – aumentando e qualificando

⁵³ VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. Op. Cit. p. 47.

⁵⁴ Como destaca Temístocles Cezar, o "discurso histórico brasileiro do século XIX tem essa capacidade de instaurar sem cessar o passado, mesmo o passado mais imediato, no seu próprio tempo para, assim, constituí-lo como presente". CEZAR, Temístocles. "Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX", In: *Métis: história e cultura*. Caxias do Sul, v.2, n.3, 2003, p. 89.

⁵⁵ VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. Op. Cit. p.47.

uma estrutura onde o saber histórico pudesse ser praticado – e tornar esse saber como parte integrante da vida dos indivíduos. Compartilhando as mesmas expectativas de outros autores de sua geração, Veríssimo aponta para um necessário esforço de *revisão* da história nacional – ligado a um processo de reescrita - assim como para a necessária inserção da história na vida prática.

Como afirma José Murilo de Carvalho, "por não haver acordo quanto à identidade da nação, houve no início da República uma preocupação maior com a construção nacional por meio da educação, sobretudo da educação primária"⁵⁷. Contudo, talvez mais que falta de acordo quanto à identidade, o que se via era um esforço de redimensioná-la, elegendo a *população* como objeto temático. Desse modo, não era por falta de consenso quanto à identidade nacional (se é que alguma vez tal acordo existiu) que houve uma preocupação acerca da educação. Na medida em que o olhar era direcionado para o elemento humano, configurando a população brasileira como objeto e elegendo-a como condição para a República, uma reflexão sobre a educação fazia-se urgente. Para conjugar nação e história, o mediador escolhido seria o povo. Daí, como o coloca Veríssimo, a tarefa de ao mesmo tempo trazer a história ao povo (por meio de monumentos, heróis etc) e de elevar o povo como ator da história. Tarefa esta que a tradição imperial não teria conseguido (ou desejado) realizar.

Essa ausência de identidade a que se refere Veríssimo, ou, antes, essa identidade difusa e incompleta que vinha sendo construída desde o IHGB, representava, tal como o exemplo da guerra franco-prussiana o ensinava, um perigo para a consolidação do Brasil como uma nação moderna. O crítico paraense adverte, abismado: "No Brasil, não temos ainda uma cadeira sequer de ensino superior da nossa história!"⁵⁸. E, no campo das letras, poucas figuras merecem menção:

A história nacional entre nós foi tão prodigiosamente desprezada que, exceção feita da obra valiosíssima do Visconde de Porto Seguro, cuja edição é de 1854-57 e a segunda - e última - de 1877, é com os estrangeiros que teremos de ir aprender a história de nosso País! A primeira grande história do Brasil que tivemos, desde que fomos uma nação, foi a do inglês Robert

⁵⁶ VERÍSSIMO, José. *Op. Cit.* p. 109.

⁵⁷ CARVALHO, José Murilo. "Nações Imaginadas", In: *Pontos e Bordados. Escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 252.

Southey, poeta laureado. Quem são os autores da História do Brasil? São estrangeiros, o citado Southey, e Beauchamp e Constâncio e Grant e Henderson e Ferdinand Denis e Warden e Armitage e outros.⁵⁹

Uma parca produção de origem estrangeira, exceção feita a Varnhagen. Essa literatura, ainda, segue o autor, é também extremamente limitada em sua qualidade. Sem método e sem estilo, ela pouco contribui para o conhecimento da nação e para o despertar do nacionalismo. Limita-se, afirma Veríssimo, "a uma enfadonha e estúpida nomenclatura de governadores, de reis, de capitães-mor ou de fatos áridos de nenhum modo úteis ao ensino primário da história pátria"⁶⁰. Afinal, tais histórias, escritas em sua maioria por estrangeiros, não teriam uma perspectiva nacional. São escritas que não seguem um método, ou seja, são incapazes de perceber como os fatos devem ser encarados. Não conseguem descrever o progresso das características psicológicas do brasileiro, ignorando o povo como elemento da história. Sem método, elas também são enfadonhas, indigestas e mal escritas: não prendem a imaginação do leitor. Em suma, o que Veríssimo vem expressar é uma insatisfação, uma carência em relação ao passado nacional tal como materializado na historiografia existente. As experiências e as expectativas são outras, fazendo-se necessário o empreendimento de uma reescrita da história.

Em meio a esse terreno árido, de uma literatura histórica nula, pode-se perceber, no entanto, uma produção nova que se desenha nos moldes pregados por Veríssimo. Ela aparece no texto do crítico paraense em diferentes momentos, sempre em tom de aprovação e reconhecimento, tendo como seu representante o "notável escritor" Sílvio Romero. Citado algumas vezes, Romero aparece sempre como uma referência segura, a quem Veríssimo pode se voltar a fim de reforçar seu argumento.

São de Romero alguns diagnósticos reproduzidos pelo autor: a ausência de uma literatura histórica, o caráter do povo brasileiro, nossa vida política no período de formação da nacionalidade. Tais diagnósticos são manifestados explicitamente no texto, na forma de citação; outros, porém, são apropriados de forma implícita - mas não menos claros. Tomo o caso da tese do mestiçamento. Por mais que na dissertação de Martius já estivesse sugerido o fenômeno da "mescla" entre diferentes raças,

⁵⁸ VERÍSSIMO, José. Op. Cit. p. 108.

⁵⁹ Idem. p. 111.

⁶⁰ Idem. p. 112.

houve, como foi visto, uma curiosa seleção operada por parte da historiografia imperial. Agora, ao contrário, percebe-se a ênfase no mestiçamento como constituição do caráter brasileiro (moral e racial). Argumento que não é talvez exclusivo de Romero, mas que estava visivelmente ligado à sua obra. Prova disso é a seguinte passagem de Veríssimo a respeito da formação do brasileiro:

Extinta a escravidão, o africano alegre, descuidoso, afetivo, meteu-se com a sua moralidade primitiva de selvagem, seus rancores de perseguido, suas idéias e crenças fetichistas, na família, na sociedade, no lar. Invadiu tudo e imiscuiu-se em tudo. Embalou a rede da sinhá, foi o pajem do sinhô-moço, o escudeiro do sinhô. Ama, amamentou todas as gerações brasileiras; mucama, a todas acalentou; homem, para todas trabalhou; mulher, a todas se entregou⁶¹.

Na *História da Literatura Brasileira*, publicada em 1888, Sílvio Romero tem a seguinte passagem, a qual procura esclarecer sua tese do mestiçamento moral:

Ora o meio tem suas exigências atrozes; o resultado vinha a ser que os filhos do *senhor de engenho* eram decerto limpos de tez; mas, gostando muito de ir às senzalas a conversar e brincar com os moleques, as pretas e as caboclas velhas, saíam no fim de contas uns *portuguesitos*, é verdade, mas uns tais, que distavam dos pais, como a água do vinho, pela intuição e pela face moral⁶².

A presença da proposta de leitura da história do Brasil realizada por Sílvio Romero no texto de Veríssimo é flagrante. Veríssimo, assim como Romero, está preocupado com a constituição desse elemento original que marca a brasilidade.

⁶¹ VERÍSSIMO, José. *Op. Cit.* p. 69.

⁶² ROMERO, Sílvio. *História...* . V.II. *Op. Cit.* p. 372. O mesmo estilo é encontrado em Araripe Júnior: "Aí formou-se a iaiázinha e embalada na coxa aveludada aprendeu a ser dengosa e a nada fazer. Nesse colo macio lhe ensinaram a ser supersticiosa, ao som das cantigas africanas e reminiscências fetichistas. Foi nessa escola também que a menina brasileira aprendeu a ser dissimulada e a enfeitiçar os outros com a sua indolência tropical. À negra africana igualmente deve-se a criação do petulante e do vicioso ioiô. Com ela ensaiou-se o adolescente nas primeiras batalhas do amor. Até o próprio sinhô velho deixou-se seduzir pelas suas cautelosas e discretíssimas carícias, que a sinhá da sala deixava enxergar talvez preocupada com os múltiplos serviços que a preta lhe prestava, condimentando os acepipes e instruindo-a com a riqueza da culinária da contra costa". "Gregório de Matos", In: ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Obra Crítica* V.I. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960. p. 402.

Descrever como se deu o contato entre as raças e como esse contato originou as virtudes e vícios próprios ao brasileiro torna-se o interesse principal do historiador. A importância de se estudar a constituição fisionômica e psicológica do povo brasileiro é endossada e inserida em seu programa de educação nacional. A importância do “popular” e como nele se manifesta esse *Volksgeist* que define o brasileiro deve ser o foco principal da consciência histórica nacional - essa "consciência constituinte".

Sílvio Romero, por sua vez, em texto de 22 de Novembro de 1889, onde explicita suas expectativas em relação à recém instaurada forma de governo, declarava que as duas grandes forças que se fizeram sempre presentes na história nacional eram o povo e os homens de letras.

O povo, e, quando dizemos o povo, referimo-nos àquela grande parte da nação que os aristocratas de todos os tempos chamaram desdenhosamente o terceiro e o quarto estado, de onde, reparaí bem, em sua maioria saiu sempre o nosso glorioso exército; os homens de letras, e, quando dizemos os homens de letras, referimo-nos a todos aqueles que, tomando a si os encargos intelectuais da pátria, foram, no curso de quatro séculos, os fatores mais enérgicos e mais desinteressados de nosso progresso; plebe e pensadores, sempre estados duas forças aqui unidas!

A história o testemunha.⁶³

O texto procura advertir os novos governantes, assim como também o faz Veríssimo, da necessidade de reconhecer essas duas forças da história nacional, o povo e os letrados, incluindo-os, dessa forma, em sua política. A inclusão desses dois elementos, dando-lhes "justiça para seus esforços e liberdade para o seu pensamento" é condição para o sucesso da República: "Tais as duas condições magnas para que a República não venha a ser, como foi em grande parte o império, o reinado das mediocridades, do cretinismo fofo e agalado"⁶⁴. Dado o conselho, o qual vem legitimado - ou procurando legitimar-se - tanto pela validade indiscutível da história concebida como mestra da vida, assim como pela autoridade de homem de letras que o pronuncia, Romero incita os "construtores de nações" à ação, explicitando o grau de expectativas de futuro com o qual o conceito de nação é aqui usado: "A pátria abriu as

⁶³ ROMERO, Sílvio. "Mensagem dos homens de letras do Rio de Janeiro ao governo provisório da República do Brasil", In: *Novos estudos de literatura*. Rio de Janeiro: Garnier, 1897, p. 260.

largas asas em direitura à região constelada do progresso; a literatura vai desprender também o vôo para acompanhá-la de perto. Ao futuro! Ao futuro, modeladores de povos, construtores de nações!"⁶⁵.

2.2.2 A autonomia da escrita

Voltemos ao prefácio da *História da Literatura Brasileira* de Romero. Aí pode-se perceber alguns traços que configuram sua inserção nesse espaço já constituído e em constituição, no qual o ato de escrita da história já apresentava uma ritualização. Como foi visto, Romero resgata sua trajetória de forma coerente e linear. Tal trajetória encerra-se no momento em que esse “eu” narrativo enuncia-se como autor da obra que apresenta ao público. “O livro que se vai ler”, diz ele, “é a expressão natural e apropriada desta última fase, que parece ser a da madureza de todo espírito que *sinceramente quiser prestar serviços a este país*”⁶⁶. Resgatando sua trajetória, Romero vem justificar sua obra, antecipar o lucro e formalizar o contrato, empregando como estratégia retórica os três *topoi* a que me referi acima: sinceridade, cientificidade e utilidade.

A *sinceridade* da qual o livro é fruto é expressa logo na primeira frase do prefácio, ressaltando para o leitor, o qual já compartilha as regras do contrato, o que impulsionou sua escrita: “Este livro é um livro de amor”, diz Romero⁶⁷. Um livro de amor; primeiro requisito para a escrita da história: a ligação afetiva entre autor e nação. Essa tradição de uma escrita afetiva-nacional consolidara-se, como foi visto, desde a instauração do IHGB como local centralizador da produção historiográfica. Dentro dessa instituição ou ao redor dela o que se praticava era uma escrita monárquica, ainda que internamente diversificada. Já não é o caso aqui.

⁶⁴ Idem. p. 265.

⁶⁵ Idem. p. 266.

⁶⁶ ROMERO, Sílvio. *História...Op. Cit.* p. 34. Grifo meu.

⁶⁷ Idem. p. 33.

Toda a ritualística que envolvia a produção historiográfica na época imperial, delimitando os contornos do perfil do historiador nacional e tendo por requisitos a afetividade patriótica, a cientificidade e a orientação pragmática, vão assumir, principalmente a partir das décadas de 1870 e 1880, uma sensível mudança. Não há aí nenhuma ruptura, é certo, mas antes uma reforma, remodelando a figura autoral do historiador. O que acontece, em suma, no que se refere às exigências do rito, é um deslocamento parcial. A narrativa histórica não vai mais escrita em nome da instituição imperial e do imperador, dirigindo-se agora a uma entidade mais abstrata: o povo. Como diria Jacques Rancière, Romero “coloca no lugar, ao mesmo tempo, o sujeito da democracia e o objeto da ciência”⁶⁸. É esta operação que vem marcar a especificidade da prática historiográfica de Sílvio Romero, concretizando-se em sua narrativa e na reordenação de uma temporalidade nacional, agora republicana.

O que Romero vem apresentar no prefácio para seu leitor é uma ligação afetiva que se caracteriza pela sua *autonomia* em relação a um poder instituído. Já *não é mais a monarquia e ainda não é a República*. Nesse intervalo o que se procura é desvincilhar-se de uma e instaurar a outra. Nesse intervalo o que Romero pretende como *auctor*, desse modo como alguém autorizado a falar sobre, é apresentar e defender projetos aptos a se efetivarem em ação: “Lutemos pela república que funde a liberdade e o desenvolvimento cultural da nação”⁶⁹.

“Para ele”, diz Antonio Candido, “toda crítica coerente, sendo sociológica, tendia a ser social e acabava normalmente numa política”⁷⁰. Toda crítica, todo saber a ser construído, pode-se acrescentar, é, em sua essência, um ato político. Lançar a obra no espaço público, como já foi mencionado, é estabelecer uma relação prévia que caracterize o par autor-nação. Como dirá Romero ao final do prefácio da *História*: “Se me faltou o talento, resta-me, em todo caso, a face moral da empresa; a verdade e o patriotismo foram os meus guias”⁷¹. A face moral dessa ação, a escrita patriótica, garante-lhe já uma legitimidade para a obra. E a legitimidade dessa “face moral” se dá não pela delegação de outrem (a figura imperial, por exemplo), mas pela própria formação individual do autor e sua inserção em um espaço público.

⁶⁸ RANCIÈRE, JACQUES. *Os Nomes da História*. Op. Cit. p. 39.

⁶⁹ ROMERO, Sílvio. *História...* p. 42.

⁷⁰ CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. Op. Cit. p. 118.

⁷¹ ROMERO, Sílvio. *Op. Cit.* p. 48.

Também a construção de seu saber sobre o Brasil volta-se, desse modo, na figura da “missão pátria”. Mas não mais uma missão delegada pelo imperador e pela instituição imperial, e sim uma escrita que procura garantir seu lugar a partir de si mesma. “Sílvio Romero”, como afirma Roberto Ventura, “traz à cena histórica o escritor combatente, em conflito com o *status quo*, que não deveria viver, como muitos românticos, à sombra da Coroa, sob o manto do mecenato”⁷². Não mais o escritor monárquico-constitucional de Martius e Varnhagen, mas um escritor que se apresenta como e sob uma nova figura que garanta a legitimidade da enunciação. Desse modo, apesar de a relação autor-nação manter-se como um imperativo para a escrita, ela anseia desenhar-se nos parâmetros de uma opinião pública ilustrada. Nesse modelo kantiano,

o sujeito fala (mais precisamente, escreve e publica) como um erudito, um investigador livre, cujo único guia é a luz da razão imparcial e que se dirige à pessoa ideal, a “humanidade”. Dentro dessa esfera, as idéias circulam e são submetidas à crítica, a uma espécie de processo de esquadrinhamento que remove o joio do erro e no fim nada deixa senão o trigo dourado da verdade⁷³.

Esse historiador-cidadão não submete seu juízo a nenhuma outra instância que não a humanidade, ou, no caso de Romero, o povo. O enunciado se quer livre e autônomo, fruto de um juízo individual. Não há um lugar institucional a que o seu texto se associe. Sua trajetória, assim como relatada, visa justamente reafirmar o caráter independente de sua prática e de seus juízos. É quase que um *self made intellectual*, por assim dizer. Em outro texto, Romero vem novamente destacar esse caráter independente e reativo de sua trajetória: “Pelo que me toca, há sido a minha vida intelectual uma constante e dolorosa luta para arredar da mente o que nela foi depositado pelo ensino secundário e superior que me inocularam, e substituir tão frágeis e comprometedoras noções por dados científicos”.⁷⁴

⁷² VENTURA, Roberto. “Sílvio Romero, historiador literário”, In: *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 145, abr-jun, 2001. p. 58.

⁷³ WELLBERY, David. *Neo-retórica e desconstrução*. Op. Cit. p. 21.

⁷⁴ ROMERO, Sílvio. *A filosofia no Brasil*. In: *Obra filosófica*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1969. p. 145-146.

Nesse remodelamento da figura autoral do historiador, operado na construção do objeto e na autonomia da enunciação, fazia-se necessário, como estratégia de inserção, um investimento na *auto-qualificação*. Sílvia Romero, repetidamente, situa sua posição e marca sua trajetória, identificando-se com determinada prática, a intelectual. Reconhece-se em meio a "lutas", "pugnas nas quais se bateu com todo o ardor das convicções arraigadas, recebendo sempre em paga o apodo aviltante, ou a injustiça apta a lhe negar os títulos e as honras de seu trabalho"⁷⁵. A prática da escrita é aqui concebida enquanto um ato de luta, onde as convicções do autor serão contrapostas às outras que se apresentam em um espaço comum. Escrever é entrar em confronto, é bater-se incansavelmente na tentativa de vencer o adversário. E por mais que estivesse presente nessa experiência um forte aspecto "personalista", como salienta Ventura, onde os ataques pessoais se confundiam com a pregação política, deve-se reconhecer as expectativas "sinceramente políticas" implicadas nesse ato e que o impulsionavam⁷⁶. Expectativas que se ligam àquela intencionalidade referida mais acima acerca da efetivação da escrita. Escrever não deixa de ser uma forma de realizar a nação, realizando-se, ao mesmo tempo, como intelectual.

A nação, portanto, é o objeto por excelência de qualquer estudioso que queira legitimar-se enquanto tal, não importando a área em que atue. Nessa perspectiva, "a escolha pela nação brasileira não aparece como expressão de um patriotismo atávico e familiar, mas como condição limite e determinante de um modo de ser intelectual"⁷⁷. Concomitantemente às disputas pelo poder intelectual, está presente nessa concepção combativa da escrita a crença sincera na *illusio* que a funda. A relação entre historiador e nação não pode ser compreendida somente baseada em uma "mais-valia" intelectual, onde falar sobre a nação é uma condição de ocupar posição intelectual; deve-se também levar em consideração que essa é uma relação que constitui uma forma de ser intelectual, de se relacionar com a escrita e com o passado. A nação, enfim, é o objeto e o fim que permite qualificar de nobre a escrita da história.

2.2.3 A *perspicácia do método*

⁷⁵ ROMERO, Sílvia. *História.....* Op. Cit. p. 33.

⁷⁶ VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. Op. Cit., p. 77

Vê-se, então, que a experiência pessoal e a nacional são configuradas, em última instância, como realizações históricas. Tanto o sujeito Sílvio Romero quanto seu objeto, a nação, assumem uma especificidade própria mediante uma formação temporal, cujo sentido só é passível de inteligibilidade pelo ato reflexivo e classificatório do observador. A biografia coerente de ambos vai sendo confeccionada pelo texto. O sujeito que produz a narrativa, o autor, se constrói em relação a seu objeto: a nação. Esta, por sua vez sujeito do processo que se narra, a formação nacional, qualifica-se mediante o projeto defendido por aquele. A construção identitária do autor e da nação se reinviem, assim, um ao outro: ambos constroem-se pela configuração temporal da narrativa. Estabelece-se aí a necessária relação afetiva entre autor e nação. Mas como manter distintas essas duas instâncias, garantindo legitimidade ao enunciado? Como não comprometer o enunciado histórico, em sua veracidade e necessidade, com os juízos políticos e subjetivos do cidadão-historiador? Para tanto, recorre-se ao método – essa terceira instância que fundamenta a *cientificidade* do relato.

Depois que a história veio a se tornar um conceito reflexivo, servindo de intermediário entre o futuro e o passado e sendo capaz de explicar, justificar e legitimar, suas características estratégicas podem ser percebidas de diferentes maneiras. Os mais diversos agentes a ela se remetem, e mais, se vêm obrigados a isso. As nações, os partidos, as seitas e todos os outros grupos de interesses devem se referir à história "na medida em que a genealogia de sua própria posição lhes confere argumentos jurídicos no campo de ação política ou social"⁷⁸. No espaço onde Romero insere sua obra, essa mesma utilização do passado é posta em prática. Uma tradição construída desde o romantismo, com autores como Gonçalves de Magalhães, Januário da Cunha Barbosa, Pereira da Silva, Joaquim Norberto de Souza, Varnhagen e Santiago Nunes Ribeiro - para citar os nomes que o próprio texto romeriano instaura como interlocutores referenciais, se faz presente e qualifica o conhecimento histórico como legitimidade última para as ações.

Sílvio Romero, inserido nessa tradição, nomeia-se (o historiador, o crítico, o etnógrafo, o folclorista), resgatando, historicamente, sua formação e explicitando os valores que o orientam na compreensão da nação: "Independência literária,

⁷⁷ PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da história. A realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996. p. 243.

⁷⁸ KOSELLECK, Reinhardt. "Le concept d'histoire", In: *L'expérience de l'histoire. Op. Cit.* p. 70.

independência científica, reforço da independência política do Brasil, eis o sonho de minha vida"⁷⁹. Ele não procura suprir essa orientação de seu texto; procura, antes, torná-la explícita, justificando perante o leitor sua legitimidade. Ao mesmo tempo, contudo, ele se auto-proclama *imparcial*. Como isso se faz possível? Pelo método. Somando-se ao caráter afetivo da escrita histórica, tão enfatizado por Romero, vê-se desenhar sua dimensão científica.

O método serve aqui como uma instância neutralizadora, a qual permite que o autor proclame seus valores sem que estes, teoricamente, influam nos resultados de seus estudos. O posicionamento, nessa perspectiva, é uma condição do conhecimento histórico, não interferindo, contudo, na validade desse conhecimento. O método que o autor se impõe serve, de um lado, como meio racional de construção de conhecimento, e, de outro lado, como arma de legitimação nos combates letrados (o último método é sempre o que detém mais capital de persuasão)⁸⁰. Ambas as facetas se reinviam uma à outra, são partes constituintes dessa experiência. A retórica cientificista procura garantir para o enunciado um efeito de verdade; e o faz tanto pela simples explicitação dos critérios "científicos" e pela citação de autores estrangeiros, como pelo modo de "colocar em narrativa" a evolução do processo histórico⁸¹. Narrando os movimentos profundos da nacionalidade, fazendo ver esse ausente (escondido, pois a ciência, como a entende Romero, é a desvelação do oculto) em sua formação histórica, explicitando as leis que a regem, ele oferece as "palavras exatas" do saber científico. É pelo método que o autor procura garantir a verdade de sua enunciação e que pode nomear-se *histor*: eu digo e baseio o que digo pelo método. Opera-se, assim, um efeito de crença, onde o *quê* é dito não importa menos do *como* é dito. Mediante esta retórica, ele pretende antecipar no leitor uma cisão fundamental

⁷⁹ ROMERO, Sílvio. *História...* p. 48.

⁸⁰ Nesta perspectiva, José Murilo de Carvalho sublinha que este "fenômeno onipresente da citação de autores estrangeiros, e da concomitante importação de idéias, não seja visto apenas como indicador de dependência intelectual, nem como colocação correta ou incorreta de idéias. Sugere-se que uma chave útil de leitura pode ser dada pelo estilo de raciocínio. Dentro da tradição brasileira, o argumento de autoridade era um requisito indispensável, era um recurso de argumentação, uma retórica". CARVALHO, José Murilo de. "História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura", in: *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, 2000, p. 143.

⁸¹ Ricardo Benzaquen, em artigo sobre Capistrano, demonstra como essa questão aparece, em momentos diferentes, na obra do renomado historiador. Dissertando sobre um mesmo tema, a descoberta do Brasil, Capistrano elabora, em 1883, um texto pouco narrativo, onde procura explicitar os procedimentos que garantem validade ao conhecimento ali exposto. Em outro texto, de 1900, as mesmas considerações presentes na obra anterior aparecem agora sob uma forma narrativa. Esses dois momentos sinalizam duas grandes características da concepção moderna de história: os procedimentos

que garanta a legitimidade do enunciado histórico frente aos juízos políticos, seguindo aquela mesma fórmula pregada por Martius: *agradar não menos ao coração que à inteligência*.

Mediante o uso de teorias européias de que fazia uso, Romero procura imprimir um caráter nomológico à sua escrita da história. O que garantiria a cientificidade de seu trabalho, por oposição à tradição imperial, seria a capacidade de generalização. “Um conhecimento que não se generaliza, fica improfícuo e estéril, e, assim, a história pinturesca deve levar à história filosófica e naturalista”⁸². A partir de conceitos como os de “raça”, “meio”, “momento” e “evolução”, munido, ainda, do critério “popular e étnico”, ele estaria apto a identificar as leis gerais que presidiriam o movimento histórico da nação. O objetivo de sua *História*, como diz, “é encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito, do caráter do povo brasileiro”⁸³. No entanto, como reconhece o autor, um tanto constrangido, essas leis que ele busca encontrar são dadas desde o início de sua narrativa. Afinal, como iniciar uma narrativa da história nacional sem tomar *a priori* as leis que a regeriam?

De qualquer forma, para a devida compreensão da realidade nacional, sob sua forma científica, faz-se necessário mais do que o estudo de fragmentos que formam sua identidade. A cientificidade, aqui, não está na primazia de um método filológico, mas na sua capacidade dedutiva, em determinar as leis específicas do movimento histórico. Não é por uma das partes que se pode chegar ao todo. Nem o negro, nem o índio, nem o português definem o caráter nacional. O povo brasileiro não se *reduz* a nenhum deste elementos. Ele é, antes, uma complexa mistura: prova-o, como analisarei adiante, a própria “realidade”, basta ser vista. As partes isoladas já não o interessam, mas só na medida em que permitem reconstruir a unidade e a especificidade brasileira: a constituição de seu povo. O caráter nacional só pode ser definido pela sua *diferenciação no tempo*, pressuposto fundamental da historiografia. A obrigação da história - e do historiador que se investe (e não mais é investido) do poder de escrevê-la - é, justamente, “exibir os motivos das originalidades, das

que garantem a veracidade do enunciado e a narrativa que configura temporalmente o passado reconstituído pelo método crítico. ARAÚJO, Ricardo Banzaquen de. *Op. Cit.*

⁸² ROMERO, Sílvio. *História...* Vol. I, p. 55. Para Romero seria interessante uma tal história pinturesca, que pudesse “reviver” o passado em seu cotidiano. Contudo, segue o autor, seria impossível escrevê-la no Brasil, devido, principalmente, à falta de documentos. p. 54.

⁸³ Idem. p 55

particularidades, das diferenciações desse povo no meio de todos os outros"⁸⁴. Essa é a *missão* do historiador. Missão herdada, é necessário dizer. Herança da qual Romero se faz um seletivo herdeiro, apropriando-se da tradição historiográfica imperial e ressignificando-a na elaboração de uma outra identidade narrativa

Usando o método como emblema, portanto, Romero procura diferenciar-se no espaço letrado, construindo seu próprio campo de atuação. Daí sua constante preocupação em estabelecer uma genealogia de seu pensamento em sua relação com a evolução intelectual da nação. Não é de espantar, assim, que ele se torne objeto de sua própria história. O que ocorre, por exemplo, quando ele tece um resgate do percurso da reflexão literária no século XIX, do romantismo à reação naturalista. Nesta reconstrução, ele insere-se como um precursor do último momento, já tornado, portanto, *histórico*, referindo-se a si mesmo na terceira pessoa: “Depois principiaram a surgir tentativas de reforma. Silvio Romero atacou o velho sistema em repetidos artigos de crítica, apresentando a fórmula de uma poesia nova, inspirada na ciência e na filosofia do dia”⁸⁵. Desse modo, para além de sujeito do conhecimento - o historiador que narra - ele também coloca-se como agente histórico, como fator que engendra o movimento de sucessão contínua e ininterrupta do tempo. “Sílvio Romero atacou”, referenciado na terceira pessoa, torna-se fato. Logo, quem *faz* a história, aqui, é o mesmo quem a narra.

Ao nomear o outro, e incluindo a si mesmo no relato histórico, Romero se posiciona, marca seu território. Nomeando, a si próprio e aos outros, ele está também hierarquizando, deslegitimando e legitimando modos de operar no campo intelectual. "Com efeito", como ressalta Hartog, "uma forma de fazer crer na própria narrativa é indicar o que, na narrativa do outro, é 'incrível', 'mentiroso' ou 'mítico'".⁸⁶ O modo de operação dos autores que Romero qualifica de românticos, por exemplo, não passaria de uma metafísica ingênua, retórica e prazerosa. O que reinaria no mundo letrado nacional, extremamente limitado e apático, segundo ele, seria um *parisismo* cultuado por uma elite ignorante dos avanços da ciência e da realidade nacional.

A mais completa indiferença pelo que é produto intelectual brasileiro aqui reina. Os poucos que têm a moléstia das letras e se esforçam por aviventar o

⁸⁴ Idem. p. 69.

⁸⁵ Idem. Vol. II, p. 786.

⁸⁶ HARTOG, François. *O espelho de heródoto. Op. Cit.* p. 302.

pensamento nacional ao contato das grandes idéias do mundo culto, sem afogar esta nacionalidade nascente num pélago de *imitações sem critério*, esses não são ouvidos pelo geral do público, ocupado em bater palmas ao último folhetim ou aos últimos versinhos chegados de Lisboa ou de Paris...⁸⁷

Romero *ataca* a autoridade da produção dominante no mercado letrado brasileiro, procurando desfazer o “velho sistema”. Denuncia a esterilidade de autores dependentes da vontade de uma elite ignorante e viciada moralmente. O que ele visa (pois sua obra, além de relato histórico, apresenta-se também como agente do mesmo movimento que se narra) é, justamente, desmoralizar a ligação afetiva qualificada pela relação *vertical* historiador-Estado, como representada por autores como Varnhagen e Pereira da Silva. Desmoralização que pode ser evidenciada pela constatação operada pelo autor de que a *mentira* reina no mundo das letras: “a mentira e o jesuitismo prático têm falsificado as consciências nesta época de transações indecorosas e prejudiciais”⁸⁸. Ele denuncia, por oposição ao novo contrato que visa instaurar, a ausência daquela sinceridade necessária para a validade da produção intelectual no espaço público.

O que autor prega, contra essa ordem de coisas e práticas negadas, representada pela tradição imperial, é a conquista da autonomia intelectual, a independência do sujeito produtor de conhecimento. O que implica, por conseqüência, construir um novo modo de operar. Pela negativa, por aquilo que não é, ou não deve ser, ele prepara o leitor para aquilo que deve ser. Essa negação retórica, como já foi sugerido, é parte inerente a seu argumento, estando presente em toda sua obra produzida nesse período. Ela procura instaurar uma diferença visível no corpo social, tornando-a real na medida em que é aceita. Essas lutas em torno da identidade étnica ou cultural, como destaca Bourdieu, em torno de propriedades ligadas à origem, constituem um caso particular de lutas entre classificações, “lutas pelo monopólio do poder de fazer ver e de fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por essa via, *de fazer e desfer os grupos*”⁸⁹. O ataque desferido por Romero contra a geração romântica, mais do que defender uma ordem estabelecida, procura *instaurar uma nova ordem*. Sua escrita é

⁸⁷ ROMERO, Sílvio. *História...*. Op. Cit. 140. Grifo meu.

⁸⁸ ROMERO, Sílvio. *A filosofia no Brasil*. In Op. Cit. p. 143.

uma escrita de oposição. Daí designá-lo como um discurso herético. O que ele pretende, por meio da prática historiográfica, é impor uma nova di-visão social por meio de uma nova autoridade de classificação. Para isso, ele precisa não apenas nomear (e hierarquizar) as demais produções, como também propor um novo modo de "ver as coisas", tornar visível o invisível, fazer ver e fazer crer o destinatário⁹⁰.

O autor opera, então, uma mudança de ordem no espaço letrado pela recomposição do contrato de escrita. Passa-se, ainda pelo investimento no método, daquela relação viciosa entre historiador e Estado para uma relação orgânica entre historiador e povo. Romero, como intelectual que reclama a autonomia, só deve satisfações à massa anônima de brasileiros. "Este livro", diz ele, "não quero que seja uma crônica recheada de fastos anedóticos; quero que seja um protesto, um grito de alarma de *são brasileiro*, um brado de entusiasmo para um futuro melhor. Todo escritor nacional na hora presente está carregado do imperioso dever de dizer toda a verdade a nosso povo, ainda que pelo rigor tenha de desagradar geralmente"⁹¹. O povo, desse modo, é eleito como a referência externa a essa nova ordem de produção, enquanto que o método impõe-se como referência interna. Ambos garantindo e legitimando a validade de um novo modo de operar no espaço letrado.

2.2.4 O historiador como publicista

De volta ao prólogo da *História*, vejamos como ele encaminha a inserção de sua obra no debate público, enfatizando agora sua *utilidade*. Da formação pessoal que abre o texto, onde expressa sua dimensão afetiva, Romero passa, em seguida, para as ponderações sobre o país, enumerando os problemas *atuais* da história nacional. No "momento atual" - onde o autor se inscreve, *sua instância do discurso* -, os problemas dividem-se pela face política (federalismo, república e organização municipal), pela face econômica (emancipação dos escravos, aproveitamento da força de trabalho, distribuição de terra) e pelo lado social (colonização estrangeira, naturalização,

⁸⁹ BOURDIEU, Pierre. "A força da representação", in: *Economia das trocas lingüísticas*. Op. Cit. p. 108

⁹⁰ Como diz Hartog, "a descrição é ver e fazer ver, mas, desde o momento em que se articulam espaço e saber, em que ela é espacialização de um saber, em resumo, um quadro - a descrição vem a ser também saber e fazer saber (esse *fazer* constituindo precisamente a *mise em scène* do taxionômico)." HARTOG, *O espelho de Heródoto*. Op. Cit. p. 263.

reforma do ensino). Todas essas facetas que configuram as preocupações principais de uma esfera pública em constituição são tomadas como fim último de reflexão: "Todo homem que empunha uma pena no Brasil, deve ter uma vista assentada sobre tais assuntos, se ele não quer faltar aos seus *deveres*, se não quer embair *o povo*"⁹². Este dever da escrita, no entanto, não estando mais associado à figura imperial, direciona-se e submete-se à instância popular: é povo como entidade histórica maior, encarnação da individualidade plural que é a nação, quem legitima sua prática historiográfica.

Esse deslocamento, como foi dito, insere-se em um movimento mais amplo no qual uma geração marcada pela marginalização política, alimentando expectativas sintetizadas em noções como "república", "democracia" e "abolicionismo", procurava instaurar uma nova ordem. Como bem destacou Ilmar Mattos, não era apenas "um bando de idéias novas" o que marcou essa experiência de transição: novas atitudes e valores também precisavam se afirmar.

Assim, pouco a pouco, foram sendo erigidos o prestígio militar e a crença inabalável no poder da técnica e da ciência, que tenderiam a se encontrar por meio das representações de fundo positivista que, além de exprimirem o cientificismo que prevalecia nos meios intelectuais, preconizavam uma atitude cívica, intensamente vividas pelos propagandistas republicanos, civis e militares. De outra parte, o "sentimento aristocrático" – identificado por Ferreira Resende como o traço dominante da sociedade imperial em meados do século – parecia ceder lugar a um "sentimento democrático". Aqueles que o compartilhavam reivindicavam o federalismo, exigiam o final do trabalho escravo, aborreciam o Império e reclamavam a República. Ou, melhor dizendo, diferentes repúblicas, porque, para os homens de então, a passagem do Império à República poderia seguir por diferentes caminhos⁹³

A atividade intelectual de Sílvio Romero insere-se, desse modo, em um complexo movimento de mudanças de atitudes e valores, sendo parte ativa desse mesmo movimento. Tanto a crença depositada na ciência como a dimensão cívica da

⁹¹ ROMERO, Sílvio. *História...* p. 142.

⁹² Idem. p. 36. Grifo meu.

⁹³ MATTOS, Ilmar R. de. "Do Império à República", in: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. II, n. 4, 1989, p. 165.

escrita são aspectos centrais para compreender a inserção de sua obra e sua relação com um movimento histórico que procura efetivar. Contra uma ordem imperial, a necessidade de uma ordem republicana. No que diz respeito à escrita da história, essa intencionalidade vem caracterizada, de um lado, como vimos, pela autonomia intelectual, e, de outro, pela eleição do povo como objeto historiográfico e como instância legitimadora. Passa-se, então, da escrita monárquica à escrita democrática-republicana.

É pela história da nação, enfatiza Romero, seja ela coligida mediante a perspectiva política, econômica ou cultural, que se pode, de fato, compreender o que vem a ser essa unidade denominada Brasil, "esclarecer o segredo do passado e abrir largas perspectivas na direção do futuro". Assim como para Tristão de Alencar, o saber histórico, tal como Romero o entende, não se restringe ao mero conhecimento das coisas passadas, mas estende-se igualmente a um esclarecimento do futuro. Sua utilidade inscreve-se justamente nessa possibilidade de abarcar o todo, esquadrinhando o sentido histórico, necessário, da nação. Torna-se urgente, desse modo, e daí a importância de sua obra e a dificuldade da empreitada (que vem ser lembrada constantemente para o leitor), *desvelar o sentido* que preside a formação da pátria: "O Brasil é um país ainda em via de formação; nunca é demais esclarecer o seu futuro"⁹⁴. Narrar a história não é restringir-se ao passado, mas perceber a direção do tempo. Reconstruir esse sentido (que está lá, é dado, só restando o seu deciframento) pelo método e pela narrativa histórica, ordenando um início, um meio e um fim, permite, como foi visto, disciplinarizar o passado, vinculando "a atividade histórica a uma vontade de evitar ou de eliminar a tragédia"⁹⁵. Mas essa disciplinarização, cumpre ressaltar, é operada, no caso de Romero, pela relação que mantém com um futuro potencial, sendo este futuro, desenhado pelas expectativas em questão, a referência última de inteligibilidade. Estudar o passado para esclarecer o futuro, desvendar o nexos que orienta o sentido da história pátria tendo em vista a efetivação de seu futuro: esse vem a ser o objetivo de sua obra e a legitimação de sua prática⁹⁶.

⁹⁴ ROMERO, Sílvio. *História...*, p. 36.

⁹⁵ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. "Ronda Noturna", Op. Cit. p. 51.

⁹⁶ Como afirma Manoel Salgado: "Na medida em que este futuro é percebido como desdobramento de um passado, seu sentido já encontra-se comprometido e sua realização uma condição inscrita no passado". GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. "Usos da História: refletindo sobre a identidade e sentido". *História em Revista*, Pelotas, v.6, dez., 2000.p. 31.

Todo esse saber - na forma de crítica, folclore, poesia, filosofia, etnografia - deve ter então uma utilidade, e apenas uma: a consolidação de uma nação republicana como um ser histórico efetivo. Saber o que *é* a nação, delimitando sua população, permite saber o que ela *deve ser*. Passo natural, do diagnóstico à propedêutica: "A aplicação ao Brasil é a preocupação constante; as considerações etnográficas, a teoria do mestiçamento, já físico, já moral, servem de esteios gerais; o evolucionismo filosófico é a base fundamental"⁹⁷. Parcialidade e objetividade, conhecimento histórico e prognóstico se entrelaçam nesse projeto historiográfico. Daí a intencionalidade crucial que sustenta o texto: a expectativa de que gere seqüência, que a promessa venha a se efetivar em algo, cumprindo, quem sabe, as aspirações científicas, narrativas e democráticas que o discurso carrega.

Resumindo o que foi visto até aqui, pode-se dizer que Romero insere-se em uma ritualização da prática historiográfica constituída pela tradição imperial. Contudo, sua inserção é acompanhada de uma ressignificação, ou deslocamento. Opera-se aí uma tentativa de autonomizar a escrita histórica, e isso a partir da legitimidade do método e da seleção do povo tanto como objeto principal de estudo como de referência ética do historiador. Esse deslocamento operado por Romero, convém ressaltar, não vai implicar a dissolução daquela tríade que vinha caracterizando a figura do historiador. Não levou, por exemplo, (e esse era apenas um dos caminhos possíveis) à recusa ou mesmo ao apagamento progressivo daquela mesma funcionalidade compartilhada com a memória, o reencontro de si com o Mesmo. A verdade proferida pelo historiador, cuja materialização é a narrativa nacional, continuava a ser mediada pelos três *topoi* referidos, a sinceridade, a cientificidade e a utilidade. O historiador inscrito no texto de Romero, apesar de reclamar uma autonomia fundada mais na figura do viajante-naturalista (aquele que observa e compara segundo um método), mantinha seu perfil delineado pelos reflexos parciais, porém fundamentais, do vate e do publicista, conjugando a celebração e a utilidade no ato de enunciar da verdade nacional.

2.2.5 Um sentido para a ação

⁹⁷ Idem. p. 48. Grifo meu.

Definido esse deslocamento na ritualística da prática historiográfica, cabe agora indicar a especificidade que vem assumir essa reescrita da história. Procurarei apontar para alguns elementos que me parecem significativos na construção elaborada por Romero de uma identidade narrativa nacional. Interessa-me, assim, ver como o povo brasileiro veio a ser configurado por Romero em sua existência histórica e quais parâmetros foram utilizados nessa operação.

Voltando a Veríssimo, vale lembrar sua afirmação de que se fazia urgente conjugar nação e História pela inclusão do povo. Devia-se formar o povo brasileiro para o sucesso da República e para o conseqüente avançar nacional no espaço civilizacional. Conhecer o povo, flagrá-lo em seu percurso histórico, era um modo também de poder *agir sobre ele*. Desse modo, cabia pelo estudo histórico não apenas insuflar o sentimento de nacionalismo no brasileiro - papel dessa história-memória que resgata o passado como um bem comum - mas também conhecê-lo em sua configuração histórica. A experiência do tempo, como aí concebida, esse regime moderno de historicidade, permite não apenas localizar o posicionamento do Brasil em uma linha temporal evolutiva, como também concebe a possibilidade de, pela ação consciente, *acelerar* a marcha histórica nacional. Conhecimento e ação se coadunam na missão que representa o ato da escrita da história nacional.

Nesse sentido, conhecer como o caráter do brasileiro foi formado historicamente poderia permitir sua correção para o bem da República. Deve-se, assim, delimitar o campo no qual se faz necessária a ação, estabelecendo o “quem” e o “quê”. Tomarei como motivo a seguinte enunciação de Veríssimo: “É, pois, salienta Veríssimo, a *nós* mesmos, é *ao povo*, é *à Nação*, que cumpre corrigir e reformar, se quisermos realize a república as bem fundadas e auspiciosas esperanças, que alvoreceram nos corações brasileiros”⁹⁸.

“Nós” e o “povo” são trazidos, pelo enunciado, para um mesmo espaço graças ao elo nacional. Absorvidas pelo conjunto “Nação”, essas partes, no entanto, são diferenciadas. O enunciado inclui, mas para depois hierarquizar. Este “nós” a quem Veríssimo se refere é antes a soma desse “eu” que enuncia e organiza a narrativa e seu interlocutor, o “tu” a quem o texto se remete. Já o “povo”, por sua vez, ausente do texto como interlocutor, deve ser entendido como objeto, lembra Benveniste, a não-

⁹⁸ Veríssimo, José. *Op. Cit.* p. 43. Grifos meus.

pessoa por excelência: é o “ele” sobre quem o texto fala⁹⁹. Essa oposição, no entanto, entre eu-tu/ele vem a ser absorvida por um “nós” englobante em uma suposta individualidade plural, uma globalidade (aparentemente) indistinta de outras pessoas: a nação. A construção da unidade nacional requer a inclusão desse elemento outro, como requer, também, que essa inclusão não seja indiferenciada. Encaminha-se aí a necessidade de uma configuração narrativa da história nacional, onde uma nova ordem seja estabelecida, organizando hierarquicamente seus componentes. Vejamos como se ensaia essa configuração.

O caráter brasileiro, afirma o crítico paraense referindo-se a seu objeto, o povo, é avaliado como fraco, marcado pela passividade. Veríssimo fundamenta-se, para essa avaliação, na seguinte leitura histórica realizada por Romero sobre a formação nacional:

O povo não tinha vida autonômica, nem tinha iniciativa; a justiça lhe era ministrada como um favor do monarca. As sesmarias territoriais eram concedidas aos portugueses, que também monopolizavam o comércio. Na ordem puramente intelectual, a educação era jesuítica; desenvolvia-se a memória com prejuízo do raciocínio. A escravidão no seio das famílias veio consolidar este complicado sistema de abatimento, de alheação da vida independente. Desde o império, toda a população dividiu-se em duas grandes classes: senhores e escravos. Aqueles eram portugueses, ou seus descendentes; os outros - os negros e os índios! Os mestiços destas duas classes, quando livres, eram tratados com rigor, porque se tinha certeza de encontrar sua origem nas senzalas... As décadas foram passando; e o tempo foi robustecendo esta obra da injustiça e da extorsão. Daí saiu o Império do Brasil, país de senhores, de grandes, de magnatas; mas terra sem povo, no alto sentido da palavra! E como Portugal foi sempre uma feitoria inglesa, nas relações exteriores, nós os somos também e, nas internas, governa-nos ainda o Reino com todos os seus abusos, com todos os seus prejuízos. A nossa independência, sendo um fato histórico de alcance quase nulo, não tendo aqui havido uma revolução que afogasse os velhos preconceitos, não nos abriu uma fase de autonomia de liberalismo¹⁰⁰.

⁹⁹ Tomo aqui como modelo as análises de Benveniste : “Structure des relations de personne dans le verbe”, In: *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966. pp. 225-236.

¹⁰⁰ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Apud: Veríssimo, José. *Op. Cit.* pp. 67-68. Grifo meu.

Essa passagem entra no texto de Veríssimo como uma leitura "pertinente", desse modo reconhecida como válida perante os critérios que defende. Esse período "de formação da nacionalidade" serve, para a argumentação do crítico paraense, como uma ilustração prévia a seus posteriores argumentos. É-lhe conferido o estatuto de verdade; não uma verdade em relação a fatos específicos, se estes ocorreram ou não; mas uma verdade interpretativa, uma leitura histórica: o que é endossado é o reconhecimento de um *processo histórico* coerente, marcado pela evolução do caráter do povo brasileiro¹⁰¹.

Essa evolução, ainda, apreendida pelo critério do popular, tem seus símbolos representativos: um Gregório de Matos, por exemplo. Veríssimo, ainda discutindo as características do caráter nacional, ressaltando a influência da mulata, sua voluptuosidade, refere-se ao poeta baiano: "Decididamente, ela atormenta a sua inspiração, e os poetas, Gregório de Matos à frente, fazem dela com mais franqueza e mais sensualidade no desejo a Márcia ou a Nize de seus cantos"¹⁰². Gregório, rastro do espírito popular nesse período de formação da nacionalidade, revela a constituição do caráter nacional. Como afirma também Romero, em sua introdução aos *Cantos populares do Brasil*, é nos séculos XVII e XVIII "que [negros, índios e portugueses] se foram cruzando e aglutinando para integrar-se à parte, produzindo *o corpo de tradições do povo brasileiro*". E, mais adiante: "No século XVII o fato já se ia dando e pode ser avaliado pelo estudo de Gregório de Matos"¹⁰³. A importância de Gregório nessa leitura histórica será analisada mais adiante. O que interessa ressaltar aqui é a circularidade que essa leitura possui e ver que, de fato, há um projeto de memória sendo consolidado. Ao reconfigurar os sentidos daquela rede interpretativa construída pela tradição historiográfica imperial, Romero vem apresentar uma outra identidade narrativa, pautada em uma reescrita da história. O sentido atribuído ao processo histórico, os marcos de origem e as figuras representativas pelas quais o escritor afirma determinados valores, tornam-se moeda corrente em textos de interpretação da

¹⁰¹ Aliás, para Veríssimo, o fato pode estar submetido à sua utilidade: "A história do Caramuru, por exemplo, sendo falsa, ensina, no entanto, à criança que eram selvagens os primitivos habitantes do Brasil, que devoravam os seus prisioneiros e que não conheciam o uso da pólvora" VERÍSSIMO, José. Idem. p. 114. A história, desse modo, apesar de ser "falsa", pode ensinar a verdade; daí o reconhecimento também do caráter heurístico da ficção para o ensino da história.

¹⁰² Idem. p. 69.

¹⁰³ ROMERO, Sílvio. *Folclore Brasileiro. Cantos populares do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954. p. 42.

história brasileira¹⁰⁴. Os conceitos de “povo” e “mestiço” desenham-se como partículas semânticas apropriadas para pensar uma nação democrática-republicana, onde as diferenças anteriores, bastante marcadas e visíveis pela ordem imperial, fossem sutilmente apagadas.

Narrar as zonas de contato e de fusão no decorrer da história brasileira entre as três raças: esta é a missão do relato histórico tal como defendido pelo projeto de leitura histórica em Romero. Como diz em sua famosa definição, a história nacional é

"antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextiária em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias. Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira"¹⁰⁵.

Ou, ainda, em outra definição mais detalhada:

O país descoberto não era ermo, desabitado, como uma ilha estéril perdida no seio do oceano; era povoado por muitos milhares de seres pertencentes a uma das grandes divisões da família humana. Estas gentes eram selvagens. A elas vieram mais tarde ligar-se alguns milhões de uma raça ainda inferior: os africanos. Nestas condições, é evidente que os homens mais fortes, porque mais cultos, tinham de abrir caminho por meio de nossas selvas e indicar as normas da viagem. Se uma nova ordem de cousas se tinha de fundar nestas regiões, ao português havia de caber a preponderância. Ele porém não era o único, tinha concorrentes: e aqui começa o interesse dramático de nossa história, interesse etnológico mais e mais crescente, e cujos últimos resultados estamos ainda bem longe de prever mesmo depois de passados quatrocentos anos.

O português era sem dúvida o mais forte; mas, posto em contato com tupis e africanos, debaixo de um clima, num meio diverso do seu, ele diluiu-se, por assim dizer, tomou outras feições, transformou-se, concretizando-se num produto novo, o povo brasileiro, que, se se diversifica do negro e do índio, também é diverso dele europeu. É essa grande obra de evolução étnica e

¹⁰⁴ Vale citar que no mesmo período Araripe Júnior estaria publicando um estudo sobre o sátiro baiano e que a primeira edição das obras de Gregório acabava de ser também publicada.

¹⁰⁵ ROMERO, Sílvio. *História...* V. I. p. 54.

sociológica que se vai ver passar, de modo rápido, diante dos olhos no curso da história de nossas letras¹⁰⁶.

O que se percebe é a existência de um argumento principal (o mestiçamento como diferenciação) e uma forma de organizá-lo: essa, creio, é a força dos textos de Romero - com destaque para a *História da Literatura Brasileira*. Em uma narrativa revestida por uma retórica cientificista, onde estão presentes a concepção evolutiva do *struggle for life* e as noções tainianas de “raça”, “meio” e “momento”, o argumento do mestiçamento procura dar conta desse projeto de memória nacional que se esperava efetivar, ordenando valorativamente uma temporalidade democrática-republicana. É o conceito de mestiço que permite a ordenação da intriga. Lembrar a forma como se deram esses contatos entre povos na formação de uma unidade nacional, o mestiço e o mestiçamento, permite – como defende Romero – que o Brasil reconheça sua identidade própria e, a partir daí, lance projetos para o futuro. Essa intriga permite, enfim, que o tempo também seja ordenado: o historiador encontra o sentido da história, tornando-a útil. Talvez uma resposta efetiva à “impossível tarefa” de re-articular aquele triplo contrato: científico, narrativo e democrático.

2.2.6 O “estilo” de Sílvio Romero

Essa conjugação entre argumento e forma marca uma configuração própria, ao mesmo tempo herdeira e herética, capaz de circular e de se fazer vingar como um - por assim dizer - "quase" saber compartilhado, um projeto *endossado e refutado* por diferentes autores nos combates letrados¹⁰⁷. De qualquer forma ela está lá, é reconhecida, essa conjugação de argumento e forma que denominarei, a título de análise, de *estilo*. Estilo como uma forma específica de selecionar e combinar em um enredo elementos que compoem a história nacional. Na escrita dessa história-

¹⁰⁶ ROMERO, Sílvio. *História...* . Vol. II, p. 345-346.

¹⁰⁷ Lembre-se que esse era um ambiente de intensos debates. Desde a instauração do IHGB, apesar de sua unidade institucional aglutinadora, houve uma polifonia de enunciados, uma série de discordâncias epistemológicas, estilísticas e temáticas. Essa polifonia intensifica-se a partir de meados de 1870, quando a produção do saber histórico de descentraliza. Cf. CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'Histoire au Brésil...*", Op. Cit., e VENTURA, Roberto. *Op. Cit.* Aqui, no entanto, procuro ressaltar a construção de *um projeto*, situado em um intervalo temporal curto (meados da década de 1880 até

memória, como acima exposto, opera-se, pelo estilo, a tentativa de uma resolução de problemas postos, herdados pela tradição na qual se inscreve. Tomo, assim, pela noção de estilo algo próximo à definição de Ricoeur:

Se considerarmos uma obra como a solução de um problema, oriundo ele próprio dos êxitos anteriores na área da ciência e da arte, podemos chamar de estilo a adequação entre a singularidade da solução que constitui por si mesma a obra e a singularidade da conjuntura da crise, tal como o pensador ou o artista a apreendeu. Essa singularidade da solução, que responde à singularidade do problema, pode receber um nome próprio, o do autor. Assim se fala do teorema de Boole e de um quadro de Cézanne. Nomear a obra por seu autor não implica nenhuma conjectura acerca da psicologia da invenção ou da descoberta, portanto, nenhuma asserção sobre a suposta intenção do inventor, mas a singularidade da resolução de um problema¹⁰⁸.

No processo de ser indagado pela história e de questioná-la, pela relação entre um espaço de experiência e um horizonte de expectativas é que se constitui essa escrita da história. Sua força se baseia, em grande parte, no êxito que a configuração proposta tem em responder às questões colocadas. A disposição hierárquica de valores na narrativa, representados pelos atores que constituem a trama histórica, simboliza os valores defendidos e refutados pelo escritor em questão. Como afirma Luiz Costa Lima em relação à crítica literária brasileira no século XIX, o julgamento crítico se cumpria em função do lugar que o escritor ocupasse no plano do desenvolvimento das idéias¹⁰⁹. Ou seja, o escritor em questão seria, ou não, apreciado na medida em que se ajustasse - ou fosse ajustado - às idéias do crítico.

meados da década de 1890), dando ênfase à estrutura textual, visando perceber a conjunção de suas bases epistemológicas e ideológicas.

¹⁰⁸ RICOEUR, Paul. *Op.Cit.* Tomo III. p. 280. Ver também as considerações de WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso. Op. Cit.* White utiliza noções como "urdidura de enredo" e "ficções verbais" para compreender como as histórias se constituem como texto, em um processo de tornar familiar o não-familiar. Ressalto que me interessa *aqui instrumentos para a compreensão também da construção de textos históricos*, não envolvendo o debate atual sobre a natureza epistemológica da história como ciência. Para uma visão desse debate cf. White, Hayden. "Historical emplotment and the problem of truth", In: FRIEDLANDER, S. *Probing the limits of representation. Nazism and the "Final Solution"*, Cambridge: Harvard University Press, 1992. pp. 37-53.; e GINZBURG, Carlo. "Unus testis. O extermínio dos judeus e o princípio de realidade", In: *Fronteiras: Revista de História*, Florianópolis, n.7, 1999. pp. 7-28. Esse texto apareceu originalmente em FRIEDLANDER, S. *Op. Cit.*

¹⁰⁹ LIMA, Luiz Costa. "A crítica literária na cultura brasileira do século XIX", in: *Dispersa Demanda*. Rio De Janeiro: Francisco Alves, 1981, p. 35.

A construção da plêiade literária brasileira, cujos textos e autores vinham sendo resgatados e instituídos desde a década de 1830, converge na afirmação de valores voltados para uma ação presente visando o futuro. Implica, de certa forma, uma filosofia da história. Como ressalta Barthes, no "discurso histórico da nossa civilização, o processo de significação visa sempre 'preencher' o sentido da História: o historiador é aquele que recolhe, não tanto factos, mas antes significantes e os relata, isto é, os organiza com o fim de estabelecer um sentido positivo e de preencher o vazio da pura série"¹¹⁰. Preencher o sentido da história, dispondo hierarquicamente seus elementos: tal a economia produzida pelo texto historiográfico do século XIX. Nesse regime moderno de historicidade, as ações a serem reconstituídas sempre têm no presente, um presente voltado para o futuro, a grade de valores paradigmáticos que servem de critério à seleção. No caso de Romero, especificamente, como se verá mais adiante, a forma como se deu essa seleção de valores paradigmáticos da brasilidade esteve vinculada àquele primado da observação já mencionado no capítulo anterior. Em uma proximidade ao folclore e à etnografia, a operação historiográfica de Romero acaba por promover um deslocamento do olhar. Ver o Brasil não é mais ver a natureza. Agora, em consonância com as expectativas tratadas acima, é a visão de uma população nacional que permitirá a construção de uma imagem histórica do Brasil.

Marcados por experiências profundas em um período de transição política, onde vários projetos estavam sendo formulados e disputados como possibilidades de efetivação, com destaque para a construção de uma identidade nacional, esses letrados compartilhavam algumas expectativas comuns. Como afirma José Murilo de Carvalho:

A república foi proclamada sem um movimento nacional, sem participação popular. Mas os conflitos que se seguiram à sua proclamação e à necessidade de afirmar-se como nova forma de governo em oposição à monarquia contribuíram para renovar o debate em torno do problema nacional. Eliminada a dinastia portuguesa, o País ficava entregue a si mesmo, e a pergunta sobre o que era este País tornava-se mais premente¹¹¹.

¹¹⁰ BARTHES, Roland. "O discurso da história", In: *O Rumor da língua*, Op.Cit., p. 128.

¹¹¹ CARVALHO, José Murilo. "Nações Imaginadas", In: Op. Cit. p. 249.

Entre as expectativas suscitadas, ressalto a necessidade de "dar lugar" a novos atores. A formação de uma nova ordem nacional implicava a inclusão dessas alteridades internas que marcavam a experiência brasileira no século XIX: o negro e o índio¹¹². Diante da dissolução da ordem imperial e de seus "três mundos", representados pela classe dirigente, pela plebe e pelos escravos, restava o esforço de uma reconfiguração do tecido social¹¹³. Uma série de debates se deram ao redor dessa questão, intercambiando valorativamente elementos como o negro, o índio, o português, a república, a monarquia, o federalismo, o centralismo etc. Tal inclusão, cujo trabalho o discurso histórico tomava para si, não implicava, no entanto, em trazê-los *indiferenciadamente* para um mesmo espaço. Ao contrário, a absorção dessa alteridade pela escrita da história, como aqui entendida, se mostrava um trabalho complexo, caracterizado por um processo de hierarquização. Dar lugar a esses atores é hierarquizá-los, ou, nas palavras de Louis Dumont, é englobar o contrário¹¹⁴. A narrativa histórica, ao fundar uma origem para a nação, constituindo-se como uma história-memória, está justamente dando lugar a essa alteridade: de um lado, trazendo esse elemento outro para o conjunto, dando-lhe o estatuto de idêntico, consubstancial; de outro lado, porém, distingue-se dele e mesmo opõe-se-lhe. A eficácia da narrativa histórica praticada por Romero, de acordo com a leitura que aqui se apresenta, está justamente no êxito em ordenar *uma* resposta a este problema.

¹¹² Cf. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos. Op. Cit., pp. 5-27. Diz o autor, referindo-se ao projeto historiográfico encabeçado pelo IHGB, que "esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros". p. 7. Desse modo, a constituição dessa alteridade já é um legado histórico quando da produção dos textos aqui analisados. Porém, ao invés de tratar essa alteridade como exclusão, o que se sugere aqui é a necessidade de incluí-las; ou seja: nomeá-las, inserindo-as no projeto de escrita da história nacional, é uma forma de hierarquizá-las.

¹¹³ Cf. MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*, Op. Cit., p. 122-142.

¹¹⁴ Dumont, Louis. Op. Cit. p. 129.

Capítulo 3

A diferenciação nacional: construção hierárquica na narrativa histórica de Sílvio Romero

A literatura brasileira, a de toda a América, deve ser adiantada como filha mais nova da civilização atual; deve dar lição de uma literatura que paira muito alto sobre o prejuízo das raças, embriagada pelo incentivo da liberdade; deve ser pensadora e democrática, séria e imperturbável, viril e fecunda; como a força de nações novas que se aparelham para representar a terceira fase da civilização: o mundo américo-europeu, como o chamava o filósofo. Ela não há de ser a reprodução de um passado, que já morreu, quer ele haja sido americano, quer não. À América cumpre não pedir inspirações à morte, ou ela se lhe antolhe no Velho ou no Novo Mundo. Cabe-lhe formar a consciência clara do seu futuro, e começar, desde já, a trabalhar para ele.

Sílvio Romero.

A literatura brasileira e a crítica moderna

3.1 - Uma lógica moderna: diferenciação e pertencimento

Na parte de sua *História da Literatura Brasileira* destinada a tratar do período de "desenvolvimento autônomo", 1750-1830, esse "momento decisivo de nossa história"¹¹⁵, Sílvio Romero destaca:

Cada povo e cada continente devem ter a consciência de seu destino e procurar numa *diferenciação cada vez mais crescente a harmonia do gênero humano*.

Se o progresso futuro tiver de ser feito à custa da diversidade, da variedade, da diferenciação, do pitoresco, da originalidade das criações humanas, o diabo leve o progresso e traga os antigos dias do indigenismo, do nativismo, do particularismo das crenças e efusões. Que coisa miseravelmente banal não seria o mundo, se ele fosse feito segundo as idéias e os gostos dos nossos cosmopolitas-mirins!

¹¹⁵ ROMERO, Sílvio. *História...* Vol. 2. p. 404.

Voto contra semelhante chateza e acho digno de preitos todo e qualquer indivíduo que de algum modo tem contribuído para criar-nos uma fisionomia à parte¹¹⁶.

Essas considerações, situadas no meio da análise que o crítico faz de Inácio Acióli, visam explicitar e relembrar para o leitor o critério que orienta a escolha e o juízo proferido sobre os autores presentes na "História". No caso do autor em questão, Acióli, dado que "amou este país, concorreu para arrancá-lo da exploração política de Portugal, estudou sua história, descreveu algumas de suas províncias, analisou alguns dos seus primitivos povos selvagens, teve alma brasileira"; enfim, sendo que foi um "elemento de diferenciação", lhe é atribuído um lugar na *História* e um juízo positivo lhe é conferido.

É um recurso comum na *História da Literatura Brasileira* a explicitação do critério seguido pelo autor em meio às análises de obras e escritores. Romero seguidamente interrompe a narrativa para elevar o texto às "considerações gerais" por ele tão prezadas. E uma das considerações mais repetidas durante a obra é justamente a que diz respeito ao *critério de diferenciação*. Como na citação acima exposta, o autor parte do pressuposto da diferenciação universal dos povos como elemento de harmonia e civilização. O Brasil, dessa forma, para constituir-se como uma nação em meio às outras, encontrando seu lugar no espaço civilizacional, deve criar algo de novo, original, não sendo apenas um mero imitador de idéias estrangeiras. Afinal, dentro de uma cultura marcada pela historicidade e pela individualidade, diferenciar-se quer dizer individualizar-se, construir especificidades que diferenciem um sujeito de outro. Romero dá continuidade, assim, ao *topos* desenvolvido pela tradição historiográfica do *princípio de diferenciação*. Tal como Denis havia formulado, a identidade brasileira só poderia encontrar seu lugar no espaço mais vasto das nações se encontrasse a sua especificidade. O princípio de diferenciação tornou-se o motivo principal da atividade historiográfica e literária. Seria preciso, sob essa perspectiva, diferenciar-se para pertencer.

Para isso, no entanto, como afirma Romero, não bastavam mais o nativismo e o indigenismo, tal como os praticara a escola romântica e ainda os praticavam alguns autores. As partes por eles buscadas, a natureza e o índio, não seriam capazes de

¹¹⁶ Idem. p. 614. Grifo meu.

garantir unidade para o todo, o Brasil. Se, por um lado, esse movimento teve o mérito de "arrancar-nos em parte da imitação portuguesa, aproximar-nos de nós mesmos e do governo do mundo"¹¹⁷, ele, por outro lado, não conseguiu cumprir o projeto de diferenciação que se colocava. Atendo-se apenas a algumas particularidades presentes no país e enxergando-as pelos olhos estrangeiros (para a questão indígena tendo modelos como Walter Scott e Fenimore Cooper; para a natureza os olhares dos viajantes), o romantismo não pôde, segundo Romero, dar conta da unidade necessária, apesar de ter delimitado alguns objetos que a constituem.

Como já foi exposto, a história do Brasil não é, para Romero, a história do índio, do negro ou do português, assim como não pode ser reduzida à questão climática. Deve ser entendida a história pátria como um produto do *cruzamento* dessas partes. A escrita da história vem a ser a descrição da formação temporal do brasileiro pelo contato de elementos dispersos em uma unidade aparentemente coerente. Colocando a questão em palavras claras: "A história da literatura brasileira não passa, no fundo, da descrição dos esforços diversos do nosso povo para produzir e pensar por si; não é mais do que a narração das soluções diversas por ele dadas a esse estado emocional: não é mais, em uma palavra, do que a solução vasta do problema do nacionalismo"¹¹⁸.

O fito de sua *História* é justamente, como venho salientando, dar uma resposta a esse problema do nacionalismo, delimitando o que vem a ser a originalidade brasileira, ordenando temporal e hierarquicamente seus componentes. Porém, deve-se entender que a diferenciação não é um fim em si mesmo, é antes um meio. O projeto historiográfico de narrar as origens da nação, como defendido por Romero, delimitando as marcas de brasilidade, tem como fim último inscrever a nação no espaço civilizacional - o espaço último do discurso historiográfico moderno tal como constituído pela tradição iluminista. É preciso, pois, voltar a repetir, diferenciar-se para pertencer.

Narrar a diferença tendo em vista a individualidade nacional: essa prática não é iniciada por Romero ou por sua geração. Essa escrita vinha consolidando-se como uma tradição, como uma temática discursiva no pensamento brasileiro desde que este elegeu como horizonte a definição da identidade nacional. Nos primeiros escritos

¹¹⁷ Idem. p. 787.

¹¹⁸ Idem. p. 406.

onde foram se delineando objetos próprios a uma história literária, como em Ferdinand Denis, Gonçalves de Magalhães, Januário da Cunha Barbosa, Joaquim Norberto de Souza, Pereira da Silva e Varnhagen, o tema da diferenciação vai igualmente se constituindo¹¹⁹. Esse projeto de uma historiografia literária, como foi exposto, compartilha das indefinições e das expectativas da historiografia praticada dentro do IHGB. Aí também, como lembra Manoel Salgado, manifesta-se essa estranha lógica: diferenciar-se para pertencer: "A leitura histórica empreendida pelo IHGB, está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a contudo numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao iluminismo"¹²⁰. Flora Süssekind, referindo-se à reflexão sobre a literatura no oitocentos, detecta o mesmo problema:

Trata-se, porém, de uma operação complicada. De um lado porque é preciso inventar retroativamente a nacionalidade desejada, fundar alguma coisa dizendo que, de algum modo, ela já estaria lá. De outro, porque há um duplo compromisso em jogo nessa literatura que se produz nos decênios de 30 a 70 no Brasil do século XIX: tanto com uma sintonia ao panorama cultural internacional de então quanto com um todo poderoso projeto de individuação nacional¹²¹

3.1.1 *Sincronia do anacrônico*

Como se configura essa experiência temporal que fundamenta tal projeto historiográfico? Como se faz possível esse processo conjugado de diferenciação e pertencimento que motiva a escrita histórica tanto na busca das origens como nos projetos de futuro lançados a público? De que maneira, enfim, se processa essa poética do saber? Procurarei resgatar brevemente alguns traços dessa experiência antes de retornar a Romero, pois penso que pode ser útil na compreensão do argumento.

¹¹⁹ Cf. o primeiro capítulo desta dissertação. Para uma visão desse princípio de diferenciação, cf. COUTINHO, Afrânio. *A Tradição Afortunada*. Op. Cit.

¹²⁰ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e civilização nos Trópicos...*, Op. Cit. p. 8.

¹²¹ SÜSSEKIND, Flora. "O escritor como genealogista...", Op.Cit. p. 454.

Tomarei como mote de entrada para essa questão o conceito de "civilização". O substantivo "civilização" aparece, segundo Starobinski¹²², no *Dicionário universal* (Trévoux), de 1743, com a seguinte acepção: "Termo de jurisprudência. É um ato de justiça, um julgamento que torna civil um processo criminal. A *civilização* se faz convertendo as informações em investigações, ou de outra maneira"¹²³. Esse sentido jurídico do termo vem do verbo *civilizar*, tal como empregado no século XVI. Desse modo, civilização, como aí formulado, é um silogismo designando um ato jurídico. Contudo, o aparecimento, ainda no século XVIII, da mesma palavra com um sentido diverso, em sua acepção moderna, "constituirá menos um silogismo lexical do que a entrada em cena de um significado concorrente, logo triunfante"¹²⁴. Esse novo significado, marca, pois, uma mudança de experiência, configurando o termo em uma nova rede semântica.

Segundo Benveniste, deve-se considerar, para explicar o aparecimento tardio da palavra civilização, a novidade mesma da noção e as mudanças que ela implicava:

Da barbárie à condição presente do homem em sociedade, descobria-se uma gradação universal, um lento processo de educação e de depuração, em suma, um progresso constante na ordem do que a *civilidade*, termo estático, já não bastava para exprimir e que era preciso chamar de civilização para definir-lhe simultaneamente o sentido e a continuidade¹²⁵

O termo civilidade, termo estático, entendido como polidez, estende-se a um processo temporal, dinâmico, englobando a formação histórica dos povos. "Descobria-se uma gradação universal", na qual se operava um refinamento progressivo dos costumes¹²⁶. Essa tendência, no entanto, não era unívoca, estando presente também a tese inversa: a da decadência: "O tema pessimista da decadência da natureza e do envelhecimento do mundo", como afirma Rossi, "desenvolve-se - cumpre não esquecer - simultaneamente ao tema do progresso"¹²⁷. Progresso ou

¹²² STAROBINSKI, Jean. "A palavra 'civilização'", In: *As máscaras da civilização. Ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

¹²³ Apud: STAROBINSKI, Jean. *Op. Cit.* p. 12.

¹²⁴ *Ibidem*.

¹²⁵ BENVENISTE, Émile. "Civilisation. Contribution à l'histoire du mot", In: Benveniste, Émile. *Op. Cit.* p. 340.

¹²⁶ Para uma descrição desse processo de refinamento de costumes, associado a uma centralização de poder com a configuração dos Estados modernos, conferir a obra de ELIAS, Norbert. *Op. Cit.*, 1990.

¹²⁷ ROSSI, Paolo. *Op. Cit.* p. 54.

decadência - duas faces da mesma moeda -, o que se percebe é a concepção de um tempo único que vai se configurando e no qual está imersa toda a humanidade.

Alguns aspectos desse processo podem ser observados na famosa *Querelle des anciens et des modernes*, marcada, entre outros, pelo protesto de Charles Perrot contra o ideal clássico-humanista de perfeição¹²⁸. A partir daí dá-se um intenso debate em torno da questão da superioridade ou da inferioridade dos antigos em relação aos modernos¹²⁹. A disputa termina, enfim, com a vitória dos modernos. Estes, na verdade, segundo argumentam, é que seriam os antigos¹³⁰. Eles possuem um acúmulo maior de experiência e um refinamento de costumes, de conhecimento e de senso estético. Constrói-se, lentamente, a idéia de "*perfectibilité*", como presente em Condorcet, a qual concebe o tempo como progresso linear e evolutivo¹³¹. A ruptura entre antigos e modernos se consolida juntamente com a descoberta da consciência histórica. O que é antigo está feito, o moderno está para se fazer. "Nos antigos se vê a letra perfeita e acabada de toda a poesia; nos modernos se pressente o espírito em

¹²⁸ Cf. FUMAROLI, Marc. "Les abeilles et les araignées", in: *La querelle des Anciens et des Modernes*. Paris: Gallimard, 2001. Ver também JAUSS, Hans Robert. "Tradição literária e consciência atual da modernidade", In: OLINTO, Heidrun Krieger. *Histórias de literatura. As novas teorias Alemãs*. São Paulo: Ática, 1996. pp. 15-46.

¹²⁹ Segundo Jauss, a disputa pode ser sintetizada em três fases: Primeiramente, à afirmação de que a Antigüidade é incomparável por ter criado para sempre a medida ideal da perfeição artística, os *Modernes* opõem o argumento racionalista da igualdade natural de todos os homens e começam a submeter aos critérios absolutos do *bon goût* as produções da Antigüidade - em outras palavras, a criticá-las em nome do gosto do tempo clacissista (*le bienséances*). Os *Anciens*, então, argumentam, inicialmente na defensiva, que cada época tem costumes diferentes e, conseqüentemente, também um gosto próprio. Eles exigiram julgar as epopéias homéricas em função dos "costumes de um outro tempo". Dessa discussão resultou pouco a pouco o reconhecimento comum aos adversários - ainda que não confessado abertamente desde o início - de que existe, paralelamente à beleza atemporal, também uma beleza própria a cada época; que existe ao lado da *beauté universelle*, igualmente um *beau relatif*. É assim que a gradativa desconstrução das normas estéticas do clacissismo dá origem à primeira compreensão histórica da arte da Antigüidade". *Op. Cit.* p. 63.

¹³⁰ Como afirmara Malebranche: "Il faut respecter l'Antiquité, dit-on; quoi? Aristote, Platon, Épicure, ces grands hommes se seraient trompés? On ne considère pas qu'Aristote, Platon, Épicure étaient hommes comme nous, et de même espèce que nous; et de plus, qu'au temps où nous sommes, le monde est plus âgé de deux mille ans, qu'il a plus d'expérience, qu'il doit être plus éclairé, qui font découvrir la vérité". MALEBRANCHE, Nicolas. "De la recherche de la Verité", in: FUMAROLI, Marc. *Op. Cit.*, p. 254.

¹³¹ Condorcet é um exemplo interessante para o presente estudo, pois sua concepção de história está muito próxima à de Romero. A história como processo, regida por leis e passível de previsibilidade é defendida pelo autor. "A história, diz Condorcet, desde a época em que a escrita alfabética foi conhecida na Grécia até ao estado actual da espécie humana nos países esclarecidos da Europa, é ligada por uma série ininterrupta de factos e de observações; e o quadro da marcha e dos progressos do espírito humano tornou-se verdadeiramente histórico". CONDORCET, Antoine-Nicolas. "Esboço para um quadro Histórico do Espírito Humano, in: GARDINER, Patrick. *Teorias da História*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p. 65.

devir", nas palavras de Schlegel - ainda que neste a linearidade do tempo receba uma problematização maior¹³².

Vem juntar-se, então, a palavra civilização a uma reordenação que implica aproximá-la da noção de progresso. Mede-se o progresso de um povo pelo grau de civilização em que este se encontra. "A história", conforme diz Starobinski, "a reflexão do historiador, conjecturais ou empíricas, põem mãos à obra para chegar a um 'quadro dos progressos do espírito humano', a uma representação da marcha da civilização por meio de diversos estados de aperfeiçoamento sucessivos"¹³³. Contudo, uma questão fica em aberto: se é uma gradação *universal* que marca esse processo temporal, como podem haver diferentes povos em diferentes "estágios" de evolução? Como entender os "selvagens" da América, por exemplo, se é que eles estão imersos em uma mesma temporalidade que se quer universal?

Acresce-se ao binômio antigos-modernos um terceiro termo: os selvagens. François Hartog procurou historiar a relação estabelecida entre esses termos¹³⁴. O historiador francês detecta três grandes movimentos: um primeiro que levava dos antigos aos selvagens, em uma prática domesticadora da diferença com o fim de legitimar a colonização; um segundo, que tornava possível um vai-e-vém de uns aos outros; e, por fim, um terceiro, atual e antropológico, onde se interrogará novamente sobre a passagem dos selvagens em direção aos antigos. Contudo, interessa-me observar o segundo momento dessa relação, situado justamente no meio da *Querelle*. Centrando-se em três enfoques diferentes - Descartes, Lafitau e de Gérando -, Hartog salienta aí o papel fundamental da comparação como produtora de inteligibilidade. Pelos textos desses autores ele percebe como "observar" os selvagens torna-se uma maneira de ser moderno. Ou seja, os selvagens são transfigurados em "documentos". Eles permitiriam conhecer, via comparação, as "origens dos tempos".

Tal operação teve sua formulação iniciada com os teólogos da escola de Salamaca, ainda no século XVI, quando buscavam conciliar uma explicação das culturas estranhas com a psicologia aristotélica. Esse esforço, levado ao termo durante os séculos XVII e XVIII, deveu-se ao desafio de provar, contra autores como Bayle,

¹³² SCHLEGEL, Friederich. *O dialeto dos fragmentos*. São Paulo: Iluminuras, 1997, frg. 93.

¹³³ STAROBINSKI, Jean, *Op. Cit.* p. 15.

¹³⁴ HARTOG, François. "Entre os antigos e os modernos. Os selvagens. Ou, de Lévi-Strauss a Lévi-Strauss", In: *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 110: 43/54, jul./set., 1992. pp. 54.

como seria possível “ser relativista culturalmente, sem ser cético”¹³⁵. O que estava em jogo era a demonstração, por parte dos teólogos, de que a variedade cultural presente nos diversos pontos do globo não resultava de um simples consenso. Caso ficasse provado que todos os povos observavam certos costumes e crenças religiosas básicas, que existisse um consentimento unânime por parte de todos os povos em conceber um ser supremo, concluiria-se da existência de um reconhecimento instintivo de uma verdade mais elevada. Como resultado desse esforço, ao poucos foi sendo desenvolvido um método comparativo, onde privilegiava-se a observação das diferentes sociedades e sua descrição. Como afirma Padgen:

Lo que Lafitau y el historiador jesuita José de Acosta, antes que él, crearon no fue una historia evolutiva general de la humanidad, aunque fue una contribución a tal historia, sino una etnología comparativa, una etnología según la cual la diferencia cultural no podía explicarse simplemente como la consecuencia de disposiciones psicológicas diferentes ni como los modelos contingentes de distintos grupos sociales, sino como la indicación de las posiciones que las distintas sociedades humanas habían alcanzado en una escala temporal histórica¹³⁶

Convém ressaltar, desse modo, que não existia nenhuma motivação racionalista por parte desses autores. Essencialmente anti-racionalistas e anti-cartesianos, o objetivo principal que nutriam era apenas desqualificar o ceticismo do século XVIII. Contudo, essa metodologia comparativa exerceria efeitos muito mais vastos que suas intencionalidades originais. Ela contribuiria, ainda que indiretamente, para a configuração de uma temporalidade única e evolutiva, que abarcaria toda humanidade, reservando, porém, a cada grupo, uma posição particular nesse fluir contínuo do tempo.

Para Lafitau, como destaca Hartog, “os selvagens (dos quais ele tem uma experiência direta) e os antigos são testemunhas a serem interrogadas, quer dizer, traços a resgatar, comparando-os termo a termo de maneira sistemática, e, portanto a interpretar para tentar esclarecer melhor as origens”¹³⁷. Logo, a viagem no espaço

¹³⁵ PAGDEN, Anthony. *La caída del hombre natural*. Madrid: Alianza Editorial, 1988, p. 274.

¹³⁶ Idem., p. 24.

¹³⁷ HARTOG, François. “Entre os antigos e os modernos”, Op. Cit., p. 49. Segundo a fórmula de Lafitau: “Los antiguos ne han proporcionado información sobre la cual basar conjeturas afortunadas

poderia equivaler à viagem no tempo, permitindo retroceder na linha temporal pela observação direta de documentos vivos: os selvagens. Os modernos, dessa forma, reconhecendo mediante a observação dos selvagens a alteridade que os separa dos antigos, inviabilizam o paralelo instaurando a comparação¹³⁸.

Mas a pergunta continua: como entender os selvagens imersos também em um tempo progressivo e universal? Como podem eles ser "documentos" de um tempo passado, o qual eles mesmos, como objeto de observação, ajudaram a conceber?

O que torna possível essa operação de conjunção e distensão é a experiência de que podem haver "ritmos" diferentes de progresso. Juntamente com a configuração da idéia de progresso e de aceleração do tempo, surge a noção da simultaneidade cronológica de desenvolvimentos historicamente não contemporâneos¹³⁹. Essa noção, como percebida por Koselleck, é uma das características constituintes da concepção moderna de história. Segundo o historiador alemão:

De la circunstancia de que pueblos particulares, o Estados, continentes, ciencias, estamentos o classes estaban adelantados respecto a los demás, se extrajo un impulso continuo para la comparación progresiva, de manera que finalmente - desde el siglo XVIII - pudo formularse el postulado de la aceleración o - por parte de los rezagados - del alcance o adelantamiento. Esta experiencia fundamental del progreso, como se concebió singularmente alrededor de 1800, está arraigada en el conocimiento de lo anacrónico que sucede en un tiempo cronologicamente igual¹⁴⁰

Essa noção de simultaneidade do anacrônico foi possibilitada inicialmente pela expansão marítima, convertendo-se em um retículo fundamental que possibilitava explicar, progressivamente, a crescente unidade da história. O binômio barbárie-civilização, desse modo, marcado pela experiência da colonização, ajudou a configurar uma ordem do tempo universal que abarcava diferentes experiências em temporalidades diversas e simultâneas. Os selvagens remetiam às origens dos tempos,

acerca de los indios, las costumbres de los indios me han proporcionado información a partir de la cual puedo comprender muchas cosas de los autores antiguos”, apud: PAGDEN, A. Op. Cit., p. 263.

¹³⁸ Cf. HARTOG, François. "Du parallèle à la comparaison", In: *Entretiens d'Archéologie et d'Histoire*. Paris, 1998, pp. 161-171.

¹³⁹ Como define HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 10.

¹⁴⁰ KOSELLECK, Reinhardt. "Modernidad", In: *Futuro Pasado*. Op. Cit. p. 311.

assim como eram contrapostos ao grau de civilidade alcançado pelos povos europeus. Os diversos graus de evolução temporal poderiam, assim, ser percebidos espacialmente. Os dois pólos se fazem presentes e se prestam à comparação, o mais adiantado e o mais atrasado. Os povos atrasados teriam a referência da direção da história, podendo, dessa forma, esforçar-se para adquirir um grau maior de civilidade para estar "à frente do tempo". Pela *imitação* eles poderiam adiantar-se nessa linha temporal, copiando ou apropriando-se das referências culturais das vanguardas históricas "para recuperar seu 'atraso' inicial"¹⁴¹. Abria-se aí uma outra querela que marcou profundamente a reflexão sobre a identidade nacional: o fardo da imitação. Resta, agora, saber o que entendiam por imitação.

3.1.2 *Ambivalência da mimesis*

Seguindo esse raciocínio, que aponta para uma reordenação da temporalidade, duas respostas foram formuladas na tentativa realizada por parte dos "letrados periféricos"¹⁴² de retirarem a pecha de "atrasados": uma que pregava a imitação dos modelos de civilidade - a França em particular - como meio de avançar; e outra que, não negando completamente a prática da imitação, defendia como requisito de pertencimento a uma "vanguarda" civilizacional a criação de algo novo que pudesse contribuir à "civilização como um todo".

O fato de que a França representa o ápice da civilidade não deve iludir - dizem os defensores do segundo argumento - os letrados de que a simples imitação possa ser um meio eficaz de pertencer ao espaço civilizacional. Pois "nós" não somos "eles" (ou, como disse Denis: "vocês" não são "nós"). Esta simples constatação inviabiliza o projeto de "cópia". Dessa forma, a imitação aparece como algo nocivo, fruto de uma ilusão que pode comprometer a consolidação de um projeto de identidade nacional. A imitação, no entanto, em si mesma, não é descartada, havendo o reconhecimento da importância fundamental da atividade mimética¹⁴³. É o que se percebe, por exemplo,

¹⁴¹ THIESSE, Anne-Marie. "Ficções criadoras: as identidades nacionais", In: *Op. Cit.* p.16.

¹⁴² Cf. MORSE, Richard. "As cidades periféricas como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995, p. 205-225

¹⁴³ Varnhagen, em seu *Florilégio*, destacava: "A América, nos seus diferentes estados, deve ter uma poesia, principalmente no descritivo, só filha da contemplação de uma natureza nova e virgem. Mas enganar-se-ia o que julgasse que para ser poeta original havia que retroceder ao abc da arte, em vez de

pela opinião de Capistrano de Abreu, em texto proferido no Ceará em 1875, quando elabora algumas considerações acerca do sentimento de inferioridade do brasileiro em relação à Europa:

Sou obrigado a reconhecer que a influência da Europa tem alguma coisa de bom: sem ela, o nosso estilo e concepção não seriam tão elevados, sem ela a literatura não seria a expressão mais ideal e mais amável de nossa sociedade, e nossa sociedade estagnaria em um bairrismo exclusivo e esterilizador. Entretanto, no todo seus efeitos literários não são benéficos, pois entre outros resultados concorre para segregar o público leitor¹⁴⁴

Por um lado, a imitação é necessária, por outro é prejudicial. Sem ela não teríamos sequer a literatura como expressão da nacionalidade, não desfrutaríamos da herança secular de tradição e instituições que marcam a história ocidental. Por esse viés, a imitação *inclui* o Brasil no espaço civilizacional; sem ela estaríamos condenados à barbárie. De outra lado, porém, essa mesma imitação segrega, na medida em que se desvincula da especificidade nacional, trazendo a forma e ignorando o conteúdo. Tal como a República de Veríssimo, sem a devida observação e adaptação da idéia ao ambiente, ela seria uma pura forma vazia.

Sílvio Romero emite uma opinião semelhante quando diz, referindo-se ao motivo pelo qual o movimento socialista não vingaria em terras tropicais (pelo menos por enquanto):

As grandes leis da história hão de se cumprir também no Brasil; nós também havemos de ter o nosso quarto estado triunfante. Não há dúvida.

Mas para que, por prazer de imitação, ou por qualquer outro móvel ainda menos desculpável, havemos de fantasiar fatos que não possuímos, problemas que não nos assentam e só podem servir para aumentar a confusão, desnortear os espíritos e dificultar a vida da nação?¹⁴⁵

adotar, e possuir-se bem dos preceitos do belo, que dos antigos recebeu a Europa”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo. “Ensaio histórico sobre as Letras no Brasil”, in: *Op. Cit.* p. 236.

¹⁴⁴ ABREU, Capistrano. “A literatura brasileira contemporânea”, in: COUTINHO, Afrânio. *Op. Cit.* Vol. II, p. 28.

¹⁴⁵ ROMERO, Sílvio. “Doutrina contra Doutrina. O Evolucionismo e o Positivismo no Brasil”. In: *Obra Filosófica. Op. Cit.* p. 273.

Romero afirma que o Brasil está invariavelmente imerso em *uma mesma temporalidade universal*, que também aqui há de se cumprir "as leis da história", teremos também o nosso quarto estado: "não há dúvida". O tempo, esse "portentoso fator darwiniano, o magnífico aliado que sabe matar o que não presta e dar vida ao que tem valor", exerce seus efeitos também aqui nos trópicos¹⁴⁶. Desse modo, não há por que se adiantar de maneira equivocada, por simples "prazer de imitação". Essa imitação afetada, como ele a denomina, ao invés de alavancar a marcha da nação, a inviabiliza. Deve-se atentar para as especificidades que nos são próprias, para que não ocorra, como adverte Capistrano, uma segregação entre autor e público. Essa imitação prazerosa levaria os letrados para um lado e a nação para outro; fragmentaria o que é preciso unir. A imitação, como praticada por parte da elite letrada, segundo o argumento desses novos críticos, apresenta-se como "afetada" e nociva. Haveria um hiato entre objeto e discurso. Isso não invalida, no entanto, a imitação em si mesma.

Romero apresenta ainda uma teoria histórica dessa prática:

Em toda e qualquer fase histórica há sempre, num país dado, duas correntes literárias: - uma de imitação, afetada, estranha à vida do povo, erudita, pesada, pretensiosa; é a dos espíritos gastos, estéreis, inúteis; outra, racional, *alimentada pela tradição popular*, pelo conhecimento da pátria e de sua história, vívida, séria; é a dos espíritos que em si resumem as belas qualidades de seu povo, de sua raça¹⁴⁷.

A imitação é ambivalente; em si mesma ela não é boa nem má. Sua qualificação depende de seu uso, da utilidade a que se presta. Romero reconhece que qualquer criação provém da imitação, pois não se cria do nada. Tanto para a arte como para a ciência existe uma realidade da qual não se pode escapar. Ela está lá, seja na forma de matéria, sentimento ou ainda de "nação". O que varia é a relação que se mantém ou que se deve manter com essa realidade. No que diz respeito ao produto artístico, por exemplo, ele reconhece três possibilidades:

Sob o ponto de vista do objeto a três se podem reduzir as teorias da arte. Uns entendem dever ser ela uma representação, uma cópia da realidade; outros

¹⁴⁶ ROMERO, Sílvio. "O movimento espiritual do Brasil no ano de 1888", In: CANDIDO, Antonio. *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978. p. 109.

crêem dever fazer ela uma escolha, uma seleção na realidade; os restantes dão-lhe por obrigação fantasiar, criar um mundo mais vasto e superior ao mundo real¹⁴⁸.

Romero, certamente, encontra-se entre os segundos, enquanto que os primeiros são identificados como os realistas e os últimos como românticos. Imitar, nessa concepção, é tanto um meio cognitivo como artístico; é uma operação que cria inteligibilidade. “Fazer a seleção do ideal através do real, eis a grande tentação do gênio”, afirma Romero¹⁴⁹. O que cumpre ao escritor é ter "bom senso", estabelecendo critérios do que imitar e, principalmente, sempre ter seus olhos voltados para o lugar no qual e sobre o qual escreve. Deve, assim, haver uma adequação seletiva entre o objeto e a forma.

A mesma teoria a respeito da imitação na história, expressa acima, é transferida para o caso brasileiro:

Todo e qualquer problema histórico e literário há de ter no Brasil duas faces principais: uma geral e outra particular, uma influenciada pelo momento europeu e outra pelo meio nacional, uma que deve atender ao que vai pelo grande mundo e outra que pode ser aplicada ao nosso país¹⁵⁰

A particularidade e a universalidade devem remeter-se uma à outra; a *mimesis* há de sempre estar submetida ao local de sua produção para que não seja uma imitação afetada (poder-se-ia dizer neurótica). Nem tanto idealista nem tanto realista, mas seletiva. “Para que a adaptação de doutrinas e escolas européias ao nosso meio social e literário seja fecunda e progressiva, é de instante necessidade conhecer bem o estado do pensamento do Velho Mundo e ter uma idéia nítida do passado e da atualidade nacional”¹⁵¹. Nesse sentido, o romântico Barão de Paranapiacaba, segundo Romero, seria um exemplo de imitador afetado pois não teria consciência de que tudo passa, "tudo tem valor bem limitado", procurando "esconjurar as novas tendências em nome de um passado que não volta mais". É pensando nesse caso que o autor afirma:

¹⁴⁷ ROMERO, Sílvio. *História...* Vol. II. p. 442. Grifos meus.

¹⁴⁸ Idem.. Vol. III. p. 755.

¹⁴⁹ Idem. p. 756.

¹⁵⁰ Idem. Vol. I. p. 59.

¹⁵¹ Idem. p. 60.

Ponhamo-nos a par dos iniludíveis e majestosos problemas científicos e literários que se digladiam no Velho Mundo; mas premunamo-nos contra as imitações trapentas, contra as teses charlatanescas, os erros bojudos, com pretensões a verdades demonstradas. Sobretudo rebusteçamos o nosso senso crítico, e ponhamo-lo em condições de resistir à febre devoradora de inovações inconscientes e banais. Nosso tempo já está desiludido de fórmulas; aprendamos afinal qual o valor delas.

A receita é fácil; fatos e mais fatos, bom senso e mais bom senso¹⁵²

Lendo por este viés, não penso que o problema posto por esses autores se restrinja à questão de que apenas alguns imitam, e de que "se todos copiassem, desapareceriam como por encanto os mencionados efeitos de 'exotismo' (falta de relação com o ambiente) e 'disparate' (separação entre elite e povo), e, com eles, todo o problema"¹⁵³. O problema, como colocado por estes autores, não era o fato de que apenas uma parte da população copiava, mas o "como" copiava. "Não se copia, no caso brasileiro, simplesmente o que é belo, mas, principalmente, o que é útil"¹⁵⁴. Esta assertiva, referindo-se a autores românticos, vale também para os textos aqui analisados. A imitação, como diz La Fontaine, não é escravidão; e, em uma variação da fórmula de Quintiliano, poder-se-ia dizer que não deve haver *imitatio* sem *inventatio*¹⁵⁵.

Como nos mostra Ortiz, o "problema da 'importação' pressupõe portanto uma escolha da parte daqueles que consomem os produtos culturais"¹⁵⁶. Romero o diz com todas as letras: "Da imitação tumultuária, do antigo servilismo mental, queremos passar à escolha, à seleção literária e científica"¹⁵⁷. De um lado, como arma de legitimação de textos e de tomadas de posição no espaço letrado; de outro, como opção epistemológica que orienta um processo cognitivo, auxiliando na construção da identidade nacional e nos projetos de futuro lançados a público, a imitação se presta à

¹⁵² Idem. Vol. III. p. 905.

¹⁵³ SCHWARZ, Roberto. "Nacional por subtração", In: Cultura brasileira: tradição/contradição. Rio de Janeiro: Zahar/Funarte, 1987. p. 104.

¹⁵⁴ CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire...*, Op. Cit. p. 204-5.

¹⁵⁵ HARTOG, François. Du parallèle à la comparaison. Op. Cit. p. 165.

¹⁵⁶ ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p 30. Outros autores vêm destacando também a questão da inventividade na prática mimética. Cf. PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da História*. Op. Cit.; e CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire....Op. Cit.*

invenção. Para esses autores, inclusive, a imitação não é uma opção; o que é uma opção é o modo como ela pode ser realizada.

3.1.3 Imitar, porém ser "*homem de seu tempo*"

Assim, a boa imitação, em uma palavra, é a imitação que contribui para a diferenciação. É a imitação criadora de identidade e não de repetição do mesmo. Essa opção de tomar a imitação como contribuição à constituição do próprio é a saída de Romero, e de uma série de letrados, para fundar um projeto historiográfico. Imitar o que deve e o que pode ser imitado é parte da tarefa, outra parte é a *observação* da especificidade. Diferenciar-se para pertencer: essa é a lógica que rege a concepção de imitação.

Dentro de uma concepção temporal onde coexistiam diferentes estágios de evolução, como foi visto, seria possível, também, conhecer a história pela etnografia. Documentos vivos permitiriam resgatar um passado que já não existe mais. Essa possibilidade será explorada por Romero em seu projeto historiográfico. O enfoque etnográfico foi a forma como ele tentou resolver o problema da diferenciação nacional, procurando, também, diferenciar-se das abordagens até então praticadas. Mas antes de tratar da relação entre etnografia e história em Sílvio Romero, quero me deter mais um pouco nessa temática da diferenciação.

Conforme analisado no primeiro capítulo, uma tradição vinha constituindo, através de uma série de debates, a temática discursiva da diferenciação. Um dos letrados que mais influíram na prática historiográfica da literatura brasileira foi o já citado Ferdinand Denis. Em sua proposta, os elementos principais escolhidos para designar a especificidade brasileira foram a natureza e o indígena. Essa escolha operou-se em meio a uma série de debates internos, influenciada, ao mesmo tempo, pelos olhos estrangeiros: o exótico construído por esse olhar veio a tornar-se o específico que possibilitaria a diferenciação nacional. O projeto imperial brasileiro, querendo inserir-se no conjunto mais amplo das nações ocidentais, vem adotar as referências de um outro que o vê como exótico. Os elementos americanos que mais saltaram aos olhos dos europeus, de acordo com as expectativas deste em relação à

¹⁵⁷ ROMERO, Sílvio. *História...* . p. 59.

sua própria sociedade, foram os elementos também que orientariam todo um projeto oficial de reconhecimento da identidade brasileira¹⁵⁸. Esses elementos principais prestaram-se à produção literária e historiográfica até meados da década de setenta. A partir daí, percebe-se que a discussão não se centrava mais na maneira de tratá-los ou na primazia que cada um deveria receber, mas se eles poderiam, de fato, sustentar um projeto de diferenciação.

Machado de Assis¹⁵⁹, em texto de 1873, publicado em Nova York, formulava o seguinte parecer sobre a literatura brasileira:

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam revestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro¹⁶⁰.

Esse juízo de Machado de Assis, ressaltando a prática da literatura brasileira de pintar "a cor local", sintoma de sua busca da nacionalidade, não deve, no entanto, enganar quanto à intenção do artigo. Machado, com seu "tédio à controvérsia" e como um letrado que buscava pacificamente conquistar seu espaço, ao contrário de Romero, exalta a produção literária que vinha sendo feita pelos românticos¹⁶¹. Ele atribui a essa preocupação descritiva dos principais autores românticos um caráter positivo, sintoma de vitalidade.

Machado de Assis problematiza, contudo, os elementos de inspiração utilizados. Para o escritor fluminense, "a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano", ainda que, seja dito, "tudo é matéria de poesia, uma vez que traga as condições do belo, ou os elementos de que ele se compõe"¹⁶². Um escritor não se torna mais brasileiro, segue Machado em seu argumento, por pintar a natureza: "Um

¹⁵⁸ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.p. 324. Para uma discussão a respeito desses elementos, natureza e indígenas, cf. LIMA, Luiz Costa. *O controle do Imaginário*. *Op. Cit.*, pp. 130-157.; e CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle*. *Op. Cit.*

¹⁵⁹ ASSIS, Machado de. "Instinto de nacionalidade", in: *Obras completas. Crítica literária*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Editores, 1953.

¹⁶⁰ Idem. p. 129.

¹⁶¹ VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. *Op. Cit.* p. 102

¹⁶² ASSIS, Machado. *Op. Cit.* p. 132.

poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais"¹⁶³.

Procurando escapar das fronteiras de uma retórica particularista que se atém ao exótico, Machado defende que não se deve reconhecer o espírito nacional apenas em obras que tratem de "assuntos locais". A força de seu argumento, baseando-se porém na mesma lógica de diferenciação e pertencimento, é de que o escritor deve ter "certo sentimento íntimo". Afinal, o tempo e o espaço influem no homem e na sua produção, qualificando-os invariavelmente, não precisando pois o artista deter-se apenas no que o rodeia. "O que se deve exigir do escritor, ante de tudo, diz Machado, é certo sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço"¹⁶⁴. O sujeito, como ser histórico, tem sua sensibilidade historicamente condicionada e sua obra não pode fugir a essa condição; deve, antes, como o Shakespeare lido pelos românticos, aprofundá-la¹⁶⁵. Para isso, no entanto, não necessita restringir-se à descrição incessante da cor local. Pode o escritor ser nacional na forma como trata um assunto, em seu estilo e em sua sensibilidade; o assunto propriamente dito, assim como propunha Machado de Assis, deixava de ser uma garantia para a literatura nacional constituir-se como autônoma. Logo, a ênfase passa do objeto para o sujeito. Esta tendência, contudo, seria pouco seguida na reflexão literária nacional. A crítica e a história continuariam a buscar nos textos uma referência tomada *a priori*: seja na observação da natureza ou na descrição do povo. Esse viés documentalista sempre associaria alguma substância que deveria servir de mediação entre o olho e a letra do escritor analisado. Santa Rita Durão, observador da natureza; ou Gregório de Matos, na descrição do mestiço.

¹⁶³ Idem. p. 144.

¹⁶⁴ Idem. p. 135.

¹⁶⁵ Machado indaga "se o Hamlet, o Otelo, o Júlio César, a Julieta e Romeu têm alguma coisa com a história inglesa nem com o território britânico, e se, entretanto, Shakespeare não é, além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglês". Idem. p. 135. Machado está, assim, compartilhando uma

3.1.4 *O rastro popular e a ordenação do tempo*

Para resgatar o argumento até aqui: a) atesta-se uma tradição constituída no oitocentos brasileiro: a temática da diferenciação como projeto historiográfico e literário; b) essa temática, no entanto, não é um fim em si mesma; ela é um meio, pois é necessário diferenciar-se para pertencer a um espaço maior: o espaço civilizacional; c) essa lógica, como a entendo, configura-se dentro da concepção moderna de história, onde se abre a possibilidade *da simultaneidade do anacrônico*; d) nessa lógica, ainda, a imitação assume um papel cognitivo e político de destaque, principalmente para "áreas periféricas", permitindo a construção de inteligibilidade e ação.

Dito isso, volto a Romero. Se é necessário diferenciar-se, como, porém, construir a diferenciação? Se a imitação é um modo possível, mas limitado, de construir a nação, quais as outras operações necessárias? E como realizá-las? Decretada a falência dos projetos indigenistas e nativistas, faz-se urgente a elaboração de uma nova forma de olhar a especificidade que constitui a nação. O objeto que permite ao autor sergipano enredar a especificidade e a universalidade na configuração de um projeto historiográfico é o *povo*. Este é elevado à categoria de sujeito histórico; é ele, como salienta o texto de Veríssimo, que possibilitará, ou não, a efetivação da República como uma forma de governo modernizadora, colocando o Brasil nos trilhos da história. É o povo, diz Romero no manifesto já citado, junto com os letrados, que constituem as duas forças sempre presentes na história nacional. É pelo povo, por fim, que se fará viável a apreensão dos qualificativos nacionais, delimitando uma hierarquia de valores próprios ao ser brasileiro: uma grade que restringe e possibilita um leque de opções, "pessimistas" e "otimistas", para a efetivação histórica da identidade nacional.

Elegendo o povo, o triplo contrato que esse projeto historiográfico visa configurar - científico, narrativo e democrático - fecha-se em uma circularidade própria. O povo como objeto científico, daí a importância da etnografia; o povo, no figura do mestiço, como elemento ordenador da intriga, daí a epopéia nacional; e o

leitura promovida a partir de alguns autores referência do Romantismo como Schiller, Goethe e Coleridge.

povo como noção política, daí uma legitimidade para a ação e para a própria existência pública da obra.

A escrita da história nacional, onde essas três faces do contrato são orquestradas, vem a ser a descrição da formação temporal do brasileiro, a narração do cruzamento de diferentes forças em uma unidade específica. O povo, assim, é instaurado como objeto da prática historiográfica na medida em que qualifica a formação da nação. Procedendo desta forma, Romero faz falar o povo, transformando-o em uma "testemunha muda", liberando sua voz na descrição de sua formação histórica, coincidente com a formação nacional. Caberia, então, ao historiador literário, o resgate dessas marcas de brasilidade. A leitura e a apreciação dos textos literários, instituídos como arquivos da história nacional, deveria ser guiada pela busca da presença da população e de seus valores. Mereceria ser incluído no relato histórico o escritor que percebeu essa realidade e a tematizou, por oposição aos letrados "afetados", relegados ao esquecimento. Sua obra, diz Romero,

Nada se terá que ver com alguns frades despreocupados ou ociosos que mataram o tempo a escrever versos *latinos*, ou a publicar sensaborias em Roma. São homens que nunca viveram na consciência da pátria, não foram forças vivas ao seu serviço. Foram indiferentes na vida e sê-lo-ão na morte e no esquecimento. Não merecem uma justificativa e ressurreição histórica¹⁶⁶.

Uma obra histórica, dessa forma, um relato que queira ser científico e não apenas um amontoado de "papéis velhos", deve ter claro o critério de seleção, o qual permitirá separar o joio do trigo. Sobre os poetas e escritores da primeira metade do século XVII, afirma o autor:

Os escritos desta gente quase todos se perderam, e os que de alguns chegaram até nós, são tão insignificantes, tão chochos, tão imprestáveis, que só o gosto de encher papel poderá justificar qualquer despesa de considerações a seu respeito. É tarefa que deixo de boa mente a qualquer homem-traça que por aí deseje desencavar do pó das bibliotecas velhos manuscritos e regalar com eles este tempo de curiosos enfastiados.

¹⁶⁶ ROMERO, Sílvio. *História...* p. 56.

Quem quiser que o faça, certo de que pouco adiantará para a história das letras brasileiras. A vida de um povo tem sempre em cada época meia dúzia de espíritos capitais, homens representativos, que a simbolizam e dão-lhe um sentido. Todos os demais são trambolhos de que a história deve ser escoimada, por amor ao método e à clareza¹⁶⁷.

A escrita da história, como as passagens acima deixam claro, é, essencialmente, uma escrita do esquecimento. Por ter método e por ser criteriosa, logo, por ser científica, ela só retém aquilo que encaminha para a generalização. Portanto, uma vez escolhido esse critério da cientificidade da historiografia, a evolução do povo, cabe ao historiador não perder suas forças narrando quimeras, detendo-se apenas nos fatos capitais. Porém, deve-se ressaltar que os escritores só permitem, com raras exceções, resgatar de forma indireta essa evolução do povo brasileiro. Afinal, não há uma identidade imediata entre os letrados e o povo. Como reconhecer, então, a presença do popular e de seus valores nos textos literários? Como estabelecer os aspectos que constituiriam esse critério? Já que o povo, enquanto sujeito histórico, não produz documentos escritos, como o deixam, por exemplo, políticos, viajantes e instituições, cumpre desenvolver novos modos de operacionalizar o conhecimento histórico. Seria necessário, na ausência de documentos escritos, um outro modo de acessar esses valores. É o que se desprende da seguinte afirmação de Romero:

Um olhar lançado sobre nossa história, não sobre a história escrita por A. ou B., por Varnhagen ou Pereira da Silva, velhos declamadores retóricos, mas a história não escrita, a tradição flutuante e indecisa de nossas origens e ulterior desenvolvimento, um olhar aí lançado irá descobrir, não sem alguma dificuldade, os primeiros lineamentos de nossas lendas e canções populares. Não existem documentos escritos de tais fatos; os documentos são as lendas e canções mesmas, que são agora pela primeira vez fixadas pela escrita¹⁶⁸.

Esta passagem, a qual retomarei em seguida, abre a introdução de seu livro de compilação de cantos populares do Brasil. Romero procura aqui redimensionar a prática historiográfica como vinha até então sendo feita. A história até então escrita é

¹⁶⁷ Idem. p. 387.

desqualificada e seus autores chamados de "velhos declamadores retóricos". A retórica, como a entende Romero, é uma forma vazia de enunciação.¹⁶⁹ Assim como a imitação afetada, ela é associada a um ato de prazer. A prática retórica é referida como uma desvinculação do real, como uma ausência de observação e um palavrório arranjado simplesmente por critérios das belas letras, e não por um método científico. Denuncia-se por esse ataque a insustentabilidade do contrato público da obra.

Nesse esforço em redimensionar a prática historiográfica, o foco de atenção é desviado, e isso implica *instaurar novas fontes* para a apreensão desse passado subterrâneo a que o autor se refere. A reescrita da história, tal como operada por Romero, fundamenta-se, assim, não apenas em uma outra interpretação, mas também numa outra relação com o documento histórico.

3.1.5 *Etnografia, folclore, história: duas variações*

Cabe destacar agora a estreita relação existente na obra de Sílvio Romero entre etnografia, folclore e história. Creio que um olhar atento sobre o modo como esses saberes são utilizados pelo autor possa esclarecer a especificidade da operação historiográfica por ele praticada. Para isso, apresentarei uma contraposição entre Romero e Capistrano, concentrando-me no papel que a visão como meio de conhecimento aparece em ambos os autores. Tal contraposição, além de tornar mais evidente a especificidade de Romero a que me refiro, deixa claro também a limitação que acarreta analisar esses autores simplesmente por suas aparentes filiações teóricas.

Em uma série de artigos publicados em 1880 na *Gazeta de Notícias*, intitulados *História Pátria*¹⁷⁰, Capistrano de Abreu vem contrapor-se à tese apresentada por Sílvio Romero em *A literatura Brasileira e a Crítica Moderna* – livro publicado no mesmo ano, onde o crítico sergipano havia coletado alguns artigos

¹⁶⁸ ROMERO, Sílvio. "Visão sintética sobre o folclore brasileiro", In: *Op. Cit.* p. 41.

¹⁶⁹ Como atesta Antonio Candido, a prática da desmistificação em Romero "explica o ataque à Retórica enquanto método e, enquanto atitude, à visão otimista instalada depois da Independência, elas lhe pareciam desviar o espírito para os aspectos secundários e perturbar a visão correta, consistente em encarar à luz dos fatores externos e determinar a sua função no processo de diferenciação progressiva da cultura e da nacionalidade brasileira". "Introdução". *Op. Cit.* p. XIV.

¹⁷⁰ ABREU, Capistrano. "História Pátria", In: *Ensaios e Estudos*. 3 série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. pp. 103-124.

escritos ainda em sua juventude¹⁷¹. Contra a tese de Romero, que afirmava ser o africano o elemento de diferenciação entre o brasileiro e seu ascendente europeu, Capistrano vai defender a hipótese de que a possível individualidade do brasileiro encontrava-se antes na influência do clima e na contribuição histórica exercida pelo elemento indígena. O que me interessa ressaltar aqui, no entanto, não são as conclusões desses autores que então procuravam conquistar um lugar no espaço letrado carioca, mas sim o caminho através do qual essas afirmações eram elaboradas¹⁷². Para afirmar a preponderância de um ou de outro fator na formação da nacionalidade, Capistrano e Romero recorreram a diferentes procedimentos.

A crítica de Capistrano toma por base justamente essa distinção metodológica, procurando invalidar o argumento de Romero. O historiador cearense, após adiantar a sua tese, aponta o “erro” no qual Romero teria caído: ele baseia sua análise unicamente na visão. “Enfim, diz Capistrano, a única base que S. S. tem para afirmar a proposição é a vista; e S. S. sabe quanto o testemunho dos sentidos é pouco significativo em debates científicos, - em questões em que há outros meios e instrumentos de prova”¹⁷³.

Ou seja, Sílvio Romero teria se deixado enganar por falsas aparências, construindo sua leitura histórica a partir de indícios não confiáveis. Seria cientificamente ingênuo afirmar a preponderância do africano na formação histórica do brasileiro pautado apenas pelo testemunho contemporâneo. A visão da atual população mestiça levaria a crer que a miscigenação entre o africano e o europeu se deu em muito maior escala do que entre o europeu e o indígena. Mas isso não prova nada, diz Capistrano, e pode levar a um falso conhecimento. Afinal, segue o historiador, é perfeitamente explicável os poucos vestígios deixados pelos indígenas na atual população: “A aparência física do índio não difere tanto do europeu, quanto a deste difere do africano, de sorte que o mestiço dos primeiros não se distingue tão facilmente quanto o dos segundos”¹⁷⁴. No que diz respeito à língua, Capistrano intima

¹⁷¹ ROMERO, Sílvio. “A literatura Brasileira e a Crítica Moderna”, In: *Op. Cit.* p. 42.

¹⁷² Sílvio Romero chegara ao Rio de Janeiro um ano antes, ingressando como professor no Colégio Dom Pedro II em 1880. Capistrano havia se mudado para o Rio em 1875, trabalhando na Livraria Garnier e como professor até 1879, quando consegue uma colocação como redator na *Gazeta de Notícias*.

¹⁷³ ABREU, Capistrano. *Op. Cit.* p. 110.

¹⁷⁴ *Ibidem*.

Romero, “pedindo-lhe que olhe para a Europa e me diga quais os vestígios deixados pelos bárbaros nas línguas românicas”¹⁷⁵.

Não é, pois, recomendável acreditar no que se vê. São necessários outros meios e instrumentos para chegar à verdade histórica. Se o testemunho da visão é pouco confiável, ele o é, contudo, somente quando são os sentidos do próprio historiador que estão em jogo. A sensibilidade deste é enganosa, pois o que ele vê pode ser apenas aparência, fruto de um processo desconhecido. Ao contrário do que pode parecer, a influência física e lingüística do elemento africano que salta aos olhos, não teria sido este o que mais influenciou na formação nacional, e sim o indígena. Mas como Capistrano procura provar sua hipótese? Curiosamente, também pelo testemunho da visão. O que difere a atitude de Capistrano e a de Romero é que o primeiro vem reafirmar o estatuto de uma certa história científica, a qual não pode fazer-se senão no passado. “Fazer história [no século XIX], como diz Hartog, significa ir aos arquivos e desenrolar, mas unicamente no passado, longas cadeias de acontecimentos”¹⁷⁶. É preciso voltar ao passado e dele tirar a luz para a compreensão do presente. Entre o ver e o saber deve, então, existir uma etapa de mediação que nada mais é que o método crítico de uma história que se quer científica.

Desse modo, a única forma de construir um conhecimento histórico válido, como defende Capistrano, é dar toda a autoridade aos documentos escritos, às vozes e aos olhos do passado, sendo que eles viram o que aconteceu quando estava acontecendo. Também para Capistrano, como afirma Ricardo Benzaquen, o testemunho visual, a autópsia, é uma das principais regras do método histórico¹⁷⁷. Porém, esse testemunho só vem a ser válido na medida em que é instituído como documento, no momento em que se transforma em rastro de um acontecimento passado que cabe ao historiador desvelar. Por conseguinte, em Capistrano, o convencimento do argumento não vem tanto de um “eu vi” inicial, mas de um “eu li” manifestado pelas notas de roda-pé (ou no fim do texto, como preferia), nos parâmetros daquilo que Anthony Grafton denomina de “narrativa dupla”, onde o historiador, ao mesmo tempo em que narra os acontecimentos, expõe as fontes que utilizou explicitando que o que diz é fruto de uma pesquisa disciplinada¹⁷⁸.

¹⁷⁵ Idem. p. 111.

¹⁷⁶ HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*, *Op. Cit.*, P. 278.

¹⁷⁷ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Ronda Noturna”, *Op. Cit.*, pp. 28-54.

¹⁷⁸ GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*. *Op. Cit.*

Contra o argumento de Romero, que baseia o que diz no que vê, Capistrano distancia-se do presente e recorre aos documentos. E, a partir dessa investigação, ele pode afirmar que a “verdade histórica, a que mana do *estudo dos cronistas* e do *confronto das fontes originais*, é esta: Os tupinambás eram numerosos”¹⁷⁹. Para provar tal afirmação, ele recorre ao testemunho de Cardim e outros que viram e estiveram lá, efeito de crença que os habilita a serem tomados como fontes históricas confiáveis¹⁸⁰. Pelo confronto dessas vozes e olhos do passado, Capistrano pode desvelar a verdade que se esconde por detrás de uma falsa aparência, papel próprio da ciência, revelando a forte presença do indígena na formação nacional.

Mas, voltando a Romero, cabe então perguntar qual é o seu procedimento; qual o percurso que ele desenvolve na elaboração de sua leitura histórica. O que, enfim, fundamenta o primado da observação em sua investigação? Poder-se-ia, a princípio, recorrer aos autores que o influenciavam, como Spencer, Taine, Comte, Mill e outros que serviam como bandeira dessa nova geração de letrados. Contudo, não creio que a simples remissão a essa “influência” seja suficiente para esclarecer a questão. Afinal, os mesmos autores eram freqüentemente citados por Capistrano.

O que proponho aqui é analisar a escrita histórica de Sílvio Romero tomando por base a estreita relação que este autor estabelecia com as pesquisas etnográfica e folclórica. Assim, concordando neste ponto com Capistrano, penso que a visão, de fato, assumia na escrita de Romero um papel fundamental. Não certamente a visão do testemunho histórico, mas a visão do próprio investigador enquanto *observador* de determinada realidade presente. Nesse sentido, a “experiência etnográfica” mostra-se um componente crucial, tanto política quanto epistemologicamente, na escrita da história elaborada por Sílvio Romero¹⁸¹.

Remontam à década de 1870 os primeiros escritos de Romero sobre a questão etnográfica, quando o autor procurou refutar a tese de Couto de Magalhães acerca das origens turanianas das populações nativas da América¹⁸². Já na década de oitenta, ele publica seus *Cantos Populares do Brasil* (1883), *Contos Populares do Brasil* (1885) e

¹⁷⁹ ABREU, Capistrano. *Op. Cit.* p. 111.

¹⁸⁰ Cf. CEZAR, Temístocles. “Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Souza (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica”, In: *História em Revista*, Pelotas, NDH/UFPel, 6, dez. 2000, pp. 37-58.

¹⁸¹ Para a noção de “experiência etnográfica”, cf. CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica. Antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

os *Ensaio sobre a Poesia Popular do Brasil* (1888). Paralelamente, desenvolvia seus estudos sobre a história da literatura nacional, onde procurava sistematizar o enorme trabalho de coleção que vinha sendo desenvolvido pelos letrados desde a década de 1830, quando as premissas do que deveria ser uma “literatura brasileira” começaram a ser delineadas¹⁸³. Em 1888, mesmo ano da publicação de seu livro sobre a poesia popular, ele traz a público sua *História da Literatura Brasileira* – obra na qual todas aquelas facetas com as quais gostava de se nomear (etnógrafo, folclorista, crítico, historiador) mesclam-se numa proposta de leitura sistematizada da formação histórica nacional. Desse modo, pode-se já perceber a estreita relação que havia entre seu trabalho etnográfico, de observação, catalogação e descrição, com o esforço de sistematização de uma história da literatura nacional.

Um elemento importante que merece ser destacado é a distinção entre os métodos etnográfico e histórico. Como foi visto, Capistrano acusa Romero de se pautar unicamente pela própria visão, o que desqualificaria sua hipótese como verdade histórica. O conhecimento histórico, como o defende Capistrano, baseia-se essencialmente na *observação indireta*, no manejo com as fontes¹⁸⁴. A observação direta, distanciando-se de um método histórico em construção, tem, todavia, sua inscrição como elemento metodológico em um outro campo de saber: a etnografia. Neste campo, como salienta um antropólogo contemporâneo, há o privilégio “do aqui e do agora”: “O etnólogo em exercício é aquele que se encontra em algum lugar (seu aqui do momento) e que descreve aquilo que observa ou escuta naquele momento mesmo”¹⁸⁵. O etnógrafo saberia por ter visto, o historiador saberia por ter lido¹⁸⁶.

¹⁸² ROMERO, Sílvio. *Etnologia Selvagem*, Recife: 1875. Reimpresso com acréscimos, sob o título *Etnografia brasileira. Estudos críticos sobre Couto de Magalhães, Teófilo Braga e Ladislau Neto*. Rio de Janeiro: Alves, 1888.

¹⁸³ A este respeito, cf. ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido*, Op. Cit.; e Süssekind, Flora. “O escritor como genealogista”, Op. Cit.

¹⁸⁴ Inclusive, vale notar que Capistrano também se ocupou da etnografia. Porém, ao contrário de Romero, o historiador cearense praticava uma etnografia lingüística, aos moldes alemães. Por esse método, catalogar o universo lingüístico das sociedades indígenas era uma forma de documentá-los, contituindo um arquivo, o que não implicava, contudo, concebê-los como fontes histórica para o *resgate direto* de um passado nacional. Cf. OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica e método em Capistrano de Abreu: caminhos e descobrimentos da escrita da história do Brasil na virada do século XIX*. Dissertação em desenvolvimento no mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; e PEREIRA, Daniel Mesquita. *Descobrimientos de Capistrano. A História do Brasil “a grandes traços e largas malhas”*. Rio de Janeiro: PUCRJ, 2002. Tese de doutorado, pp.131-132.

¹⁸⁵ AUGÉ, Marc. *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994. p. 14.

¹⁸⁶ LENCLUD, Gérard. “Les grecs, les autres (et nous)”, *Annales HSS*, mai-jun 1998, n. 3, pp. 695-713. p. 702.

Estaria fundada aí uma partilha de saberes. De um lado a observação e a descrição; de outro, a leitura e a narrativa. À Etnografia caberia a alteridade e o espaço; à História, a identidade e o tempo. Esta pretensa partilha, que teria encontrado seu estado triunfante no modelo lévi-straussiano (onde a História é denunciada como um “corpo desencarnado” servindo como “último refúgio de um humanismo transcendental”¹⁸⁷), tem, ela mesmo, uma longa história.

Em seu espaço original, o saber etnográfico foi constituído, em certa medida, no processo de contato da Europa com o “Novo Mundo”. A América e os selvagens serviram como um espaço mediante o qual o discurso europeu pôde trabalhar sobre si mesmo. Esse espaço foi marcado pelo exótico, o maravilhoso, o estranho, enfim, principalmente por aquilo que a Europa *não era*. Esta estrutura básica entre o “aqui” e o “lá” deu vazão a uma série de quiproquós, motivando a construção de diferentes imagens e valores. Tendo por objeto próprio as sociedades selvagens, o saber etnográfico acabou por se constituir, como sugere Michel de Certeau, em torno de quatro noções: *a oralidade, a espacialidade, a alteridade e a inconsciência*¹⁸⁸.

Em suas diferentes configurações, como analisadas por Michèle Duchet, a descrição etnográfica esteve sempre submetida à História, sendo esta balizada por quatro noções opostas àquelas: *a escrita, a temporalidade, a identidade e a consciência*. Os selvagens, ou o não-histórico, faziam parte da História e de seu discurso na medida em que se tratava de defender a unidade fundamental do gênero humano e a identidade das formas de progresso¹⁸⁹. Voltamos, aqui, àquela configuração temporal já mencionada, onde se abre a possibilidade da sincronia do anacrônico. Assim, a Etnografia e a História constituíram-se em uma mesma ordenação discursiva na modernidade, onde se elaborava um tempo propriamente histórico, subtraído ao espaço contínuo no qual o homem e a natureza seguiriam um plano comum¹⁹⁰.

Nessa configuração específica da relação entre etnografia e história, há, ainda, um outro componente que alimentou esse trabalho de conjunção e distensão. Afinal, a partir de certo momento, a alteridade que chamava a atenção do discurso europeu não

¹⁸⁷ LÉVI-STRAUSS, Claude. “História e dialética”, in: *O Pensamento Selvagem*. Campinas: Papyrus, 2002, p. 290.

¹⁸⁸ CERTEAU, Michel de. “Etno-grafia”, in: Op. Cit. p. 211.

¹⁸⁹ DUCHET, M. *Les partages des savoirs. Discours historique, discours ethnologique*. Paris: La Découverte, 1985, p. 222.

se resumia apenas aos selvagens habitantes da distante América. Na própria Europa, os olhares descobriram um exotismo interno. Jacques Revel analisou como no século XVIII se dá a descoberta e o reconhecimento de um nível cultural diferente, estranho, encarnado na figura do camponês¹⁹¹. Uma série de relatos “pré-etnográficos”, como ele os denomina, procuram dar conta desse objeto. A descrição e compreensão das características desse “outro” também vinham operar um processo de costura do tempo histórico. “A cultura popular foi encarada, nesta fase, como uma entidade preservadora da memória das épocas passadas”¹⁹².

No caso brasileiro, a transposição e a utilização desses saberes na construção de uma identidade nacional não poderia se dar sem alguns rearranjos. Afinal, o espaço tropical era o espaço por excelência do exótico, cabendo aos letrados brasileiros o trabalho de capitalizar esse exotismo na confecção de um discurso minimamente homogêneo, capaz de incluí-lo no espaço narrativo ocidental tal como orquestrado pela herança iluminista. As proposições de autores como Denis e Martius orientariam esse trabalho de capitalização do exótico, impulsionando uma série de pesquisas e debates acerca dos modos como deveria se dar não apenas a domesticação, mas também a inclusão dessas alteridades internas¹⁹³. Proposições estas que figuraram aquilo que denominei de tradição historiográfica imperial.

No caso específico de Romero, o peso dado à observação etnográfica se devia, em grande parte, como o notou Capistrano, a sua intenção de deslegitimar a produção romântica centrada no indianismo. A observação direta da população nacional serviria como um meio de atacar o projeto romântico que elegia o indígena como símbolo da nacionalidade. Como escritores de gabinete, esse autores se perderiam naquilo que para Romero não passava de uma escrita puramente “retórica”; ou seja, uma escrita desprovida de qualquer tipo de fundamentação senão o próprio desejo de encontrar no indígena idealizado as origens míticas da nação. Mas o que, de início, era um ataque

¹⁹⁰ Cf. FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 511.

¹⁹¹ REVEL, Jaques. “Formas de especialização: os intelectuais e a cultura ‘popular’ em França (1650-1800)”, In: *A invenção da sociedade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/DIFEL, 1989.

¹⁹² Idem, p. 92.

¹⁹³ A este respeito cf. ROUANET, Maria Helena. *Op. Cit.* GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Op. Cit.*, 1988. pp. 5-27. Para uma análise do modo como a natureza e as populações indígenas são trabalhados por Martius na proposta de costura de uma temporalidade nacional no Brasil, remeto ao importante estudo de GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “História e natureza em Von Martius: esquadrihando o Brasil para construir a nação”, In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VII(2), 391-413, jul-out. 2000.

ao indianismo como escola literária, vai se desenvolver no sentido de uma valorização da observação como “critério de realidade” para o estudo da identidade nacional. Era preciso observar essa população no que ela tem de próprio, descrever seus costumes, lendas, canções, seus traços raciais. Dessa observação escrupulosa poder-se-ia, finalmente, *rever a história nacional*, desvelar suas origens e trabalhar para seu futuro.

As produções etnográfica e histórica se cruzam, assumindo a primeira um papel fundamental como “critério de realidade”. Recorrendo ainda àquela passagem inicial de seus *Cantos populares do Brasil*, citada acima, podemos resumir seu raciocínio da seguinte maneira. Romero inicia seu argumento tomando como primeiro postulado a afirmação de que a verdadeira história da nação é a história do povo, e não a história “retórica” de Varnhagen; em seguida, afirma que “um olhar lançado” nessas origens irá *constatar* (“não sem alguma dificuldade”) que, de fato, há uma correspondência (visível) entre as origens históricas da nação e as canções populares contemporâneas; contudo, são essas mesmas canções os únicos documentos que permitiriam tanto o acesso a essas origens, como a prova de sua veracidade: “Não existem documentos de tais fatos; os documentos são as lendas e canções mesmas, que são agora pela primeira vez fixadas pela escrita”. Fecha-se, assim, o círculo do argumento. As canções que ele está publicando, fruto de um trabalho de observação direta, coleção e descrição, são instituídas como as únicas fontes capazes que fundamentar um acesso às origens nacionais. Ele traz à luz, pela escrita, esses vestígios de um passado remoto, fixando-os em arquivo e salvando-os do apagamento. Pode-se então perceber que Romero, a exemplo de Lafitau e dos folcloristas europeus, toma um documento vivo, a população nacional (esse povo exótico, misto de índios, africanos e europeus), como um testemunho a ser interrogado para melhor esclarecer a realidade passada.

Essa operação praticada por Romero é traduzida em seu texto por meio de algumas “marcas fortes de enunciação”, as quais visam produzir no leitor um efeito de crença¹⁹⁴. Tanto o ato de observação, que remete à presença física do autor, como o estatuto de documento do objeto observado, essa população-arquivo que possibilita o

¹⁹⁴ Sobre as marcas de enunciação, ver HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*, Op. Cit., p. 16 e 274.

acesso ao passado, vêm inscritos no texto de uma maneira a produzir o convencimento de seu destinatário.

A presença física do autor como observador direto, conotada por um “eu vi” inicial, é expressa na medida em que serve como um meio privilegiado de prova. O ver e o conhecer se reforçam, pois o que dá legitimidade a Romero em contraposição aos românticos – além de ele estar munido das teorias mais recentes ofertados pela inteligência européia – é o fato de ele ter estado no local, ter presenciado ele mesmo essa população-arquivo. Ao contrário dos românticos que não viram e apenas escreveram, ele, ao contrário, escreveu o que viu. Expressões como “Tivemos ocasião de verificar o caso...”, “Noutras províncias temos presenciado...” ou ainda “Tivemos repetidas ocasiões de observar...” funcionam como um meio de persuadir o leitor, provocando, assim, um efeito de crença. Como afirma James Clifford, o modo característico de autoridade no trabalho etnográfico pode ser assim expresso: “Você está lá...porque eu estava lá”; “você pode, pois, acreditar em mim”¹⁹⁵.

A observação dessa população tornada testemunha permite que ele alavanque uma série de valores, os quais, seguindo seu argumento, poderiam ser estendidos ao passado nacional, servindo como critérios na elaboração de sua história da literatura brasileira. Desse modo, além das marcas de enunciação que caracterizam a autoridade etnográfica pela autópsia, podem-se perceber outras que vêm caracterizar o estatuto de documento dessa população. A marca mais usada é, sem dúvida, a que vem iniciada pelo advérbio “ainda”: “No Ceará *ainda* se usa...”, “predomina *ainda* em nossas populações...” ou “*Ainda* hoje para as populações rústicas das províncias...”. Esse tipo de enunciação, ao sugerir a permanência histórica, legitima a leitura do corpo vivo como fonte. O que se pressupõe é uma identidade essencial, possibilitada pelo fenômeno da simultaneidade cronológica de desenvolvimentos historicamente não contemporâneos, ou, simplesmente, sincronia do anacrônico. Essa população se encontrava, para usar uma expressão posteriormente empregado por Euclides da Cunha, “à margem da história”.

A operação historiográfica assim praticada por Romero, distancia-se do modelo que vinha sendo adotado pelo IHGB e por autores como Varnhagen, Vale Cabral e Capistrano. Pouco interessa para Romero a busca e a coleção de documentos esquecidos em bibliotecas pelo mundo; ele não compartilha com esses autores o

¹⁹⁵ CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica”, In: *Op. Cit.* p. 18.

“gosto do arquivo”¹⁹⁶. Mesmo os documentos propriamente literários, ele trabalha praticamente com o que já havia sido coletado por outros pesquisadores, pouco contribuindo nessa direção. Explicar o modo de escrita de Romero pela sua propensão à sistematização, apesar de correto, não esgota a questão. Afinal, Capistrano, desde sua primeira leitura de Buckle, tinha como desejo a escrita de uma história sistemática do Brasil¹⁹⁷. O que diferencia estes autores, como ressaltou o próprio Capistrano, é o fato de que Romero baseia o que diz pautado primordialmente pela própria visão.

A “experiência etnográfica” é, assim, o momento crucial no processo de revisão da história nacional, na medida em que lhe permite observar diretamente os valores próprios da brasilidade, estendendo-os, posteriormente, à formação histórica da nação. O peso do argumento de Romero acerca da preponderância do elemento africano concentra-se, de fato, na sua própria observação. A experiência pessoal do autor assume, em sua escrita, a função de validar uma outra leitura do sentido da história nacional. Sílvio Romero é ele mesmo a maior autoridade do argumento, sendo a observação o critério de realidade que legitima a validade de seu saber. Mas vejamos agora como é operada a transposição de certos valores paradigmáticos, extraídos de uma autópsia, para um nível sintagmático, narrativo.

3.1.6 *Entre a visão e o relato*

Para poder resgatar a formação temporal do verdadeiro protagonista histórico da nacionalidade, o povo, Romero se volta para (e instaura) novos documentos. Inspirado pela tradição alemã, de Herder, dos irmãos Grimm e outros, ele procura fundar no Brasil um novo saber: o folclore¹⁹⁸. O povo, sujeito histórico não percebido até então, pelo menos no Brasil, vem tornar-se objeto privilegiado, ou mesmo único da história da nação.

Os novos documentos anunciados são as canções e lendas populares ainda presentes em uma tradição oral. Essa tradição permite refazer a "história não escrita", o processo silencioso de mistura e formação de um povo novo. A oralidade, no

¹⁹⁶ FARGE, Arlete. *Le Goût de l'archive*. Paris: Seuil, 1989.

¹⁹⁷ ABREU, Capistrano de. “Carta ao Barão de Rio Branco, 17 de abril de 1890”, In: *Correspondência*. Vol. 1. Edição prefaciada e organizada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. P. 130.

entanto, é fraca. Por isso Romero se lança a catalogar canções e lendas, publicando-as. Através desses documentos, então fixados em escrita, Romero procura responder à questão da origem da literatura brasileira, desvelando seus componentes básicos.

Pelo estudo desses rastros literários que se fazem ainda vivos em tradições populares, é possível remontar às origens. Assim, tal como a observação dos selvagens permitiu uma ordenação do tempo e a autoconsciência dos modernos em relação a essa ordem, o estudo dos cantos populares permite, para Romero, ordenar a temporalidade da nação, tendo uma referência para avaliar os graus sucessivos da formação da nacionalidade.

Essa referência, retirada do presente, permite retroceder no tempo. Pelas informações contidas nos cantos, é possível, segundo Romero, perceber continuidades, rastros de outros períodos.

Nossas populações têm, como é natural, *ainda* uma porta aberta para o maravilhoso. Nos tempos coloniais a Bahia, a antiga capital, a sede do governo, era uma espécie de ponto de aventuras. *Ainda hoje* para as populações rústicas das províncias circunvizinhas a cidade suprema e a suprema longitude é a Bahia. No brinquedo do anel se diz: 'Quando eu fui para a Bahia, a quem deixei meu anel?'"¹⁹⁹

Pelo "brinquedo do anel" Romero resgata uma experiência do período colonial, estabelecendo uma continuidade com as "populações mais rústicas" que *ainda* se encontram na atualidade. "Ainda" essa população tem os mesmo hábitos e costumes, e por isso é possível utilizá-la como documento histórico.

Uma vez munido dessas referências fornecidas pela catalogação de cantos populares, ele estende os valores aí selecionados para avaliar o grau de convergência de escritos literários preservados com os estágios sucessivos da formação subterrânea do povo brasileiro. Passa-se de uma ordem paradigmática para uma ordem sintagmática; os valores que ele destaca em uma situação presente voltam-se em uma configuração narrativa, pois temporal²⁰⁰. Os textos literários assim como os períodos

¹⁹⁸ Cf, BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

¹⁹⁹ ROMERO, Sílvio. "Visão sintética sobre o folclore brasileiro", Op. Cit., p. 59.

²⁰⁰ Paul Ricoeur encontra essa passagem do paradigmático ao sintagmático no que ele denomina de mimese II, a atividade de configuração narrativa ou tessitura da intriga. Cf. RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Vol. I. Campinas: Papirus, 1994. p. 103

que vinham sendo selecionados para constituir a plêiade literária nacional são julgados segundo o critério do popular e os valores que este personifica: o critério que permite recuperar a ordem da formação da nacionalidade. Ele faz falar essa "testemunha muda", a qual possibilita a narração das origens, mediante o signo literário. Romero libera essa voz lendo o que os textos literários estavam dizendo, mesmo sem o saber.

Desse procedimento que toma o povo como sujeito histórico, Romero pode elaborar a seguinte periodização para ordenar o processo de diferenciação nacional visto através da expressão literária:

O nosso nacionalismo no século XVI era ainda muito superficial.

Quase nulo, consistia apenas na descrição da natureza e do selvagem. Pode-se vê-lo nos cronistas, especialmente em Anchieta na sua célebre carta em que descreve nossas plantas, animais, etc. No século XVII, esse nacionalismo é mais ativo, afirma-se nos fatos de um lado com a espada de Guararapes, e, de outro, com a pena nas sátiras de Matos. Aí já não entra só a natureza e o caboclo; entram todos. Na primeira metade do século XVIII ele já quer invadir a política em Alexandre Gusmão; mas ainda é bastante exterior em Frei Itaparica. Mais tarde é, no tempo em que se trata [1750-1830], a alma inteira da nação, que se desfaz em júbilo diante de nossas tradições²⁰¹.

O que se constrói é um processo gradual, onde se inicia com a simples descrição da natureza e progride até uma abrangência literária do todo. Esse processo contínuo, tal como o formula Romero, coincide com a formação étnica e moral do brasileiro. No século XVI este ainda não existia; existiam apenas elementos dispersos que se mantinham em separado, cabendo, por isso, apenas a descrição da natureza tal como o praticava Anchieta. Nos séculos seguintes, com o crescente cruzamento desses elementos em uma unidade diferenciada e coerente, o foco da representação literária de valor (a que recebe na obra um valor positivo) vai se detendo no elemento humano, sem deixar, no entanto, a natureza de lado. A partir de meados do século XVIII já não aparecem isolados a natureza e o caboclo. "Aparecem a história com todas as suas lutas, o passado com todos os seus feitos; índios, brancos, negros, solo,

²⁰¹ ROMERO, Sílvio. *História...* Vol. II. p. 408.

natureza, lendas, aspirações, a vida, o povo em suma..."²⁰². Os elementos descritos na narrativa vão encontrando progressivamente seu estado paradigmático, o estado atual no qual o autor hierarquizou os valores.

A unidade da ordem temporal está aí configurada segundo o critério da formação do povo brasileiro. Esse critério estabelecido por Romero permite a construção de um processo com início, meio e fim. Escolhida a "caracterização motívica" da história, o autor pode arranjar a série de eventos, aqui autores e obras, "dentro de uma hierarquia de significação ao atribuir aos eventos funções diferentes como elementos da estória, de maneira a revelar a coerência formal de um conjunto completo de eventos como um processo compreensível, com princípio, meio e fim discerníveis"²⁰³. Por meio de uma seleção de autores e obras, o que vai sendo narrado na *História* é a formação gradual do povo brasileiro em sua diferenciação progressiva. Essa narrativa épica vai seguindo um critério binário de julgamento: o que contribuiu para a diferenciação e o que não contribuiu.

Para qualificar devidamente esse critério de diferenciação, Romero formula a idéia de *mestiçamento*. A formação do povo brasileiro é a formação de um povo mestiço, posto que original. Essa é a unidade coerente para a qual a narrativa caminha e é essa idéia que ordena toda a confecção da intriga, estando presente e sendo anunciada em todos os momentos. Organiza-se, poder-se-ia dizer, mediante o tropo da sinédoque, pois cada parte simboliza uma qualidade pertencente ao todo: é um sistema integrativo. Cada período analisado por Romero simboliza e sinaliza para as qualidades paradigmáticas de um *ser brasileiro* preconizado pelo autor. Um *ser brasileiro* diferenciado em busca da universalidade, de sua integração no espaço civilizacional. Desse modo, o mestiço e o mestiçamento são ao mesmo tempo um fim e um meio. Em um primeiro momento eles são o *telos* da intriga, o elemento ordenador que encerra em si uma hierarquia de valores sobre a formação histórica da nação; de outro lado, toda essa operação historiográfica de configurar uma ordem temporal, dando-lhe um sentido apto a ser recebido pelo espaço público que a obra anseia, visa, em última instância, alçar o Brasil no espaço civilizacional marcado pelo discurso historiográfico iluminista, oscilando entre uma visão progressista e decadentista do processo histórico. Ao mesmo tempo um meio e um fim, cumpre

²⁰² Idem. p. 409.

²⁰³ WHITE, Hayden. *Meta-História*, Op. Cit., p. 22.

agora voltar-se para a constituição mesma dessa idéia reguladora que é o mestiço e o processo de mestiçamento.

3.2 Ordenação do tempo e hierarquia: o lugar e a função do mestiço na história nacional

"Em um povo destarte argamassado, os mestiços de todas as gradações e matizes estão em maioria e nos governos democráticos a maioria dita a lei"

Silvio Romero
Doutrina contra Doutrina

Como foi visto, Silvio Romero elege o povo como objeto consagrado para se escrever a história nacional. Escolha política, poética e epistemológica, que lhe permite tanto remodelar o discurso historiográfico de acordo com as expectativas de uma nova forma política (caracterizada pela inserção do povo, ainda que como figura ausente), como também permite-lhe qualificar o tempo real dessa história, narrando-o, elevando essa entidade anônima ao estatuto de objeto científico. Essa configuração da narrativa histórica elaborada por Romero era uma das configurações possíveis dentro de um repertório historiográfico ocidental e moderno²⁰⁴. O autor associa-se, assim, a um espaço narrativo possível, operando com códigos *convencionais* que lhe permitem construir a inteligibilidade da história de acordo com certas expectativas, propondo respostas aos problemas postos pela tradição.

Romero reconhece em Martius o mérito de ter considerado em sua dissertação o povo como objeto do discurso histórico: "Neste pequeno trabalho, diz ele, um dos mais interessantes que tenho lido de penas estrangeiras sobre o Brasil, Martius abriga-se ao *grande princípio moderno das nacionalidades*, coloca-se num ponto de vista

²⁰⁴ Assim, parece-me correta a idéia de Hayden White, quando diz que há um número finito de possibilidades de representar o passado. No século XIX, pode-se encontrar algumas formas típicas de configuração, seja pela escolha do objeto (povo, política, cultura etc.), seja na forma de exposição. White, em particular, defende a existência de um padrão quaternário, base de sua teoria tropológica. Cf. "A interpretação na História", In: *Trópicos do discurso. Ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994, p.

etnográfico e indica em traços rápidos os diversos elementos do povo brasileiro"²⁰⁵. O naturalista bávaro, dessa forma, acertou quanto à designação do objeto que uma história nacional deve eleger. Sua proposta é, pela leitura de Romero, a de se escrever a história pátria tendo em vista os diferentes povos que aqui se encontraram, descrevendo suas características. Porém, seu mérito restringe-se apenas à indicação dos elementos, não avançando acerca do modo como esses elementos devem ser encarados: "Em uma palavra, a teoria de Martius é puramente descritiva; ela indica os elementos; mas falta-lhe o nexu causal e isto seria o principal a esclarecer"²⁰⁶. Martius definiu o *quê*, mas se calou sobre o *como*:

A determinação precisa do que devemos, em nossa vida geral, aos três fatores principais de nossas populações, nem por sombra se acha nessas linhas do ilustre autor da *Flora Brasiliensis*, que também e principalmente deixou em completo esquecimento o ponto fundamental do problema: - o *mestiço*, sobre o qual peculiarmente se deve insistir, estudando amplamente o especial quinhão de cada *fator* e definindo o *caráter* do resultado²⁰⁷.

Romero tece essa crítica com o fim de redimensionar a contribuição da proposta do naturalista. Para ele, os letrados brasileiros "têm por vezes exagerado a simplíssima indicação de Martius". Afinal, esses elementos são a própria realidade brasileira e não seria preciso que um estrangeiro os ensinasse. Na verdade, a intenção de Romero é marcar uma distância entre a célebre dissertação e sua obra. Enquanto aquela não passa de uma breve indicação, esta tem como objetivo descrever "como que estes elementos atuaram uns sobre os outros e produziram o resultado presente"²⁰⁸. Uma história científica, como foi visto, deve generalizar, descobrir as leis que governam o processo e narrar suas estruturas profundas.

Ele marca distância também das obras de Teófilo Braga e Oliveira Martins. Teófilo Braga, historiador e folclorista português por quem Romero já nutria sérias desavenças, preocupado mais com a vida literária do país do que com uma teoria da história, sustentava a tese de que a América, como filão ligado à Europa Meridional,

²⁰⁵ ROMERO, Sílvio. *História...* Op. Cit. p. 60. Grifo meu.

²⁰⁶ Idem. p. 61.

²⁰⁷ Idem. p. 62. Grifos no original.

²⁰⁸ Ibidem.

tinha como fonte comum as populações *turanas*; o que explicaria seu lirismo²⁰⁹. Evocando estudiosos estrangeiros reconhecidos como Paulo Broca e Max-Müller, assim como um brasileiro, o Dr. Lund, Romero refuta a tese do estudioso português enquadrando-a mais como *literária* do que científica: "A tese do açoriano é puramente literária e não visa uma explicação científica de nosso desenvolvimento social"²¹⁰.

Outro autor, em um passo adiantado, se volta para os elementos que formaram o povo brasileiro e procura esboçar o modo como se deu o processo: Oliveira Martins. Este insere em sua leitura histórica atores como os jesuítas, os índios, os negros e os portugueses, procurando, ainda, qualificar como esses atores interagiram. Romero discorda quanto ao processo por ele descrito:

Oliveira Martins em seu livro - *O Brasil e as Colônias Portuguesas* - enxerga todo o interesse dramático e filosófico da história nacional na luta entre os jesuítas e os índios dum lado e os colonos portugueses e os negros de outro. Um semelhante dualismo é em grande parte de pura fantasia, e, no que tem de real, não passa dum fato isolado, de pouco valor e duração, fenômeno cedo esvaecido, que não pode trazer em seu bojo, como um segredo de fada, toda a latitude da futura evolução do Brasil²¹¹

O debate gira em torno dos atores a serem selecionados como fatores da formação nacional e o modo como devem ser entendidos. Se o povo deve ser o objeto historiográfico, convém pois esclarecer no que ele consiste e como se manifesta historicamente. Martius, acertadamente aos olhos de Romero, salientou as suas partes principais, o português, o negro e o índio, negligenciando, porém, como essas partes interagiram. Teófilo Braga procurou uma origem longínqua e desacertada. Oliveira Martins, embora reconhecendo as partes atuantes do processo, formulou, baseado no positivismo, um processo equivocado, posto que parcial.

Para Romero, portanto, o procedimento que deve marcar a operação historiográfica é caracterizado por duas etapas: primeiro, selecionar todos os atores

²⁰⁹ Quanto às desavenças, Cf. VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical. Op. Cit.* p. 84. Romero acusava Teófilo Braga de ter plagiado suas análises do folclore brasileiro. O folclorista português se ocupou da introdução e das notas dos livros de Romero, "Cantos populares do Brasil" e "Contos populares do Brasil".

²¹⁰ ROMERO, Sílvio. *História...* p. 66.

²¹¹ *Ibidem*.

sociais, na medida em que são tomados como *fatores*; em seguida, desvendar os nexos causais que regem o seu cruzamento na formação de *um produto final*. Esse procedimento de seleção e combinação permite, segundo o autor, garantir a cientificidade da operação. Porém, também permite o ato poético: a confecção da intriga e a produção de inteligibilidade na apresentação de uma síntese do mundo social²¹².

Essa operação tem como fim qualificar a especificidade do povo brasileiro como uma unidade coerente, garantindo, assim, a diferenciação. Se é o povo que permite a confecção daquele triplo contrato pelo discurso histórico na organização de uma narrativa, é pela sua qualificação que a narrativa formula os valores, preenchendo a série. O que se procura argumentar aqui é, justamente, como a narrativa histórica de Romero preenche valorativamente a série histórica, projetando um corpo hierárquico na tentativa de incorporar as alteridades internas à nação pela construção da figura de um mestiço.

Os atores selecionados por Romero são cinco; três tipos humanos, o meio e uma característica psicológica: a imitação. A cada um desses atores é atribuída uma qualidade (ou qualidades) tomadas *a priori* e passíveis de serem percebidas em sua manifestação histórica, como configurada na narração. Pela descrição do lento e gradual cruzamento dessas partes, seria possível apreender (e explicar) a formação da unidade do povo brasileiro. Unidade esta sintetizada na figura do mestiço, o produto final de um processo de cruzamento de elementos heterogêneos. Esse produto final detém os valores paradigmáticos da nacionalidade, contendo a síntese do mundo que o texto abre ao leitor. O mestiço, como síntese de valores, marca a ordenação da intriga, caracterizando o ato poético em sua especificidade - a qual chamei acima de estilo.

²¹² Para uma reflexão acerca dos modos de estruturação do texto, remeto à obra de Iser, Wolfgang, *O ato da leitura. Uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Editora 34, 1996. Segundo o autor: “A seleção das normas sociais e das normas literárias se torna a condição para que se constitua a referência correspondente, que de sua parte permite captar a relevância dos acontecimentos captados. Mas as estratégias textuais, antes de tudo, devem organizar as ‘relações internas’ do texto, pelas quais se

3.2.1 *Seleção e caracterização das partes*

Vejam agora como são caracterizados, no texto romeriano, os atores da história nacional. Como foi dito, cada uma das partes detém certas qualidades imanentes, tomadas *a priori*. O português, o negro e o índio entram em cena devidamente trajados. É no decorrer da narrativa que os três elementos distintos se dissolveriam, ou, nas palavras de Romero, se diluiriam, formando então um ser único e original: o mestiço, o brasileiro. Em um primeiro momento, poder-se-ia pensar que tal fusão tornaria indistintas as partes originais. Sob esa perspectiva, o mestiço, como produto final da história brasileira, absorveria em um todo integrado aqueles “três mundos” da ordem imperial. Contudo, como procurarei mostrar, parece-me que esse processo de mestiçamento, assim como produzido pelo texto de Romero, opera antes uma hierarquização por inclusão. Dito de outro modo, na tentativa de reformular uma ordem nacional democrática-republicana por oposição à ordem imperial, na qual as partes se relacionavam *enquanto distintas*, o que a narrativa tecida pelo autor oferece é um *aparente* apagamento das partes, onde os traços originais se deixariam ainda ser percebidos e, portanto, distinguidos.

Antes de tratar dos componentes humanos do enredo, vejamos como o clima e a imitação são caracterizados. Como tratei em seção anterior, a imitação é formulada enquanto conjugada a um processo de construção de inteligibilidade. A imitação é um ato inerente ao processo histórico e convém realizá-lo seletivamente visando a criação da identidade, e não a repetição do mesmo. Esse ato, no entanto, também é colocado por Romero como um fator da formação da nacionalidade. Enquanto tal ele recebe uma qualificação específica. Se, por um lado, a imitação em si mesma não é boa nem má, dependendo de seu uso; por outro, quando entendida como um fator particular da história brasileira, ela é designada negativamente. No primeiro caso, o ato mimético é pensado como voltado para o futuro, em forma de projetos possíveis - está no horizonte de expectativas (desejáveis). Já no segundo, a imitação é pensada mais como uma experiência já realizada, está no reino das coisas acontecidas - do passado.

esboça o projeto estético, o qual se atualizará na leitura. Daí resulta que os elementos contidos no texto pela seleção devem ser mostrados em combinação precisa”. p. 178.

Desse modo, avaliada retrospectivamente como influência da formação do brasileiro, a imitação foi um fator que influenciou negativamente em sua constituição.

A diferença, em uma palavra, está no grau de consciência com que a imitação é empregada. Se, no presente, há a possibilidade da seleção consciente, no passado essa possibilidade praticamente não existiu. Ela foi praticada quase inconscientemente, sem um critério que balizasse o que imitar e o como: "A literatura no Brasil", diz Romero, "a literatura em toda a América, tem sido um processo de adaptação de idéias européias às sociedades do continente. Esta adaptação nos tempos coloniais foi mais ou menos inconsciente; hoje tende a tornar-se compreensiva e deliberadamente feita"²¹³. O ato mimético como realizado no passado estava submetido a uma relação colonialista, de submissão aos maneirismos portugueses. O desejável, no presente marcado pela instância do discurso, é que a imitação seja praticada conscientemente, voltada para a emancipação política e cultural.

O meio físico também é considerado por Romero negativamente. Por mais que, como afirma o autor, não se possa tomar o clima brasileiro como um todo bruto, como o faz Buckle, no geral ele é nocivo como fator de formação das qualidades nacionais²¹⁴. As notas predominantes no país são: o calor e a umidade. Estas condições climáticas, como pensadas no século XIX, não são as mais propícias para o desenvolvimento da civilização: "Daí um certo abatimento intelectual, uma superficialidade inquieta, uma irritabilidade, um nervosismo, um hepatismo que se revela nas letras"²¹⁵.

Tomando a descrição que Michel Lévy faz do clima brasileiro - descrição negativa e repleta de termos técnicos -, Romero denuncia o onanismo da psicologia nacional:

Temos uma população mórbida, de vida curta, acachada e pesarosa em sua mor parte. E que relação tem isto com a literatura brasileira? Toda. É o que explica a precocidade de nossos talentos, sua extenuação pronta, a facilidade que temos em aprender e a superficialidade de nossas faculdades inventivas²¹⁶

²¹³ ROMERO, Sílvio. *História...* p. 59.

²¹⁴ BUCKLE, Henry Thomas. *Histoire de la civilisation en Angleterre*. Paris: Librairie Internationale, 1865.

²¹⁵ ROMERO, Sílvio. *História...* Op. Cit. p. 91. Sobre a relação entre clima e sociedade, principalmente no que diz respeito à América, Cf. GERBI, Antonello. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996; e VENTURA, Roberto. *Op. Cit.*, pp. 17-43.

²¹⁶ ROMERO, Sílvio. *História...* Op. Cit., Vol. I, p. 93.

Esse fator, contudo, assim como a imitação, tem a possibilidade de vir a ser um fator benéfico. Se, no passado, ela foi um elemento negativo, relegando às características nacionais uma herança nefasta, no futuro ela pode se tornar positiva. Graças à ciência, a influência da natureza há de ser neutralizada. Também a relação do homem com a natureza é passível de ser guiada pela seleção. Afinal: "As noites são claras e tépidas. Tudo nos convida para as concepções naturalistas, calmas, serenas, sem nebulosidade. Oxalá a obra dos homens corrija a natureza no que ela tem de mau e desenvolva os bons germens que ela aqui tanto nos prodigaliza"²¹⁷.

Estes fatores, imitação e meio conjugados, atuam como pano de fundo do espetáculo do cruzamento de diferentes povos, representados por grupos étnicos. O negro, o índio e o português (o branco) são as matrizes humanas, culturais e raciais, da constituição do produto brasileiro: o mestiço. Cada um detém características próprias, inerentes a seu ser como grupo. E são essas características, sob a influência do meio e da imitação, em sua manifestação histórica, que convém ao historiador descrever. Romero, na primeira parte de sua *História*, elabora um cenário prévio no qual a atuação dessas forças será posteriormente narrada.

Assim como em Martius, Romero toma uma hierarquia prévia desses atores de acordo com o seu pertencimento ou aproximação aos valores ocidentais. Cabe ao português, obviamente, o papel principal; "sem ser o único, é o principal agente de nossa cultura"²¹⁸. O elemento português é a ligação étnica e cultural com a Europa e com sua história; por ele, o Brasil, apesar de nação tropical e mista, poderia sentir-se integrado ao espaço civilizacional, a uma ordem do tempo comum.

Todavia, o português não é muito apreciado por Romero. O anti-lusitanismo, ressalte-se, era um ponto para o qual convergiam muitos letrados, ainda que diversificados e entre si divergentes. Para Romero, especificamente, o português é o grupo étnico e cultural que ocupa a posição hierárquica mais baixa na escala européia. Como povo ibérico, os lusitanos são associados a um conservadorismo (entendendo este termo na sua acepção temporal, como uma força que vai *contra o tempo*), contrapostos à civilização francesa e inglesa, modelos de civilidade.

²¹⁷ Idem. p. 95.

²¹⁸ Idem. p. 104.

A colonização portuguesa é, em suma, o elo que permite o pertencimento, trazendo, contudo, prejuízos para a formação nacional:

Ao português devemos a colonização por uma raça européia, seu sangue e suas idéias que nos prendem ao grande grupo de povos da civilização ocidental. Pertencente, porém, ao grêmio dos povos ibero-latinos, trouxe-nos também seus prejuízos de toda casta, políticos, sociais, religiosos, econômicos, e tantos males crônicos que lavram n'alma daqueles povos²¹⁹.

Como europeu, o português é o elemento "fecundador". É ele que introduzirá os germens ocidentais nesses corpos estranhos, distintos, gerando um ser misto. Essa metáfora, construída por Romero em *A literatura brasileira e a crítica contemporânea*²²⁰, sinaliza bem para o sentido do processo. Fecundar o corpo estranho é uma forma de trazer essa alteridade para um mesmo espaço, porém hierarquizando-a. A fecundação gera um corpo misto, o qual ao mesmo tempo pertence e se diferencia. Traz o sinal do mesmo e o sinal do outro; é um ser ambíguo, maleável, ao qual convém enquadrar, mas que foge a valorações unívocas - não sendo simplesmente bom, também não é totalmente mau. Mas antes de tratar desse ser, deve-se olhar para esses corpos estranhos a serem fecundados.

O índigena foi uma figura fortemente trabalhada pelos românticos, que o elegeram símbolo da nacionalidade. Romero seguidamente condena o indigenismo excessivo dessa geração. Ele não considera o índio como uma parte central da constituição da originalidade brasileira, como o pintavam os escritores românticos, de Gonçalves de Magalhães a José de Alencar, e ainda o defendiam autores como Capistrano de Abreu. O seu argumento, como para as demais questões criticadas, é a limitação dessa concepção. Na medida em que privilegia apenas uma parte da composição, a totalidade não pode ser apreendida. O índio, para Romero, é um fator, e não dos mais importantes. É um dos elementos fecundados, contribuiu para a diferenciação como elemento estranho e ao mesmo tempo nativo. Afinal, as "raças americanas são um produto do meio americano"²²¹.

²¹⁹ Idem. p. 107

²²⁰ Idem. p. 57.

²²¹ ROMERO, Sílvio. *História...* p. 107.

Apoiando-se nas considerações do “sábio” Dr. Lund, Romero defende a existência do homem geológico no Brasil. O indígena, desse modo, não tem uma origem comum ao português, como o defendia Teófilo Braga. Ele é antes um ser autóctone, com qualidades completamente diferentes dos povos europeus. Isso não quer dizer, no entanto, que ele escape à temporalidade universal e aos graus de evolução que ela subentende. A poligenia de Romero encerra-se dentro de uma "monocronia", por assim dizer:

Os índios eram nômades, caçadores; estavam no *grau de atraso do homem geológico*; dificilmente podiam ter sido agricultores. As tribos *ainda hoje* em estado puramente selvagem não têm outra agricultura, além do cultivo da mandioca em diminuta escala e ainda menos do milho talvez. Só algumas tribos sedentárias do litoral *desenvolveram-se* mais neste sentido, especialmente os extintos Tamoios²²².

A alteridade indígena, como Romero a entende pela concepção poligenista, não é estendida à sua experiência temporal. Ambos estão em uma mesma ordem do tempo, variando seus "ritmos" de evolução de acordo com suas qualidades étnicas. Em última instância, também é oferecida ao indígena a possibilidade de acelerar o movimento, integrando-se etnicamente ao elemento branco. Como em um ponto de equilíbrio, os dois pólos movem-se em direções contrárias: ao índio é dado adiantar-se; ao português, como custo de adaptação, se impõe o retrocesso.

É necessário ressaltar que a concepção racialista tende a marcar os corpos com um signo de diferença indelével, impossibilitando o surgimento de novos seres sociais que já não previamente demarcados²²³. Tal diferença dos corpos (e das características inatas a estes, culturais), no entanto, não é passível de ser estendida temporalmente. Todos os corpos vivem um mesmo tempo, sofrem os mesmos efeitos - ainda que a “velocidade” varie. Romero, especificamente, como afirma Antonio Candido, elaborou um "naturalismo mitigado"²²⁴. Ou seja, relativizou em parte o determinismo,

²²² Idem. p. 113. Grifos meus.

²²³ Cf. TODOROV, Tzvetan. *Nous et les Autres. La réflexion française sur la diversité humaine*. Paris: Seuil, 1989, pp.131-234.

²²⁴ CANDIDO, Antonio. "Introdução", In: *Silvio Romero: teoria, crítica e história literária. Op. Cit.*, p.XV.

abrindo a possibilidade de que a diferença não causasse apenas estagnação, mas produzisse ainda mais diferença.

Esse ponto de equilíbrio que o tempo histórico possibilita também é configurado pela presença crucial do elemento africano. Movido pelo movimento abolicionista, o olhar de Romero se volta para o papel do negro na história nacional, tornando-se necessário delimitá-lo como objeto próprio. No caso indígena, já havia uma tradição; muito já se tinha falado sobre. O negro, contudo, torna-se objeto corrente de enunciação somente a partir de meados do século, com especial atenção em seu último quartel. Os escritos de Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, João Clapp e outros, colocam o negro como preocupação principal para a resolução dos problemas da nacionalidade²²⁵.

Romero, compartilhando tais expectativas, visa formular uma resposta própria, de acordo com sua leitura histórica. Uma vez reconhecido o elemento negro como um fator da constituição do brasileiro, faz-se necessário atribuir uma posição a ele, designando-lhe características e descrevendo seu papel no processo de miscigenação. Convém, em suma, designar-lhe um lugar no conjunto hierarquizado da formação nacional.

O negro brasileiro, segundo Romero, reduz-se quase que totalmente ao grupo banto. Suas características são próximas às dos selvagens, pois eles também são *um tipo* de selvagem. Como tais, são entendidos dentro daquela mesma lógica da "sincronia do anacrônico"; embora diferentes, compartilham a mesma ordem temporal: "São gentes *ainda no período do fetichismo*, brutais, submissas e robustas, as mais próprias para os árduos trabalhos de nossa lavoura rudimentar"²²⁶. Daí a justificativa de seu papel no período colonial. Nessa época eles ocuparam o lugar que lhes cabia; agora, no entanto, fazia-se necessário redefinir sua posição na sociedade brasileira.

O negro foi um fator muito mais atuante do que o indígena; ele é uma presença muito mais significativa na constituição atual do brasileiro. Vale lembrar aqui o debate já mencionado com Capistrano. Para Romero, foi o elemento negro o que mais influenciou na constituição atual do brasileiro: e isto era *visível*. Dentro da ordem de

²²⁵ Cf. SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco. Um pensador do Império. Op. Cit.*, pp. 91-146.

²²⁶ ROMERO, Sílvio. *História...* p. 119.

valores paradigmáticos alavancada por Romero, muitos são atribuídos aos africanos. O negro, em suma,

é adaptável ao meio americano; é suscetível de aprender; não tem as desconfianças do índio; pode viver ao lado do branco, aliar-se a ele. Temos hoje muitos pretos que sabem ler e escrever; alguns formados em Direito, Medicina, ou Engenharia; alguns comerciantes e ricos; outros jornalistas e oradores. Ao negro devemos muito mais do que ao índio; ele entra em larga parte em todas as manifestações de nossa atividade. Cruzou muito mais com o branco²²⁷.

No processo de fecundação, pode-se dizer que o negro é mais *fértil* que o índio; ele "cruzou muito mais com o branco", gerando mais frutos. Ele doa mais características ao corpo misto, contribuindo de forma mais acentuada para o processo de diferenciação. Ele, também, se inclui mais. Já domina a escrita e reformula-se, após seu estado de escravismo, como agente produtor.

Na figura do mestiço, o produto final, as três presenças ficam devidamente marcadas. Português, negro e índio ocupam posições hierárquicas nessa configuração, cabendo aos dois primeiros os lugares de destaque. O português por ser o elo ocidental, o que nos liga ao espaço civilizacional. O negro, por sua vez, devido à sua contribuição à adaptação do elemento branco ao meio, possibilitando a diferenciação sem a perda do pertencimento. Ao português deve-se o legado de sangue e de tradições européias, ainda que encarnadas no grupo mais inferior do espaço europeu. Tradições políticas e culturais, o aparato formal no qual pode se desenvolver a civilização, o brasileiro deve ao elemento lusitano. Ao negro e ao índio, destacam-se a força da imaginação e o ardor do sentimento - características típicas do estado evolutivo em que se encontram. Do cruzamento dessas forças vai se formando um ponto de equilíbrio, o qual qualifica a posição da nação brasileira na linha temporal progressiva.

No cenário inicial, apresentam-se as partes que ocupam posições diferentes; lentamente, no processo de cruzamento (coincidente com o processo histórico que se narra), essas posições vão encontrando um lugar comum. Na narração desse processo, Romero vai hierarquizando valores provindos de elementos heterogêneos

em uma unidade aparentemente coerente: o mestiço. Configurando este, o autor está territorializando o ser nacional na linha temporal demarcada pelo espaço civilizacional. O mestiço, como corpo misto, é um novo ser. Qualificá-lo e situá-lo são práticas equivalentes e necessárias. Desse modo, a maleabilidade a que se presta - possibilitada e limitada pelas características prévias de cada uma das partes - vai sendo trabalhada pela narrativa na tentativa de encontrar contornos definitivos.

Esse é um trabalho incerto. Romero continuamente oscila em sua classificação. Ora ele designa positivamente o mestiço como futuro nacional; ora ele não pode deixar de reconhecer as sérias limitações que este novo ser apresenta. Não há, pois, com Romero, uma posição simplesmente positiva ou negativa²²⁸. Há uma oscilação constante balizada de um lado pelas possibilidades e limitações que a própria caracterização prévia dos elementos oferece, e, de outro, pelas expectativas que o autor nutre quanto ao futuro que sua narração pode vir a oferecer como projeto de identidade.

3.2.2 *História mestiça*

A escrita da história, nessa perspectiva, é o escrita dos contatos, das misturas, dos cruzamentos. O processo é marcado por vetores que se entrecruzam, formando unidades diferentes das originais, específicas. A história nacional, pela construção de Romero, deve ser compreendida (e escrita) tendo em vista essa força soberana, esse *Macht*, uma potência que marca a dinâmica do movimento temporal. Essa força motiva não só o processo histórico da nação brasileira, mas estende-se ao processo histórico como um todo. Afinal, a história, como aí concebida, é um singular coletivo; existir é existir temporalmente, e em uma mesma temporalidade.

A história entendida como processo de mestiçagem vale também para a formação do próprio português. Remonta este a uma "origem variadíssima", fruto de vários movimentos migratórios realizados no decorrer da história europeia. Da idade da pedra lascada, passando pela idade da pedra polida até a idade dos metais, os "povos percussores dos semitas e dos arianos" foram ali se cruzando até a formação

²²⁷ Idem. p. 120.

²²⁸ Como afirmam alguns críticos, Romero iniciaria uma tradição pessimista do pensamento nacional. Cf. Schwarcz, Lilia Moritz. *Op. Cit.*, e Leite, Dante Moreira. *Op. Cit.*

particular do povo ibérico. "Vieram depois os lígures, os fenícios, os celtas; formaram-se os celtiberos; chegaram os cartagineses; mais tarde os romanos; e finalmente, os suevos, os godos e os árabes". Em suma, o "português é um resultado complicadíssimo da história"²²⁹.

Mesmo as "principais raças humanas", como os semitas e os arianos, são frutos de cruzamento. No texto de Romero, assim, as assertivas mais taxativas de uma concepção racialista, em grande parte inspiradas em Gobineau, dividem o espaço com descrições que valorizam a mutação dos corpos na história²³⁰. O surgimento de novos agentes é curiosamente possibilitado, ainda que, deixe-se claro, as marcas originais se reproduzam, em parte, nos frutos. De qualquer modo, acredito que, na leitura romeriana, a diferença produz a diferença.

Em uma visão mais "ortodoxa" do processo histórico sob o ponto de vista racialista, todo e qualquer cruzamento é valorado negativamente. Para Gobineau, em seu *Essai sur l'inégalité des races humaines*, a miscigenação é vista como um processo degenerativo, na medida em que a pureza inicial das raças vai sendo modificada e misturada até sua extinção. O naturalista americano Louis Agassiz afirmaria o caráter *híbrido*, infértil, dos cruzamentos entre diferentes raças, seja de humanos ou animais. Desse modo, o cruzamento é uma prática a ser evitada. Não há futuro possível, segundo esses textos clássicos da concepção racialista, para os frutos da miscigenação. São produtos condenados *a priori*²³¹.

Tais reflexões europeias, em grande parte tendo como laboratório a América Latina, ao serem tomadas como referências por parte dos letrados brasileiros, dinamizaram um dilema a ser resolvido²³². Romero, adotando esses postulados epistemológicos para a configuração de sua leitura histórica, se deparava com um sentido do tempo já dado de antemão. Sendo o cruzamento de raças um processo degenerativo, como construir um projeto de nação? Como conciliar os pressupostos epistemológicos que delegavam ao estudo o estatuto de cientificidade, com a

²²⁹ ROMERO, Sílvio. *História...* p. 105.

²³⁰ Antonio Candido ressalta, inclusive, que Romero teria como fonte de inspiração mais a obra de Gobineau do que a dissertação de Martius. Segundo o crítico literário, Romero "adotou a respeito alguns pontos de vista próprios a Gobineau e talvez tenha sido inspirado pela sua teoria da função histórica da mestiçagem, para cuja presença, reputada negativa, na América Latina, Buckle teria despertado inicialmente a sua atenção enquanto problema". CANDIDO, Antonio. "Introdução". *Op. Cit.* p. XX.

²³¹ Cf. BANTON, Michael. *A idéia de raça*. *Op. Cit.* e VENTURA, Roberto. *Op. Cit.*

²³² Para uma discussão a respeito desse dilema no final do oitocentos, cf. CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. *Op. Cit.* Ventura, Roberto, *Op. Cit.*; SALLES, Ricardo. *Op. Cit.*

necessidade de elaboração de uma identidade histórica, a qual, estando interdita as posições de vanguarda, pelo menos possibilitasse uma inserção positiva da nação no espaço civilizacional?

Se, como já disse, na leitura histórica de Romero a diferença produz a diferença, seu texto, no entanto, também é marcado por uma certa ambivalência. Ele enuncia as leis causais do determinismo racialista, associando-se a essa vertente analítica. Sua narrativa, porém, não deixa de apontar para outro caminho. O mestiço brasileiro, tal como apresentado no texto, não é uma figura que impede o futuro nacional. É, ao contrário, sua própria realização. Romero tece, dessa forma, o conceito de mestiço como um conceito que corresponde às expectativas do conceito de nação. Ambos são conceitos carregados de futuro. O mestiço, como ordenador da intriga, é a referência última pela qual vão sendo classificados autores e obras em ordem hierárquica. O texto abriga tanto as terminologias e os pressupostos das concepções nomológico-racialistas, como, pelo processo mesmo de configuração da narrativa, mediante o procedimento de seleção e combinação, elabora uma leitura histórica que abre um sentido originalmente vetado por aqueles mesmos pressupostos. Desse modo, não cabe simplesmente designar o texto pelos referentes terminológicos aos quais se associa. Convém, também, atentar para o mundo que o texto, *enquanto texto*, configura e os sentidos que abre na tentativa de dar uma resposta aos problemas nos quais se insere.

3.2.3 *Pensamentos mestiços*

Antes, porém, de analisar alguns pontos da organização do texto de Romero que apontam nessa direção, gostaria de inserir aqui algumas reflexões atuais acerca do fenômeno da mestiçagem e do hibridismo. Tais reflexões visam apenas explicitar como esse processo é aqui entendido, não sendo minha intenção desenvolver uma discussão bibliográfica mais extensa a respeito da temática²³³. Assim sendo, para facilitar a exposição, tomarei uma divisão principal contendo duas formas de abordagem, as quais denominarei de "paradigma da nuvem" e "paradigma arquitetônico". O primeiro concebe a mestiçagem como um processo incontrolável,

²³³ Para tal discussão, remeto a LIMA, Carlos Alberto Medeiros. "Um pai amoroso os espera: mestiçagens e hibridismos nas Américas Ibéricas", In: MOURA, Ana Maria da Silva (org). *Desigualdades*. Rio de Janeiro: Leddes, 2003.

fluido. O segundo, entende o mesmo processo como regulado, projetado em vista de um fim ou uma ordem. O que pretendo com essas considerações é apontar para dois níveis diferentes, mas complementares, da operação historiográfica de Sílvio Romero.

Para o paradigma da nuvem, tomo a obra de Serge Gruzinski²³⁴. O próprio autor coloca essa imagem para qualificar o movimento da mestiçagem. Evocando a obra *Les lois du chaos* do químico prêmio Nobel, Ilya Prigogine, Gruzinski propõe redimensionar a realidade levando em conta a fluidez que lhe é própria, contra as visões que cristalizaram o processo histórico em uma ordem que lhe é estranha. Nessa direção, convém ao historiador descrever o processo reconhecendo as paisagens "misturadas e sempre imprevisíveis", procurando "exumar as ligações históricas", "explorar as *connected histories*"²³⁵.

Seu objeto de estudo é centrado no contato da América com o ambiente europeu, onde ele descobre o Renascimento presente em imagens produzidas por nativos da região do México. Esse tipo de produção, assim, toma a imitação como um ato de interpretação: "Como a reprodução na versão indígena sempre se desdobra numa interpretação, ela desencadeia uma avalanche de combinações, justaposições, amálgamas, interpenetrações, em que se produzem os fogos cruzados do mimetismo e das mestiçagens"²³⁶. Estas, por sua vez, são concebidas no vivenciar múltiplo da identidade, onde diferentes fatores interagem sem seguir necessariamente uma ordem comum, a não ser a ordem da inteligibilidade social das partes atuantes.

É realçado, nessa perspectiva, o papel criador dos agentes afetados pela colonização. A proposta do historiador francês visa, então, não apenas ressaltar o aspecto fluído da mestiçagem, mas também levar em conta o que até então eram tomados como sujeitos passivos.

Os índios pintores que inventaram o encontro do macaco com a centaura tinham um objetivo na mente. Em primeiro lugar, procuravam conseguir para o seu passado religioso o estatuto privilegiado que a mitologia greco-romana tinha face ao cristianismo, ou seja, o estatuto de um paganismo tolerado e valorizado; e, em segundo lugar, queriam construir para si mesmos uma

²³⁴ GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Cia das Letras, 2001. Assim como "O historiador, o macaco e a centaura: a 'história cultural' no novo milênio", In: *Estudos Avançados*, 17 (49), 2003. Em sentido próximo a Gruzinski, poder-se-ia colocar o obra de BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

²³⁵ GRUZINSKI, Serge. "O historiador, o macaco e a centaura..." *Op. Cit.* p. 323.

relação aceitável com o passado ameríndio em vez de terem que interiorizar a ruptura radical que impunham a cristianização, em vez de viverem uma situação continuamente esquizofrênica²³⁷.

Por essa proposta de abordagem, o historiador toma a mestiçagem como algo que "acontece" no movimento incerto da história, sendo reelaborada *a posteriori*, tomando forma na tentativa de construção de inteligibilidade social por parte dos agentes. O processo, aqui, não é concebido como previamente projetado, criando a mestiçagem. A política está mais centrada no ato de apropriação, no viver em meio ao mestiçamento. Este, por sua vez, é essencialmente fluido, direcionado pela mobilidade incerta do viver histórico. Daí a figura igualmente incerta e mutável da nuvem: "o que predomina na natureza e no nosso ambiente é a nuvem, forma desesperadamente complexa, imprecisa, mutável, flutuante, sempre em movimento. As mestiçagens se encaixam nessa ordem de realidade"²³⁸.

Já o paradigma que chamo de arquetônico vai em direção diferente, privilegiando uma ordem subjacente à própria criação do processo da mestiçagem. Essa ordem seria qualificada pelas matrizes da organização social. Desse modo, o sentido da produção dos contatos seguiria um padrão de reprodução, sendo os agentes "produzidos" transmissores dessa ordem que os produziu. Uma referência central nessa abordagem encontra-se na obra do americanista Richard Morse²³⁹.

Por esse viés interpretativo enxerga-se o processo de contato através da marca que certas características determinantes do mundo ibérico legaram à América. Morse encontra uma matriz ideológica ibérica, tomista, que teria conciliado a racionalidade de Estado moderno com as reivindicações de uma ordem ecumênica mundial, ou de adaptar os requisitos da vida cristã à *tarefa de incorporar* os povos não cristãos à civilização européia. Essa matriz ibérica teria se enraizado profundamente durante a colonização nas estruturas institucionais e nas práticas sociais, deixando uma marca indelével nessa sociedade. Os ibero-americanos, assim, seriam partidários da doutrina e da ordem social, ao contrário dos anglo-americanos, os quais seriam partidários do pragmatismo. E de tal forma estaria arraigada essa tensão, defende Morse, "entre o

²³⁶ GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. *Op. Cit.* p. 109.

²³⁷ Idem. "O historiador, o macaco e a centaura...". *Op. Cit.* p. 339.

²³⁸ GRUZINSKI, S. *O pensamento mestiço*. p. 60.

²³⁹ MORSE, Richard. *O espelho de Próspero*. São Paulo: Cia. das letras, 1995; e *A volta de McLuhanaíma. Cinco estudos solenes e uma brincadeira séria*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

'bem comum' e o cálculo do poder, entre o Estado como um todo orgânico e o Estado como artifício, entre a política como missão e a política como arte ou ciência" que essa tensão continuaria condicionando o programa político do mundo ibérico em nosso próprio século²⁴⁰.

Assim, se a Inglaterra fez sua escolha política no século XVII, assumindo um método empírico, uma racionalidade dessacralizada e utilitária e uma base individualizada e "atomista", o mundo Ibérico, por sua vez, adotou ainda no século XVI um modelo que prezava pela ordem nacional e social, "tal como era percebida", caracterizada pela hierarquia. E por hierarquia entende-se uma sociedade não apenas organizada aos moldes aristocráticos, congelada quanto ao tempo, não permitindo a mobilidade. Ela é compreendida, por inspiração de Louis Dumont, enquanto um sentido que permeia uma sociedade regendo as trajetórias dos agentes²⁴¹. A relação hierárquica é a existente entre um todo e um elemento desse todo; ela é marcada, segundo o antropólogo francês, por uma distinção no interior de uma identidade, entre um eu e um não-eu, ocorrendo, no entanto, o processo de integração - englobamento do contrário - que configura essa relação de oposição como constituinte de um todo único. Preza-se, assim, pelo modelo aristotélico de ordem social. Este modelo holista é que orientaria todo e qualquer projeto na Ibero-América, e mesmo

A moda do positivismo e do cientificismo nas gerações ibero-americanas posteriores talvez possa ser melhor compreendida como uma retomada dessa disposição ibérica do século XVII do que como uma obediência conveniente e superficial à 'ciência da sociedade' da Europa do século XIX²⁴²

Desse modo, a "utilização" de determinadas correntes teóricas européias se manifestaria, por assim dizer, como filtrada por essa camada mais profunda da ordem sócio-cultural ibérica. Mesmo o liberalismo teria se apresentado na ibero-américa como integrado à dialética ainda mais antiga entre cálculo do poder e bem comum, entre política como arte ou ciência e Estado como corporativo ou tutelar. Autores como Joaquim Nabuco, por exemplo, em seus projetos liberais e abolicionistas, estariam marcados por esse viés. Ricardo Salles, em obra sobre Nabuco, ressalta que,

²⁴⁰ MORSE, Richard. *O espelho de próspero*. p. 58.

²⁴¹ DUMONT, Louis. *O Individualismo*. Op. Cit.

²⁴² MORSE, Richard. *O espelho de Próspero*. Op. Cit. p. 68.

apesar do humanismo ético dos abolicionistas europeus e dos argumentos da superioridade do trabalho livre estarem presentes, sua "proposta do abolicionismo, assim como a de Rebouças, de Patrocínio ou de João Clapp, era da edificação de uma nova sociedade democrática que se realizasse, o mais possível, dentro da ordem"²⁴³.

O resgate dessas duas vertentes analíticas é inserido aqui com o objetivo de ressaltar dois aspectos de um mesmo fenômeno. Ora, Silvio Romero é um autor que pensou a mestiçagem. Ele a colocou como centro de suas reflexões, elegendo a figura do mestiço como a possibilidade da nação. Como disse acima, o mestiço é um conceito carregado de futuro. Nele condensam-se as expectativas que o projeto presente na leitura histórica de Romero logra realizar, encontrando sua efetivação. Tal projeto, como venho afirmando, centra-se na necessidade de dar lugar aos atores sociais, enquadrando-os hierarquicamente na construção de um novo corpo social. Dessa situação, porém, podemos separar dois níveis de experiência, os quais, se não podem ser completamente distintos, apresentam-se, ao menos, com algumas características peculiares. De um lado, está a dimensão da prática de Romero como intelectual periférico, cuja experiência é marcada por uma determinada formação social e um repertório europeu; de outro, está a dimensão do texto, onde os elementos semânticos são urdidos e configuram um todo relativamente autônomo e estruturado.

No que diz respeito à experiência da prática intelectual, convém ressaltar o fato de que Romero está *inserido* em um processo de mestiçagem. Ele a vive historicamente. O problema da imitação, discutido acima, que tanto rendeu em debates e tantos efeitos suscitou no pensamento brasileiro, pode ser assim compreendido como algo próximo àquilo que Gruzinski propõe como mestiçamento. Na medida em que este fenômeno, como o entende o historiador francês, apresenta um caráter eminentemente produtivo e criativo, o uso que os intelectuais brasileiros fizeram das teorias européias para dar sentido a uma realidade nacional torna-se um bom exemplo de mestiçagem. A imitação, nesse sentido, torna-se um ato de interpretação. A produção historiográfica de Sílvio Romero talvez possa, então, ser entendida como um ato híbrido, mestiço, no qual dois mundos diferentes, mas não separados, se cruzam na construção de inteligibilidade social. Poderíamos, no limite, pensar ainda em um tempo mestiço.

²⁴³ SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco. Um pensador do Império. Op. Cit.* p. 124.

Com esse ato de apropriação, contudo, ele não apenas *vive* a mestiçagem, mas também a *produz*. Enquanto historiador, ao narrar a formação nacional, ele está reelaborando, *a posteriori*, o mesmo fenômeno como movimento histórico. O trabalho de adequação dos conceitos cientificistas europeus leva, portanto, a uma composição narrativa, onde os eventos selecionados sofrem uma combinação específica, constituindo uma grade hierarquizada de valores. Assim, o produto final desse processo de mestiçagem vivenciado por Romero *é o texto*. Nessa instância textual, parece-me que as coisas acontecem de um modo diferente. Se, por um lado, há uma margem de liberdade na *produção* do relato histórico, mediante a apropriação de um aparato conceitual, por outro, na organização interna desse relato essa margem não existe. As “substâncias narrativas” que o configuram, mediante as operações de seleção e combinação, são dispostas de tal maneira que formam um conjunto estruturado²⁴⁴.

Como foi visto, as expectativas que motivam o processo de reescrita da história em Sílvio Romero centram-se na tentativa de instaurar uma nova ordem social, democrática-republicana. Para isso, fazia-se necessário relocar determinados agentes, incluindo-os em um espaço comum, supostamente igualitário. As alteridades internas, o negro e o índio, desse modo, são trabalhadas no texto configurando um todo único, ordenado. Essa distinção inicial entre eu/tu - eles, pela leitura histórica apresentada pelo texto, vai sendo reordenada na projeção de uma ordem social. Pelo englobamento do contrário, um "nós" nacional-republicano abrigando a contraposição inicial, é construído o equilíbrio orgânico da sociedade. Em outras palavras, o processo de mestiçamento *enquanto relato histórico* distingue-se do mesmo processo *enquanto vivido pelo historiador*, ainda que ambos estejam diretamente relacionados.

Romero, ao estabelecer um *sentido* histórico que rege o contato, está propondo modos de lidar conscientemente com esse processo de mestiçagem. A mistura tem um sentido; ela *deve ter* um sentido que coincida com o sentido da viabilidade de uma ordem social. Assim, em relação aos dois paradigmas acima expostos, creio que, para o caso do relato histórico produzido por Romero, a mestiçagem é pensada como uma estratégia que permite re-configurar uma ordem social. Na medida em que se propõe aqui uma leitura desse processo segundo a configuração *do texto* de Romero, agentes como o negro e o índio são objetos, e não agentes. Não há, pois, maleabilidade

²⁴⁴ ANKERSMIT, Frank R. “Resposta”. Op. Cit., p. 157.

possível para eles a não ser a maleabilidade com que o texto os territorializa em uma ordem comum. No “mundo do texto” romeriano a mestiçagem é uma projeção, um projeto que a concebe como elemento ordenador²⁴⁵. Mudar mantendo a ordem, reordenar os agentes em uma relação hierárquica mediante a escrita da história.

3.2.4 Uma suposta individualidade plural: a inclusão da alteridade

Como foi visto, a *História da literatura brasileira* de Silvio Romero parte de uma tese inicial: a história nacional é a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores em que predomina a mestiçagem. Da situação inicial composta por elementos heterogêneos, passa-se para um estado progressivo de equilíbrio configurado pela figura do mestiço. Do caos à ordem, da indeterminação da existência conjunta de diferentes identidades para a individualidade histórica do povo brasileiro. Diferentemente de uma tradição historiográfica imperial, onde ressaltava-se a "convivência harmônica das raças"²⁴⁶, em Romero a narrativa leva à constituição de uma raça nova, agregadora.

Pelo texto de Romero, pode-se perceber o sentido do processo de duas formas: nas contínuas descrições sintéticas da história nacional, onde o autor explicita ao leitor os diferentes períodos cronológicos em sua evolução rumo ao *telos* da mestiçagem; e pelas análises que faz dos escritores nacionais, comparando-os e classificando-os segundo esse *telos* que serve de critério.

Seu texto está repleto de retomadas. Seja no início dos capítulos ou no meio mesmo da narrativa, o autor reforça seu argumento, repetindo o sentido da história que ali está sendo narrada. Talvez por estar realizando uma história da literatura, tendo por objetos autores e obras que dificultam um encadeamento mais visível da intriga para o leitor (causa e efeito), o fato é que Romero intercala continuamente a análise da especificidade com a exposição do processo como um todo. É o caso, por exemplo, entre outros já citados nesta dissertação, da retomada do sentido do processo situada no capítulo destinado a tratar do "período de desenvolvimento autonômico"

²⁴⁵ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*, Tomo III, Op. Cit. pp. 273-304.

²⁴⁶ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “História e Natureza em Von Martius”, Op. Cit., p. 408.

(1750-1830). O autor reafirma sua tese: a integração das diferentes raças "em um produto novo pela mestiçagem". Dito isso, segue-se, em itálico, um modelo do tipo de descrição sintética ao qual me refiro:

A sua lei pode ser formulada por essa síntese: - No Brasil a tendência separatista dos três povos diversos foi-se tornando em tendência centralizadora; a princípio pela ação do mais forte, levada a efeito pela escravidão; mais tarde pelo advento de gerações novas e crioulas, presas por interesses comuns, como, por exemplo, a necessidade de defesa contra as agressões estrangeiras, e hoje em dia pela consciência clara de sermos um povo que deve ficar unido para não tornar-se a presa do caudilhismo americano.

Por outros termos: Postos em contacto três povos no Brasil, as tendências perturbadoras e anárquicas de cada um estiolaram-se por falta de exercício, condição esta imposta pela força; criaram-se, depois, necessidades novas, que acharam um órgão natural no mestiço, representante do trabalho lento de transformação étnica, consciente, ele próprio, de ser o dono e o senhor de uma pátria nova, que lhe cumpre defender²⁴⁷.

Essa passagem tem o intuito de situar o século XVIII no todo do processo. Vê-se aí a exposição do sentido bem delimitada, sendo um movimento da heterogeneidade para a homogeneidade, promovido pelo "órgão natural do mestiço". No século XVI situa-se a gênese do contato, quando os três atores humanos se encontram nas terras tropicais. Nesse momento, o "nacionalismo" era ainda muito superficial, apesar de já apontar para as tendências futuras, paradigmáticas do ser brasileiro - por isso Romero pode falar de um "nacionalismo" já para esse século. O século XVII, por sua vez, apresenta um "nacionalismo mais ativo"; é o tempo da guerra contra os holandeses, onde as três raças se unem contra o inimigo externo; é o tempo também de Gregório de Matos, o escritor que mereceria o título de fundador da literatura nacional. Entrando no século XVIII, Romero afirma que então já não aparecem apenas algumas partes isoladas, mas todos os componentes do conjunto; é momento do *Uruguai* e do *Caramuru*. Nesse período se destaca a formação da consciência política e literária, onde se aponta e se prepara a emancipação de ambas.

²⁴⁷ ROMERO, Sílvio. *História*.... p. 406. Grifos no original.

Esse tipo de descrição procura abranger o sentido do processo, situar o leitor, relacionando a parte com o todo. A inteligibilidade procurada por Romero, de forma explícita e contínua, visa talvez suprir uma possível falta de conexão das partes analisadas. De qualquer forma, serve para reforçar o argumento, enfatizando a configuração própria que o autor apresenta da história nacional; seu estilo, enfim. É esse tipo de descrição densa, por exemplo, que encontramos citada por autores como Veríssimo. Mas isso não quer dizer que as análises dos escritores, obras e escolas não apontem por si mesmos para essa configuração da totalidade. Afinal, como significantes em uma série, eles só recebem seu sentido de acordo com a relação que mantêm com o todo.

O que procurarei apresentar é um exemplo dessas análises, o qual creio significativo por possuir um peso destacado dentro da obra. Esse exemplo talvez se torne mais sintomático por encerrar uma contraposição entre autores. Comparando-os, segundo o critério da mestiçagem, Romero deixa claro as características que privilegia e que identifica como "verdadeiramente nacionais". Discorrendo sobre um período da formação da nacionalidade, situando os autores, Romero não deixa de se remeter a uma ordem paradigmática do ser brasileiro que qualifica o processo.

Como bem notou Antonio Candido, a dificuldade que Romero tem de focalizar um autor pode ser vista "como algo ligado à sua concepção de que a parte só tem sentido no todo, visto a partir das origens, caracterizado pelo jogo dos fatores condicionantes e encarado, não nos momentos de permanência, mas na trajetória completa de sua evolução"²⁴⁸. Indo um pouco além, contudo, acredito que essa forma de análise assume um forte aspecto sinedóquico. O indivíduo, mais do que *ter sentido no todo*, ele *representa o todo*, e ele é apenas qualificado de acordo com tal representatividade.

A contraposição que tomarei como exemplo opera-se entre Gregório de Matos e Antonio Vieira. Esta contraposição é significativa para exemplificar a tomada de Gregório como modelo de brasilidade. Esses escritores são situados no século XVII, considerado pelo autor como "o momento crítico, é a fase do perigo, como o antecedente fora o momento da iniciação e da esperança"²⁴⁹. Há o choque com a alteridade externa, holandeses e franceses. Na verdade, choque que, ao reconhecer a

²⁴⁸ CANDIDO, Antonio. "Introdução". In: Op. Cit. p. XXVIII.

²⁴⁹ ROMERO, Sílvio. *História...* Vol. II. p. 364.

alteridade, promove o reconhecimento também da identidade: o brasileiro toma forma. Contudo, para o autor, ao contrário da tradição historiográfica imperial, não são esses choques os acontecimentos mais importantes do período. Para Romero, o "interesse dramático desse tempo está, porém, na luta de duas forças antagônicas, que sem se combaterem diretamente uma à outra, trabalhando em esferas opostas, podem ser consideradas como diametralmente inimigas, ainda que se julgassem aliadas e amigas"²⁵⁰.

Romero reconhece aí o combate profundo de duas forças antagônicas, por isso o momento perigoso para a formação da nacionalidade. Ele faz falar, libera a voz que os próprios enunciadores não tinham consciência. Garante, assim, tanto a cientificidade da narrativa na figura da "testemunha muda", como a organização da intriga, ordenando valores na combinação de elementos significantes²⁵¹.

Vieira e Gregório representam duas forças opostas: a primeira, associada à colonização portuguesa, a uma ordem eclesiástica, a uma maneira de fazer política; a outra, por sua vez, representa a crítica de toda a ordem oficial que se estabelecia, crítica à hipocrisia eclesiástica e portuguesa, o reconhecimento da originalidade brasileira.

Vieira é um português que viveu no Brasil; simboliza o gênio lusitano com toda sua arrogância na ação e vacuidade nas idéias, com todos os seus pesadelos jesuíticos e teológicos; produto de uma religião e de uma sociedade gastas; uma "espécie de tribuno de roupeta que se ilude e ilude os outros com as próprias frases".

Gregório, por sua vez, é um brasileiro que residiu em Portugal; é a mais perfeita encarnação do espírito nacional, com sua facécia fácil e pronta, seu despreendimento de fórmulas, seu desapego aos grandes, seu riso irônico, sua superficialidade maleável, seu gênio não capaz de produzir novas doutrinas, mas apto para desconfiar das pretensões do pedantismo europeu; discípulo de padres que começa por debicá-los, escarnecer deles e duvidar de sua santidade e sabedoria; um

²⁵⁰ Ibidem.

²⁵¹ Cf. Como diz Rancière: "Esse mundo das testemunhas mudas que a operação dos historiador libera leva a uma significância sem mentira - talhada na pedra e na carne das coisas -, é isto que a história erudita de nosso tempo reivindicará como seu domínio: em vez das cartas de embaixadores e do palavreiro dos pobres, a multiplicidade das palavras que não falam, testemunhas mudas que se oferecem a um novo deciframento (...)". RANCIÈRE, Jaques. *Políticas da escrita*. Op. Cit. p. 220.

pândego, um precursor dos boêmios, amante de mulatas, desbragado, inconveniente, que tem a coragem de atacar bispos e governadores.²⁵²

Vieira e Gregório são vistos como dois modelos. O primeiro não percebeu "o advento do elemento novo, do genuíno brasileiro – o *mestiço*, filho da país", diz Romero. Gregório, ao contrário, não só percebeu o mestiço e tratou dele em sua poesia, como também, e principalmente, encarnou o "mestiçamento moral", a moral brasileira; foi o mais perfeito fruto dessa sociedade mestiça. Ele incorporou em sua produção os elementos heterogêneos, criando, assim, de acordo com a unidade nacional. Gregório, elemento branco, é a encarnação máxima do mestiço, pois ele incorporou as características das diferentes partes em um todo único. O sátiro baiano representa, pois, o surgimento do que Romero denomina de "mestiçamento moral": "Quando falo no mestiço não quero me referir somente ao mestiço fisiológico - o mulato; - refiro-me a todos os filhos da colônia, todos os crioulos, que o eram num sentido lato; porquanto, ainda que nascessem de raças puras, o eram no sentido moral"²⁵³.

Pelas sátiras de Gregório, Romero seleciona quatro características principais que apontam para a constituição de uma unidade diferenciada:

"A diferenciação já crescente da *maneira brasileira de manejar a língua*; a tendência a ridicularizarem-se entre si, que pronunciadamente anuvava as três raças formadoras de nossa população; nesta a consciência já clara de ser alguma coisa de novo, que não deveria ser sempre a *anima vilis* das explorações européias, e finalmente, o descontentamento que lavrava já contra os governos pesados e ásperos da metrópole"²⁵⁴.

O poeta baiano situa-se em um momento específico do processo de diferenciação, encarnando pela primeira vez o mestiço; como também remete a uma ordem paradigmática da nacionalidade, qualificada pelas expectativas do projeto de identidade encerrado no texto de Romero. A negação das partes, a afirmação da unidade, a crítica à metrópole e a políticos, um jeito próprio de manejar a língua, são traços de uma constituição ontológica do brasileiro enquanto ser mestiço. Ele percebe

²⁵² ROMERO, Sílvio. *História...*, p. 365.

²⁵³ Idem. p. 372.

²⁵⁴ Idem. p. 380.

as semelhanças presentes nas sátiras de Romero e nas canções e poesias populares coligadas. Tanto a forma como as temáticas em muitos pontos convergem, denunciando, assim, a origem do nacionalismo. "Ser brasileiro, diz Romero referindo-se ao gênio de Gregório, é sê-lo no âmago do espírito, com todos os nossos defeitos e todas as nossas virtudes"²⁵⁵. É ser diferenciado, em suma; é constituir-se como uma unidade coerente, zombando das pretensões das três raças, como o faz Gregório.

Pautado por aqueles valores representados nos cantos populares, os quais o autor toma como paradigmáticos, se faz possível reconhecer na produção de Gregório de Matos as origens das características próprias ao brasileiro. A análise etnográfica de Romero permitiu, como já foi mencionado, reconstruir o sentido da temporalidade nacional, operando por um jogo de comparação das semelhanças e diferenças em relação à ordem estabelecida no presente. As qualidades que ele "encontra" nas sátiras de Gregório são as mesmas que pôde *observar* através da catalogação de canções e contos populares, como o demonstra a análise já mencionada do "brinquedo do anel"²⁵⁶. É por este jogo analítico que Romero qualifica as obras de Gregório e Vieira, colocando-os como significantes distintos - porém relacionados - da série histórica.

O brasileiro, o povo, o mestiço são elementos correlatos que demarcam os contratos narrativo, epistemológico e político. Não há mais lugar aí para as partes isoladas; individualidades distintas que mantêm uma relação de negociação. Aquele tecido social composto por "três mundos", tal como constituído pela ordem imperial, é remodelado em nome de uma nova ordem. As partes isoladas e distintas, como fatores históricos, encontram seu termo na figura una e integradora do mestiço - essa força ausente que convém ao historiador narrar.

O mestiço, como realização da unidade, detém, contudo, as marcas dos elementos formadores. A inclusão não apaga os resquícios da diferença²⁵⁷. Como o

²⁵⁵ Idem. p. 383.

²⁵⁶ ROMERO, Sílvio. "Vista sintética sobre o folclore brasileiro", Op. Cit.

²⁵⁷ Ricardo Benzaquen de Araújo detectou um movimento similar na obra de Gilberto Freire, *Casa-Grande e Senzala*, a qual estabelece um estreito diálogo com a produção de Sílvio Romero: "Mas qual seria a concepção de miscigenação que estaria orientando esta construção do português como um ser que só pode ser definido pelo resultado do comércio, risonho e brutal, que se desenvolveu, para citar apenas alguns exemplos, entre romanos, fenícios, árabes, franceses e judeus? Essa concepção envolve, a meu juízo, uma compreensão da mestiçagem como um processo no qual as propriedades singulares de cada um desses povos não se dissolveriam para dar lugar a uma nova figura, dotada de perfil próprio, síntese das diversas características que teriam se fundido na sua composição. Desta maneira, ao contrário do que sucederia em uma percepção essencialmente *cromática* da miscigenação, na qual,

entende Romero, o mestiço é o elemento que permite a adaptação do branco ao meio americano; é a condição de sua vitória. O português é o elemento fecundador, o negro e o índios os fecundados. Misturando-se com os corpos do negro e do índio, estes elementos outros, o elemento civilizacional pode reproduzir-se, ainda que alterando sua constituição primeva.

No corpo misto, imagem do novo corpo social, opera-se então a contradição da identidade e da diferença. Pelo processo do mestiçamento, a diferença original entre branco/não-branco, civilização/barbárie, eu-tu/ele, é absorvida pela unidade do produto mestiço - o nós da "nacionalidade". Mas essa absorção não é indiferenciada, apagando as marcas originais. Assim como em um palimpsesto, é possível observar através da superfície os traços de uma composição anterior. A inclusão da alteridade implica ordenar, distinguir, hierarquizar. O branco engloba seu contrário formando uma mesma unidade, porém dele se distinguindo. Por uma lado são iguais, consubstanciais, integram um mesmo espaço, possuem o mesmo corpo; por outro, no entanto, se opõem.

Frágil ponto de equilíbrio no qual a identidade histórica da nação, pelo projeto romeriano, se sustenta. A contradição encerra-se, assim, em uma suposta individualidade plural²⁵⁸. Individualidade esta que qualifica a configuração final da narrativa, conciliando as expectativas epistemológicas e políticas, a diferenciação e o pertencimento, o passado e o futuro. A democracia republicana projetada pelo texto de Romero é, pois, a democracia do uno, e não do múltiplo. Democracia simbolizada por um corpo social orgânico e hierárquico, efetivado na figura integradora do mestiço, sem, no entanto, que as marcas originais se tornem indistintas.

por exemplo, a mistura do azul com o amarelo sempre resulta no verde, temos a afirmação do mestiço como alguém que guarda a indelével lembrança das *diferenças* presentes na sua gestação". ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz. Casa-grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, p. 44. Grifos no original.

²⁵⁸ "D'une manière generale, la personne verbale au pluriel exprime une personne amplifiée et diffuse. Le 'nous' annexe au 'je' une globalité indistincte d'autres personnes". BENVENISTE, Émile. "Structure des relations de personne dans le verbe", In: Op. Cit. p. 235.

Narrar o passado, projetar o futuro

*“il n’est pas possible de ‘faire de l’histoire’
sans aussi ‘faire l’histoire’”.*

Paul Ricoeur

Na introdução desta dissertação foi colocada a seguinte pergunta: como falar de Sílvio Romero sem levar em consideração seus efeitos? Após uma breve reflexão sobre os desdobramentos do nome em produções bibliográficas, propus relê-lo *a partir* de seus efeitos. No entanto, é necessário acrescentar, seus efeitos não se restringem às obras de historiografia e crítica literária. Inserem-se, também, nas práticas do cotidiano, de formas mais sutis, às vezes pouco perceptíveis, mas não menos importantes. Aqui, os desdobramentos estendem-se em uma profusão de enunciações cotidianas, anônimas, onde as identidades são mais intensamente vivenciadas. Longe das reflexões acadêmicas, porém delas não disassociadas, essas lutas de classificação não deixam de estabelecer uma certa relação com o passado. O recurso à história continua servindo aí como um meio através do qual os grupos constroem suas identidades, com relativas e assimétricas margens de liberdade. A fabricação dessas memórias, do mesmo modo que a produção historiográfica, se dá a partir de um espaço desdobrado e sobre ele. Também elas inserem-se em um movimento cujos efeitos não podemos negar ou evitar.

Sílvio Romero, aparentemente distante de toda essa querela, foi um autor que pensou a mestiçagem. Ele trouxe, para sua escrita da história, o mestiçamento como uma “caracterização motívica”, ordenando um sentido sobre o passado nacional. Seu nome tornou-se diretamente associado a essa questão. Engendrou, como se sabe, uma série de efeitos, os mais diversos. O mestiço e o mestiçamento, a partir daí, receberam diferentes e divergentes tematizações, operando outras leituras da história nacional – caso, por exemplo, de Gilberto Freyre e Oliveira Vianna. O investimento por ele realizado sobre textos e autores ainda repercute. Gregório de Matos, por exemplo, teve, desde então, um longo percurso. Dos modernistas, passando pelos concretistas e tropicalistas, ainda hoje (ou, pelo menos, para aqueles que não leram o estudo de João

Adolfo Hansen) é comum o “sátiro baiano” ser tomado como um “representante da nacionalidade”, elemento sintetizador de uma certa “brasilidade”¹.

O recurso ao “povo” brasileiro, por sua vez, continua sendo utilizado como uma estratégia de legitimação para as mais diversas situações, desde as encenações políticas – tanto de esquerda quanto de direita – até os *reality shows*, cujos “efeitos de realidade” visam produzir no espectador uma sensação de reconhecimento, pela qual o *fabricado* torna-se *natural*. São outras formas do fazer ver e do fazer crer.

E nós, historiadores, que papel podemos assumir nesse movimento onde o recurso à história, por parte de diferentes grupos sociais, torna-se um modo de organizar uma visão de mundo e de estabelecer um sistema de valores? Disso não estamos alheios. Afinal, como disse na introdução, pareceu-me inevitável (tentar) realizar uma releitura de Sílvio Romero a partir da tradição, levando em consideração seus efeitos, não apenas historiográficos, acrescento agora, mas também esses designados como “cotidianos”. Com esse reconhecimento, que, em si, não é garantia de nada, podemos ao menos evitar a transformação de toda diferença em uma identidade fundadora, e, assim, restituir ao texto algumas de suas expectativas originais, algumas respostas para perguntas que, hoje, não mais sabemos formular. Seguindo uma bela sugestão de Paul Ricoeur, podemos pensar esse intervalo que nos separa, historiadores, dos homens do passado, como uma “cemitério de promessas não realizadas”². Restringindo a ilusão retrospectiva, devolvemos ao passado outras possibilidades que lá estiveram presentes. Nesse caminho, caberia como possível tarefa para o historiador reanimar essas promessas frustradas, esses futuros não efetivados em relação aos quais os indivíduos orientavam suas ações.

Nesta dissertação, procurei recolocar as perguntas para as quais os conceitos de mestiço e de povo foram então formulados. Tentei reconstituir o horizonte no qual o texto de Romero foi produzido, procurando mapear um “saber compartilhado” sobre o qual operou³. Aquilo que denominei de tradição historiográfica imperial, com seus repertórios temáticos e com seus pressupostos epistemológicos que organizavam a escrita da história, serviu como uma espaço prévio de discussão, o qual ao mesmo tempo limitava e possibilitava a inserção de Romero enquanto historiador. Os

¹ HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. Campinas: Ateliê Editora/Editora da Unicamp, 2004.

² RICOEUR, Paul. “La marque du passé”, in: *Revue de Métaphysique et Morale*, Paris, n. 1, 1998, p. 31.

conceitos de “história”, “nação” e “literatura” foram ali modelados de acordo com um projeto social, onde visava-se a construção de um território, de um corpo político e de um conjunto de referências simbólicas que permitissem a consolidação do Brasil como uma nação moderna. Nesse projeto de fundar uma nação e de consolidar uma classe dirigente, o IHGB exerceu um papel fundamental, apresentando-se como um lugar de enunciação centralizador, instituindo os modos como a história do Brasil deveria ser contada e praticada. Ao mesmo tempo, integrantes dessa elite que se queria classe dirigente formulavam algumas reflexões sobre a existência de uma literatura nacional, quais seriam suas características peculiares e qual sua origem. Para ambos os casos, as sugestões estrangeiras de Denis e Martius serviram como espécies de “guias teóricos”, os quais orientavam a prática historiográfica nacional no intuito de inserir o Brasil no espaço das civilizações modernas.

É em relação a essa tradição que Romero elabora sua obra e inscreve-se como historiador. Nesse diálogo, continuidades e rupturas se fizeram presentes, tanto na formalização do perfil do historiador como na ordenação de uma identidade narrativa. A prática historiográfica, moldada pelas figuras do poeta, do naturalista-viajante e do estrategista-publicista, seguiram regendo a ritualização da enunciação histórica em Romero. Contudo, com suas funções correlatas, *a afetividade, a cientificidade e a utilidade*, essa modelagem autoral sofreu alguns deslocamentos. Sílvio Romero procurou denunciar a relação vertical historiador-Estado, tal como presente na tradição imperial, com o intuito de instaurar um outro contrato, pautado agora na relação horizontal historiador-povo. Usando o método como emblema, tanto na citação copiosa de autores estrangeiros como no modo de narrar as estruturas profundas da formação nacional, oferecendo as “palavras exatas” do saber científico, ele requeria uma maior autonomia para o historiador. Autonomia esta que, moralmente, só poderia submeter-se à instância popular.

A elaboração de uma narrativa, produto final da operação historiográfica, também foi realizada segundo um reordenamento da rede interpretativa construída pela tradição imperial. Aqui, na confecção de uma intriga com início, meio e fim, Sílvio Romero operou uma outra seleção e combinação de elementos, conferindo um sentido diverso para a história da nação. Assim, a simples atividade de nomeação realizada por Romero foi compreendida como um modo de referir-se a esse saber,

³ A expressão é de HARTOG, François. *O espelho de heródoto*. Op. Cit., p. 51.

recortando-o de outro modo, segundo suas próprias categorias. Movimento que pode ser compreendido como um processo de reescrita da história.

Reinhardt Koselleck, em texto admirável, afirma que existem três possibilidades suscetíveis de engendrar a reescrita da história: pela crítica das fontes (com o aparecimento de novos testemunhos, por exemplo); pela formulação de novas perguntas; e, enfim, novas interpretações, as quais podem ser feitas a partir das mesmas perguntas e sobre as mesmas fontes⁴. No caso de Romero, segundo a análise aqui proposta, foi possível perceber essas três possibilidades em ação. Primeiro, ao instituir os cantos populares como documentos, através dos quais pôde estabelecer um critério para avaliar os textos literários e sua relação com a formação histórica da nação. Segundo, ao propor o povo como objeto historiográfico principal e a descrição da formação de uma “população nacional”, na figura do mestiço, como um requisito científico e moral para o historiador. Por fim, ao interpretar o sentido histórico da nação como a lenta e gradual absorção das diferenças em um corpo misto, com características próprias; sem apagar, contudo, os traços distintivos originais.

No mesmo texto, Koselleck sugere que há uma estreita relação entre a reescrita da história e a experiência dos vencidos. A geração da qual Romero faz parte foi marcada por uma situação de marginalização política, onde procurava-se alargar o campo de possibilidades de atuação. De sua geração, muitos saíram vencedores. Sílvio Romero, em particular, jamais conseguiu tecer uma trajetória bem definida nos círculos sociais cariocas, ainda que detivesse algum capital simbólico entre os letrados. Como diz Angela Alonso, “Romero flutua”⁵. Nesse sentido, pode-se supor que essa dupla marginalização de Romero, geracional e individual, tenha se manifestado em sua obra historiográfica. De qualquer modo, é possível afirmar, assim como o fiz no decorrer desta dissertação, que um dos motivos principais de sua atuação era instaurar uma nova ordem. É uma escrita da história que se construiu por *oposição*. Contra uma ordem imperial, Romero remodelou todo um saber compartilhado na tentativa de abrir “largas perspectivas na direção do futuro”. Suas expectativas estavam centradas na efetivação de uma nação republicana-democrática. A “nação”, o “povo” e a “república” configuravam um futuro potencial através do qual ele buscou seus instantes fundadores, seus personagens representativos, sua continuidade evolutiva.

⁴ KOSELLECK, Reinhardt. “Mutation de l’expérience et changement de méthode. Esquisse historico-anthropologique”, in: *L’expérience de l’histoire*, Op. Cit., p. 232.

⁵ ALONSO, Angela. *Idéias em movimento*. Op. Cit., p.

No conceito de mestiço, onde as diferenças (e, de certa forma, o próprio passado) seriam diluídas, ele sintetizou essas expectativas. Voltando ao passado, lá ele encontrava Gregório de Matos, o fundador da literatura nacional, o branco que absorveu as alteridades e que atacava a aristocracia reinante; enfim: “a mais perfeita encarnação do espírito brasileiro”⁶.

⁶ ROMERO, Sílvio. *História....* p. 365.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

ABREU, Capistrano. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Vol.II, 1954.

_____. *Ensaio e Estudos*. 3 série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a História Nacional. *Revista do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro*: 57: 90, 1894, p. 259-290.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Obra Crítica V.I*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960.

_____. *Obra Crítica V. II*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960.

ASSIS, Machado de. Literatura Brasileira - Instinto de nacionalidade. In: *Obras Completas. Crítica literária*. W. M. Jackson INC. Editores, 1954.

_____. A nova geração. In: : *Obras Completas. Crítica literária*. W. M. Jackson INC. Editores, 1954.

AZEVEDO, Álvares de. “Macário”. In: *Biblioteca de Literatura Brasileira II*. São Paulo: Martins Fontes, 1955.

BARBOSA, Januário da Cunha. “Discurso”, *Revista do IHGB*, 1, 1839.

_____. “Lembrança de que devem os sócios do IHGB, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro”, *Revista do IHGB*, 1, 1839.

_____. . “Relatório dos trabalhos do Instituto durante o quarto anno social”. In: *Revista do IHGB*, t. IV, 1842.

BUCKLE, Henry Thomas. *Histoire de la civilisation en Angleterre*. Paris, Librairie Internationale, 1865.

CASTELO, José Aderaldo (org). *A polêmica sobre “A Confederação dos Tamoios”*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciência Humanas e Letras da Universidade de São Paulo, 1953.

- COUTINHO, Afrânio (org). *Caminhos do pensamento crítico*. Vol. I e Vol. II. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1974.
- GARDINER, Patrick (org). *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: *Jornal do instituto histórico e geográfico brasileiro*, 24: 381-403, jan. 1844.
- MATOS, Raimundo José da Cunha. *Revista do IHGB*: 26, 1863, p. 121-143.
- MUELLER-VOLLMER, Kurt (org). *The hermeneutics reader*. New York: Continuum, 1988.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. *Minha Formação*. São Paulo: José Olympio Editora, 1976.
- NIETZSCHE, Friederich. Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida. In: *Considerações intempestivas*. Lisboa, Editorial Presença, s/d.
- RENAN, Ernest. *Páginas Seletas*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d.
- Revista do IHGB. Rio de Janeiro*. “Parecer acerca das memórias sobre o modo pelo qual se deve escrever a História do Brasil”, t. 9, 1847.
- Revista do IHGB. Rio de Janeiro, 12 (16): 551, Out-Dez 1849*.
- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 5 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- _____. *Novos estudos de literatura contemporânea*. Rio de Janeiro: Garnier, 1897.
- _____. A literatura brasileira e a crítica moderna. In: Barreto, Luiz Antonio (org.). *Literatura, História e Crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- _____. *Folclore Brasileiro. Cantos populares do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954.
- _____. Introdução à história da literatura brasileira. In: BARRETO, Luiz Antonio (org.). *Literatura, História e Crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- _____. Naturalismo em literatura. In: BARRETO, Luiz Antonio (org.). *Literatura, História e Crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- _____. *Obra filosófica*. São Paulo: José Olympio Editora, 1969.
- SCHILLER, Friederich. *A educação estética do homem numa série de cartas*. São Paulo: Iluminuras, 1995.
- SCHLEGEL, Friederich. *O dialeto dos fragmentos*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

- STÄEL, Madade de. Da literatura. In: *Teorias Poéticas do Romantismo*. Tradução, seleção e notas de Luiza Lobo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- TAINÉ, Hippolyte. *Philosophie de l'art*. Paris: Fayard, 1985.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil. Antes de sua separação e independência de Portugal*. 3 Ed.. São Paulo: Cia. Melhoramentos, s/d.
- _____. *História das lutas com os holandeses no Brasil - desde Salvador*. São Paulo: Progresso, 1955.
- VERÍSSIMO, José. *Estudos de Literatura*. Rio de Janeiro: Garnier, 1901.
- _____. *A educação nacional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- WALLENSTEIN, Henrique Julio. Memória sobre o melhor plano de se escrever a História Antiga e Moderna do Brasil. In: *Revista do IHGB*: 45, 1882.

Bibliografia geral

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Memórias da Balaiada. Introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 23, março de 1989, p. 7-13.
- ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil- Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. Epílogo do romantismo. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 39, n. 1, p. 139-162.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANKERSMIT, Frank. Resposta a Zagorin. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001, p. 153-174.
- ANKERSMIT, Frank; KELLNER, Hans (orgs). *A new philosophy of History*. Chicago: Chicago Press, 1995
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. In: *Estudos Históricos: caminhos da historiografia*. Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 28-54.
- _____. *Guerra e paz. Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

- ARENDDT, Hannah. Sobre o conceito de história – antigo e moderno. In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- AUGÉ, Marc. *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.
- BAHKTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997
- _____. *Questões de Literatura e Estética: a teoria do romance*. São Paulo: Editora Unesp, 1990.
- BANN, Stephen. *As invenções da história. Ensaio sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.
- _____. *The clothing of Clio. A study of history in nineteenth-century Britain and France*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- BANTON, Michel. *A idéia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- BARBOSA, João Alexandre. Forma e história na crítica brasileira de 1870-1950. In: *A leitura do intervalo. Ensaio de crítica*. São Paulo: Iluminuras, 1990.
- _____. Introdução. In: VERÍSSIMO, José. *Teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1977.
- _____. *A tradição do impasse*. São Paulo: Ática, 1974.
- _____. O cânone na História da literatura brasileira. In: *Organon*. Revista do Instituto de Letras da UFRGS, vol. 15, n. 30 e 31, 2001, p. 17-32.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística Geral.V. II*. Campinas: Pontes, 1989.
- _____. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. Introdução. In: *Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.
- _____. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1998.
- _____. A ilusão biográfica. In: *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- CALLARI, Cláudia Regina. Os institutos históricos do patronato de D. Pedro II á construção do Tiradentes. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 21, n.40, 2001, p. 59-83.

- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte:Itatiaia, 1981.
- _____. *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978.
- _____. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: Edusp, 1988.
- _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1983.
- CANO, Jefferson. *O fardo dos bacharéis: o “orbe literário” e a construção do império brasileiro*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, 2001
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação da almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- _____. Brasil: nações imaginadas. In: *Pontos e bordados. Escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- _____. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- _____. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- _____. Unificação da elite: uma ilha de letrados. In: *A construção da ordem. A elite imperial*. Brasília: Editora UNB, 1980.
- _____. O positivismo brasileiro e a importação de idéias. In: *Revisitando o positivismo*. Graebin, Cleusa Maria G.; leal, Eliabete (orgs). Canoas: Editora La Salle, 1998.
- CATROGA, Fernando. O magistério da História e a exemplaridade do ‘grande homem’. A biografia em Oliveira Martins. In: JIMÉNEZ, A. Pérez; FERREIRA, J. Ribeiro; FIALHO, Maria do Céu (orgs). *O retrato literária e a biografia como estratégia de teorização política*. Coimbra-Málaga, 2004, p. 243-288
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- _____. A operação histórica. In: *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- _____. *A escrita da história*. Rio de janeiro: Forense Universitária, 2002.
- _____. *Histoire et psychanalyse entre science et fiction*. Paris: Gallimard, 1987.

- CÉZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. In: *Métis. História e Cultura*. Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./jun. 2003.
- _____. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História Cultural. Experiências de pesquisa*. Porto Alegre. Editora UFRGS, 2003.
- _____. *L'écriture de l'histoire ai Brésil au XIX siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen*. Tomo I. Tese apresentada à École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2002.
- _____. Lição sobre a escrita da História. Historiografia e nação no Brasil do século XIX. In: *Diálogos*, Maringá, v.8, n.1, 2004, p. 11-30.
- _____. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Escrita, linguagem, objetos. Leituras de história cultural*. Bauru: Edusc, 2004.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica. Antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2002.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República. Momentos decisivos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil. O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada. O espírito de nacionalidade na crítica brasileira*. São Paulo: Edusp, 1968.
- DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco. Southey, historiador do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1974.
- DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. As ciências naturais e a construção da nação brasileira. In: *Revista de História*, 135, São Paulo, 1996, p. 41-60.
- DUCHET, Michéle. *Les partages des savoirs. Discours historique, discours ethnologique*. Paris: La découverte, 1985.
- DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus. O sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp, 1992.
- _____. *O individualismo: uma perspectiva antropológica moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

- ESTEVEES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. Paisagens em Ruínas: exotismo e identidade nacional no Brasil oitocentista. In: *DADOS-Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 41, n.4, 1998, p. 831-862.
- FAYE, Jean Pierre. *Théorie du récit. Introduction aux "langages totalitaires"*. Paris: Hermann, 1972.
- FARGE, Arlete. *Le Goût de l'archive*. Paris: Seuil, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FUMAROLI, Marc. (org). *La querelle des Anciens et des Modernes*. Paris: Gallimard, 2001.
- GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GAY, Peter. *O estilo na história. Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- GERBI, Antonello. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- GINZBURG, Carlo. Unus testis. O extermínio dos judeus e o princípio de realidade. In: *Fronteiras: Revista de História*, Florianópolis, n.7, 1999, p. 7-28.
- _____. *Relações de força. História, retórica, prova*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição. Pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papyrus, 1998.
- GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- _____. O historiador, o macaco e a centaura: a 'história cultural' no novo milênio. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, 17 (49), 2003.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos: caminhos da historiografia*. Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 5-27
- _____. Reiventando a tradição: sobre o Antiquariado e Escrita da História. In: *Humanas*. Porto Alegre, n.1/2, 2000, p. 111-144.

- _____. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História Cultural. Experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- _____. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido. In: *História em Revista*, Pelotas, V.6, dezembro/2000, p. 21-26.
- _____. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. In: *História, Ciências e Saúde*, v.II, jul./out. 2000, p. 391-413.
- _____. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, dez. 2002, p. 184-200.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- _____. Du parallèle à la comparaison. In: *Entretiens d'Archéologie et d'Histoire*. Paris, 1998.
- _____. O tempo desorientado. *Tempo e História*. 'Como escrever a história da França?'. In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 7, julho de 1997, p. 7-28.
- _____. *Régimes d'historicité*. Paris: Seuil, 2003.
- _____. *Le XIX siècle et l'histoire. Le cas Fustel de Coulanges*. Paris: Seuil, 2001.
- _____. Entre os antigos e os modernos. Os selvagens. Ou, de Lévi-Strauss a Lévi-Strauss. In: *Revista Tempo Brasileiro*, 110: 43/54, jul-set., 1992, p. 43-54.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- ISER, Wolfgang, *O ato da leitura. Uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- KOSELLECK, Reinhart. *L'expérience de l'histoire*. Paris: Galimard, 1997.
- _____. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Paidós, 2001.
- _____. *Futuro pasado: para una semântica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1993.
- KRIEGEL, Blandine. *L'histoire à l'Age classique. La défaite de la érudition*. Paris: Qyadrige/PUF, 1988

- KURY, Lorelai. Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), Rio de Janeiro, 2001, p. 863-80.
- JASMIN, Marcelo Gantus. *Racionalidade e História na Teoria Política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- JAUSS, Hans-Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.
- LAJOLO, Marisa. Literatura e História da Literatura: senhoras muito intrigantes. In: MALLARD, Letícia et alii. *Histórias da literatura. Ensaio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 21-36.
- LENCLUD, Gérard. Qu'est-ce que la tradition?. In: DETIENNE, Marcel (org). *Transcrire les mythologies*. Paris: Albin Michel, 1994, p. 25-44.
- _____. Les grecs, les autres (et nous). *Annales HSS*, mai-jun 1998, n. 3, p. 695-713.
- _____. Quand voir, c'est reconnaître. Les récits de voyage et le regard anthropologique. In: *Enquête*, n. 1, set., Paris, 1995.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1969.
- LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: Edusp, 1996
- LEVI, Giovanni. Os perigos do geertzismo. In: *História Social*. Campinas, n. 6, 1999, p. 137-146.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Campinas: Papyrus, 2002.
- LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Um pai amoroso os espera: sobre mestiçagem e hibridismo nas Américas espanholas. In: MOURA, Ana Maria da Silva (org.). *Desigualdades*. Rio de Janeiro: LEDDES, 2003.
- LIMA, Luiz Costa. *O Controle do imaginário: razão e imaginação no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Dispersa Demanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- _____. *Sociedade e Discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986.
- _____. Joaquim Nabuco e a crítica literária. In: *Tempo Brasileiro*, 140, Janeiro-Março de 2000, p. 97-112.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: Revel, Jaques (org), *Jogos de escalas*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

- MARTINS, Estevão C. de Rezende. Cultura histórica e identidade: A América Latina e o Mercosul. In: *Estudos de História*, Franca, v. 7, n. 2, 2000.
- MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema. A formação do Estado imperial*. São Paulo, Hucitec, 2004.
- _____. Do Império à República. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. II, n. 4, 1989.
- _____. Um “País Novo”: a formação da identidade brasileira e a visão da Argentina, in: *Brasil-Argentin. A visão do outro*. Brasília: FUNAG, 2000.
- MAUSS, Marcel. La nation. In: *Ouvres*. V.3. Paris: Les Éditions de Minuit, 1969.
- MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: cultura e idéias na América*. São Paulo: Cia das letras, 1995.
- _____. *A volta de McLuhanáina. Cinco estudos solenes e uma brincadeira séria*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- _____. As cidades periféricas como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995, p. 205-225.
- MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Sílvio Romero. Dilemas e combates no Brasil da virada do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux. In: *Les lieux de mémoire. La République*. Paris: Gallimard, 1984.
- OLINTO, Heidrum Krieger. *História de literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica e método em Capistrano de Abreu: caminhos e descobrimentos da escrita da história do Brasil na virada do século XIX*. Dissertação de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- PAGDEN, Anthony. *La caída del hombre natural*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.
- PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da história. A realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

- PEREIRA, Daniel Mesquita. *Descobrimientos de Capistrano. A História do Brasil “a grandes traços e largas malhas”*. Rio de Janeiro: PUCRJ, 2002. Tese de doutorado.
- RABELLO, Sylvio. *Itinerário de Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história. Um ensaio de poética do saber*. São Paulo: Educ/Pontes, 1994.
- _____. *Políticas da escrita*. São Paulo: Editora 34, 1995.
- REIS, José Carlos. Varnhagen (1853-7): O elogio da colonização portuguesa. In: *Vária História*, Belo Horizonte, n. 17, março de 1997, p. 106-131.
- REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- RICOUER, Paul. *Tempo e Narrativa. Tomo I*. Campinas: Papyrus, 1994.
- _____. *Tempo e Narrativa. Tomo III*. Campinas: Papyrus, 1997.
- _____. *Interpretação e ideologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- _____. L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. In: *Annales HSS*, juillet-août, n.4, 2000, p. 731-747.
- _____. La marque du passé. In: *Revue de Métaphysique et de Morale*, n. 1, Paris, 1998.
- _____. *Do texto à acção. Ensaio de Hermenêutica II*. Porto: Rés-Editora, s/d.
- ROCHA, João Cezar de Castro. "O ruído das festas" e a a fecundidade dos erros: como e por que reler Sílvio Romero. In: *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 145, abr/jun., 2001, p. 73-93.
- RODRIGUES, José Honório. *História e Historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- _____. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.
- ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem espectador. A idéia de progresso*. São Paulo: Unesp, 2000.
- ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido. A fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- _____. Crítica e história da literatura no século XIX: verso e reverso da mesma moeda?. In: *Letras de hoje*. Porto Alegre, vol. 31, n.4, p. 7-13.
- SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: um pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

- SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de fundação: Varnhagen e Alencar – projetos de narrativa instituinte*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo. 1992
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.
- _____. Nacional por subtração. In: *Cultura brasileira: tradição/contradição*. Rio de Janeiro: Zahar/Funarte, 1987.
- SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- _____. Silvio Romero ou a mestiçagem da alma. In: *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 145, abr/jun, 2001, p. 5-37.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SILVA, Taíse Tatiana Quadros. *A escrita da história no Brasil oitocentista. Breve reflexão sobre o método em Francisco Adolfo de Varnhagen*. Texto apresentado ao XI Encontro Regional de História da ANPUH-RJ, 2004.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- STAROBINSKI, Jean. Linguagem poética e linguagem científica. In: *Diógenes*, Brasília: Ed. UNB, 1984.
- _____. A palavra civilização. In: *As máscaras da civilização. Ensaios*. São Paulo: Cia. das letras, 2001.
- STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34, 2002
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- _____. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro. In: Pizzaro, Ana (org). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. V.2. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.
- THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. In: *Anos 90*, Porto Alegre, a. 15, julho de 2001.
- TODOROV, Tzvetan. *Nous et les autres. La réflexion française sur la diversité humaine*. Paris: Ed. Seuil, 1989.

- VELHO, Otávio. O espelho de Morse e outros espelhos. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p. 94-101.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. Silvío Romero, historiador literário. In: *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 145, abr/jun., 2001, p. 57-72.
- _____. História e crítica em Sílvio Romero. In: MALLARD, Leticia et alii, *Histórias da literatura. Ensaios*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 39-74.
- WEBER, João Ernesto. Historiografia literária e literatura nacional. In: SEVERINO, Antônio; Simon, Cátia; ARAÚJO, Homero (orgs), *Prestando contas: pesquisa e interlocução em literatura brasileira*. Porto Alegre: Sagra, 1996.
- WELLBERY, David E. Retoricidade: sobre o retorno modernista da retórica (com Jonh Bender). In: *Neo-Retórica e Desconstrução*. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 1998.
- WELLEK, Rene. *História da crítica moderna*. São Paulo: Edusp, 1972.
- WHELING, Arno. *Estado, História, Memória : Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- _____. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro, EUGF/EUFF, 1994.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994
- _____. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995
- _____. Historical emplotment and the problem of truth. In: Friedlander, S. *Probing the limits of representation. Nazism and the "Final Solution"*, Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- _____. *El contenido de la forma. Narrativa, discurso y representación histórica*. Barcelona, Paidós, 1992.
- ZILBERMAN, Regima; MOREIRA, Maria Eunice (orgs). *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.
- ZILBERMAN, Regina. Expectativas e frustrações na República Velha. In: *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 145, abr/jun., 2001, p. 95-109.
- _____. *A terra em que nasceste: imagens do Brasil na literatura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

